

O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte II – Aspetos Materiais

The Daily Life of the Franciscan Male Community in Madeira, in the 18th and 19th Centuries: Part II – Material Aspects

*Paulo Ladeira*¹

Resumo²

O presente artigo procura dar continuidade ao já publicado sobre a comunidade masculina da Ordem dos Frades Menores, no arquipélago da Madeira, durante os séculos XVIII e XIX. Através dos inventários e dos livros de receita e despesa – e outros documentos pontuais – dos conventos de São Francisco, no Funchal, de São Bernardino, em Câmara de Lobos, de São Sebastião, na Calheta, de Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz, e do hospício de Nossa Senhora da Porciúncula, na Ribeira Brava, procurou-se reconstituir o quotidiano dos frades franciscanos na Ilha. Se no estudo anterior as questões administrativas e religiosas foram privilegiadas, neste artigo deu-se relevância às tarefas materiais, ao trato do corpo, à manutenção dos espaços e à atividade do dia

¹ Mestre em História e Cultura das Regiões – variante História da Madeira / História da Arte, pela Universidade da Madeira, com a tese *O Rococó na Madeira – A Talha e a Pintura do Último Barroco ao Primeiro Neoclássico* (2005); licenciado em Artes Plásticas/Pintura, pelo Instituto Superior de Arte e Design – Universidade da Madeira (1998) – distinção com bolsa de mérito. Desenvolve investigação na área da História da Arte, Cultura e Património, com incidência sobre o arquipélago da Madeira e os séculos XVIII-XX. Desde 2007 publicou alguns livros, artigos e roteiros de património. Desde 1995, como artista plástico, realizou alguns workshops, participou em três exposições individuais e em várias coletivas, com trabalhos na área da pintura, escultura, desenho e fotografia, tendo obtido alguns prémios a nível regional. É docente do ensino básico do grupo 240 (Educação Visual e Tecnológica) e encontra-se, desde o ano letivo 2019-2020, em regime de requisição na Direção Regional da Cultura/Direção de Serviços de Património Cultural/Divisão de Estudos do Património. Contacto: pauloladeira@gmail.com.

² Siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo; CNSPRB – Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava; CNSPSC – Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz; CON – Confrarias; CSBCL – Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos; CSCF – Convento de Santa Clara do Funchal; CSFF – Convento de São Francisco do Funchal; CSSC – Convento de São Sebastião da Calheta; GC – Governo Civil; JRPC/CON – Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas / Confraria; RBJ – Recolhimento do Bom Jesus. Abreviaturas: cx. – caixa; fl(s). – fólio(s); l.º - livro; p. / pp. – página / páginas; proc. – processo.

a dia. Assim, referiu-se os espaços conventuais não cultuais, como os dormitórios, as celas, as cozinhas, os refeitórios, as lojas, as dispensas, as cercas, as hortas, entre outros, assinalando os objetos associados a estas áreas e incluindo informações sobre o calçado e o vestuário da comunidade, e ainda outras acerca do transporte e dos resultados dos peditórios e esmolas. Por fim, abordou-se a alimentação conventual, com o foco no vinho, nos cereais, nos legumes e nas frutas, sem descurar a doçaria e o tabaco.

Palavras-chave: Madeira; Franciscanos; Conventos; Quotidiano; Espaços Conventuais; Alimentação.

Abstract

This article aims to follow up another already published regarding the Franciscans communities in the Madeira archipelago during the 18th and 19th centuries. Based on the economical records from five convents, in Funchal, Câmara de Lobos, Calheta, Santa Cruz and Ribeira Brava, one must try to reconstruct the daily life of Franciscans in Madeira. In the previous study, the administration and religious matters were the main focuses, but nonetheless, the present article enlightens the mundane traits, the nurture of personal bodies and of conventual spaces, and the daily life activities. Hence, spaces such as dormitories, cells, kitchens, dining halls, stores, storing units, vegetable-gardens and so on were described, referring multiple objects associated with these spaces. Moreover, one must delve into the clothes and footwear, the means of transport, and the results of alms. Finally, it is important to refer to the food produced and consumed within the convents, with special regard to the wine, cereals, vegetables, fruits, confectionery, and tobacco.

Keywords: Madeira; Franciscans; Convents; Daily Life; Conventual Spaces; Food.

Introdução

Na continuidade do artigo «O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte I – Administração e Aspetos Religiosos», publicado no número anterior desta revista³, agora são aprofundados os aspetos do quotidiano das tarefas materiais. Neste período estavam em funcionamento os conventos de São Francisco, no Funchal; São Bernardino, em Câmara de Lobos; São Sebastião, na Calheta; Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz; e o hospício de Nossa Senhora da Porciúncula, na Ribeira Brava.

No presente artigo pretende-se aprofundar os espaços conventuais, o património e utensílios utilizados, e as atividades realizadas fora dos mesmos, essenciais à manutenção do corpo e ao custeamento das atividades desenvolvidas. Parte desta temática foi abordada no artigo «Alguns aspectos alimentares na comunidade

³ LADEIRA, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina [...]».

franciscana, masculina, na Madeira, nos séculos XVIII e XIX» no qual pretendeu-se «de modo sucinto e relativamente aos alimentos, expor a proveniência, as variedades, os custos, distinguir os consumidos no quotidiano e nas festividades e, sempre que possível, os modos de confeção»⁴. Agora pretende-se aprofundar o conhecimento sobre as tarefas, os utensílios e os materiais usados no quotidiano profano contribuindo tanto para o conhecimento das comunidades franciscanas, como também da realidade da população em geral residente na Madeira à época, com a ressalva de existirem grupos de maior poder económico, que usavam objetos de luxo, e outros que viviam na pobreza.

Fig. 01 – *Funchal paa Madeira*; autor: Henrik Gottfred Beenfeldt (1769-1829); aguarela



Fonte: Coleção Royal Danish Library, disponível em <http://www5.kb.dk/images/billed/2010/okt/billeder/object488357/da/>.

⁴ LADEIRA, 2021, «Alguns aspetos alimentares [...]», pp. 33-50.

Fig. 02 – *Funchal paa Madeira*; pormenor; autor: Henrik Gottfred Beenfeldt (1769-1829); aguarela



Fonte: Coleção Royal Danish Library, disponível em <http://www5.kb.dk/images/billed/2010/okt/billeder/object488357/da/>.

Espaços, Património e Utensílios

Os conventos eram compostos por espaços de culto, como a igreja, as capelas, os altares e os oratórios, e espaços profanos tais como as cercas, as hortas, os claustros, os dormitórios, as cozinhas, os refeitórios, as adegas, etc., essenciais à vida quotidiana, para o cultivo, guarda de géneros alimentares e objetos, convívio e descanso.

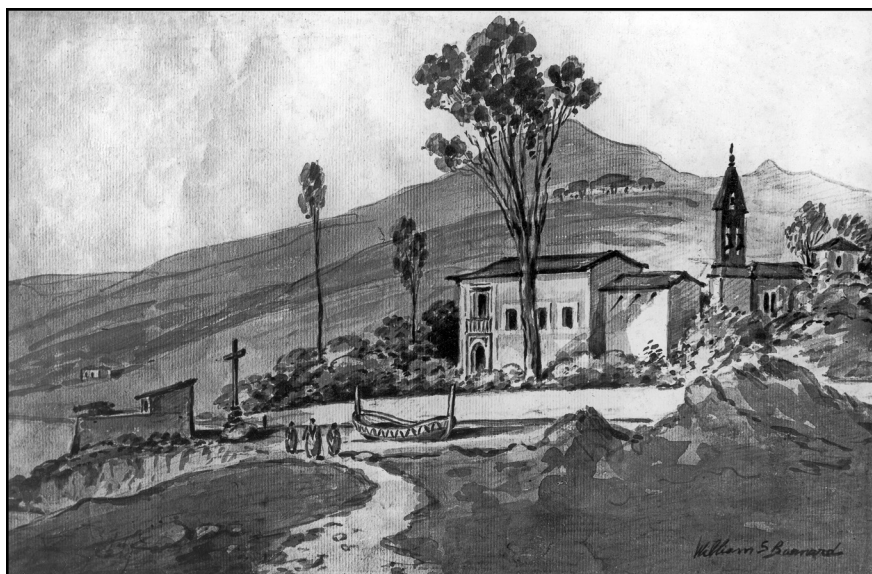
O convento de N.^a Sr.^a da Piedade, em Santa Cruz, aquando da sua extinção, era constituído pelo

«templo, capellas, sachristia, claustro, três dormitórios com dezassete cellas, celeiro, caza denominada da livraria⁵, refeitório, cozinha, telheiro de amassaria e três lojas; cerca com um tanque, palheiro de gado e mais bemfeitorias de vinhas, latadas, corredores, paredes dentro da fazenda, muros em torno da propriedade, arvores de fruto, agoa diária para serviço da cozinha e dous dias em cada semana para rega da agoa da levadinha do Moreno»⁶.

⁵ Para a livraria, em outubro de 1777, foi consertada uma mesa e feita uma nova (ANTT, CNSPSC, I.º 1, fl. 44v.º).

⁶ GUERRA, 1997, «O Convento de N.^a S.^a da Piedade [...]», p. 155, citando ANTT, *Ministério das Finanças*, CNSPSC, cx. 2267, n.º 491.

Fig. 03 – O Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz e o Forte de São Francisco; 1801; autor: William S. Barnard; aguarela



Fonte: ABM, COLFOT, m11056.

A igreja era de nave única, com dois altares colaterais. O convento possuía pequeno claustro, onde se situava a capela de Santa Ana, instituída por Joana Lopes e Isabel Correia, respetivamente mulher e sogra de Urbano Lomelino, onde se encontravam sepultadas e servia de sala de Capítulo à comunidade. Existia a capela das Almas, «onde jaz sepultado o venerável padre António de Santa Maria». Na cerca do convento, existia uma capela dedicada a Santo António «devotamente ornada»⁷.

O convento de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, além da igreja principal, de nave única, capela-mor e dois altares colaterais, tinha três pequenas capelas, edificadas, em cerca de 1633, em homenagem a Fr. Pedro da Guarda, que viveu no convento e sobre o qual decorreu um processo de canonização. As capelas ficavam: uma junto à sua sepultura, outra junto à cozinha e a última junto à pequena lapa⁸. Em 1722, Henrique Henriques de Noronha refere a existência de várias capelas: a capela do claustro, dedicada a Fr. Pedro da Guarda; uma capela construída na antiga cozinha; e uma capela dedicada a N.^a Sr.^a da Piedade, fundada por André Afonso Drumond e sua mulher, Branca de Atouguia. Fora do claustro estavam outras capelas: junto à portaria e à igreja, a das Almas, com uma confraria e «poucos passos mais adiante» a de S. Lourenço, contendo no interior, no lado da Epístola uma «lapa

⁷ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 255; CARITA, 2016, *convento de nossa senhora da piedade*.

⁸ FRUTUOSO, 2007, *As Saudades da Terra* [...], pp. 585-590; CARITA, 2017, *convento de são bernardino*.

fechada com grades de ferro», que ainda subsiste, onde a tradição aponta que Fr. Pedro da Guarda se retirava em oração⁹. De todos os conventos da Madeira, de religiosos masculinos, o convento de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, foi o que chegou à atualidade em melhores condições de conservação.

Fig. 04 – Convento de São Bernardino, em Câmara Lobos; anterior a 1905; autor: Joaquim Augusto de Sousa; negativo simples em vidro, gelatina e sais de prata



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, JAS/747.

Aquando da extinção do convento de Câmara de Lobos eram referidos em inventários os vários edifícios e prédios rústicos: «O casco do Convento com sua Igreja e uma cerca de vinhas pegada ao mesmo convento, entesta pelo oeste com a ribeira e leste com a azinhaga que vai para a Saraiva; Uma capela e Casa das Eleições da Ordem Terceira com sacristia debaixo da mesma casa; Uma casa dos Romeiros¹⁰; Uma capela do Servo de Deus; Umas fazendas no sítio da Torre e Pastel todas contíguas, intituladas a Terça dos Frades de que são caseiros Francisco Rodrigues, Dinis Estêvão Vieira, João Figueira e outros»¹¹. O convento foi vendido em hasta pública, em 1872, a Manuel Joaquim Lopes, tendo este vendido-o, em 1898, ao prelado diocesano. Segundo estes inventários a horta media seis alqueires e duas maquias e na sua avaliação entraram «a muralha de pedra e cal junto ao ribeiro, o encanamento da ponte, seu arco e tanque, pilares de pedra e cal e de cantaria, muro na entrada

⁹ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 252; CARITA, 2017, *convento de são bernardino*.

¹⁰ Também mencionada em novembro de 1799 (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 27).

¹¹ VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino* [...], p. 74.

que guarda a cerca, lagar de pedra, levada, muro junto à Capela dos Terceiros, portada para a parte da Junceira, outra no adro que estabelecia ligação com a cerca»¹². O convento de Câmara de Lobos tinha cozinha, refeitório, adega, armazém¹³, que servia de celeiro e guardar lenha, terreiro e casa da carne¹⁴.

Dada a proximidade do convento à ribeira, a aluvião de 9 de outubro de 1803 destruiu parte do convento e da cerca registando os frades que a «10 deste mês de outubro de 1803, quando amanheceu a triste cena do aluvião que levou este nosso convento e as alfaias que nele se achavam»¹⁵. Permaneceram de pé a igreja e a casa dos romeiros. Para repor o destruído foram feitas avultadas obras.

O hospício da Ribeira Brava tinha capela, claustro, celas, cozinha, refeitório, adega, casa da carne, dispensa, portaria e horta, sendo o mais pequeno dos vários espaços conventuais da Madeira, em finais do século XVIII e início do século XIX. Face à sua recente instituição, no final da década de 1730 e na década de 1740, são várias as despesas com os concertos dos espaços, como na cozinha na abertura de janelas ou em fazer a chaminé¹⁶, colocação de portas, etc., ou o «forro da capela» (1743), «feitura do púlpito» (1743), «escada do coro» (1796)¹⁷.

O convento da Calheta, com vários inventários existentes, da segunda metade do século XVIII, permite conhecer pormenorizadamente os vários espaços do convento. O convento era composto por uma igreja com altar-mor dedicado a S. Sebastião e dois altares colaterais dedicados a N.^a Sr.^a da Conceição, no lado do Evangelho, e a Santo António, no lado oposto. O convento possuía sacristia, cozinha, refeitório, adega, amassaria, granel, casa da oficina, loja da carne, três dormitórios aproximadamente com 15 celas e uma cerca onde se erguia a capela do Monte Alverne, também denominada das Chagas. O convento foi vendido em hasta pública por 1600\$000 réis¹⁸. Em 1852, estava «convertido em hotel, onde param às vezes os estrangeiros na sua ida para o Rabaçal»¹⁹; em 1881, era habitado pelo administrador do concelho da Calheta, [Francisco Estanislau?] França Dória; em 1896, pelo administrador do

¹² VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino [...]*, pp. 74, 77, citando ANTT, AHMF, *Conventos extintos*, Convento de S. Bernardino, Madeira, cx. 2267, n.º 489 e ABM, GC, l.º 1084, fl. 16; e CARITA, 2017, *convento de são bernardino*.

¹³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 43v.º, 45.

¹⁴ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 18.

¹⁵ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 87.

¹⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 51v.º.

¹⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 66v.º. Em abril de 1800 o hospício pagou 3\$000 réis por uma chave de prata para o sacrário (ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 79).

¹⁸ PONTES, 1891, *Excursões na Madeira*, p. 2.

¹⁹ FRANÇA, 1970, *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*, p. 96.

concelho, Francisco Estanislau de França Dória²⁰; e em outubro de 1935, foi alvo de um incêndio²¹. Sofreu profundas remodelações, sendo mais recentemente adaptado a restaurante, subsistindo a cerca com as ruínas da capela do Monte Alverne, uma placa com inscrição dos doadores e alguns painéis de azulejos dispostos, atualmente, no interior e exterior do restaurante.

Fig. 05 – O Convento de São Sebastião da Calheta; posterior a 1935; prova fotográfica



Fonte: ABM, COLFOT, m12057.

O maior convento da Madeira, o do Funchal, segundo Henrique Henriques de Noronha, em 1722, tinha cerca e claustro com um chafariz no meio e um asseado jardim, para o qual davam as varandas, sustentadas por colunas de «cantaria fina». Para o claustro davam a sacristia e as casas da confraria da Senhora da Soledade e dos Irmãos Terceiros, esta em princípio dedicada a N.^a Sr.^a da Conceição. A igreja continha diversas capelas e altares, sendo o panteão de grande parte das mais antigas famílias do arquipélago da Madeira e nas confrarias tinham assento personalidades importantes²². O convento e igreja, ao longo da segunda metade do século XVIII, passaram por profundas obras de remodelação até à data da sua extinção, em 1834.

No claustro estavam as duas salas do Capítulo. O Capítulo velho edificado por Simão Acciaioli, falecido em 15 de fevereiro de 1544, onde foi sepultado numa campa

²⁰ «Secção Rural», 1895.10.09, in *DN*, p. 2; «Cheias», 1896.10.22, in *DN*, p. 2.

²¹ GUERRA, 2019, *Imagens e Memória dos Concelhos da Calheta*, p. 69.

²² NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 234; CARITA, 2017, *convento de são francisco*.

com sua mulher, Maria Pimentel, em frente do altar de N.^a Sr.^a da Piedade. «Neste capítulo; o qual depois se acrescentou, e nesta parte se vem outras sepulturas nobres junto ao arco, da parte de fora, se ve hũa cruz na parede»²³. O Capítulo novo foi dedicado, em 1722, à Virgem Santíssima, sendo anteriormente da devoção aos Santos Mártires de Marrocos. Aqui estavam «muitas sepulturas nobres». Por cima do claustro, ficavam algumas capelas nas varandas «e todas muito bem ornadas»²⁴.

Fig. 06 – *Franciscan Convent*; 19 de março de 1849; autor: Frank Dillon; desenho a grafite e aguarela sobre papel



Fonte: Museu da Quinta das Cruzes, 3185. Nota: O edifício corresponde ao Convento de São Francisco, no Funchal.

²³ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp. 240-241.

²⁴ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 241.

Fig. 07 – Ruínas do Convento de São Francisco e torre da igreja de São Francisco; 1880;
Photographia Vicente; negativo simples em vidro, colódio



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, VIC/111.

Em finais do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, o convento era composto pela igreja com diversas capelas, salas do Capítulo, dormitórios, refeitório, cozinha, lagar, adegas, lojas, terreiro do jogo, claustro e cerca.

Espaços Interiores

Dormitórios e Celas

Os espaços dos dormitórios e celas eram onde os religiosos tinham momentos de maior isolamento, existindo uma distinção entre o espaço para o guardião e o dos restantes religiosos, que face ao cargo desempenhado tinha mais objetos, acomodações essas que também diferiam das dos noviços e dos moços. Já os restantes espaços dos conventos eram comunitários.

Os dormitórios e celas eram espaços reservados aos religiosos, sendo proibida a entrada de pessoas seculares²⁵. Os dormitórios eram essenciais na organização de um convento e a sua quantidade era fundamental para o número de religiosos que poderiam fixar-se num convento, influenciando a organização dos atos cultuais. No convento de S. Bernardino, enquanto eram feitas obras para um novo dormitório, em 1812, na sequência da destruição do antigo na aluvião de 1803, o custódio provincial da Madeira, Fr. Januário das Chagas de S. Francisco, em visita ao convento, autorizava o guardião deste convento a mandar dizer às «Ilhas», dos Açores, as missas pelos benfeitores, pois não «pode residir neste convento mais um religioso sacerdote»²⁶.

O Capítulo custodial de 7 de outubro de 1753 ordenava que as celas dos conventos deveriam ser preparadas pelos clérigos dos conventos, com empanadas²⁷ nas janelas e roupa para «melhor acomodação dos religiosos» e os religiosos que fossem transferidos de um convento para outro, ou de uma cela para outra, não levassem as alfaias do ornato da cela, mesmo que fossem feitas pelo seu trabalho, e aqueles que houvessem assim procedido fossem obrigados a repor²⁸. Relativamente às camas, o procedimento era o oposto, segundo o definitório, congregado para as funções capitulares, de 4 de dezembro de 1781, era ordenado que «que qualquer Religioso que for mudado de um convento para outro leve consigo a cama de seu uso para deste modo se evitar o escrúpulo que tem muitos de dormirem em camas, de que lhes pode muitas queixas e enfermidades, que pelo suor e imundícias dos colchões se comunica; e cuidara cada um de tratar daqui em diante com asseio e limpar a cama de que usa»²⁹. Esta ordem estará relacionada com casos ocorridos nos conventos, como no da Calheta, em 1767, onde no dormitório da parte do coro, na quarta cela, era denunciado o estado em que o P.^e Fr. Francisco da Encarnação havia deixado a cela de tal «forma podre e misturado a lã do colchão e travesseiro com a palha da enxerga que pela imundice se mandou lançar fora assim como se queimou da dita cela uma barra de cama, uma enxerga, colchão, travesseiro, cobertas e cobertor por nas ditas cousas morrer o irmão leigo Frei Francisco de Santa Ana tísico e se mandou

²⁵ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 2v.º-3.

²⁶ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 25v.º.

²⁷ As empanadas consistiam numa espécie de panos suspensos em varais (ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 17v.º, 22, 30v.º).

²⁸ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3v.º.

²⁹ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 40v.º.

reformatar a dita cela, de xispado, e rebocado [...] e o mesmo se fez na cela do Irmão Frei de Jerusalém»³⁰.

Segundo o Capítulo custodial, de 7 de outubro de 1753, nenhum religioso poderia ter na sua cela «ou fora dela armas proibidas nem ainda tesouras com pontas aquelas que costumam aparar papel, não só por ser contra o estado religioso o uso delas, mas ainda por serem proibidas pelas leis seculares»³¹.

O convento da Calheta tinha três dormitórios: o do coro, o de cima na banda do ribeiro e o de baixo, cada um composto por várias celas. Cada cela continha uma barra de cama, colchão, enxerga, cobertas, manta ou cobertor³², chumaço, fronha ou travesseiro, uma cadeira rasa ou banquinha, uma cruz, um bispote e, por vezes, uma mesa, uma cadeira, uma estante de livros com armário, empanadas de pano com vidros nas janelas e um candeeiro.

O dormitório da parte do coro era composto por quatro celas e tinha junto à janela do caminho dois arquibancos / dois bancos grandes de encosto. No inventário de 1767, da primeira cela, situada junto «à janela do caminho», é referido que a mesa com gaveta que existia nesta cela passou para a primeira cela «que vai para o Monte Alverne»³³.

O dormitório de cima, da banda do ribeiro tinha oito celas, dois bancos de encosto, um retábulo de N.^a Sr.^a e um candeeiro, com a primeira cela a ficar do lado do mar, a sul, «de frente do Monte Alverne» e em cima da cozinha. Na quinta cela deste dormitório, no inventário de 1755, são inventariados três retábulos e na sétima cela, em 1767, vários objetos da Semana Santa: «o andor dos Passos [da confraria dos Passos], uma tocheira de noqueira de pôr o Pascal, uma tocheira pequena [...], um candalobo [candelabro?], 4 empanadas com seus varais: uma que serviu na

³⁰ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 22v.º.

³¹ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3.

³² Apresentamos alguns preços e características de cobertores: um cobertor branco (2\$400 réis, 1740) e um outro cobertor (1\$200 réis, 1744) (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 36, 75); um cobertor encarnado (1\$000 réis, 1824) (CSFF, l.º 6, fl. 149v.º); um cobertor (2\$000 réis, 1795); e um cobertor «para o tabuleiro» de amassar pão (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 60; l.º 4, fl. 53v.º); quatro cobertores (9\$000 réis, 1750) (ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 6).

³³ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 22v.º. O Monte Alverne é a denominação de uma capela construída numa pequena elevação, na cerca do convento, situada a sul, também conhecida por capela das Cinco Chagas de Cristo, tudo relacionado com S. Francisco de Assis quando recebeu os estigmas de Cristo no Monte Alverne. No inventário de 1777, na capela do Monte Alverne, é mencionado «um retábulo de S. Francisco», tendo sido gasto neste ano 4\$600 réis «por feito de um retábulo novo para o Monte Alverne». Neste ano, a capela do Monte Alverne teve uma nova cobertura de telha, trabalhando dois pedreiros durante seis dias, tendo sido gastos 44 alqueires de cal e empregues 20 tábuas no soalho, forro e janelas da capela (ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 46-48v.º). No inventário de 1781 «na obra do Monte Alverne» trabalharam, durante quatro dias, um quebrador de pedra (\$200 réis ao dia) e dois serventes (\$100 réis ao dia) (ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 56v.º).

cela grande que ficava para o lado do caminho, outra que serviu na cela do padre guardião», outra retirada da janela da capela-mor e uma na oitava cela; e nos inventários de 1777 e 1781 «um quadro»³⁴.

O dormitório de baixo tinha duas celas. Na segunda cela, além dos apetrechos habituais, atrás mencionados, nos inventários de 1750 a 1755, constavam umas cortinas de bertangil azuis, uma caixinha que servia de arquivo, uma escrevaninha, um armário com estante de livros, uma candeia, um sinete e 52 livros «conforme índice da livraria». Estes utensílios indicados transitaram em finais do século XVIII para a primeira cela deste dormitório, residência do guardião, situada junto à portaria, da parte da sacristia. Na primeira cela, nos inventários de 1771, 1777 e 1781, constavam, além do habitual, um candeeiro «que serve para os hóspedes» e «uma seringa de latão para alguma necessidade» e nestes dois últimos inventários: «uma arquinha que serve de cartório, um tinteiro e areeiro de chumbo, uma escrevaninha velha e um selo do convento»³⁵.

Por ordens superiores, os conventos registavam nos livros os assuntos de gestão, das patentes, das missas, inventários, de receita e despesa, etc. A título de exemplo, o livro de inventários do convento da Calheta importou em \$500 réis (1750)³⁶ e o livro de contas do convento de Câmara de Lobos, iniciado em 1817 custou 3\$500 réis³⁷. O papel era adquirido, a avulso ou às resmas, principalmente para o dia a dia da comunidade religiosa, para as contas e visitas e para embrulhar fartes e bolos. Uma resma de papel para embrulhar fartes e bolos custou 4\$500 réis, em 1812; uma resma de papel aparado, 2\$700 réis, em 1798; e as resmas de papel para as contas e visitas custavam entre 2\$200 e 6\$000 réis, em finais do século XVIII e inícios do século XIX³⁸. Para aplicação da tinta de escrever eram compradas assiduamente penas, importando, em 1797, em \$400 réis por um maço ou, em 1825, \$750 réis por três maços³⁹.

No convento da Calheta, nos corredores dos dormitórios, existiam bancos, nomeadamente «bancos grandes de encosto» e arquibancos. No espaço interno das celas estava um banco e/ou entre uma a três cadeiras e, ocasionalmente, uma cadeira rasa ou uma banquinha. Quanto aos preços dos bancos e das cadeiras estes variavam,

³⁴ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 4v.º, 7v.º, 8, 12v.º, 13, 17, 21v.º, 30v.º, 41-41v.º, 52. Este dormitório é mencionado nos inventários de 1777 e 1781 apenas com sete celas.

³⁵ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 4v.º, 8, 13, 17v.º, 22v.º, 31, 42, 52v.º.

³⁶ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 6.

³⁷ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 13.

³⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 85, 106; l.º 2, fls. 6, 175; l.º 4, fl. 2v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 57, l.º 6, fls. 2, 20, 154, 211.

³⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 106; l.º 2, fls. 6, 138v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 154.

consoante o material e o seu tamanho. A título de exemplo, no convento do Funchal, em 1821, um banco custou 1\$500 réis e, em 1824, quatro bancos custaram \$800 réis à unidade e dois a \$600 réis⁴⁰.

A organização dos dormitórios e celas dos outros conventos da Madeira não deve ser muito díspar das descritas no convento da Calheta.

No hospício da Ribeira Brava estão identificadas no mínimo três celas⁴¹, sendo em maior quantidade, face ao número de religiosos residentes. Uma das celas era conhecida pela «cela do irmão donato»⁴². O convento de Câmara de Lobos mostra que uma das celas era reservada aos guardiães e que duas celas estavam forradas de enrolado⁴³.

O maior dos conventos, o do Funchal, deveria ter mais dormitórios e celas, face à quantidade de religiosos que albergava. Um dos dormitórios é identificado por «dormitório de baixo»⁴⁴. Nos livros de receita e despesa deste convento é especificado que no dito dormitório existia um relógio e que a porta de outro dormitório tinha um ferro pedreiro⁴⁵.

Os dormitórios dos vários conventos eram iluminados com «luminárias», «candeeiros», «lanternas» ou com «um lampeão»⁴⁶.

Nas celas dos dormitórios era habitual a existência de um bispote. Segundo os inventários do convento da Calheta não constava em todas as celas devendo corresponder a sua existência apenas nas celas habitadas, pois neste convento, em 1753⁴⁷, estão identificadas cerca de 15 celas e foram inventariados sete bispotes, número aproximado ao de religiosos residentes. Dois dos bispotes são anotados «que é seu», o que quer dizer que eram dos ocupantes das celas. Além dos residentes habituais nos conventos, existiam bispotes «para os hóspedes»⁴⁸. Aquando deste inventário, de 1753, adquiriram mais dois bispotes. Os bispotes custavam entre \$150 (1794) e \$200 réis (1743, 1750-1753)⁴⁹. O hospício da Ribeira Brava, em 1797, comprou dois penicos por \$400 réis e o convento de Câmara de Lobos comprou, em 1797, dois

⁴⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 106, 140v.º.

⁴¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 67v.º; l.º 2, fl. 53.

⁴² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 69v.º, l.º 3, fl. 56v.º.

⁴³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 58v.º; l.º 2, fl. 162.

⁴⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 46; l.º 6, fl. 66v.º.

⁴⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 12v.º, 53v.º.

⁴⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 65, 108; l.º 3, fl. 135v.º; l.º 4, fl. 74; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 15, 18v.º, 31, 41-41v.º, 46, 47v.º, 52.

⁴⁷ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 10v.º-12.

⁴⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 33.

⁴⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 67v.º; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 5v.º, 9v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 33.

penicos por \$350 réis e um por \$250 réis, em 1811, dois por \$300 réis, e em 1818, um urinol por \$300 réis⁵⁰. No convento do Funchal existia um espaço com retretes conforme a despesa da compra de «duas missagras para uma porta das cloacas»⁵¹.

Cozinhas e Refeitórios

As cozinhas e os refeitórios eram espaços de grande importância para o quotidiano dos religiosos. Os utensílios da cozinha eram distintos dos do refeitório, pois a primeira tinha por função principal a preparação das refeições e a segunda tomar as refeições, embora existam alguns utensílios comuns aos dois espaços.

Quanto aos refeitórios, no convento da Calheta, os oito inventários realizados, entre 1750 e 1781, permitem aferir os móveis e utensílios presentes neste espaço. No refeitório existiam diversos tipos de toalhas: toalhas grandes das mesas e uma adamascada. Em 1755, fizeram mais cinco toalhas novas e, em 1777, mais cinco toalhas adamascadas, acrescentadas às cinco toalhas novas de pano da terra e outras cinco usadas. Existia ainda uma toalha das mãos, de três varas, entre 15 e 22 toalhas pequenas das mesas e entre sete e 72 guardanapos. O inventário de 20 de dezembro de 1777 descreve a existência de 32 guardanapos adamascados «emperca» mandados tecer pelo padre guardião, 20 guardanapos adamascados «sem ser emperca», outros quatro guardanapos adamascados e 16 em pano de linho. No refeitório estavam um «copo grande que serve água» e vários copos (entre nove e 20) com seus pires, ora inventariados como de vidro, ora como de cristal, e referidos no inventário de 1755 que estavam oito no refeitório e 12 de resguardo na casa por cima da oficina; entre dez e 12 saleiros de «louça vidrada com seus pés e suas tapaduras»; nove albarradas de «louça vidrada novas, e em uma lhe falta a aza, todas com suas tapaduras» (nos inventários de 1777 e 1781 são mencionadas, respetivamente, seis e quatro «albarradas de louça de pedra»); dois canados de barro vidrado; oito a 12 osseiros, nove «taças de louça de Lisboa que serve de ouseiros»; uma a duas galhetas de folha-de-flandres; meia canada de folha; uma garrafa que serve de vinagre, um candeeiro de latão com cinco luzes; um pote; uma «refeição espiritual»; «um sino De Profundis»; um funil de folha; uma botija; um ferro de hóstias; uma taça em que se faz o polme, mencionado no inventário de 1767 como um «alguidar vidrado de fazer o polme das hóstias, com colher»; uma paroleira vidrada «que leva 12 canadas e serve de azeite doce»; duas palmatórias⁵² de folha-de-flandres; um retábulo da Ceia

⁵⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 38; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 96v.º, 102v.º; l.º 3, fl. 13; l.º 4, fl. 20v.º.

⁵¹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 148v.º.

⁵² Espécie de castiçal com prato e asa ou cabo.

de Nosso Senhor; um livro da regra no púlpito; dois penteadores e dois alforques. Parte destes utensílios estavam guardados no «guarda roupa que está no refeitório». O inventário de 1767 menciona nove pimenteiros, «uma lata de tirar os votos» (eleições no convento) e uma «frasqueira com 3 frascos» e os inventários de 1777 e 1781 descrevem, respetivamente, a existência de sete e seis pratos de pedra grandes; sete e quatro sopeiras de louça de pedra; 36 e 25 pratos de louça de pedra, dez e oito pratos pequenos de louça de pedra, duas taças de louça fina, sete osseiros de louça fina, nove saleiros de louça de pedra, seis saleiros, dois e um potes de barro vermelho, uma crónica da Ordem, um livro da Regra e Testamento e um sino do refeitório⁵³.

No convento da Calheta, a existência de uma bacia das barbas, uma tesoura, seis navalhas de barbear e dois penteadores pressupõe que o barbear era feito no refeitório ou na cozinha⁵⁴. No convento do Funchal, em 1815, foi comprado um «pinsél para as barbas \$300» e em diversas vezes são feitos consertos na «barbaria» ou «barbearia»⁵⁵, isto é, em espaço próprio. No convento da Calheta, em 1777, adquiriram três navalhas para a «barbearia»⁵⁶, parecendo aqui reportar-se a esta atividade.

Nos diversos conventos a louça era guardada em armários que existiam no refeitório e na cozinha⁵⁷.

Como se constata nos inventários do convento da Calheta e nos livros de receita e despesa dos restantes conventos, a louça era proveniente de vários locais e de diversos materiais. Nem sempre são aclarados os objetos de louça adquiridos, sendo registados apenas como louça. No hospício da Ribeira Brava as aquisições de louça são diferenciadas por «louça vermelha» ou «louça branca», custando a branca a \$300 réis à dúzia em meados do século XVIII⁵⁸.

A cor era um dos modos de identificar a qualidade da louça. No convento da Calheta é encontrada a identificação de «louça vermelha para a cozinha» pormenorizando-se os potes «de barro vermelho»⁵⁹. O vermelho reporta-se às peças em barro, de fabrico local ou importadas. Neste convento o barro é encontrado em «canados de barro vidrado», «alguidares de barro», «uma tijela do fogo vidrada e 3 de

⁵³ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 23, 43, 53. O refeitório do convento do Funchal também tinha um sino, tendo sido adquiridas «10 varas de guita para a portaria e sino do refeitório 1000 [réis]» (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 218).

⁵⁴ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 8v.º, 13, 43, 53.

⁵⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 218v.º; l.º 6, fls. 2, 140v.º, 182.

⁵⁶ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 46v.º. Uma navalha de barbear, na segunda metade do século XVIII custava entre \$100 e \$150 réis.

⁵⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 2, fls. 28, 46-48; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 56. Um armário para a louça, em 1818, importou em 6\$000 réis, no convento do Funchal.

⁵⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 5, 8, 32, 36, 45v.º, 47, 55v.º, 67v.º, 70, 75.

⁵⁹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 15, 43, 46-48, 52v.º.

barro pequenas»; «300 luminárias de barro» e no poial de pedra e barro «em que se põem as porções» das refeições⁶⁰. No convento de Santa Cruz a aquisição de «loija de barro da terra para uso da cozinha \$300 [réis]»⁶¹. No hospício da Ribeira Brava, em agosto de 1798, foi adquirido «um pote de barro para a copeira do refeitório»⁶².

No convento da Calheta a louça branca é referente a «osseiros de louça branca», «pratos brancos», «pote branco vidrado em que se deita a [carne de] vinha dalhos», a «6 dúzias de pratos de pedra brancos» e a «taxas brancas que servem de ouseiros»⁶³. No convento do Funchal, para o refeitório, a cor branca é utilizada nas referências a garrafas, entre janeiro de 1810 e março de 1821, importando cada uma em \$300 réis e \$730 réis⁶⁴.

No convento de Câmara de Lobos adquiriram várias peças de louça branca: em novembro de 1795, «4 dúzias de pratos brancos para uso da comunidade a 600 rs» e «6 taças brancas a 100»; em setembro de 1796, duas terrinas brancas a 1\$600 réis cada uma; em janeiro de 1800, «um [c]angirão branco, d[it].º de deitar v[inh].º na mesa \$300»; em outubro de 1802, «12 garrafas brancas 6\$000»; em julho de 1812, «4 garrafas brancas compradas a António Valério 6400 [réis]» e em novembro de 1824, «2 garrafas brancas a 800 [réis]»⁶⁵.

As referências a louça de cor azul são mais raras. No convento do Funchal, em setembro de 1818, gastaram «duas mesas de louça fina azul a 55\$000 [réis] cada uma», e em janeiro de 1824, \$400 réis por 12 «pratinhos azuis»⁶⁶.

A louça era diferenciada pela sua origem, qualidade, ou uso quotidiano ou a «fina» nas «funções» ou festividades, como se constata no convento de Câmara de Lobos. Neste convento adquiriram 12 dúzias de louça, seis de pratos e seis de sopeiras, «para serviço da comunidade», a \$650 réis cada uma (abril de 1796); «3 panelinhas de folha e 2 de louça do brasil para a cozinha \$800» (novembro de 1797); «15 pires de louça fina para o refeitório a 25 rs» (agosto de 1798); «uma mesa de louça para as funções da comunidade 32\$300 [...] frete da dita \$500»⁶⁷. As «mesas de louça», ou por outras palavras, conjuntos de louça, foram adquiridos para o convento do Funchal, por altura da festa de S. Francisco, nomeadamente, em setembro de 1811,

⁶⁰ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 23v.º, 24v.º, 42v.º, 52v.º.

⁶¹ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776).

⁶² ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 49v.º.

⁶³ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 24v.º-26v.º, 43-43v.º, 52v.º.

⁶⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 13, 46, 66v.º, 210; l.º 6, fls. 52, 99.

⁶⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 71; l.º 2, fls. 30, 72; l.º 3, fl. 27; l.º 4, fl. 120v.º.

⁶⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 57v.º, 140v.º.

⁶⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 79, 111v.º; l.º 2, fls. 5v.º, 131.

uma «mesa de louça» por 21\$200 réis e, em setembro de 1818, «duas mesas de louça fina azul a 55\$000 [réis] cada uma»⁶⁸. A aproximação de uma festa incentivava a aquisição de louça, como em setembro de 1813, este convento gastou 26\$900 réis em «louça que se comprou na função de N[osso] P[adr].^e [S. Francisco] para ficar no serviço da comunidade a saber: 10 dúzias de meios pratos 4[\$]500 [réis], quatro terrinas a 1[\$]250 [réis] cada uma 5[\$]000 [réis], 12 vidros para mostarda e sal 1[\$]200 [réis], seis saladeiras 5[\$]400 [réis], 12 copos de pé 1[\$]200 [réis]»⁶⁹. No convento do Funchal é destrinchada a louça vidrada. Em fevereiro de 1819 gastaram 1\$100 réis em «louça vidrada para a cozinha e moços» e em setembro de 1819, 1\$800 réis em «louça vidrada»⁷⁰.

A expressão de «louça vidrada» é usual. Entre outras peças vidradas refira-se: no hospício da Ribeira Brava a aquisição de cinco tigelas de fogo (\$650 réis, em julho de 1738) e de uma panela vidrada «para vir a mant[eig]a»⁷¹; no convento do Funchal uma jarra vidrada (1\$800 réis, em dezembro de 1818)⁷²; no convento da Calheta «salseiras de louça vidrada com seus pés e suas tapadouras», albarradas de louça vidrada com asas e tapadoura, paroleira vidrada «que leva 12 canadas e serve de azeite doce», «canado de louça vidrado de deitar vinho na mesa», «um pote grande vidrado, serve de botar carne de vinho de alhos», «panelinhas vidradas», «panelas vidradas» e potinhos vidrados «que servem de manteiga»⁷³.

Quanto à louça de pó de pedra, além das peças mencionadas atrás, nos inventários do convento da Calheta, é referido «6 dúzias de pratos de pedra brancos»⁷⁴, e no convento de Câmara de Lobos a aquisição de 34 pratos de pó de pedra a \$050 réis cada um (janeiro de 1798) e de duas dúzias de pratos de pó de pedra finos (1\$000 réis, em janeiro de 1800)⁷⁵. Existiam peças em pedra, como no hospício da Ribeira Brava, um gral de pedra com sua mão (\$540 réis em dezembro de 1740)⁷⁶.

Por vezes, para as funções, os religiosos iam buscar a louça a outros locais. Assim ocorreu, no convento de Câmara de Lobos, em outubro de 1824, na festa de

⁶⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 46; l.º 6, fl. 57v.º.

⁶⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 189.

⁷⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 65, 75.

⁷¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 20; l.º 2, fl. 17.

⁷² ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 63. O convento do Funchal comprou uma jarra, em 1821, por 5\$000 réis, e o convento de Câmara de Lobos outra, em 1819, por \$800 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 104v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 32v.º).

⁷³ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 17v.º, 23, 31, 42v.º, 52v.º.

⁷⁴ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 26.

⁷⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 115v.º; l.º 2, fl. 30.

⁷⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 30v.º.

S. Francisco, em que gastaram 2\$300 réis com «os moços que conduziram as louças» e em dezembro do mesmo ano, aquando de uma visita, em que pagaram \$150 réis a «um homem que trouxe e levou a louça para a mesma função [da visita]»⁷⁷.

Quanto à proveniência, como descrito atrás, a louça era de fabrico local, vinda do Brasil ou de Lisboa.

Como já descrito, no convento da Calheta, as albarradas eram objetos comuns nos refeitórios. No convento de Câmara de Lobos, entre 1793 e 1818, era habitual a aquisição de albarradas, três a seis unidades em cada compra, «para a mesa» e «para o refeitório», ao custo unitário de \$100, \$200 ou \$600 réis⁷⁸. No hospício da Ribeira Brava são habituais neste período, estando identificadas, em maio de 1742, a aquisição de cinco albarradas pequenas e um bispote, por \$400 réis e, em março de 1743, a compra de quatro albarradas brancas para a mesa, por \$400 réis⁷⁹. No convento do Funchal, exemplifica-se com a compra de uma albarrada, em outubro de 1810 (\$400 réis)⁸⁰, e no de Santa Cruz, de dez albarradas e quatro seiras, em outubro de 1776 (1\$400 réis)⁸¹.

As terrinas eram usuais no convento de Câmara de Lobos, custando, em setembro de 1796, duas brancas a 1\$600 réis à unidade e, em setembro de 1816, cinco terrinas a 1\$100 réis cada uma⁸². No do Funchal, eram comprados lotes de terrinas, entre dois e quatro, entre 1\$200 e 1\$400 cada uma⁸³.

Os potes eram usados para colocar a carne de vinho e alhos, medição do vinho e aguardente e armazenar azeite de louro. Os potes estão associados, quanto ao material, ao barro, no entanto, no hospício da Ribeira Brava é mencionado um pote de cobre que foi consertado em agosto de 1800 e julho de 1802⁸⁴. As infusas associadas ao material de barro, eram usadas nos conventos da Madeira. O convento de Santa Cruz, em 1776, comprou quatro infusas para uso da sacristia e barbearia (\$100 réis); o convento de Câmara de Lobos, em 1794, comprou três infusas (\$050 réis); o convento do Funchal, em 1816, adquiriu duas infusas para o refeitório (\$300 réis)⁸⁵.

O vidro era outro material usual nos conventos. Segundo a documentação de receita e despesa e inventários, nos espaços sagrados, o vidro era usado nas

⁷⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 4, fls. 119v.º, 122v.º.

⁷⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 14v.º, 49v.º, 87v.º; l.º 2, fls. 5v.º, 120v.º; l.º 3, fls. 71v.º, 108; l.º 4, fl. 22.

⁷⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 55v.º, 62v.º, 75; l.º 2, fls. 2, 47.

⁸⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 26.

⁸¹ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31v.º.

⁸² ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 87v.º; l.º 2, fl. 61.

⁸³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 17v.º, 26, 66v.º, 189.

⁸⁴ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 83v.º; l.º 3, fl. 14.

⁸⁵ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 29; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 41v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 27.

janelas, nos lampadários e em outros objetos, como se constata: «galhetas de vidro» com pratos de estanho (1777), «um copo de vidro da comunhão» (1777), «um copo de cristal com que se dá o lavatório» (1750). No lavatório constava um «purificador de vidro» (1777), sendo também referido como «2 purificadores de cristal com seus pires da índia» (inventários de 1755 e de 1767)⁸⁶. As galhetas podem reportar-se aos recipientes usados na celebração da missa ou para servir azeite e vinagre à mesa. Em 1804, o convento de Câmara de Lobos adquiriu uma galheta para azeite por \$400 réis⁸⁷ e o convento da Calheta inventariava galhetas em folha no refeitório.

Nos espaços profanos, o vidro era empregue nas janelas⁸⁸, na iluminação e nos objetos. Na iluminação exemplificamos as aquisições de «um vidro de alampada para o candeeiro do dormitório»⁸⁹; no convento da Calheta, em 1753, a feitura de um candeeiro novo para o dormitório (1\$850 réis) contendo um vidro (\$100 réis), e no inventário de 1755 é mencionado no granel (provavelmente em depósito) um «lampeão sextavado de vidros»⁹⁰. Já o convento do Funchal, em agosto de 1818, consertou dois lampiões e seus vidros (3\$000 réis)⁹¹.

Para o convento de Câmara de Lobos, em janeiro de 1805, foi comprada uma «manga de vidro» para o coro (2\$400 réis)⁹². Em julho de 1818, uma manga de vidro, feitio do trabalho de picheleiro e uma guita importou, ao convento do Funchal, em 4\$500 réis⁹³.

No convento de Câmara de Lobos, os candeeiros dos dormitórios e escadas foram consertados, em 1797, com três vidros⁹⁴. Os candeeiros dos dormitórios do convento do Funchal possuíam vidros, sendo consertados e adquiridos vidros novos, face à sua quebra ou mau estado⁹⁵, e em outubro de 1809, gastaram \$300 réis na compra de duas salseiras de vidro⁹⁶. O convento de Câmara de Lobos, em 1794, comprou quatro copos de vidro para os hóspedes, e em 1798, seis copos para os

⁸⁶ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 1-2v.º, 10v.º-12, 16-16v.º, 20v.º, 24v.º-26v.º, 30, 36v.º-40v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 55v.º.

⁸⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 95v.º.

⁸⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 17, 21v.º; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 36; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 25.

⁸⁹ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 15, 47v.º.

⁹⁰ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 15, 18v.º.

⁹¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 56.

⁹² ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 105v.º.

⁹³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 54v.º.

⁹⁴ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 108.

⁹⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 12v.º, 46, 211v.º.

⁹⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 5v.º. O convento do Funchal, em fevereiro de 1819, comprou «49 garrafinhas para o refeitório» por 49\$000 réis, em princípio de vidro (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 65).

religiosos⁹⁷. A mostarda e os escabeches eram comprados em «vidros», melhor dizendo, em frascos de vidro⁹⁸.

Existia alguma confusão da identificação do material dos copos e purificadores, sendo ora apontados como de vidro, ora como de cristal. Nos copos, o convento da Calheta inventaria, em 1755, «20 copos de cristal, que atualmente estão no dito refeitório e 12 de re[s?]guardo na casa por cima da oficina» e, em 1777, 18 copos de vidro⁹⁹. Pelo menos, em três momentos o convento de Câmara de Lobos comprou garrafas de cristal, nomeadamente, «2 garrafinhas de cristal» (\$700 réis, em agosto de 1798), «uma garrafinha de cristal» (\$350 réis, em janeiro de 1799) e «duas garrafas de cristal» (1\$600 réis, em agosto de 1817)¹⁰⁰.

Quanto ao espaço da cozinha, no convento de S. Bernardino, segundo o inventário de 7 de abril de 1835

«estavam: um braço de balanças de ferro com pesos de uma arroba, meia, oito libras, quatro e duas; uma panela de ferro grande; Duas ditas mais pequenas; Uma dita de chá de ferro; uma frigideira de ferro; Uma chocolateira de cobre; Uma grelha velha de ferro; Um espeto de ferro; Um barril de água; Item uma bacia velha; Uma pá de ferro de botar pão; Um tabuleiro; Um almofariz roto com seu pisão; Um armário velho; Uma pedra de filtrar água que fica no seu encaixe e lugar próprio feito para ela.»¹⁰¹

Em louças existiam: «Sete dúzias de pratos e sopeiras azuis; Quatro pratos compridos azuis; Duas terrinas azuis; Duas pudineiras azuis e seus pratinhos; Uma bacia branca; Um bule¹⁰² e uma cafeteira; Doze copos de pé, pequenos, de mesa; Cinco garrafas; Três facas e três garfos de trinchar; oito facas e dez garfos [de] cabo branco; Nove colheres de estanho»¹⁰³.

No convento da Calheta, na segunda metade do século XVIII, na cozinha, constavam pratos (variando a quantidade entre 13 e 48: em 1755, 24 pratos novos e 22 usados; em 1777, 21 pratos brancos; e em 1781, 13 pratos grossos), cubos (entre cinco e 20 unidades), quatro panelas (duas de cobre, uma grande e outra pequena, e duas de ferro, uma grande e «outra pouco menos»), um caldeirão; uma tacha

⁹⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 33; l.º 2, fl. 2.

⁹⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 26, 64, 68v.º, 189; l.º 6, fls. 6v.º, 25v.º, 54v.º, 229v.º, 239; ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 8v.º, 137; l.º 3 fls. 19v.º, 27, 42; l.º 4, fls. 40, 119.

⁹⁹ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 17v.º, 23, 42v.º, 52v.º.

¹⁰⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 5v.º, 14; l.º 3, fl. 108.

¹⁰¹ VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino [...]*, p. 73, citando ANTT, AHMF, Conventos extintos, Convento de S. Bernardino, Madeira, cx. 2267, n.º 489.

¹⁰² Em outubro de 1822, o convento de Câmara de Lobos comprou uma garrafa e um bule, por 1\$100 réis, porque o «bul [...] se quebrou» (ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 86v.º).

¹⁰³ VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino [...]*, p. 73, citando ANTT, AHMF, Conventos extintos, Convento de S. Bernardino, Madeira, cx. 2267, n.º 489.

grande de cobre, três tachos de cobre (um grande e um pequeno, um destes estanhado, e um de arame), duas tachas de arame e uma pequena (apenas nos inventários de 1777 e 1781), uma colher de cobre, duas escumadeiras, um talho e cutelo, um garfo de ferro, uma trempe de ferro, uma grelha, um espeto de ferro (três em 1781), uma frigideira de arame, duas facas, duas a quatro gamelas (grandes e pequenas), um almofariz, um gral com sua mão (no inventário de 1777, «um gral novo com duas mãos»), um navalhão de partir peixe, uma bacia dos pés, um machado, uma enxada, foices (duas da serra, uma de roçar); no inventário de 1767 é mencionado «1 foice da erva; 1 de mondar silvado e 2 da lenha»), três cordas da serra, uma candeia, um barril que serve de água, dois aventais de brim, dois panos de brim, um gancho de ferro de tirar a carne, uma cutela de partir a carne, um cepo de partir a carne, uma mesa com sua gaveta e um banco. O inventário de 1767 especifica: uma candeia de gravato (vara com um gancho); um prato de estanho de mesa; quatro colheres de pau; dois alguidares de barro; uma tigela do fogo vidrada e três de barro pequenas; um ferro de hóstias; dois cestos de vindima; e uma pia de pedra lavrada «que estava para se fazer o lavatório na casa De Profundis»¹⁰⁴. O «De Profundis» do convento da Calheta, segundo o inventário de 1771, continha uma lanterna «que se acende para os religiosos à noite quando entram a ceiar»¹⁰⁵.

Nos utensílios da cozinha sobressaem os materiais de cobre, estanho, ferro, folha e arame.

O cobre era estanhado por um caldeireiro, anualmente no convento do Funchal e com frequência quase anual nos outros conventos, devendo estar relacionada esta tarefa com a frequência do uso do material. No convento do Funchal, foram pagos: 1\$800 réis a «quem estanhou o cobre» (setembro de 1809); 6\$00 réis «por estanhar todo o cobre da cozinha» (abril de 1810); 7\$400 réis «de estanhar o cobre» (dezembro de 1810); 6\$400 réis «para quem estanhou o cobre e duas escumadeiras novas» (setembro de 1811); 6\$600 réis «ao caldeireiro de estanhar todo o cobre» (dezembro de 1812); 5\$200 réis «ao caldeireiro de estanhar o cobre da cozinha» (setembro de 1813)¹⁰⁶; 2\$860 réis «de estanhar a panela grande»¹⁰⁷. O valor gasto pelos outros conventos na realização desta tarefa permite comparar a quantidade de utensílios existentes, correlacionando-a com a dimensão de cada convento. No convento de Santa Cruz pagaram 2\$200 réis por «estanhar a maior parte do cobre da cozinha»

¹⁰⁴ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 8, 13v.º, 18, 23v.º, 31v.º, 43, 53.

¹⁰⁵ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 31, 56v.º. Em 1805, uma «lanterna de mãos» importou em \$600 réis (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 114).

¹⁰⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 4, 17v.º, 29v.º, 46, 72, 210.

¹⁰⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 85.

(outubro de 1776)¹⁰⁸. No hospício da Ribeira Brava pagaram 1\$000 réis a «quem estanhou o cobre da comunidade» (dezembro de 1803) e \$400 réis «por estanhar uma panela de cobre» (janeiro de 1805)¹⁰⁹. No convento de Câmara de Lobos despenderam 6\$600 réis «ao caldeireiro do conserto e estanhar o cobre da cozinha» (abril de 1797); 7\$000 réis «por conserto de todo o cobre da comunidade, duas frigideiras novas, um rominhol e uma caçarola» (junho de 1798); 4\$900 réis «por conserto de todo o cobre da cozinha e de estanhar» (janeiro de 1800); 6\$000 réis «para estanhar todo o cobre da comunidade» (julho de 1801); e 4\$200 réis ao «caldeireiro de estanhar todo o cobre e conserto» (setembro de 1810)¹¹⁰. Em agosto de 1795, o caldeireiro foi designado de «estanhadeiro [...] que estanhou as panelas, tachas e caldeirão da cozinha»¹¹¹.

Entre os objetos de cobre existem referências a compras: no convento de Câmara de Lobos, duas vasilhas de cobre da cozinha, uma colher de cobre (\$400 réis, em janeiro de 1797), duas frigideiras, um rominhol e uma caçarola (3\$000 réis, em dezembro de 1817)¹¹²; no convento do Funchal, nos livros de receita e despesa, são aclarados: quatro panelas de cobre (12\$300 réis, em novembro de 1810), duas escumadeiras, «um caldeirão grande» (20\$000 réis, em julho de 1818), dois tabuleiros (1818), uma panela (6\$000 réis, em junho de 1821), e uma tacha¹¹³; no convento de Santa Cruz, duas panelas de cobre¹¹⁴; no hospício da Ribeira Brava, panela, tacho, tacha, frigideira de cobre estanhada (com o peso de cinco libras, 1\$600 réis, em maio de 1742), uma tacha nova (\$900 réis, em dezembro de 1794), pote, tachico¹¹⁵; e no da Calheta, caldeirinha, duas panelas, tachas, tacha baixa (4\$800 réis, em 1767), tachos, colheres e frigideira.

O convento do Funchal possuía caçarolas, de cobre estanhado, com os respetivos cabos. O convento do Funchal, em 1824, pagou \$100 réis ao caldeireiro para «pregar o cabo a uma caçarola» e, em 1817, pagou 2\$800 réis por duas caçarolas¹¹⁶.

O bronze é referido no hospício da Ribeira Brava, nomeadamente, «uma mão de almofariz de bronze que se comprou para pagar a seu dono que a furtaram», tendo sido pago 1\$200 réis por um «almofariz novo com sua mão»¹¹⁷, e no convento

¹⁰⁸ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31.

¹⁰⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fls. 30, 42.

¹¹⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 99; l.º 2, fls. 3, 31, 53v.º; l.º 3, fl. 12.

¹¹¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 65.

¹¹² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 20v.º, l.º 2, fl. 3; l.º 3, fl. 65v.º; l.º 4, fl. 7.

¹¹³ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 27v.º, 46; l.º 6, fls. 54v.º, 59v.º, 104v.º, 169.

¹¹⁴ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 28.

¹¹⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 23v.º, 47, 51v.º, 55v.º; l.º 2, fls. 2, 84; l.º 3, fl. 14.

¹¹⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 31v.º; l.º 6, fl. 147.

¹¹⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 23v.º.

de Câmara de Lobos na compra de um almofariz por 2\$000 réis¹¹⁸. O estanho foi designado no hospício da Ribeira Brava, em janeiro de 1739, aquando da aquisição de quatro colheres de estanho, a \$050 réis cada uma; e no convento da Calheta, «um prato de estanho de mesa da cozinha» e nos objetos sagrados, como um lampadário de estanho, dois pratinhos em estanho das galhetas. O latão, material menos referido, estava presente, no convento da Calheta, nos candeeiros, nos perfumadores, nos lampadários e nas seringas, e no do Funchal em castiçais¹¹⁹. Poderá existir alguma confusão nos registos dos conventos na identificação dos metais do cobre, estanho, latão e bronze.

Os utensílios em arame são referenciados no hospício da Ribeira Brava, especificamente, «uma bacia grande de arame», em novembro de 1736¹²⁰, e no convento da Calheta, com um tacho, tachas (uma tacha, 2\$100 réis, em 1767; uma tacha com cinco libras, 2\$500 réis, em 1777; uma tacha pequena de arame, \$500 réis, em 1777), duas escumadeiras, uma frigideira e uma panela¹²¹.

Os utensílios em arame deverão corresponder aos designados em «folha». Os conventos da Madeira possuíam diversos objetos de «folha»: candeeiros (\$200 réis, 1805; \$500 réis, 1816), candeias (\$250 réis, 1798), castiçais, aguadores, lagartixeiros (\$500 réis, 1819), panelinhas, painelas (\$450 réis e \$500 réis, 1803; \$600 réis, 1806), tabuleiros, escumadeiras, pratinhos, galhetas, bacias (\$500 réis, 1809), funis (\$200 réis, 1811), «meia canada» e «galão»¹²². Em folha-de-flandres existiam diversos objetos: o hospício da Ribeira Brava, em 1805, adquiriu uma panelinha (\$300 réis); o convento do Funchal, «27 pratinhos de folha de Flandres para as salseiras» (1\$100 réis); o convento de Câmara de Lobos, um funil (\$200 réis) e um aguador (\$800 réis) e em 1794 adquiriu «4 bayas de folha de Flandres pra os candeeiros \$100»¹²³. O convento da Calheta possuía, em 1767, em folha-de-flandres, duas palmatórias e dois funis¹²⁴.

Quanto aos utensílios em ferro refira-se os que serviam para cozinhar no fogo: no convento do Funchal, uma panela de ferro com tampa, uma pá de ferro para o

¹¹⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 108.

¹¹⁹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 20v.º, 23, 31, 42v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 12v.º.

¹²⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 6.

¹²¹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 26v.º, 47.

¹²² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 5v.º; l.º 6, fls. 70v.º, 225v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 111v.º, 116v.º; l.º 2, fls. 2, 120v.º, 125v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 21, 36, 67v.º; l.º 2, fl. 51v.º; l.º 3, fls. 27v.º, 30; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 4, 8v.º, 40v.º, 52v.º, 57.

¹²³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 48; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 9; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 25v.º, 26v.º, 45.

¹²⁴ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 23.

forno (\$700 réis, em julho de 1821), uma grelha de ferro (1\$000 réis, em junho de 1825)¹²⁵; no de Câmara de Lobos, uma frigideira (\$800 réis, em novembro de 1797), duas panelas de ferro com 53,5 libras (a \$060 réis à libra, em janeiro de 1800), uma panela (1\$000 réis, em outubro de 1803), uma panela (\$840 réis, em dezembro de 1805), uma pá de ferro para o forno (\$400 réis, em setembro de 1811)¹²⁶; no hospício da Ribeira Brava, uma frigideira de ferro (\$800 réis, em dezembro de 1794), uma panela de ferro (2\$400 réis, em outubro de 1799), uma frigideira de ferro (1\$000 réis, em novembro de 1806)¹²⁷; no convento da Calheta, uma tempre, três espetos, um garfo, um gancho de tirar a carne, um ferro das hóstias (4\$000 réis, em 1771). Outros objetos seriam em ferro como as grelhas, cutelos e espetos.

O convento de Câmara de Lobos revela a existência de uma «assadeira», adquirida por 3\$200 réis, em 1818, objeto que seria usual nos outros conventos para a realização dos assados¹²⁸.

Na cozinha e refeitório, alguns dos utensílios eram de madeira. Em março de 1819, o convento do Funchal adquiriu duas colheres de pau por \$100 réis¹²⁹; o convento da Calheta, no inventário de 1767, assentava quatro colheres de pau e, em 1755, adquiriu duas escudelas «de páo» para comerem os moços e os pobres¹³⁰, deduzindo-se que deveriam servir-se em conjunto das mesmas escudelas.

Nos conventos amassava-se o pão, existindo espaços próprios para este fim em alguns conventos, denominados de amassarias nos conventos de Santa Cruz, Calheta e Câmara de Lobos. O convento da Calheta tinha duas fornalhas feitas de novo, em 1777, tendo um pedreiro recebido 1\$500 réis pelo serviço e condução das pedras e gasto \$300 réis em dois arcos de ferro para as mesmas. Neste convento, na «amassaria» constavam um alguidar de amassar grande «assentado em pedra e cal», uma banca, um tabuleiro, uma tendeira, um pano de cobrir o pão, duas peneiras – uma alva e uma de rala, uma peneira de seda, duas alcofas¹³¹,

¹²⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 61, 106, 161.

¹²⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 111v.º; l.º 2, fls. 30, 87, 123v.º.

¹²⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 2, 67v.º; l.º 3, fls. 65v.º.

¹²⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 14v.º.

¹²⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 66v.º.

¹³⁰ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 21, 23v.º.

¹³¹ Os outros conventos da Madeira também possuíam alcofas. O convento do Funchal, em 1812, adquiriu «alcofas para uso da comunidade \$900» (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 56v.º); o convento de Câmara de Lobos, em 1795, «uma alcoufa para a farinha \$300» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 52); e o hospício da Ribeira Brava, em 1804, «uma alcoufa para farinha \$500» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 32). O convento da Calheta, em 1777, comprou uma alcoufa, por \$200 réis, para a amassaria (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 47v.º).

uma joeira¹³² e uma pá de ferro¹³³. O convento do Funchal, em setembro de 1808 construiu um novo forno tendo gasto:

«Por 3 lajes para o forno a 1200 cada uma 3\$600 / Para um servente 13 dias a 500 6\$500 / Para 55 palmos de cantaria para o forno a 400 palmo 22\$000 / Por carroto da dita 2\$500 / Para 8 moios de areia para o forno a 800 6\$400 / Por 2 moios e 15 alqueires de cal para o dito a 120 rs alqueire 16\$200 / Por carroto da dita \$900 / Para 23 dias ao M[estr].^e Silvestre pedreiro a 900 rs por dia 20\$700 / Por 7 dias ao M[estr].^e carpinteiro José Joaquim a 900 6\$300 / Para pregos 1\$200»¹³⁴.

Em alguns inventários estes utensílios são dados como pertencentes à cozinha, pelo que o espaço da amassaria deveria estar incluído na cozinha.

Para a confeção do pão, o convento de Câmara de Lobos, em julho de 1820, gastou em «8 varas de linhage para toalhas e tendal para a cozinha 1\$600; por um cobertor para o tabuleiro 2\$600; Por 2 peneiras 1000, uma pá de deitar pão no forno 600; Para uma tendedeira 600»¹³⁵. Para o mesmo fim o hospício da Ribeira Brava possuía dois fornos e alguidar apoiado num pegão. Um alguidar de amassar e duas peneiras, em novembro de 1796, importaram em 1\$600 réis¹³⁶.

As peneiras usadas sobretudo para peneirar a farinha eram objetos comuns aos cinco espaços conventuais masculinos da Madeira. Os conventos da Calheta e de Câmara de Lobos revelam através dos inventários e aquisições que eram para a «amassaria» e o hospício da Ribeira Brava comprou duas peneiras juntamente com um «alguidar de amassar»¹³⁷. Nas tipologias das peneiras são distinguidas as peneiras alvas ou de seda e as peneiras ralas. As peneiras custavam entre os \$200 réis e os \$800 réis, sendo os preços semelhantes entre as duas tipologias. O convento de Câmara de Lobos, em novembro de 1799, adquiriu duas peneiras, uma alva por \$350 réis e uma rala por \$400 réis e o convento do Funchal, em junho de 1823, comprou uma peneira de seda por \$500 réis e outra rala por \$400 réis¹³⁸.

Nos conventos era corrente a compra de copos, taças e pratos, por serem objetos de muito uso e quebravam-se com facilidade, dada a fragilidade do material.

¹³² Uma joeira custava \$100 réis, na década de 1740, e entre \$150 e \$300 réis, em finais do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 12v.º; l.º 2, fl. 41; l.º 3, fl. 55v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 4v.º, 156; l.º 3, fls. 7, 79; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 28).

¹³³ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 43.

¹³⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 6v.º

¹³⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 53v.º.

¹³⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 30v.º, 45, l.º 2, fls. 30v.º, 39. Consertaram os fornos em dezembro de 1739, maio de 1741 e setembro de 1797.

¹³⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 2; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 23v.º.

¹³⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 27v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 132v.º.

Quanto aos copos, além do material de vidro ou cristal, são diferenciados quanto ao aspeto (de pé, de pé fino, lavrados e grandes), à função ou quanto aos usuários dos mesmos (de água, de ração ou «reção», para o refeitório, para a mesa, para a comunidade, para hóspedes). Os copos grandes serviam para beber água e os de «reção» ou «ração» deveriam corresponder à porção de vinho que bebiam às refeições¹³⁹. Relativamente aos copos são referidas algumas particularidades. No convento de Câmara de Lobos, em novembro de 1799, adquiriram seis tapadouras torneadas «de copos de reção»¹⁴⁰. Nos copos é referido no convento de Câmara de Lobos um canjirão (\$200 réis, em 1818), e no convento do Funchal um canjirão para o refeitório (\$200 réis, em 1810) e um canjirão de bico (\$300 réis, em 1825)¹⁴¹.

Nos pratos, quase sempre comprados às dúzias, eram diferenciados quanto ao material (barro, pó de pedra). Quanto à sua qualidade, o convento da Calheta inventariava, em 1771, «12 pratos do comum na cozinha»; em 1777, 48 pratos grossos; e em 1781, 13 pratos grossos¹⁴². Estes pratos grossos eram para «uso da comunidade», isto é, para uso diário, como foi assentado no convento de Câmara de Lobos, em 1798, na compra de três dúzias de pratos grossos (uma a \$500 réis e as outras a \$400 réis)¹⁴³.

¹³⁹ Apresentamos algumas aquisições de copos, tipologias e valores e que permitem diferenciar os mesmos e verificar a evolução dos preços ao longo de finais do século XVIII e inícios do século XIX. No hospício da Ribeira Brava: oito copos, \$400 réis (1738); quatro copos para o refeitório, \$400 réis (1801); um copo, \$100 réis (1805); oito copos, \$800 réis (1805); seis copos «para a comunidade», \$900 réis (1806) (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 21v.º, l.º 3, fls. 3v.º, 47, 52v.º, 65v.º). No convento de Câmara de Lobos: dois copos para a água, \$400 réis (1793); quatro copos «para a mesa», \$400 réis (1793); quatro copos de «vidro para hóspedes», \$400 réis (1794); dois copos grandes para a água, \$400 réis (1795); seis copos para o refeitório, \$600 réis (1797); dois copos para água a \$200 réis e quatro copos a \$100 réis (1797); seis copos de vidro «para as reções dos religiosos», \$600 réis (1798); seis copos para o refeitório, \$900 réis (1800); 24 copos de pé «para uso da comunidade», 3\$600 réis (1801); três dúzias de copos de pé, 2\$700 réis e dois copos «para água», \$600 réis (1802); seis copos para o refeitório, \$600 réis (1802); seis copos, \$600 réis (1803); dois copos para água, \$600 réis (1804), seis copos, \$600 réis (1805); seis copos do refeitório, \$600 réis (1806); cinco dúzias de copos de pé, 4\$500 réis (1806); seis copos «para a mesa», \$900 réis (1807); oito copos «para a mesa» (1808); três dúzias de copos, 3\$600 réis; quatro copos de água, 1\$200 réis (1817); um «copo de beber água 200 réis, 5 ditos de reção 500 rs» (1821); «6 copos a 100 e ditos grandes a 300 [réis]» (1824) (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 8v.º, 16, 33, 71, 104v.º, 106v.º; l.º 2, fls. 2, 42v.º, 49, 61, 87, 95v.º, 122, 130, 136, 143, 156; l.º 3, fls. 91v.º, 108; l.º 4, fls. 75, 120v.º). No convento do Funchal: 18 copos, 1\$600 réis (1809); «24 copos para o refeitório», 2\$400 réis (1810); quatro dúzias de copos a diversos preços, 4\$050 réis (1811); 12 copos de pé, 1\$200 réis (1813); 12 copos de «ração», 1\$000 réis e duas dúzias de copos de pé, 2\$000 réis (1814); 12 copos de «ração», 1\$000 réis (1815); uma dúzia de copos, \$800 réis (1818); três dúzias de «copos de pé finos», 5\$000 réis (1818); duas dúzias de copos, 2\$400 réis (1818); quatro dúzias de copos lavrados (1819); 24 copos, \$700 réis (1823); copos de «reção», 1\$000 réis (1825); 12 copos de «reção», 1\$000 réis (1825); três dúzias de copos de «reção», 2\$000 réis (1826); uma dúzia de copos de «ração» (1832) (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8v.º, 27v.º, 46, 189, 210; l.º 6, fls. 6, 48, 56, 57v.º, 66v.º, 131v.º, 161, 166v.º, 170, 232v.º).

¹⁴⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 27v.º.

¹⁴¹ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 19v.º; CSFF, l.º 5, fl. 14; l.º 6, fl. 160.

¹⁴² ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 31v.º, 47, 53.

¹⁴³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 115; l.º 2, fl. 2v.º.

Por outro lado, existiam pratos de melhor qualidade, inventariados no convento da Calheta, como em 1767 «18 pratos de louça fina»¹⁴⁴.

Consoante a função dos pratos era usual nos conventos a existência de pratos de diversos tamanhos. Os pratos «compridos» eram adquiridos entre os \$100 e os \$400 réis à unidade. No convento do Funchal, em 1819, adquiriram dez pratos compridos por 1\$000 réis e no convento de Câmara de Lobos adquiriram, em 1797, seis pratos «compridos sortiados» por 1\$300 réis; em 1798, seis pratos compridos «por diversos preços» por 2\$300 réis; e em 1802, 12 pratos compridos a \$400 réis cada um¹⁴⁵. Os pratos compridos deverão corresponder a travessas, termo não usado na documentação conventual, face ao seu formato e valor elevado. O convento da Calheta, em 1767, inventariava 11 «pratos grandes de louça de pedra». Em oposição aos pratos grandes este convento registava seis «dúzias pequenas da dita louça a saber duas dúzias de sopeiras e quatro de pratos, 18 pires da mesma louça»¹⁴⁶, sendo assim, nos pratos pequenos, englobados as sopeiras e os pires.

As sopeiras custavam o mesmo que um prato e eram muitas vezes compradas em simultâneo. No hospício da Ribeira Brava, não é usado o termo sopeira, o que não invalida que não comessem sopa ou caldo, que poderiam ser servidas em taças, pois neste convento é habitual a compra de taças em conjunto com pratos. A aquisição pelo convento de Câmara de Lobos de «6 tacinhas para o caldo a 100» réis cada uma¹⁴⁷, em 1799, corrobora que as tacinhas ou taças eram usadas para servir sopa ou caldo.

Os pires serviam para colocar os copos, como os de tomar chá. Nos diversos inventários do convento da Calheta é habitual a sua existência, encontrando-se referência a: «11 pires dos ditos» (copos) e «9 pires de copos»¹⁴⁸. O convento de Câmara de Lobos, em 1811, adquiriu «12 xícaras e 12 pires» por 1\$800 réis, e em 1798 havia adquirido 15 pires de louça fina, para o refeitório, a \$025 réis cada um¹⁴⁹. Os pires eram usados para servir «doce». Por altura da festa de S. Francisco, o convento do Funchal adquiriu cinco dúzias de «pires para doce», pelo preço de 2\$000 réis¹⁵⁰.

Numa compra, em 1816, do convento de Câmara de Lobos, é feita a distinção entre os vários tipos de pratos incluindo os pequenos: «seis dúzias de pratos 3\$000, 4 dúzias de sopeiras 2\$000, 4 dúzias de pratos pequenos 1\$600, duas dúzias

¹⁴⁴ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 23.

¹⁴⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 72v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 106v.º, 115; l.º 2, fl. 61v.º.

¹⁴⁶ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 23.

¹⁴⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 27.

¹⁴⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 10v.º-12, 42v.º, 52v.º.

¹⁴⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 5v.º; l.º 3, fl. 12.

¹⁵⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 163v.º.

mais pequenos \$600»¹⁵¹, correspondendo estes últimos aos pires, pelo seu preço. No convento do Funchal, em 1812, compraram cinco dúzias de pratos pequenos por 1\$500 réis¹⁵². Os pratos pequenos encontravam-se inventariados no convento da Calheta¹⁵³. É registado, no convento do Funchal, a aquisição de dez dúzias de meios pratos, por 4\$500 réis, em setembro de 1813¹⁵⁴.

Os pratos eram dos utensílios da cozinha com maiores aquisições, sobretudo pelo convento do Funchal, pois além da louça do uso diário e das festividades, realizavam-se os jantares das reuniões dos Capítulos, o que tudo contribuía para o desgaste e quebra da mesma, pelo que era necessária uma constante renovação¹⁵⁵.

¹⁵¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 91v.º.

¹⁵² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 66v.º.

¹⁵³ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 42v.º, 52v.º.

¹⁵⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 189.

¹⁵⁵ Apresentamos algumas aquisições de pratos e sopeiras, tipologias e valores. No convento do Funchal: dez dúzias de pratos (5\$000 réis, março de 1810); 24 pratos (1\$200 réis, outubro de 1810); 12 dúzias de pratos e sopeiras a \$500 réis à dúzia (6\$000 réis) e cinco dúzias de pratos pequenos (1\$500 réis, setembro de 1812); dez dúzias de meios pratos (4\$500 réis, setembro de 1813); oito pratos (6\$400 réis, outubro de 1813); cinco dúzias de pratos (3\$000 réis, maio de 1814); seis dúzias de pratos e três dúzias de sopeiras a \$600 réis (5\$400 réis) e 12 pratos compridos (2\$000 réis, setembro de 1814); seis dúzias de pratos (2\$100 réis) e duas dúzias de sopeiras (1\$000 réis, abril de 1815); 20 dúzias de pratos e sopeiras a \$450 réis à dúzia (9\$000 réis, junho de 1816); 18 dúzias de pratos, 12 dúzias a \$400 réis e seis a \$350 réis (6\$900 réis, setembro de 1816); 14 dúzias de pratos (7\$000 réis, março de 1818); 24 dúzias de pratos (março de 1819); dez pratos compridos (1\$000 réis, julho de 1819); seis dúzias de pratos e sopeiras (2\$400 réis, março de 1821); cinco dúzias de pratos e sopeiras a \$600 réis (3\$000 réis, janeiro de 1822); seis dúzias de pratos (3\$000 réis, dezembro de 1822); seis dúzias de pratos e quatro de sopeiras a \$500 réis à dúzias (5\$000 réis, abril de 1824); três dúzias de pratos (1\$500 réis, junho de 1825); seis dúzias de pratos e sopeiras (3\$000 réis, dezembro de 1825); três dúzias de pratos, sopeiras e cubos (3\$000 réis, janeiro de 1827); 32 pratos (1\$600 réis, abril de 1828); seis dúzias de pratos e uma dúzia e meia de sopeiras a \$500 réis à dúzia (3\$750 réis, março de 1829); duas dúzias de pratos (\$800 réis, abril de 1832); duas dúzias de pratos (1\$000 réis, outubro de 1832) (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 17v.º, 26, 66v.º, 188, 190, 203v.º, 210, 225; l.º 6, fls. 20, 23v.º, 48, 66v.º, 72v.º, 99, 113, 124, 143v.º, 161, 166v.º, 177, 188v.º, 201v.º, 234v.º, 239). No convento de Câmara de Lobos: quatro dúzias de pratos brancos «para uso da comunidade» (2\$400 réis, novembro de 1795); seis dúzias de pratos e seis dúzias de sopeiras (7\$800 réis, abril de 1796); seis pratos compridos «sortiados» (1\$300 réis, agosto de 1797); uma dúzia de pratos «grossos para uso da comunidade» (\$500 réis), seis pratos compridos (2\$300 réis) e 34 pratos de pó de pedra «para a comunidade» (1\$200 réis, janeiro de 1798); 24 pratos «grossos para uso da comunidade» (\$800 réis, maio de 1798); duas dúzias de pratos de «pó de pedra finos» (1\$000 réis, janeiro de 1800); 12 pratos compridos (4\$800 réis) e 12 pratos pequenos (3\$600 réis, fevereiro de 1802); seis dúzias de pratos e três dúzias de sopeiras (6\$400 réis e pelo frete \$100 réis, abril de 1804); quatro dúzias de pratos e duas dúzias de sopeiras (3\$600 réis, fevereiro de 1812); seis dúzias de pratos e sopeiras (setembro de 1812); quatro dúzias de pratos e duas dúzias de sopeiras (3\$600 réis, outubro de 1813); quatro dúzias de pratos e duas dúzias de sopeiras (3\$600 réis, outubro de 1814); seis dúzias de pratos (3\$000 réis), quatro dúzias de sopeiras (2\$000 réis), quatro dúzias de pratos pequenos (1\$600 réis) e duas dúzias de pratos mais pequenos (\$600 réis, setembro de 1816); quatro dúzias de pratos e duas dúzias de sopeiras (3\$600 réis, agosto de 1817); seis dúzias de pratos e sopeiras (3\$000 réis, outubro de 1821); quatro dúzias de pratos (2\$000 réis, outubro de 1822); uma dúzia de pratos e sopeiras (1\$100 réis, outubro de 1823); duas dúzias de pratos e sopeiras (maio de 1824) (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 71, 79, 106v.º, 115, 115v.º; l.º 2, fls. 2, 30, 61, 95v.º; l.º 3, fls. 19v.º, 29v.º, 49v.º, 63v.º, 91v.º, 108; l.º 4, fls. 72v.º, 86, 105, 114).

Como já escrevemos, no hospício da Ribeira Brava não se encontra o termo sopeira, podendo equivaler ao uso de taças. Neste hospício adquiriram, no início do século XIX, dez taças, em 1801, e quatro taças, em 1802, a \$100 réis à unidade, «para uso da comunidade»¹⁵⁶. Estes tipos de taças eram «pequenas», pois com este adjetivo foi registada uma outra compra de quatro taças, neste ano de 1802 ao mesmo custo unitário, sendo assentada em simultâneo a compra de «3 taças grandes para osseiros a 300 rs» cada uma¹⁵⁷. No convento da Calheta as taças eram designadas, esporadicamente, de osseiros, pois deveriam também ter a função de colocar os ossos das refeições. No inventário do convento da Calheta, de 1767, é registado «9 taças de louça de Lisboa que serve de ouseiros». Neste convento é habitual o assento nos inventários de oito a nove osseiros, sendo registados no inventário de 1777 «7 oceiros de louça fina» e «2 taças de louça fina» e no de 1781 «7 osseiros de louça branca»¹⁵⁸. Nos conventos de Santa Cruz, Funchal e Câmara de Lobos não é utilizado o termo osseiro.

No convento de Câmara de Lobos são distinguidas as taças «para uso da comunidade» ou «para o refeitório», ou seja, para o uso diário, adquiridas em lotes de quatro a nove, ao custo unitário de \$050 réis ou \$100 réis. Em duas aquisições são mencionadas o aspeto das taças: como «6 taças brancas a 100» réis cada uma (1795) e «taças pintadas p[a]r[a o] Ref[eito]r[i]o» (1824)¹⁵⁹. As taças eram muito usuais para a colocação do «doce», servido ou ofertado em bandejas nas festas¹⁶⁰. A título de exemplo refira-se no convento de Câmara de Lobos «uma taça de doce de ameixa para o jantar do sobredito juiz do Resíduo» (1795) e duas «taças de doce» na visita (1824); no convento de Santa Cruz «uma taça de casca de calda e outra de limão» (1776); e, no convento do Funchal, a aquisição de «3 dúzias de taças para doce a 75 [réis à] dúzia» (1813) e «4 taças para as bandejas 400 [réis]» (1823)¹⁶¹.

No convento de Câmara de Lobos, como já escrevemos, eram usadas tacinhas para comer o caldo, adquiridas, entre 1797 e 1799, entre \$075 réis e \$200 réis¹⁶². Neste convento realce-se a compra, em 1817, de um «jarro e taça de lavar» por \$600 réis¹⁶³,

¹⁵⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fls. 3v.º, 17.

¹⁵⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 19.

¹⁵⁸ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 17v.º, 23, 42v.º, 52v.º.

¹⁵⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 71; l.º 4, fl. 114.

¹⁶⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 63v.º; l.º 2, fl. 13v.º; l.º 4, fl. 122v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 190; l.º 6, fls. 59v.º, 136v.º, 150v.º, 154, 173v.º, 229v.º, 238.

¹⁶¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 63v.º; l.º 4, fl. 122v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 37v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 190; l.º 6, fl. 136v.º.

¹⁶² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 106v.º, 115v.º, l.º 2, fl. 27.

¹⁶³ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 3.

que deveria corresponder a um conjunto de lavatório. O convento do Funchal, em 1818, consertou o «jarro do lavatório» por 2\$800 réis¹⁶⁴, que deveria ser em metal.

As tigelas eram outro utensílio presente nos conventos. No inventário do convento da Calheta, de 1767, é referido «1 tijela do fogo vidrada e 3 de barro pequenas»¹⁶⁵, assim dizendo, existiam diversos tipos de tigelas, as maiores e vidradas que serviam para cozinhar os alimentos e outras mais pequenas usadas para servi-los. Este convento inventaria «2 tijelas do fogo», em 1750¹⁶⁶. As tijelas de fogo não são muito comuns, existindo além destas referências apenas, no hospício da Ribeira Brava, entre 1738 e 1740, pelo que poderiam estar em desuso a partir de finais do século XVIII, em detrimento dos metais. No hospício da Ribeira Brava adquiriram, em julho de 1738, duas «tigellas de fogo» a \$100 réis cada uma, e cinco «tigellas de fogo vidradas» por \$650 réis e, em abril de 1740, duas «tijelas de fogo» a \$100 réis¹⁶⁷. No convento do Funchal eram usados archotes com alcatrão na festa de S. Francisco¹⁶⁸, e neste e no de Câmara de Lobos, tigelas com alcatrão para iluminar os espaços nas novenas das festas. No convento de Câmara de Lobos, em junho de 1796, compraram 60 tigelas de alcatrão a \$005 réis cada uma, para a festividade de S. Bernardino, e no convento do Funchal, em abril de 1811, gastaram \$400 réis em «tijelas para a torre» para iluminá-la com alcatrão e, em julho de 1819, \$600 réis em «6 dúzias de tijelas para alcatrão»¹⁶⁹.

Nos refeitórios e cozinhas dos conventos eram usados cubos, adquiridos muitas vezes, em remessas com outra louça como os pratos e sopeiras, como se identifica nas aquisições do convento de S. Bernardino, em maio de 1824, de «2 dúzias de pratos, sopeiras e 6 cubos para o Refeitório 1\$500» e do convento de S. Francisco, em janeiro de 1827, de «3 dúzias de pratos e sopeiras e cubos 3\$000»¹⁷⁰. No início do século XIX, os cubos eram adquiridos a vários preços, sendo o mais usual e barato a \$050 réis à unidade¹⁷¹, podendo custar, no entanto, mais de \$500 réis à unidade como ocorreu na compra do convento do Funchal, em 1832, com seis cubos que custaram

¹⁶⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 48.

¹⁶⁵ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 23v.º.

¹⁶⁶ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 3.

¹⁶⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 20, 33v.º.

¹⁶⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 59v.º (outubro de 1818), 76v.º (outubro de 1819), 230 (outubro de 1831).

¹⁶⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 83; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 35v.º.

¹⁷⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 114; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 177.

¹⁷¹ No convento do Funchal: 12 cubos, \$600 réis (março de 1815); uma dúzia e meia de cubos, \$900 réis (janeiro de 1822); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 223v.º; l.º 6, fl. 113). No hospício da Ribeira Brava: «Por 7 pratos e 6 cubos \$300» réis, em maio de 1740 (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 36).

3\$500 réis¹⁷², podendo esta variação estar correlacionada com a sua qualidade. O convento da Calheta, nos diversos inventários, assentava a existência na cozinha de 17 a 20 cubos, entre 1750 e 1755, e de cinco a 12 entre 1772 e 1781. Segundo esta documentação, os cubos correspondem a uma peça de louça, que ora parecem equivaler a sopeiras e outras vezes diferem destas e dos pratos. Desconhece-se tanto a sua utilidade como se este termo (“cubos”) era usado nos conventos fora da Madeira ou em outros inventários de louça.

Na louça, de cerâmica, eram usadas as saladeiras. O convento do Funchal, em setembro de 1813, adquiriu seis saladeiras por 5\$400 réis¹⁷³.

Embora os inventários mencionados atrás dos conventos da Calheta e de Câmara de Lobos demonstrem os vários utensílios existentes nos refeitórios e cozinhas, apresentamos algumas particularidades sobre os mesmos.

A selha era um objeto muito usado no quotidiano dos conventos. As selhas eram feitas por um tanoeiro, em madeira «com arcos de ferro»¹⁷⁴, à semelhança de uma tina de madeira, mas com as paredes mais baixas. As selhas eram usadas no «serviço da cozinha», «para lavar a louça», «para salgar carne» ou «que serve de sal» ou para usar «debaixo das vasilhas que se tira o vinho, e de trasfega»¹⁷⁵. O preço de uma selha variava consoante o seu tamanho, custando entre \$100 e \$800 réis.

Na cozinha, as escumadeiras, também denominadas de espumadeiras¹⁷⁶, eram de cobre, estanho, arame ou folha-de-flandres e tinham um custo variável entre \$200 réis (1794) e \$400 réis (1823)¹⁷⁷.

As frigideiras, presentes nas cozinhas de todos os conventos¹⁷⁸, denominadas no convento de Câmara de Lobos de «fritadeira» (\$700 réis, em 1803)¹⁷⁹, eram de ferro, arame ou cobre estanhado e custavam, consoante o material e dimensão, entre os \$400 réis (hospício da Ribeira Brava, 1799) e os 2\$600 réis (convento do Funchal, 1826)¹⁸⁰.

¹⁷² ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 236v.º.

¹⁷³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 189.

¹⁷⁴ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 13v.º; ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 18.

¹⁷⁵ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 55v.º, 79; l.º 3, fl. 8; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 66v.º; ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 18.

¹⁷⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 33; l.º 2, fl. 75, 88v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 61.

¹⁷⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 33; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 131v.º.

¹⁷⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 8, 13v.º, 18, 23v.º, 31v.º, 43v.º, 53; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 111v.º; l.º 2, fls. 2, 3, 115v.º; l.º 3, fl. 11v.º; l.º 4, fls. 35v.º, 109v.º, 116; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 28, 38; ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 5v.º, 26; l.º 6, fls. 56, 166v.º, 167v.º, 232v.º.

¹⁷⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 87.

¹⁸⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 67v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 167v.º.

Nos talheres são, às vezes, diferenciados os de uso na cozinha dos usados no refeitório «à mesa». Quando identificados os materiais são referidos os metais, como o estanho e o cobre, e nas colheres ainda as de «pau».

O hospício da Ribeira Brava, em 1739, adquiriu quatro colheres de estanho a \$050 réis cada uma¹⁸¹. O convento da Calheta inventariava, em 1750, uma colher de cobre, tendo adquirido outra, em 1751, por \$450 réis¹⁸². O convento de Câmara de Lobos, em 1797, adquiriu outra de cobre «para a cozinha», ou seja, para preparar as refeições, por \$400 réis¹⁸³, e seis colheres de «mesa de casquinha» a 400 (réis) cada uma, em princípio usadas para servir à «mesa». Para tomar as refeições, este convento adquiriu, em 1798, oito colheres de «metal fino» (\$100 réis cada uma) e um talher (2\$800 réis)¹⁸⁴; em 1802, uma dúzia de colheres (2\$000 réis), uma dúzia de facas e garfos (2\$000 réis) e um talher (2\$000 réis)¹⁸⁵. As colheres, facas e garfos eram adquiridos a diversos preços, consoante a sua qualidade, material e tamanho¹⁸⁶.

Para uso na cozinha, o convento da Calheta possuía um «garfo de ferro» e o convento de Câmara de Lobos, em 1794, consertou o «garfo de tirar carne da panela» (\$050 réis)¹⁸⁷.

Nos instrumentos de corte, o convento da Calheta possuía na cozinha «2 facas pequenas», «1 navalhão de partir peixe» ou um «facão do peixe», «um cepo de amoreira de picar a carne com sua cutela», e, no inventário de 1750, «seis navalhas de barbear». O hospício da Ribeira Brava especifica «um navalhão para o peixe» (\$500 réis, em 1737) e «uma machada para picar a carne» (\$150 réis, em 1799); o convento de Câmara de Lobos, «uma machada nova para cortar a carne \$400» e um «facão»¹⁸⁸.

¹⁸¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 23v.º.

¹⁸² ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 9v.º.

¹⁸³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 95.

¹⁸⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 5v.º.

¹⁸⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 72.

¹⁸⁶ Vejamos outras aquisições de colheres, garfos e facas pelos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal. No convento do Funchal: «duas dúzias de facas e garfos» (3\$200 réis) e «3 facas para a cozinha» (\$600 réis, em 1810); «duas facas para a cozinha» (1\$200 réis, em 1811); «feito de 2 facas» (1\$200 réis, em 1818); «6 facas e 6 garfos» (\$600 réis, em 1828); 2,5 dúzias de facas e garfos (1\$800 réis, em 1828) (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 11, 17v.º, 35v.º; l.º 6, fls. 57v.º, 187v.º, 189). No convento de Câmara de Lobos: «6 facas e 6 garfos para a comunidade a 200 por cada faca e garfo» (1\$200 réis, em maio de 1796); «1 dúzia de facas e garfos para uso da comunidade» (3\$000 réis) e «2 facas para uso da cozinha» (\$200 réis, em 1797); «meia dúzia de facas garfos e colheres» (2\$400 réis, em 1806); «6 facas e 6 garfos» (1\$800 réis) e «meia dúzia de [colheres de] chá» (1\$200 réis, em 1811); «meia dúzia de facas» (\$800 réis, 1820) (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 80v.º, 111v.º; l.º 2, fl. 131; l.º 4, fl. 56v.º). No hospício da Ribeira Brava: «uma faca para a cozinha» (\$150 réis, 1739); «uma faca para uso da cozinha \$100» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 23v.º; l.º 2, fl. 2).

¹⁸⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 33.

¹⁸⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 17; l.º 4, fl. 57.

O convento do Funchal possuía um navalhão, cutelas (uma nova, \$800 réis, em 1818), e uma «faca do açougue» (\$500 réis, em 1824) para corte da carne no «picadeiro» do açougue¹⁸⁹.

Era usual a existência de uma grelha na cozinha. O convento da Calheta adquiriu uma «nova» por \$400 réis, em 1750, valor igual pago por outra, pelo hospício da Ribeira Brava, em 1800. Anteriormente, em 1743, este hospício havia comprado uma grelha por \$600 réis. Em 1825, o convento do Funchal comprou uma grelha de ferro por 1\$000 réis¹⁹⁰.

Os espetos constavam dos utensílios das cozinhas, nos conventos de Câmara de Lobos, Funchal e da Calheta, possuindo este último convento três exemplares de ferro em 1767 e 1777. O convento do Funchal comprou dois espetos «para a cozinha», em dezembro de 1810, por 1\$600 réis¹⁹¹.

Os conventos possuíam um rominhol ou reminhol, espécie de uma colher grande em cobre ou de outro metal. No convento da Calheta, um caldeireiro, em 1781, estanhou duas painéis e fez um «remonhol»¹⁹². O convento de Câmara de Lobos, em novembro de 1803, por um reminhol e uma espumadeira pagou 1\$600 réis¹⁹³. No convento do Funchal, em julho de 1815, o caldeireiro fez um «rominól» e duas espumadeiras por 1\$500 réis; em dezembro de 1818 foram estanhados «uma painel, espumadeira e remoninhol» por 3\$600 réis; em fevereiro de 1819, foi consertado um «remuninhol» por \$300 réis; em outubro de 1824, foi estanhado o rominhol e, em fevereiro de 1827, foi adquirido um reminhol «para a cozinha» por 1\$400 réis¹⁹⁴.

Refira-se a existência de três esteiras no convento de Câmara de Lobos (1798), compradas a \$200 réis, cada uma; e no hospício da Ribeira Brava (1801) de duas esteiras «para a comunidade» adquiridas a \$400 réis cada uma¹⁹⁵.

Lojas, Dispensas e Outros Espaços

Os conventos possuíam diversos espaços para guarda dos instrumentos e dos bens alimentares, sendo decifrados espaços como a adega, o lagar, a loja, o granel, o

¹⁸⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 13v.º; l.º 2, fl. 61; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 206v.º; l.º 6, fls. 59v.º, 66v.º, 140v.º, 159.

¹⁹⁰ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 6; ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 11; l.º 2, fl. 83v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 161.

¹⁹¹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 23v.º, 43v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 29v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 11.

¹⁹² ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 56v.º.

¹⁹³ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 88v.º.

¹⁹⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 2, 63, 65, 150v.º, 177v.º.

¹⁹⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 5v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 3v.º. Segundo Raphael Bluteau, esteira é «um tecido de junco, da tabúia, ou de palma, com que se alcatifão estrados, & casas inteiras» (BLUTEAU, 1713, *Vocabulario* [...], vol. D-EYC, p. 315).

celeiro e a loja da carne. Vejamos o caso do convento da Calheta, onde nos diversos inventários estão descritos os utensílios existentes em cada espaço o que permite correlacionar as atividades desenvolvidas e os diversos espaços conventuais, salvaguardando que variava o tamanho destes espaços, consoante a dimensão de cada convento, a quantidade e qualidade dos objetos existentes.

No convento da Calheta, na adega, nos vários inventários, é registado: uma jarra que serve de azeite; seis a oito pipas (o inventário de 1777 menciona oito pipas, um quarto e três quartolas e o inventário de 1781 «18 pipas, das quais tem 4 arcos de ferro cada uma. Destas pipas cima ditas estão: 2 em casa de António Francisco de França; 2 em casa do alferes Canha; e 7 em poder do alferes Jacome de Sousa Barreto no Porto do Moniz e uma em casa de Pedro Jorge Monteiro»); um tonel; dois quartos grandes e dois pequenos «os grandes de botar farinha e os pequenos, um serve de arroz e outro de botar [grãos?] pardos»; duas selhas; um barril pequeno; duas cartolas que servem de azeite; dois quartos que servem de salgar peixe; dois baldes de trasfega; um pisão; uma cartola que serve de vinagre; «umas balanças com seus pesos de ferro»; uma cutela; um barril de guardar farelos; um machado; um barril com arcos de ferro «que serve de vir azeite da cidade». O inventário de 1767 acrescenta: dois funis de folha-de-flandres; um cadeado; duas tinas que servem de medir farinha; uma arca de guardar farinha que leva 24 alqueires e meia canada; uma galheta que leva meia canada; um canado de louça vidrado de deitar vinho pela mesa; oito paroleiras, uma grande com seis canadas de azeite de louro e três grandes vazias; 300 luminárias de barro; uma quarta grande «de se botar o sal»; um pote branco vidrado «em que se deita a [carne de] vinha dalhos»¹⁹⁶. O inventário de 1777 refere a existência de uma «adega de baixo» com várias pipas e o inventário de 1781 a existência da «adega de cima» com a existência de uma caixa «que serve de farinha»; uma tina; dois barris de carga; uma selha e um funil¹⁹⁷.

Por cima da cozinha existia uma «casa», mencionada no inventário de 1750, com alguns utensílios existentes na adega, e nos inventários de 1751 e 1753 como uma «casa dos moços», na qual existia uma barra de cama, uma enxerga, cobertas e uma manta¹⁹⁸.

Na «casa da oficina», mencionada nos inventários de 1753 e 1755, existia um armário, um prateleiro, uma selha «que serve de sal», uma selha nova «com arco de ferro que serve de estar debaixo das vasilhas que se tira o vinho e de trasfega»,

¹⁹⁶ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3-3v.º, 8, 31, 44, 53, 53v.º.

¹⁹⁷ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 44, 53v.º.

¹⁹⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 8, 13, 18.

um caixão «que serve de farinha», duas tinas com tampa «que servem de farinha», sete pipas, três «bandadas e 4 arcadas todas um quarto», dois quartos, uma cartola que serve de vinagre, um barril de almude e um barril de dois almudes e meio, dois funis, três quartos que servem de despejo e uma paroleira que «serve de azeite». Estes dois inventários mencionam a existência de um «seleiro por cima da oficina» contendo uma rasoura, um alqueire, uma pá, dois quartos que «servem de legumes», oito quartos de despejo, um quartinho pequeno, um pote grande vidrado «que serve de botar carne de vinho de alhos», quatro panelinhas vidradas e quatro potinhos vidrados «que servem de manteiga»¹⁹⁹.

No granel, identificado nos inventários de 1750, 1751, 1753, 1755, 1772, 1777 e 1781 constava: um caixão «que serve a farinha»; uma jarra grande «que serve de botar para duas seiras»; um alqueire; uma rasoura e uma meia rasoura com seu pau; duas seiras; uma pipa «que serve de misturas»; uma pipa «que serve de botar pão»; duas tinas; vários quartos «que servem de legumes» e rolão; três paroleiras; uma serra; uma pá de padejar trigo; 11 sacos; duas tigelas do fogo; duas panelas novas; duas barras das camas; um chumaço; várias cobertas; dois a três colchões; uma enxerga; uma saca de lona; 18 sacas de brim, dez cheias de trigo e oito vazias; 72 aduelas; um lampião sextavado de vidros; uma caixa de til preto que leva um moio de trigo; e uma pá de padejar o trigo²⁰⁰.

Na loja ou casa da carne, mencionada nos inventários de 1753, 1755, 1767, 1777 e 1781, estavam: algumas madeiras; várias pipas; uma jarra «que serve de azeite»; um tonel; duas selhas «que servem de salgar a carne»; um estrado de colocar a carne; dois quartinhos pequenos com arcos de ferro; um pisão com sua mão; um cepo de amoreira de picar a carne e sua cutela; duas balanças novas (inventário de 1767) com sete pesos de ferro (um de oito libras, um de quarta, três de dois arráteis e um de meio arrátel) e segundo o inventário de 1777 com nove pesos novos (dois pesos de meia arroba; um de meia arroba; um de oito libras, um de quatro libras, um de duas libras, um de uma libra, um de meia libra, um de quarta) e sete velhos (um de oito libras, um de quatro libras, três de duas libras, um de uma libra, e um de meia libra), todos de ferro. O inventário de 1767 menciona umas tábuas sobre o poial de barro «em que se põem as porções» e cinco quartos que «serviram de peixe salgado, um pequeno com atum, 2 de manteiga e um vazio e outro com 6 arráteis»²⁰¹.

¹⁹⁹ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 13v.º, 18.

²⁰⁰ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 8, 13v.º, 18, 24, 31, 43v.º, 53.

²⁰¹ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 13v.º, 18, 24, 31, 44, 53v.º. A balança e pesos eram aferidos regularmente (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 22; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 48; l.º 6, fls. 25, 54v.º, 106, 148v.º). No convento do Funchal está identificado um «jogo de medidas para uso da comunidade 4\$800» réis (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 194v.º).

Segundo o inventário de 1771, na «casa que fica debaixo da cela do padre guardião» constava: uma barra de cama velha; dois quartos; uma boceta pintada «com meia dúzia de ramos de pano»; 48 rosas de pano; 12 círios; um «girassol de prata quando se expõe o Sacramento»; e quatro navalhas de barba que «ficava na cela do p[adr].^e guardião»²⁰².

Debaixo da sacristia ficava uma loja, segundo os inventários de 1767 e 1771, onde constava algumas pipas, uma delas com vinagre; dois chaprões de vinhático; um quarto grande «que serviu de cal»; duas caixas; várias rodas de arcos; cinco liaças; e uma caldeira com sua bicha, pertencente aos herdeiros do capitão Miguel Gomes do Vale²⁰³.

No convento de Câmara de Lobos, segundo o inventário de 7 de abril de 1835²⁰⁴, na «casa do convento» estavam os seguintes móveis:

«onze cadeiras de braços pintadas de verde, algumas quebradas; uma mesa redonda de um pé de madeira de vinhático; outra de caixa de açúcar com quatro pés; três arquibancos de pinho usados, dois dos quais quebrados; duas mesas de pinho, de jantar, uma com gaveta, outra sem; Uma camilha de vinhático; duas barras de cama de pinho, uma delas pintada; cinco sacos de linho da terra; uma manga de vidro pequena; duas pipas, três quartolas, duas tinas, uma selha, dois baldes, dois funis, tudo velho e cheio de mofo»²⁰⁵.

No serviço e armazenamento de líquidos existiam duques «para servir de azeite»²⁰⁶ e botijas para armazenamento e «condução de azeite»²⁰⁷, guarda de mel²⁰⁸ e de azeitonas²⁰⁹.

A «loja» era um dos termos usados para designar os espaços de arrumos nos conventos.

O hospício da Ribeira Brava tinha duas lojas arrendadas, uma delas a Pedro Jorge Monteiro, pagando o seu procurador, Caetano José de Andrade, do sítio do Vale, 7\$000 réis anuais. Pedro Jorge Monteiro arrendou esta loja a partir de 18 de junho de 1804, no entanto, em fevereiro deste ano adiantou 25\$000 réis para conserto da mesma, sendo descontado no pagamento das rendas anuais. Os consertos consistiram em colocar uma porta nova com cadeado e armelas, trabalhos de

²⁰² ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 31v.º.

²⁰³ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 24v.º, 31v.º.

²⁰⁴ VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino [...]*, p. 70, citando ANTT, AHMF, Conventos extintos, Convento de S. Bernardino, Madeira, cx. 2267, n.º 489.

²⁰⁵ VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino [...]*, p. 73.

²⁰⁶ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 102; l.º 4, fl. 2. Um duque custava \$700 réis, em 1804, e \$800 réis, em 1817.

²⁰⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 49; l.º 3, fl. 7; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 12v.º; l.º 6, fl. 201. Três botijas de azeite, em 1829, custaram 3\$700 réis.

²⁰⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 24, 27, 34v.º.

²⁰⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 34.

pedreiro e calcetar²¹⁰. A outra loja foi arrendada a partir de maio de 1804 ao capitão Nicolau Serrão, do Campanário, rendeiro dos dízimos desta freguesia, estando João de Freitas encarregue do pagamento, entre 5\$000-6\$000 réis anuais. Em março de 1808, o rendeiro do peixe pagou 7\$000 réis pelo arrendamento da loja²¹¹.

No convento de Câmara de Lobos é especificada «a loge da lenha» (1793)²¹².

O convento do Funchal possuía diversas lojas, sendo algumas usadas para armazenar os vinhos do convento e outras arrendadas. Em julho de 1808, os franciscanos estiveram em obras «na porta da loge em que se guardou o vinho do ano passado»²¹³. Em 1820, gastaram 10\$050 réis por seis paus para canteiros na loja²¹⁴. Em 1821, o convento tinha quatro lojas a arrendar, recebendo anualmente por cada uma 50\$000, 60\$000, 20\$000 e 15\$000 réis²¹⁵. O valor do arrendamento das lojas foi decaindo até que no ano de 1832 o arrendamento de três lojas rendeu apenas 32\$000 réis²¹⁶.

Em julho de 1808 realizaram obras em outras duas lojas, na «loja grande na rua deste convento» e numa «verga para a porta da loja do quintal», aquando de outras obras realizadas no convento, como «na porta do refeitório e casa de repartir o comer ao pé dele, forno, dispensa sobre o forno da cal, sacristia, coro e conclusão da casa aonde assistem os noviços». Em outubro deste ano para a feitura da porta de uma das lojas foi adquirida uma caixa de açúcar por 3\$000 réis²¹⁷. Em agosto de 1809, foi construída uma loja nova, virada para a rua de S. Francisco, envolvendo despesas consideráveis nos materiais e mão de obra:

«Por 108 pés de chaprão a 120 rs para a porta nova da rua 12\$960; Por pagamento ao boieiro de deitar o entulho da loja nova 120 caminhos a 100 12\$000; Por 2 moios de areia a 500 1\$000; Para o calceteiro de calçar a loja 6 dias a 600 3\$600; Por 55 caminhos de pedra para calçar a dita a 50 rs 2\$750; Por gasto que se fez na abertura da loja nova segundo a relação de quem a tinha já alugado 92\$200; Para ferragem para a dita 4\$800; Por 35 alqueires de cal para a dita e portaria a 120 rs 4\$200; Para o M[estr].^e Pedreiro João 3 dias a 1000 3\$000»²¹⁸.

²¹⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 61; l.º 3, fls. 30, 31v.º, 45v.º, 66v.º, 75v.º, 88v.º.

²¹¹ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 45v.º, 62v.º, 75v.º.

²¹² ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 23v.º.

²¹³ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 6v.º.

²¹⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 90v.º.

²¹⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 104.

²¹⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 233v.º.

²¹⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 6v.º.

²¹⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 7.

Esta loja nova era uma das arrendadas a 50\$000 réis, em agosto de 1813, a Nicolau de la Tuellièrie²¹⁹, cônsul francês na Madeira, que em 1817 residia na rua de S. Francisco e aí faleceu em fevereiro de 1820. Em 1816 pagava 40\$000 réis de renda por esta loja²²⁰.

Em 1814, um «neto de Pedro Jorge» pagava 50\$000 réis pela renda de uma loja²²¹. Em 1816 e 1817, o vigário da freguesia do Seixal, Francisco António da Silva Teixeira, pagava 50\$000 réis ao convento, anualmente, pela renda de uma loja²²². Em 1823, João Teles tinha arrendado a loja que importava em 60\$000 réis²²³. Esta loja também era designada de «armazém do Noviciado» arrendada ao «Trem», ou seja, à Fazenda Real, pelo mesmo valor anual, desde agosto de 1824 até agosto de 1828, mencionada neste ano de 1828 como arrendada a «Sua Majestade»²²⁴.

A loja que era arrendada a 15\$000 réis (1818) situava-se no claustro²²⁵. A partir de 1823 uma loja era arrendada anualmente, por 16\$000 réis, a António dos Reis, sendo provavelmente a loja do claustro pelo valor monetário em questão²²⁶.

A partir do século XIX, são conhecidos lagares nos conventos do Funchal e de Câmara de Lobos. Em agosto de 1818, o convento do Funchal pagou 49\$100 réis por «custo de um lagar, feitio dos mestres, conduções e seus pertencentes», tendo no mês seguinte adquirido uma corda (\$800 réis) e, em junho de 1825, um fuso (2\$600 réis)²²⁷. O convento de Câmara de Lobos, em junho de 1822, pagou 1\$800 réis ao mestre Januário, relativos a seis dias «a fazer o lagar», e no mês seguinte pagou 2\$000 réis «por um pau de castanheiro para o feixo do lagar»²²⁸.

No convento de Câmara de Lobos existia um espaço para a guarda dos cereais. Em novembro de 1817 foi consertado o celeiro e em agosto de 1824 foi consertada a «chave do celeiro»²²⁹. O celeiro era escrito na documentação deste convento como «saleiro», no entanto, deve mesmo tratar-se de um celeiro, pois em janeiro de 1807 foram pagos 3\$000 réis «por 8 quartos»²³⁰ que se compraram para o «trigo que estava

²¹⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 41v.º.

²²⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 14.

²²¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 197, 208.

²²² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 14v.º, 31.

²²³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 135.

²²⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 172v.º, 181v.º, 185, 196, 204v.º.

²²⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 49.

²²⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 133, 148, 154, 184v.º.

²²⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 56, 162v.º.

²²⁸ ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 81v.º, 82v.º.

²²⁹ ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 5v.º, 117.

²³⁰ Medida de capacidade.

no saleiro», clara referência a um espaço físico; em dezembro de 1806 foi adquirido um cadeado para a porta do «saleiro» e em abril de 1807 adquiriram duas armelas para a porta do «saleiro»²³¹, podendo no mesmo ser guardado o sal, daí a denominação de «saleiro».

Como acontecia no convento da Calheta, o hospício da Ribeira Brava tinha uma «casa da carne», tendo sido adquirida para a mesma «uma chave nova», em setembro de 1795²³².

Os conventos tinham livrarias, como se constata nos do Funchal, Calheta, Câmara de Lobos e Santa Cruz. No convento da Calheta, em 1750, numa estante, estavam inventariados 52 livros «conforme índice da livraria»²³³. No convento de Santa Cruz, em outubro de 1775, pagaram \$500 réis a «um oficial que fez uma mesa para a livraria e conserto de outra»²³⁴. Os «35 livros de biblioteca, os manuscritos de contas do convento e um maço de 78 papéis avulsos de escrituras, títulos, provisões e outros documentos» recolheram ao Governo Civil e depois foram entregues na Provedoria da Fazenda²³⁵.

No convento do Funchal existia um espaço reservado aos noviços. Em outubro de 1809, concluíram as obras da «casa aonde assistem os noviços» e em novembro de 1813 colocaram uma fechadura na «porta do noviciado» e «quatro vidros para a janela do refeitório e noviciado»²³⁶.

À entrada das refeições existia um espaço propício para as orações. No convento da Calheta era chamado pela casa «De Profundis», com uma lanterna «que se acende para os religiosos à noite quando entram a ceiar»²³⁷. Este espaço deveria corresponder ao «quarto da oração» dos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal. Para o «quarto da oração», o convento de Câmara de Lobos, em 1793 e 1794, adquiriu, respetivamente, uma lanterna e um relógio de areia²³⁸, e o do Funchal, em 1815, comprou uma campainha e uma «impolheta»²³⁹. No hospício da Ribeira Brava existia esse momento de oração, pois, em 1799, compraram um «relógio para a oração»²⁴⁰.

²³¹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 141, 142, 145v.º.

²³² ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 11v.º.

²³³ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 1-2v.º.

²³⁴ ANTT, CSNPSC, l.º 1, fl. 44v.º.

²³⁵ VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino* [...], p. 74.

²³⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 6v.º, 193.

²³⁷ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 31 (1771), 57, 57v.º (1781).

²³⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 26v.º, 43v.º.

²³⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 4v.º.

²⁴⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 70v.º.

Diversos tipos de relógios eram comuns nos conventos. Os relógios de areia ou ampulhetas estavam nos espaços do coro com a finalidade «para a oração» e no quarto da oração ou no «De Profundis», custando cada exemplar \$200 réis²⁴¹. Os relógios de parede constavam do recheio dos conventos. O convento da Calheta, conforme os inventários desde 1750 a 1777, atestava na sacristia um «relógio de dar horas de metal» ou um «relógio de parede»²⁴². O hospício da Ribeira Brava, em 1799, adquiriu um relógio de parede, por 11\$000 réis, para o «governo do Hospício»²⁴³. O convento do Funchal possuía um relógio «do dormitório», sendo provavelmente um relógio de parede, pois, em 1812, foi realizado um conserto neste de avultado custo de 3\$000 réis²⁴⁴. Aquando deste conserto pagaram «2 vidraças pequenas para as frestas da torre 5\$100» e «duas fechaduras para a casa do relógio a 800 – 1\$600»²⁴⁵, podendo reportar-se a um relógio colocado na torre da igreja. O convento de Câmara de Lobos possuía um relógio na torre da igreja²⁴⁶.

Espaços Exteriores

Cercas e Hortas

Os conventos tinham cercas, em redor dos mesmos, com hortas, vinha, algumas árvores de fruto e alguma criação de gado, sobretudo suíno, bovino e ovídeo.

Para o cultivo das cercas os religiosos recorriam aos serviços dos moços e hortelãos dos conventos e quando o trabalho aumentava, pontualmente, nas colheitas ou plantações, recorriam ao serviço de jornaleiros. Cada convento privilegiava determinadas culturas, especialmente da vinha. Nem sempre as cercas eram cultivadas com a devida atenção, existindo um maior desleixo no último ano do mandato dos guardiões dos conventos. Uma patente de 5 de agosto de 1783, perante a não rentabilização das cercas, chamava a atenção aos guardiões para a «cultura

²⁴¹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 2v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 70v.º (1800); ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 43v.º, 110v.º; l.º 2, fl. 114v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 4v.º, 156. Excepcionalmente, em janeiro de 1825, o convento do Funchal comprou uma ampulheta para o coro por 1\$000 réis.

²⁴² ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 2v.º, 26, 30, 40. Em 1777, pagaram \$350 réis em «cordas para o relógio da comunidade» e, em 1781, 1\$200 réis ao mestre Estêvão para este «consertar o relógio» (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 48, 57).

²⁴³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 68. Em 1802 compraram quatro varas de guitar para o relógio (\$200 réis) (ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 18).

²⁴⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 53v.º.

²⁴⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 53v.º. Em julho de 1809, o convento gastou 1\$000 réis numas rodas para o relógio, sendo desconhecido o tipo de relógio (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 2).

²⁴⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 94. Em fevereiro de 1793, realizaram vários concertos e, em março de 1823, gastaram 1\$000 réis para «cordas do relógio da torre» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 10v.º; l.º 4, fl. 94).

das cercas, no último ano de seus governos com o condenável pretexto de estarem para acabar», ordenando que plantassem «toda aquela cultura que for precisa nas cercas dos seus respectivos conventos conforme o pedir a estação dos tempos enquanto o tempo de seu governo não espirar»²⁴⁷.

No convento de N.^a Sr.^a da Piedade, em Santa Cruz, os dados disponíveis, entre 1774 e 1776, aclaram que um «ortalão» cuidava da horta, pois, em fevereiro de 1776 o convento pagou 8\$000 réis de salário ao mesmo²⁴⁸. Também plantavam couves e semeavam cevada. Em setembro de 1776, gastaram \$800 réis em quatro onças de «couverinha murciana» e em novembro do mesmo ano \$600 réis em «dois alqueires de cevada para semear na cerca \$600»²⁴⁹. Quando o trabalho aumentava, como aconteceu na «plantada dos feijões», em maio de 1776, recorreram ao serviço de dez homens, pagando a todos \$500 réis²⁵⁰.

Fig. 08 – *Manner of Cultivating the Ground*; Londres, 1821; água-tinta colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 19;4. Publicado em COMBE, William, 1821, *A History of Madeira with a series of twenty-seven coloured engravings, illustrative of the costumes, manners, and occupations of the inhabitants of the islands*, Londres, R. Ackermann.

²⁴⁷ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 45.

²⁴⁸ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 35.

²⁴⁹ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 30, 32.

²⁵⁰ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 38.

Neste convento, a criação de animais era habitual. Em fevereiro de 1774, venderam dois bois (53\$300 réis) e em julho de 1776 gastaram \$300 réis num tamoeiro para o boi²⁵¹. Os bois comiam alguns dos alimentos produzidos na cerca e quando escasseavam os alimentos recorriam à compra. Em setembro de 1776, adquiriram «16 sacos de palha para comedoria dos bois e seus carretos 2\$400» e em outubro do mesmo ano «folha de cana para a comida dos bois \$800»²⁵². Em agosto de 1776, foi comprado um bácoro «para se criar» por \$400 réis²⁵³. A criação de galinhas também era praticada no convento. Em novembro de 1776, aquando da doença de um irmão donato, existiram vários gastos na enfermaria entre os quais «aves, além de algumas que lhe foram deste convento / galinh[eiro?] frangas»²⁵⁴.

As canas vieiras recebidas nos peditórios eram utilizadas na encana na cerca, muito provavelmente na construção das latadas e talvez nas bermas, na proteção contra os ventos ou a maresia do mar. Em fevereiro de 1776, gastaram 1\$400 réis em «arenques para os homens de encana e moços» e «\$750 réis a 3 homens em dias de encana»²⁵⁵.

Na cerca do convento da Calheta, eram semeados «grãos» e cereais. Nos inventários de 7 de outubro de 1753 e de 22 de junho de 1771, registaram que tinham na disposição do convento, respetivamente, no celeiro «3 alqueires de grãos, 1 por \$400 e 2 que são da cerca» e na casa da carne «uma pipa com 5 alqueires de trigo da terra e da cerca 3 alqueires»²⁵⁶.

Em meados do século XVIII, entre 1755 e 1767, na horta, do convento da Calheta, foi alargada a escada que «desce para o terreno» e construíram dois tanques, «um grande para ter água de verão para regar a horta, outro pequeno para asseio da casa»²⁵⁷. A horta tinha uma «tapagem com porta» e era regada pela levada do «Pateo do Sol»²⁵⁸. Existiam corredores para suportar as videiras. Em 1753 e 1772, adquiriram, em cada ano, «um peso de varas para um corredor» e, em 1777, foi feito um corredor no terreiro²⁵⁹.

²⁵¹ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 13, 28v.º.

²⁵² ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 30, 31v.º.

²⁵³ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 29.

²⁵⁴ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 32.

²⁵⁵ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 35.

²⁵⁶ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 13v.º, 31v.º.

²⁵⁷ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 28v.º.

²⁵⁸ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 46, 56v.º.

²⁵⁹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 15, 57, 57v.º.

Nos anos dos inventários era habitual a declaração da existência de um porco, comprado em pequeno e que crescia no convento²⁶⁰. Parece ter existido a criação de um boi, provavelmente para auxílio no transporte de mercadorias. No inventário de 27 de novembro de 1781 apontavam a compra de «uma cadeia de ferro e tornel para um boi \$500»²⁶¹. Registe-se, o facto pouco comum nas cercas dos conventos da Madeira, a existência de dois cochos na cerca do convento da Calheta, sendo guardado o mel numa botija, em média duas canadas²⁶².

Anote-se o conserto e aquisição de alguns instrumentos: «conserto do machado, enxada e foice \$400»; a compra de «uma mondadeira \$100»; «1 foice da erva; 1 de mondar silvado e 2 da lenha»; o «conserto da foice da lenha \$050»; «uma foice de roçar \$200»; «desbocar o machado \$100, calçar e cobrir o machado \$400»; o «custo de uma foice de roçar \$200»; o «conserto de uma foice de esmoutar \$200» e o pagamento ao ferreiro «de calçar e cobrir duas enxadas \$100» e «calçar e cobrir duas foices de esmoutar \$400» indicam o trabalho na lenha, o uso de mato na horta e a limpeza da horta e do ribeiro²⁶³. O convento adquiriu, por \$500 réis, em 1781 «um aguador de folha»²⁶⁴, o que indica a rega de pequenas sementeiras ou plantas.

Na horta do hospício da Ribeira Brava cultivavam vários produtos e cuidavam de um porco e de aves. O porco era criado num «xiqueiro», construído com paus²⁶⁵. Em agosto de 1801, compraram, por \$200 réis, um feixe de paus para o chiqueiro. Compravam um leitão ou um marrão, ao preço de entre 1\$000 réis e 3\$700 réis, entre 1737 e 1802²⁶⁶, com a finalidade de «se criar para a comunidade» do convento²⁶⁷, sendo morto pela época do Natal, como ocorreu em dezembro de 1802, quando foi comprado «um quarto para salgar o porco»²⁶⁸. Em agosto de 1797, gastaram 3\$850 réis em aves e \$200 réis para um alqueire de milho para as ditas²⁶⁹.

²⁶⁰ Exemplificando, nos inventários de 1750, 1751, 1755, 1777 e 1781 é inventariado, em cada ano, um porco. No inventário de 1750 um porco custou na compra 1\$750 e valia à data do inventário mais de 3\$000 réis; o de 1751 custou 3\$000 réis e valia 4\$500 réis; o de 1755 custou 1\$200 e valia mais de 5\$000; o de 1777 custou 4\$500 réis e valia 12\$000 réis; e o de 1781 valia à data do inventário 6\$000 réis (ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 5, 8v.º-9, 18v.º, 44v.º, 53v.º).

²⁶¹ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 56.

²⁶² ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 24, 27, 34v.º.

²⁶³ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 9v.º, 15, 23v.º, 56, 56v.º.

²⁶⁴ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 57.

²⁶⁵ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 3v.º (agosto de 1801).

²⁶⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 8v.º (março de 1737), 16v.º (janeiro de 1738), 41v.º (dezembro de 1739), 61v.º (janeiro de 1743); l.º 2, fl. 53 (outubro de 1798); l.º 3, fls. 3v.º (julho de 1801), 16 (setembro de 1802).

²⁶⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 53.

²⁶⁸ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 19.

²⁶⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 38.

Os «serventes» ou «homens», pagos a \$100 réis ao dia, em inícios do século XIX, realizavam «o trabalho da horta» ou a «cavar a horta», sendo habitual trabalharem durante um dia, dois, três ou seis trabalhadores²⁷⁰.

A horta era estrumada com feiteira, mato e estrume custando, em inícios do século XIX, um feixe de mato \$150 réis, o «estrume \$100» réis e um feixe de feiteira entre \$150 e \$250 réis²⁷¹.

Na horta existiam corredores, registando-se na década de 40 do século XVIII a aquisição de pesos de varas para o «corredor das aboboreiras»²⁷², e nos finais deste século e inícios do século XIX, molhos e pesos de varas, vimes e estacas para a horta e corredor da horta. Na horta registavam a colheita média anual de dois almudes e três barris de vinho, entre 1798 e 1802²⁷³. Segundo os registos parece ter existido uma passagem do cultivo de aboboreiras para vinha ou então as aboboreiras cultivadas no século XIX não foram registadas. Na horta cultivavam batatas (“semilhas”)²⁷⁴, couves²⁷⁵ e cebolas²⁷⁶.

No convento de S. Bernardino, na sua horta, predominava a cultura da vinha, com uma produção anual de vinho a rondar os 20 barris, entre 1792 e 1795, e entre sete e 29 barris, em 1805 e entre 1811 e 1824. Em novembro de 1820 a venda de 22 barris de vinho rendeu 132\$000 réis²⁷⁷. O vinho da horta era comercializado em conjunto com o dos peditórios sendo o seu preço equivalente. Em outubro de 1823, venderam quatro pipas de vinho, por 216\$000 réis (4\$500 réis ao barril), a Vicente Vitorino de Sousa, três provenientes de peditórios e uma da horta²⁷⁸. O vinho da horta seria de menor qualidade, por oposição ao «vinho bom», descrito por «vinho verde», «vinho inferior» ou «vinho de escolha», e era contabilizado à parte e vendido a preço inferior²⁷⁹.

²⁷⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 89, 91v.º; l.º 3, fls. 1, 35, 39, 43.

²⁷¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 86, 92; l.º 3, fls. 1v.º, 2v.º, 3v.º, 40, 78v.º.

²⁷² ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 37v.º, 57. Um peso de varas custava \$200-\$300 réis.

²⁷³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 33, 59v.º; l.º 3, fls. 45, 48v.º, 58v.º.

²⁷⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 34v.º. Em abril de 1797 gastaram \$400 réis em batatas para a horta.

²⁷⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 38. Em setembro de 1804 gastaram \$150 réis em «cuvinha para a horta».

²⁷⁶ Em abril de 1803 e fevereiro de 1804 gastaram, respetivamente, \$250 réis e \$400 réis em «cebolinho para a horta», quantificando em abril de 1796 «um milheiro de cebolinho para a horta \$250» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 20v.º; l.º 3, fls. 23 e 32).

²⁷⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 58.

²⁷⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 103v.º.

²⁷⁹ Em setembro de 1818 produziram 11 barris e meio almude de «vinho bom» e um barril e meio de «vinho verde» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 24v.º); em setembro de 1820, 26 barris de «vinho bom» e três barris e um almude de vinho «inferior» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 57v.º); em setembro de 1824, 23 barris e três meios potes vendidos a 5\$500 réis ao barril (128\$150 réis) e um barril e um almude e meio de «vinho de escolha» a 4\$500 réis ao barril (7\$200 réis) (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 118).

Aquando da aluvião de 9 de outubro de 1803, e dada a proximidade à ribeira, parte da cerca e do convento de Câmara de Lobos ficaram destruídos, sendo registado que a «10 deste mês de outubro de 1803, quando amanheceu a triste cena do aluvião que levou este nosso convento e as alfaias que nele se achavam»²⁸⁰. Provavelmente na sequência da aluvião compraram «uma carga de parreiras», vindas de S. Vicente, em dezembro de 1805²⁸¹. Para repor o destruído fizeram avultadas obras. Quanto aos terrenos da cerca, entre 1812 e 1822, fizeram várias paredes para suportar as terras das hortas de cima e de baixo. Em maio de 1812, fizeram a «plantada de horta e parede da ribeira e mais a remoções de pedras». São vários os gastos com alvencios (salários de \$500-\$550 réis diários), trabalhadores (salário de \$200 réis diários), ferramentas e materiais como barras, ferros de brocar, enxadas, calços e pólvora, importando tudo em 211\$050 réis, incluindo a alimentação²⁸².

Em junho de 1814, voltaram a fazer avultadas obras, como o «levantar o muro da ribeira e parede do caminho da horta de cima», com pedreiros, alvencios, trabalhadores, cal e areia gastando 142\$600 réis. Nesta campanha de obras fizeram seis pilares no corredor da ribeira (16\$300 réis), um arco e cano para encaminhar a água para o convento (105\$500 réis), o levantamento do muro do claustro e a porta «chamada do carro» (28\$300 réis), fizeram paredes «debaixo dos tilis [tis] para ter mão na terra», uma plantada de vinha (61\$200 réis), «corredores e latadas»²⁸³ (em madeira, 11\$800 réis), importando tudo em 417\$600 réis²⁸⁴.

Os grandes trabalhos da construção das hortas do convento prolongaram-se até aos inícios da década de 1820. No «trabalho da horta, a saber madeiras, pilares, serragem, paredes, calçadas, encanar, podar e plantar» gastaram 66\$200 réis (fevereiro de 1819)²⁸⁵, com «74 homens que atupiram a horta a 500 rs cada um» (37\$000 réis,

²⁸⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 87

²⁸¹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 123v.º.

²⁸² ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 23v.º-24. Nesta campanha de obras trabalharam os alvencios Manuel de Abreu (13 dias a \$550 réis), António Figueira (oito dias a \$550 réis), Manuel Pinto (quatro dias a \$500 réis) e os trabalhadores Francisco Batista (32 dias), António de Azevedo (28 dias), António Teixeira (19 dias), Manuel de Gouveia (27 dias), João de Gouveia (27 dias), José da Silva (16 dias), Manuel Fernandes (11 dias), João da Silva (quatro dias), António Pereira (oito dias), António de Canha (quatro dias), Manuel Gomes (sete dias), António Figueira (três dias), Manuel Rodrigues (três dias), Manuel Pereira (três dias), Manuel de Abreu (11 dias), Sebastião dos Santos (dois dias), José Figueira (quatro dias) e José, filho de um ajudante (três dias).

²⁸³ Uma latada corresponde a uma estrutura de sustentação das vinhas, horizontal ou ligeiramente inclinada, situada a cerca de um metro e meio a três metros do solo, e cobre todo o terreno/poio, enquanto um corredor cobre pequenas faixas nas bermas dos terrenos, terreiros, caminhos, entradas ou levadas.

²⁸⁴ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 59.

²⁸⁵ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 29v.º.

em novembro de 1817)²⁸⁶, calçada na horta (10\$000 réis, em abril de 1818)²⁸⁷, acarretada terra para a «horta» e «horta de cima» (junho de 1819 e maio de 1820)²⁸⁸, quatro trabalhadores durante dez dias a «plantar vinha e fazer paredes» (8\$000 réis, em dezembro de 1821)²⁸⁹ e o mestre pedreiro Januário fez e caiu os pilares da horta (nove dias a \$300 réis) tendo sido ajudado por João Pinto «a preparar pedra e a servir» (14 dias a \$200 réis, em maio de 1822)²⁹⁰. Nos terrenos do convento ou na proximidade existia um grande barbusano, tendo o convento pago 6\$400 réis, em maio de 1822, a «2 cerradores 8 dias de cerrar o páo de barbusano que caiu por velho»²⁹¹.

Neste período da década de 10 e início da de 20 do século XIX, continuaram a construção das novas latadas e corredores da horta recorrendo aos serviços de serradores, falquejadores, boieiros que conduziam a madeira de castanheiro do Estreito de Câmara de Lobos e trabalhadores para o levantamento de pilares e corredores²⁹².

Em 1822, nos meses de junho e julho, foi construído um lagar pelo mestre Januário (seis dias a \$300 réis) e os trabalhadores João Pinto (oito dias) e José Gonçalves (quatro dias), ambos a \$200 réis diários. Na sua construção gastaram 2\$000 réis num «pau de castanheiro para o feixo do lagar», \$800 réis pelo trabalho de carpinteiro, 2\$600 réis pelo custo do fuso e concha e 1\$500 réis em ferros para o fuso e pedra²⁹³.

Os trabalhos na horta eram feitos por homens, por cujas tarefas o convento pagava, a \$100 réis ao dia, até inícios do século XIX, passando para \$200 réis e, já na década de 1820 a \$300 réis. A quantidade de trabalhadores variava consoante o trabalho a realizar, podendo ir de uma a quase duas dezenas. Em abril de 1799, pagaram 1\$800 réis a 18 homens que plantaram na horta e, em novembro de 1821, gastaram 12\$800 réis com quatro trabalhadores durante 16 dias a fazer «arrumações e plantar vinha». As tarefas iam desde o «trabalhar na horta», cavar, plantar, encanar,

²⁸⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 5.

²⁸⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 14v.º.

²⁸⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 34 e 50.

²⁸⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 75.

²⁹⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 80v.º.

²⁹¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 80.

²⁹² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 116v.º (fevereiro de 1798); l.º 2, fl. 16 (março de 1799); l.º 3, fl. 40v.º (março de 1813); l.º 4, fls. 9 (janeiro de 1818), 47v.º (março de 1820), 112 (março de 1824). Em janeiro de 1818, «aos trabalhadores que fizeram os corredores e cavaram e encanaram e podaram», pagaram 17\$600 réis.

²⁹³ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 81v.º, 82v.º.

podar a vinha e fazer a «vindima e vinho da horta»²⁹⁴. Na vindima, a título de exemplo, em outubro de 1793, cinco homens vindimaram e fizeram o vinho da horta por \$800 réis²⁹⁵.

Na horta cultivavam pequenas plantas para uso da comunidade franciscana, como cebolas, couves e batatas. O cebolinho era comprado no Campanário. Registam, por exemplo, um cesto de cebolinho por \$100 réis, em 1794, e dois milheiros de cebolinho por \$800 réis, em 1812 e em 1815²⁹⁶. A quantidade de batatas semeadas na horta variava entre as dez libras (em maio de 1797, \$200 réis) e as seis arrobas (em fevereiro e 1802, 1\$800 réis)²⁹⁷. Quanto às couves, em fevereiro de 1808, pagaram \$600 réis por cento e 50 pés de couve murciana para a horta²⁹⁸.

Aduavam a horta com mato ou feitaira. Em maio de 1793, «12 homens que trouxeram da serra 12 molhos de mato para a horta» receberam 1\$200 réis e, em maio de 1797, dois molhos de feitaira para a horta importaram em \$400 réis²⁹⁹.

A horta era regada, sendo a água adquirida ao preço de \$100 réis à hora (pelo menos até 1802) e a \$150 réis (a partir de 1824), pagos, geralmente, nos meses de julho e agosto e em alguns anos em março, maio ou setembro³⁰⁰. A água era paga a um levadeiro por «dar água» ou «a quem vendeu a água»³⁰¹, sendo pago o serviço da rega, como, em julho de 1821, «a quem regou e vigiou a água» \$400 réis e, em julho de 1824, 12 horas de água importaram em \$300 réis «aos homens que regaram»³⁰².

Os utensílios mais mencionados nas tarefas da horta, em aquisições ou consertos, são a enxada, o podão, a podoa e o aguador³⁰³.

²⁹⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 3v.º, 17, 49; l.º 3, fls. 19v.º, 40v.º, 50v.º, 55; l.º 4, fls. 46, 49, 56v.º, 63, 68, 69v.º, 71, 74, 76v.º, 78, 78v.º, 110v.º, 112, 118.

²⁹⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 25. Para encanar, em março de 1822, gastaram \$400 réis em liaças e \$600 réis em dois molhos de canas (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 78v.º).

²⁹⁶ Em abril de 1795, trouxeram por duas vezes «cebolinho do Campanário» e, em março de 1819, \$500 réis em cebolinho (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 35, 58v.º; l.º 3, fls. 19v.º, 71v.º; l.º 4, fl. 30).

²⁹⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 100v.º; l.º 2, fl. 61. Em novembro de 1817 gastaram \$700 réis em batatas «que foram para plantar»; em janeiro de 1818, 2\$650 réis em quatro arrobas de «semlhas para plantar e sua condução»; e em março de 1819, cinco arrobas de batatas 3\$000 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 5, 9, 30).

²⁹⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 156. Em novembro de 1817 pagaram 2\$400 réis em «cuvinha para a horta» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 5).

²⁹⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 14v.º, 101.

³⁰⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 46v.º; l.º 2, fls. 54v.º, 68v.º; l.º 4, fls. 20v.º, 34, 68, 101, 116.

³⁰¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 46v.º; l.º 2, fls. 54v.º, 101v.º.

³⁰² ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 68, 116.

³⁰³ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 69v.º. Vejamos os preços de aquisição de alguns destes utensílios: uma enxada (800 réis, em 1821), uma podoa (\$300 réis, em 1812, e \$200 réis, em 1821), um podão (\$800 réis, em 1824), dois aguadores (2\$000 réis, em 1806) e um aguador (1\$500 réis, em 1819).

Aos indivíduos que trabalhavam na horta, na construção das paredes, no cultivo, na vindima ou no corte de madeiras davam-lhes de «comer», como registavam³⁰⁴. Outras vezes, especificam os alimentos, predominando o peixe e o milho. Nas obras de maio de 1822, com os alvencos e trabalhadores gastaram sete alqueires de milho (a 800 réis cada um), três quintais de bacalhau (um por 7200 réis e os restantes a 9600 réis, cada um), peixe (10600 réis), 30 libras de carne salgada (a 100 réis), oito libras de manteiga para temperos (a 300 réis), quatro alqueires de feijão (a 1200 réis), três arrobas de arroz (a 2400 réis), batatas (1800 réis) e azeite (900 réis)³⁰⁵. Em janeiro de 1818, aos boieiros e serventes que conduziram a madeira para a horta foi servido «bacalhau e milho»³⁰⁶. Aos trabalhadores da horta, em março de 1822, foram-lhes dado peixe³⁰⁷ e aos homens que vindimaram a horta, em setembro de 1824, um alqueire de milho³⁰⁸. Na bebida, a opção era o vinho. Em março de 1801, gastaram 3300 réis em 16 canadas de vinho «para os homens que trabalharam na horta» e, em janeiro de 1818, quatro canadas de vinho «para quem cortou a madeira»³⁰⁹.

Anualmente, compravam um porco ou leitão para criarem na horta, no chiqueiro, com o objetivo de «se engordar para a comunidade», como registavam então ou, em outros termos, para ser consumido pela comunidade conventual³¹⁰. O porco era adquirido em maio, junho ou julho, ou ainda em janeiro, após a matança daquele que se estava a criar pela época do Natal. Por vezes adquiriam um leitão em novembro e o porco grande seria morto no mês seguinte. Em novembro de 1821, gastaram 1600 réis em quatro alqueires de milho «para o porco que se hade matar» e 1200 réis «por um leitão que se comprou para criar»³¹¹. Um leitão custava entre 1000 réis e os 2200 réis, variando o preço consoante o seu tamanho. Já os porcos, com idade mais avançada, logo maiores, custavam mais, oscilando os preços entre 3000 e 17000 réis³¹². O chiqueiro era feito de madeira e pregos, não tendo muita duração, por exemplo fizeram novos em 1813 e em 1823, custando este

³⁰⁴ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 40v.º (março de 1813); l.º 4, fl. 80v.º (maio de 1822).

³⁰⁵ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 24.

³⁰⁶ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 9.

³⁰⁷ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 78.

³⁰⁸ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 118.

³⁰⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 49; l.º 4, fl. 9.

³¹⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 19, 30.

³¹¹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 152v.º; l.º 4, fl. 88.

³¹² ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 42; l.º 2, fls. 2, 19, 30; l.º 3, fls. 40v.º, 99v.º; l.º 4, fls. 16, 53v.º.

último \$600 réis por «madeira, pregos e feitio»³¹³. No chiqueiro era colocado mato ou moitas para fazer a «cama do porco»³¹⁴.

Nos anos de 1819, 1820 e 1821, adquiriram, em maio, respetivamente, três, dois e um carneiros «para alimpar a folha da horta», «alimpar a horta» ou «alimpar a folha»³¹⁵, parecendo reportar-se ao alimentar-se das folhagens das videiras, além das ervas. Em junho de 1796, o convento vendeu 36 alqueires de farelos, respeitantes a um ano de arrecadação, por 7\$200 réis, não entrando neste valor os «que se gastaram com as aves»³¹⁶, isto é, para as aves criadas no convento.

Em 1794, são referidas a existência de colmeias no convento de S. Bernardino. Neste ano, em maio, venderam duas canadas de mel de abelhas «das colmeias da comunidade» e, em setembro, pagaram \$100 réis a quem crestou as colmeias, ou seja, a quem colheu o mel³¹⁷.

Quanto ao convento do Funchal, segundo Henrique Henriques de Noronha³¹⁸, «compreende dentro hũa dilatada cerca, que se aumentou pella deixa de D. Maria de Atouguia, com hũa modica penção de Missas; a qual faleceu solteira em 11 de Fevereiro de 1550», neta do fundador do convento. No século XIX, segundo o registo de missas do convento, os frades mandavam dizer anualmente 30 missas «pela alma de Maria d'Atouguia que nos deixou a horta de baixo»³¹⁹. O convento distinguia duas hortas no convento, a de baixo, já mencionada, e a de cima. Na de cima, em setembro de 1829, pagaram 4\$800 réis a um pedreiro, por 12 dias de trabalho, «em fazer um muro na horta de cima»³²⁰.

O convento tinha

«hua fonte de agoa nativa, [e que ainda existe no local, no atual Jardim Municipal do Funchal] conduzida por aquedutos para o serviço da Caza de que corre perenemente outra porção, a hum chafariz de jaspe, que fica no meyo da Claustra; e juntando-se em hum tanque, ferteliza hum asseado jardim; sobre o qual cayem as varandas da mesma claustra sustentadas sobre os arcos, e colunas de cantaria fina»³²¹.

³¹³ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 40v.º; l.º 4, fl. 68.

³¹⁴ ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 77v.º, 83v.º, 94v.º. Em 1822 um molho ou feixe de mato custava \$200 réis, tendo pagado neste ano, um molho em fevereiro e dois feixes em agosto.

³¹⁵ ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 32v.º, 50, 64v.º. Os carneiros custaram, respetivamente, 10\$400 réis por três, 6\$900 réis por dois e 2\$700 réis por um carneiro.

³¹⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 82v.º.

³¹⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 38, 46v.º.

³¹⁸ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 234.

³¹⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 125v.º (janeiro de 1823).

³²⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 206v.º.

³²¹ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 234.

Anteriormente, Gaspar Frutuoso, no final do século XVI, descreveu o convento do Funchal com uma

«grande cerca, dentro da qual tem agoa de levadas com que regão muita hortaliça de couves murcianas, beringelas e cardos, e do mais que há; e pomar de arvores de espinho, palmeiras, aciprestes, pereiras, romeiras, e de toda a frescura que se póde ter de fructas eervas cheirosas, sem ter necessidade das de fora. Tem tambem dentro muitas uvas»³²².

Em julho de 1819, o jardim do convento do Funchal passou por uma campanha de obras, envolvendo materiais como: cal, areia, tijolos, chumbo, ferro, carvão, resina, azulejos, óleo e tinta preta³²³. No século XIX, o jardim era acedido por uma porta com um cadeado³²⁴ e continha buxos e vasos. Era cuidado por uma pessoa, sendo pago o serviço pela sua manutenção, como, 2\$400 réis «para o jardineiro que tosquiou o buxo» (abril de 1820), \$200 réis a «um homem que trabalhou no jardim» (maio de 1828) e \$200 réis ao «moço do jardim» (julho de 1828)³²⁵.

O autoabastecimento de água e a levada que abastecia e regava a horta do convento eram importantes, sendo dada atenção à sua manutenção³²⁶. Para que a água chegasse ao convento, este pagava \$300 réis a um homem para vigiá-la, como ocorreu em 1815 e 1816³²⁷. A horta era acedida por uma porta com fechadura³²⁸.

Como era comum aos outros conventos masculinos da Madeira, no convento de S. Francisco eram cultivados, principalmente, vinha, couves e batatas e criavam alguns animais. A horta era mantida por um moço «ortalão», recebendo um ordenado anual de 40\$000 réis entre 1816 e 1818³²⁹. A partir de 1820 e até 1827, o convento era servido por um hortelão com um salário mensal de 3\$000 réis³³⁰.

³²² FRUTUOSO, 2007, *As Saudades da Terra* [...], p. 86.

³²³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 72v.º. Nestas «obras no jardim» gastaram: «em carroto de 7 moços e 34 alqueires de cal que deu de esmola o sr. Pedro de Santa Ana 2\$200 por dito de 100 tijolos que deu o sobredito s[enho]r. 200. Por 1 moio e meio de cal comprada 9\$000, carroto de uma teia de chumbo que deu Roberto Page 200. D[it].º de meia dita que deu José António Monteiro 100. Por carroto da forja 400 para 2 formas para os canos de chumbo 600. Por 11 quintais e 2 @ [arrobas] de ferro a 35 l[ibr].ª 51\$220, mais 2 quintais e 3 @ [arrobas] e 24 l[ibr].ª a 40 l[ibr].ª 15\$040. Carreto do dito 800. Por 91 e ½ dias ao M[estr].º serralheiro a 900 82\$350. Por d[it].º ao M[estr].º pedreiro 119 dias a 800 95\$200. Para carvão 9\$300, resina 1\$600, azulejos 5\$000. Carretos dos ditos 200. 18 moios d'areia a diversos preços 8\$700. 2 quartos de misto 12\$000. Carreto dos ditos 200. Três canadas d'óleo a 700 2\$100. 4 l[ibr].ª de tinta preta 800. Tudo soma 297\$510 [réis]».

³²⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 147, 167v.º (julho de 1824 e janeiro de 1826).

³²⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 85v.º, 190, 191v.º.

³²⁶ A título de exemplo, em julho de 1832, gastaram 2\$400 réis em 18 lajas e seis moios de areia, 7\$760 réis em 97 alqueires de cal, 3\$300 réis em 13 dias de trabalho a um pedreiro e em sete dias a um servente (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 236v.º).

³²⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 227; l.º 6, fl. 4v.º.

³²⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 127v.º, 162v.º, 190.

³²⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 12, 20, 45v.º. Neste período trabalhou o hortelão Francisco.

³³⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 96, 172, 172v.º, 173, 174v.º, 176v.º, 177, 177v.º, 179v.º, 180.

Alguns trabalhos mais específicos, ou que exigiam um maior esforço ou uma maior quantidade de mão de obra, eram realizados por homens, pagos ao dia, que «trabalhou na horta» ou que «andaram na horta» ou cerca³³¹. Na vindima da cerca ou horta pagavam \$300 réis ao dia, em agosto de 1815, a três homens durante três dias e, em setembro de 1816, a 13 homens³³². Nesses trabalhos incluíam o «fazer vinho»³³³ no lagar. Homens externos ao convento realizavam a poda da vinha, em fevereiro/março, pagos a \$200 réis, \$300 réis ou a \$600 réis ao dia, trabalhando cerca de dez a 12 homens nessa tarefa, durante um dia, ou um a dois homens durante cinco a oito dias³³⁴. Do mesmo modo, realizavam a cava da horta³³⁵. Em março de 1821, ocorreu uma avultada mão de obra que englobou estas tarefas, pois neste ano pagaram 24\$800 réis a «25 homens d'íncana na horta a 400 10\$000 12 ditos de poda a 400 4\$800 20 ditos de cava a 500 10\$000»³³⁶.

Aquando da tarefa da poda era regular o feitio (\$600 réis, em 1826) ou a compra de uma escada (2\$400 réis, em 1816), objeto essencial para chegar ao cimo das latadas³³⁷. Realizavam, em janeiro, a enxertia da vinha da horta e a venda para fora, embora menos comum³³⁸. Na construção dos corredores era necessário a compra de estacas, varas e vimes³³⁹, além dos que provinham dos peditórios. A madeira para a horta provinha de Santa Cruz, Ribeira da Janela e do Estreito de Câmara de Lobos³⁴⁰.

³³¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 12v.º, 15v.º; l.º 6, fls. 8v.º, 56, 139v.º, 152, 158, 178v.º, 187, 190, 191v.º, 240. Recebiam entre \$100 réis e \$600 réis diários, consoante as tarefas desempenhadas. Os trabalhos eram realizados em janeiro, fevereiro, março, junho, julho, agosto, novembro, dezembro. Estes trabalhos, não especificados, podiam ir até um homem a trabalhar durante 16 dias, ou quatro homens a trabalhar durante seis dias (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 8v.º, 178v.º). Em 1818 é especificado António dos Santos «que trabalhou na horta» durante três dias a \$400 réis e o moço de S. Martinho durante dez dias a \$200 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 56, 139v.º).

³³² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 3v.º, 23v.º. Em 1824 e 1832 pagaram, respetivamente, «a um homem que andou vindimando na horta e de fazer o vinho \$300» e a «um homem a vindimar e fazer vinho da horta 5 dias \$500» (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 148v.º, 239).

³³³ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 148v.º (agosto de 1824), 239 (outubro de 1832).

³³⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 15 (1816), 31v.º (1817), 47 (1818), 83 (1820), 115 (1822), 127v.º (1822).

³³⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 12v.º. Em janeiro de 1810, dois homens na cava da horta, durante três dias, receberam, cada um, \$400 réis diários.

³³⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 99v.º.

³³⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 15, 168v.º.

³³⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 81v.º (janeiro de 1820), 124v.º (janeiro de 1823).

³³⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 53v.º, 55; l.º 6, fl. 169v.º.

³⁴⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 13 (fevereiro de 1816), 65 (fevereiro de 1819). Em 1816 correspondeu a 30\$400 réis em madeira vinda de Santa Cruz e da Ribeira da Janela e em 1819 em 52\$000 réis em «madeira do Estreito que veio para a horta, serragens, fretes e carretos». Aquando desta última despesa registam também a aquisição de sete molhos de vimes (7\$000 réis) e uma «carrega de oveira para a horta». A «oveira» é o nome dado ao arbusto da uveira (*Vaccinium padifolium*).

Em março de 1815 pagaram 2\$600 réis por um molho de bacelo e, em março de 1826, compraram «um molho de parreiras do curral» pagando pelo carroto \$400 réis³⁴¹.

Para a horta, as canas vieiras eram pedidas pontualmente, como ocorreu em janeiro de 1815, quando gastaram 1\$200 réis no peditório e frete³⁴². O frete aponta para o seu transporte de barco, provavelmente de Machico, pois era comum o convento comprá-las aos molhos ou feixes (cada um a \$350, \$400 ou a \$500 réis), com proveniência de Machico ou dos Piornais, nos meses de janeiro ou fevereiro, para a amarração da vinha, no chamado «encanamento» das latadas ou corredores da horta³⁴³.

Os vimes eram empregues nos «corredores da horta»³⁴⁴, na amarração, e provinham da Camacha³⁴⁵, nos meses de janeiro a março, através de peditórios ou por aquisição ao preço de \$900 réis a 1\$300 réis ao molho ou feixe³⁴⁶. Para empar e amarrar a vinha utilizavam «junco» e «junça», com um gasto anual entre \$200 e \$700 réis³⁴⁷.

A estrutura principal dos corredores, na horizontal, era feita com varas, normalmente de folhado, por ser um tipo de madeira leve e esguia. Em agosto de 1832, 36 «varas de folhado para a horta» importaram em \$800 réis³⁴⁸. As varas eram adquiridas em pesos ou molhos. Em outubro de 1810, 12 molhos de varas, frete e carros, custaram 6\$450 réis e, em fevereiro de 1815, sete pesos de varas custaram 8\$400 réis (frete e carroto 6\$800 réis)³⁴⁹. O folhado era empregue na confeção de escadas³⁵⁰. Nas estruturas principais dos corredores e latadas, verticais, nas estacas, era preferida a madeira de urze. Em maio de 1819 compraram 24 estacas de urze (5\$000 réis)³⁵¹.

³⁴¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 222v.º; l.º 6, fl. 169v.º.

³⁴² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 218v.º.

³⁴³ Em fevereiro de 1819, «12 molhos de canas de Machico» custaram 4\$200 réis e, em março de 1819, «24 molhos de canas dos piornais e a quem as apanhou» custaram 11\$400 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 65, 66v.º). Nas compras, adquiriram: em fevereiro de 1810, três molhos; em fevereiro de 1815, 25 feixes; em junho de 1815, dois molhos; em dezembro de 1815, dez feixes; em janeiro de 1816, 16 feixes; em fevereiro de 1817, quatro feixes; em janeiro de 1818, oito feixes; em janeiro de 1820, quatro feixes; em fevereiro de 1822, 12 feixes «para a horta»; em maio de 1832, 30 varas e dois molhos de canas «para a horta» (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 14, 220, 228v.º; l.º 6, fls. 10v.º, 12, 31v.º, 45v.º, 82, 114, 235). Em março de 1824, venderam quatro molhos de canas a \$300 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 141v.º).

³⁴⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 53v.º (janeiro de 1812).

³⁴⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 113, 127v.º.

³⁴⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 17v.º, 53v.º; l.º 6, fls. 19, 66v.º, 82, 157, 220, 234.

³⁴⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 220 (fevereiro de 1815); l.º 6, fls. 15 (março de 1816), 31v.º (fevereiro de 1817), 84 (março de 1820), 141v.º (fevereiro de 1824), 169v.º (março de 1826).

³⁴⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 237.

³⁴⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 23, 220.

³⁵⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 80; ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 24v.º.

³⁵¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 69v.º. Em fevereiro de 1812 adquiriram 20 estacas para os «corredores da horta» (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 55).

Nos meses de fevereiro e março, aquando da colocação destes materiais, en-cana, poda e cava da vinha, redobravam-se os trabalhos na horta, pelo que eram contratados homens em grande número. Em março de 1815, trabalharam «166 homens na incana e plantada na horta a 600 por dia» 99\$600 réis, em março de 1819, «42 trabalhadores que fizeram a incana e corredores 25\$200 réis», e, em março de 1821, «25 homens d'incana na horta a 400 10\$000, 12 ditos de poda a 400 4\$800, 20 ditos de cava a 500 10\$000, tudo 24\$800 réis»³⁵².

No convento é registada a produção de vinho, entre 1815 e 1829, sendo mais avultada entre 1815 até 1821, entre 29 e 46 barris anuais; entre 1822 e 1824, entre 15 e 20 barris; diminuindo nos anos seguintes para valores entre dois e sete barris. No ano de 1829 assentaram dois barris de «vinho bom» e um barril e meio de «vinho verde»³⁵³.

Dos poucos dados sobre a alimentação fornecida aos trabalhadores da horta, é aclarado uma arroba de rolão «para os homens da horta» (2\$600 réis, em janeiro de 1813) e dez barris de água-pé do «Porto da Cruz para os trabalhadores da horta a 2\$000 o barril, fretes e carretos 22\$800»³⁵⁴.

A horta era adubada com estrume, sendo adquiridos «quartos de estrume» e «cargas de estrume», transportadas por boieiros³⁵⁵. Na horta era aplicado giesta e mato. A giesta era adquirida em molhos, feixes ou cargas³⁵⁶.

Nas hortaliças, era comum a plantação de couves murcianas. Plantavam em cada plantada, geralmente, 300 pés, e por vezes 200 ou 400. Os meses da plantação eram em janeiro, fevereiro, junho, julho, agosto, outubro, novembro, ou dezembro, podendo existir duas plantações no mesmo ano, como ocorreu em fevereiro e novembro de 1816 e julho e dezembro de 1818³⁵⁷. Raramente era adquirida «semente de couvinha», em outubro³⁵⁸. Na aquisição de sementes refira-se «um caixote com sementes para a horta que se comprou aos ingleses» em setembro de 1814³⁵⁹.

O convento adquiria as batatas exclusivamente para alimentação, sendo conhecida a aquisição desde 1810, desde o início dos registos documentais que

³⁵² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 222v.º, l.º 6, fls. 66v.º, 99v.º.

³⁵³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 209.

³⁵⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 73v.º; l.º 6, fl. 59v.º.

³⁵⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 14, 31v.º, 52; l.º 6, fls. 104v.º, 187, 188v.º, 190. O carreto de um quarto ou de uma carga de estrume custava, geralmente, \$100 réis, podendo chegar aos \$160 réis.

³⁵⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 16v.º, 138, 191v.º, 236v.º.

³⁵⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 62; l.º 6, fls. 13, 27, 37, 54v.º, 63, 78v.º, 82, 165, 173. Trezentos pés de couvinha custavam 1\$200 réis.

³⁵⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 136v.º (outubro de 1823), 194v.º (outubro de 1828).

³⁵⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 210.

chegaram até nós, e até 1818. A partir desta data são adquiridas batatas, nos meses de fevereiro, outubro ou novembro, para serem semeadas na horta, variando o valor entre \$400 e 1\$950 réis. Em fevereiro de 1818, gastaram 1\$800 réis em «3 arrobas de sementes para a horta» e em novembro do mesmo ano, duas arrobas de «sementes grelhadas», isto é, em modo de plantar, por 1\$200 réis³⁶⁰.

As principais ferramentas e objetos adquiridos para serviço na horta eram as enxadas, pás de ferro, aguadores, aguadores de vareta, foices, podões, cestos e escadas³⁶¹.

Na cerca deste convento era comum a criação de gado bovino, ovídeo e, principalmente, suíno.

Os suínos eram criados na horta, num chiqueiro com respetivo gamelão³⁶² e mato³⁶³ no chão. No século XIX, era comum a compra de um ou dois suínos, nomeadamente de «leitões», «porcos» e «porcas», variando o preço unitário entre 1\$250 réis e 12\$600 réis, consoante o seu tamanho³⁶⁴. Para a alimentação dos porcos, por vezes, era adquirido milho, em setembro e outubro, ao custo de \$300 ou \$400 réis ao alqueire³⁶⁵. Como é habitual na criação de suínos, os leitões eram capados, ao custo de \$100 ou \$150 réis³⁶⁶. No convento realizaram a reprodução de porcos. Em agosto de 1809, o convento pagou \$800 réis a «um homem que teve a porca em casa para se cobrir», em outubro de 1809 e fevereiro de 1810 compraram, respetivamente, dois e 15 alqueires de milho «para a porca», e em agosto de 1821 pagaram \$400 réis «a quem capou duas porcas»³⁶⁷.

O comércio entre os Açores e a Madeira era habitual, sendo vários os barcos que traziam vários géneros dos Açores. O convento do Funchal, em novembro de 1809,

³⁶⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 46v.º, 61, 136v.º, 152, 165, 177v.º.

³⁶¹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 6, 8v.º, 16v.º; l.º 6, fls. 16v.º, 112, 130, 141v.º, 144v.º, 154v.º, 190, 228, 232v.º. Alguns dados sobre estas aquisições: «uma pá de ferro para a horta» (1\$000 réis e 1\$500 réis, respetivamente em dezembro de 1821 e janeiro de 1832); «uma escada para a horta \$800» e «2 cestos para a horta \$150» (fevereiro de 1823); um «aguador» (1\$200 réis e \$500 réis, respetivamente em novembro de 1809 e outubro de 1815); um «aguador de vareta» (\$300 réis em abril de 1816); «dois cestos para o serviço da horta» (\$300 réis em agosto de 1831); «um podão para a horta» (\$400 réis em maio de 1824); «uma enxada e uma foice para a horta» (\$800 réis em dezembro de 1824).

³⁶² Em dezembro de 1823, um pedreiro fez um gamelão por \$300 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 139v.º). Em 1823 registam a criação de vários leitões, como em fevereiro foram capados dois e em maio adquiridos outros dois (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 127v.º, 131v.º).

³⁶³ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 133v.º.

³⁶⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 4v.º, 20, 45v.º, 64, 125, 131v.º, 177, 187, 219. Em 1823, capar um leitão importava em \$100 ou \$150 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 127v.º, 132v.º).

³⁶⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 4, 5v.º; l.º 6, fls. 152, 154.

³⁶⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 127v.º, 132v.º.

³⁶⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 3, 5v.º, 15v.º; l.º 6, fl. 107.

adquiriu, por 7\$000 réis, um «porco comprado das Ilhas»³⁶⁸. Refira-se a compra, por este convento, de cinco alqueires de feijão «das ilhas» a 1\$400 réis ao alqueire³⁶⁹.

No gado bovino era comum a criação de um bezerro(a) ou novilho(a) na horta, adquiridos nos meses do primeiro semestre, entre 1815 e 1831, entre 7\$100 réis e 24\$000 réis³⁷⁰. Os bovinos eram atados com uma corda, fugindo, por vezes, da horta, como aconteceu em janeiro de 1831, quando pagaram \$200 réis «por achado de uma novilha que fugiu da horta»³⁷¹. Os bovinos seriam para consumo interno. Em maio de 1820, o «carrasco que matou um bezerro» recebeu 200 réis³⁷².

Na horta eram criados uma ou mais cabeças de gado ovino, como podemos constatar entre 1815 e 1819. No ano de 1816, adquiriram, em maio, «um carneiro para a horta» (2\$500 réis) e, em agosto, «4 carneiros para a horta» (14\$000 réis)³⁷³.

A aquisição de aves, sobretudo galinhas, mas também perus e patos, acompanhadas de «milho», entre dois e cinco alqueires e ao preço unitário de \$200 réis a \$650 réis, indica a criação de aves no convento. No entanto, parece tratar-se de uma criação momentânea, entre a data da compra até à sua matança, aquando de uma visita e das festividades da Páscoa, de S. Francisco e do Natal³⁷⁴.

Os ratos e lagartixas não eram desejáveis no convento. Contra as lagartixas usavam lagartixeiros em folha-de-flandres, adquirindo, pontualmente, em maio ou junho, quatro ou seis unidades, ao preço unitário de \$350 réis e \$500 réis³⁷⁵

³⁶⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 8v.º

³⁶⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 194v.º

³⁷⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 225; l.º 6, fls. 68, 190v.º. Em abril de 1819, aquando da compra de uma novilha para a horta, compraram três molhos de carriços (\$400 réis), em princípio para a alimentação da mesma (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 68). Na Madeira, em determinadas zonas, como na zona sudoeste, as ramificações que nascem nos caules das canas vieiras chamam-se de carriços e servem para alimentar o gado. Segundo Raphael Bluteau, carriço é uma «erva durissima, & aguda. He uma espécie de junco delgado, ou canna, com folhas, cujas fummidades acabão numas espigas, que tem muitas flores da feição de rosas» (BLUTEAU, 1712, *Vocabulario* [...], vol. B-CZA, p. 164). Nesta compra do convento de S. Francisco deve tratar-se dos carriços das canas vieiras, pois foram comprados três molhos de carriços por \$400 réis, enquanto um molho de canas custava entre \$300 réis e \$700 réis e o junco e junça eram comprados sem nunca ser referidos que eram aos molhos.

³⁷¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 83, 222.

³⁷² ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 86v.º

³⁷³ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 7, 17v.º, 22, 54v.º, 69v.º

³⁷⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 2, 6v.º, 56, 57v.º, 74, 75, 84, 91, 99, 107, 108, 158, 188v.º, 189. A título de exemplo, em julho de 1815 adquiriram «27 aves na visita» e «2 alqueires de milho para as aves»; em outubro de 1815 adquiriram «26 aves a diversos preços 10\$300», «6 perus a diversos preços 8\$200» e «4 alqueires de milho para as aves»; em agosto de 1818 compraram «três perus e milho para os ditos» por 6\$600 réis; em setembro de 1818 compraram 8 patos «e milho para eles»; e em março de 1825 adquiriram «20 aves a diversos preços e milho para as ditas 8\$000» (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 2, 6v.º, 56, 57v.º, 158).

³⁷⁵ Em junho de 1819 adquiriram seis lagartixeiros de folha por 3\$000 réis, em junho de 1825 compraram quatro lagartixeiros por 1\$400 réis e em maio de 1832, «4 lagartixeiros e o conserto de dois aguadores para a horta» por 2\$200 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 70v.º, 161, 235).

e que seriam usados, principalmente, para preservar a colheita das uvas. Para tratar da eliminação dos ratos empregavam rosalgar (sulfureto de arsénio), denominado nos livros do convento por «rezalgar», «açúcar de ratos» ou veneno. O raticida era empregue geralmente nos meses de junho e julho, sendo registado nos meses de fevereiro, maio e dezembro³⁷⁶. No convento de Câmara de Lobos aplicavam rosalgar ou «mezinha para os ratos»³⁷⁷.

Outros Espaços

O claustro, no piso térreo, desenvolvido em torno de um jardim central, quadrangular, constituído por corredores cobertos e com acessos a vários compartimentos do convento, era uma zona agregadora dos espaços comunitários. Dos conventos masculinos da custódia da Madeira, a documentação atesta o espaço dos claustros nos conventos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e no hospício da Ribeira Brava. O do hospício da Ribeira Brava seria de pequenas dimensões, situava-se junto à igreja e à portaria e em 1800 e 1801 foi alvo de algumas obras de conserto e de calçetamento³⁷⁸. No convento de Câmara de Lobos, em junho de 1805, fizeram umas cales em tábuas de pinho «para vir a água da fonte ao claustro»³⁷⁹ e aquando de obras avultadas, em 1814, na sequência da destruição pela aluvião de 1803, gastaram 28\$300 réis, em «levantar o muro do claustro e porta chamada do carro»³⁸⁰. Quanto ao convento do Funchal, de maiores dimensões, tinha um claustro proporcional. Henrique Henriques de Noronha, em 1722, referia que o convento «Tem hua fonte de agoa nativa, conduzida por aquedutos para o serviço da Caza de que corre perenemente outra porção, a hum chafariz de jaspe, que fica no meyo da Claustra; e juntando-se em hum tanque, ferteliza hum asseado jardim; sobre o qual cayem as varandas da mesma claustra sustentadas sobre os arcos, e colunas de cantaria fina»³⁸¹. Já no século XIX o claustro é referido em dois momentos no livro de receita e despesa, em 1816 e 1818, respetivamente, aquando do «caimento da igreja e claustro» e do «aluguer da loja no claustro»³⁸². O claustro do convento de Santa Cruz é referido no inventário realizado aquando da extinção dos conventos³⁸³.

³⁷⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 54v.º, 106, 127v.º, 139v.º, 172, 190, 235v.º. Compravam quantidades de raticida que custavam entre \$100 e \$400 réis.

³⁷⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 43v.º; l.º 2, fls. 34, 35v.º, 47, 62, 80v.º, 115v.º.

³⁷⁸ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 80v.º, 82v.º, 86, 87v.º; l.º 3, fl. 4.

³⁷⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 113.

³⁸⁰ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 59.

³⁸¹ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 234.

³⁸² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 22v.º, 49.

³⁸³ GUERRA, 1997, «O Convento de N.ª S.ª da Piedade [...]», pp. 140, 143.

Nos espaços exteriores dos conventos além das cercas, hortas e claustros existiam espaços de acesso às diversas áreas, como os terreiros, geralmente calçados em pedra partida ou calhau rolado e, por vezes, cobertos com corredores de vinha. No convento da Calheta, em 1781, foi empregue madeira no corredor do terreiro³⁸⁴. No convento do Funchal existia um terreiro conhecido por «terreiro do jogo», onde provavelmente os religiosos praticavam algum jogo. Este «terreiro do jogo» era coberto por um corredor de vinha, feito em madeira³⁸⁵. Segundo o Diário da Madeira, citando o livro *An Historical Account of the discovery of the Island of Madeira* [...], publicado em 1750:

«Os estudantes teem uma vida reclusa e estão constantemente rezando nas contas ou recitando orações em mau latim. Durante a quaresma entregam-se a mortificações ou se açoutam de duas em duas noites sem piedade, e em outras épocas só teem como distracção dois jogos, m chamado Tocamboco, que consiste em fazer passar uma bola através duma argola de ferro fixada no solo, e o outro chamado Dammer, muito semelhante aos nossos [Inglaterra] draughts»³⁸⁶.

Estes jogos descritos poderão reportar-se aos praticados no convento de S. Francisco. Ainda relativamente aos jogos, pela festa de S. Francisco, o convento de Câmara de Lobos, em outubro de 1824, comprou dois baralhos de cartas por \$400 réis, e o convento do Funchal adquiriu três baralhos de cartas, em outubro de 1831³⁸⁷.

Os conventos da Calheta e do Funchal tinham um pátio denominado de «pátio do sol». No da Calheta, em 1771, realizaram diversas obras no pátio do sol, nomeadamente, o conserto da levada do «Pateo do Sol» (\$200 réis) e a feitura da porta do «Pátio do Sol» (1\$200 réis), tendo sido adquiridas quatro tábuas para a dita porta (\$100 réis)³⁸⁸. No do Funchal, em março de 1816, foi comprado um «ferolho para a porta do pátio do sol»; em abril de 1821, foi consertada a «chave da porta do pátio do sol»; em maio de 1823 foi consertado o pátio do sol por um pedreiro; e em agosto de 1827 pagaram 1\$150 réis na «limpeza do entulho no Patio do Sol»³⁸⁹.

³⁸⁴ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 57v.º.

³⁸⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 32v.º, 220; l.º 6, fl. 142v.º. No corredor do terreiro do convento de S. Francisco, em fevereiro de 1811 trabalharam três homens, em fevereiro de 1815 foi colocada uma traveta por 6\$000 réis e em março de 1824 pagaram a «dois homens que andaram podando 3 dias na horta a 400rs 1\$200, a quem podou a vinha no terreiro do jogo 200».

³⁸⁶ M., 1927.06.28, «Um livro curioso sobre a Madeira», in *DM*, p. 1; M., 1927.07.02, «Um livro curioso sobre a Madeira (Continuação)», in *DM*, p. 1, citando o livro *An Historical Account of the discovery of the Island of Madeira* [...], publicado em 1750, p. 58.

³⁸⁷ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 119v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 230.

³⁸⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 46v.º, 48.

³⁸⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 15, 100v.º, 131v.º, 181v.º.

As portarias eram outro espaço importante nos conventos, pois eram o ponto de entrada. No convento da Calheta os inventários de 1771 e 1772 listam na portaria uma porta com chave³⁹⁰, a existência de uma campainha com sua corrente de ferro e um caixão velho da confraria de S. Sebastião³⁹¹. No hospício da Ribeira Brava, a portaria tinha a sua porta e campainha, sendo calcetada a entrada com calhau rolado³⁹². Em novembro de 1808, foi adquirida «uma cadeia de ferro para a campa da portaria»³⁹³. No convento de Câmara de Lobos na portaria existia uma porta com «um cadeado com suas armelas» e um candeeiro³⁹⁴. O convento do Funchal tinha a sua portaria, com um religioso responsável pela mesma, como já escrevemos. A portaria deste convento deveria ser mais ampla que a dos restantes conventos, face à dimensão do mesmo. Na portaria do convento do Funchal encontrava-se uma capela dedicada a N.ª Sr.ª da Piedade³⁹⁵.

Alguns conventos possuíam uma portada mais ampla de entrada, conhecida como «porta do carro» para permitir a entrada de carros de vacas. Em outubro de 1775, a «porta do carro» do convento de Santa Cruz foi consertada³⁹⁶. No convento de Câmara de Lobos, em junho de 1814, no âmbito das obras posteriores à aluvião de 1803, fizeram despesas «em levantar o muro do claustro e porta chamada do carro e ferragem, tudo 28\$300 [réis]»³⁹⁷. Quanto ao convento do Funchal tinha a «entrada do carro» com sua porta com ferrolho e fechadura³⁹⁸.

Iluminação

Como já abordado anteriormente, os espaços dos conventos eram iluminados com candelabros, lanternas, palmatórias, lampiões, luminárias, tochas, candelas e velas.

Refira-se a iluminação nas cerimónias religiosas com o círio pascal e uma serpentina ou candelabro³⁹⁹, estrutura de três lumes, acendida no Sábado de Aleluia.

³⁹⁰ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 15.

³⁹¹ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 2v.º, 30v.º.

³⁹² ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 70v.º; l.º 2, fls. 79, 80v.º; l.º 3, fl. 4.

³⁹³ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 81v.º.

³⁹⁴ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 56v.º, l.º 4, fl. 93.

³⁹⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 59v.º; l.º 6, fls. 26v.º, 42v.º.

³⁹⁶ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 44v.º.

³⁹⁷ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 59.

³⁹⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 25, 74, 134v.º, 148v.º.

³⁹⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 99; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 144; ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 22.

Em 1797, o convento de Câmara de Lobos adquiriu três bugias para a serpentina (\$600 réis)⁴⁰⁰.

Para as cerimónias da Semana Santa os conventos possuíam um candeeiro das trevas que era composto por 15 velas em forma triangular, usado nos ofícios realizados à noite nesta semana e no seu término eram apagadas as luzes, simbolizando o luto da igreja e a escuridão que baixou à terra quando Jesus morreu. As 15 velas eram apagadas pouco a pouco, com o entoar do som das matracas, com um som oco e seco, lembrando o caminho de Cristo para a morte. Com o apagar de todas as luzes ressurgiu uma vela acesa atrás do altar simbolizando a vitória de Jesus Cristo sobre as trevas e a morte. O convento da Calheta possuía uma matraca e um candeeiro das trevas⁴⁰¹ usados nos referidos cerimoniais. Para as «Trevas» são referidos nos diversos conventos os gastos com a cera. A título de exemplo, o convento da Calheta, em 1755, guardou dez libras de cera amarela que «serviu das Trevas»⁴⁰²; o convento do Funchal, em 1820, alugou a cera para as trevas (5\$270 réis), em 1824, gastou em «aluguer da cera das trevas 1\$800, aluguer de 32 velas e feitio da serpentina 3\$950» e em 1830 em «10 l[ibr].^{as} de cera amarela para as trevas a 400 4\$; feitio da mesma 5\$800 = 9\$800»⁴⁰³; e o convento de Câmara de Lobos gastou 5\$037 réis em «7 l[ibr].^{as} e $\frac{3}{4}$ de cera amarela lavrada a 650 para as trevas» (1793), «Por 42 velas de cera de $\frac{3}{4}$ e uma serpentina para a Semana Santa 24\$150 / Por 24 velas de cera amarela de $\frac{3}{4}$ e uma de l[ibr].^a para as Trevas 13\$562» (1795) e «por gasto de umas velas que foram 21 amarelas que vieram para a as trevas a 650 rs [à] l[ibr].^a 5 $\frac{1}{2}$ l[ibr].^a – 3\$575» (1804)⁴⁰⁴.

Na iluminação eram usados diversos produtos como a cera, o azeite e o alcatrão.

No convento do Funchal, pela altura da Páscoa, geralmente em março e esporadicamente nos meses de fevereiro ou abril, consoante o ano, realizavam o peditório ou a esmola do sepulcro, conhecido pelo peditório ou esmola da cera, e pelo peditório ou esmola do pavio, na cidade do Funchal e nas «freguesias dos campos»⁴⁰⁵, registando-se, em 1829, este peditório no Caniço⁴⁰⁶. As «freguesias do campo» eram as limítrofes à cidade do Funchal: S. Martinho, Santo António, S. Roque, Santa Luzia, Monte e S. Gonçalo, sendo sempre a «cidade» o local onde obtinham o maior valor das esmolas. Estas esmolas geravam uma receita, em cada ano, entre 1810 e 1824, entre

⁴⁰⁰ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 99.

⁴⁰¹ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 2v.º.

⁴⁰² ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 19.

⁴⁰³ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 86v.º, 144.

⁴⁰⁴ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 16v.º, 57; l.º 2, fl. 95v.º.

⁴⁰⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 157v.º, 188, 188v.º.

⁴⁰⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 201.

72\$450 réis e os 110\$360 réis, baixando, nos anos seguintes para valores inferiores a 50\$000 réis, culminando, em 1830, com 11\$205 réis⁴⁰⁷. A arrecadação desta esmola era feita por religiosos padres e irmãos leigos. Em março de 1828, o convento pagou 4\$800 réis, em «agradecimento aos padres que tiraram o peditório do sepulcro» e 1\$200 réis «ao irmão leigo que tirou o sobredito peditório pelos campos»⁴⁰⁸.

O convento de Santa Cruz realizava este peditório «na cidade» do Funchal, rendendo 30\$000 réis, em 1773; 36\$150 réis, em 1774; 27\$850 réis, em 1775; e 27\$400 réis, em 1776. O mesmo peditório realizava-se no Caniço, Gaula, vila de Santa Cruz «e seus campos», Água de Pena, Machico «e seus campos» e «desde o Porto da Cruz até Ponta Delgada», rendendo nestas localidades uma média aproximada de 14\$000 réis⁴⁰⁹.

No convento de Câmara de Lobos, «o peditório do pavio» foi apenas mencionado em 1794⁴¹⁰, sendo conhecido nos outros anos pelo peditório do sepulcro, sendo realizado pela altura da Páscoa, durante vários dias, e no Domingo dos Passos⁴¹¹. Em março de 1814, o irmão Fr. Policarpo tirou esta esmola nas freguesias de S. Martinho e de Santo António, ambas no Funchal, e nos sítios da Porta e da Caldeira⁴¹². Em 1795 e 1799, no Domingo dos Passos arrecadaram nesta esmola 3\$310 réis e 4\$490 réis, respetivamente⁴¹³. O peditório realizava-se nas localidades onde o convento tinha a sua área de ação consignada não se verificando quaisquer registos na Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo, provavelmente devido à sua distância e as despesas da deslocação para o peditório não compensassem a receita. Registam-se o peditório do sepulcro, advindo de S. Martinho, Santo António e S. Roque (três freguesias no Funchal), na «cidade» (do Funchal – centro), Estreito de Câmara de Lobos, Câmara de Lobos, Lugar, Porta, Caldeira, Campanário, Ponta do Sol, Canhas e Madalena. O total desta esmola

⁴⁰⁷ Vejamos alguns valores arrecadados entre 1810 e 1829. Em 1810, 96\$000 réis na cidade; em 1813, 110\$360 réis na cidade; em 1814, 77\$600 réis na cidade; em 1815, 87\$765 na cidade e 19\$700 réis nas freguesias limítrofes; em 1816, 86\$380 réis na cidade e 17\$570 nas ditas freguesias; em 1817, 60\$100 réis na cidade e 12\$350 réis nas ditas freguesias; em 1819, 70\$435 réis na cidade e 23\$745 réis nas ditas freguesias; em 1820, 66\$600 réis na cidade e 25\$500 nas ditas freguesias; em 1822, 32\$000 réis na cidade e 14\$920 nas ditas freguesias; em 1823, 79\$650 réis na «cidade e campos»; em 1824, 55\$600 réis na cidade e 17\$900 réis nas ditas freguesias; e em 1828, 47\$700 réis na cidade e 4\$540 nas «freguesias do campo» (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 17, 78v.º, 84, 114v.º, 199, 219v.º; l.º 6, fls. 14v.º, 32v.º, 67v.º, 127v.º, 142, 142v.º, 157v.º, 178, 188v.º, 201).

⁴⁰⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 188.

⁴⁰⁹ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 7, 13v.º, 20, 27.

⁴¹⁰ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 36v.º, 37.

⁴¹¹ Entre 1793 e 1824, no mês de fevereiro em 1794, 1807 e 1823, e no mês de abril apenas em 1794, 1802, 1808, 1819, 1821, 1824.

⁴¹² ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 55v.º.

⁴¹³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 56v.º; l.º 2, fl. 15v.º.

variava entre os 50\$000 e os 76\$000 réis⁴¹⁴, sendo a esmola mais elevada a arrecadada «na cidade». Em 1806, «deram na cidade 35\$000» réis, no Campanário, 2\$000 réis e os habitantes das freguesias do Estreito 14\$000 réis⁴¹⁵. Esta esmola, neste convento, no global rendia, por exemplo: 31\$050 réis, em 1794; 30\$500 réis, em 1796; 51\$225 réis, em 1798; 76\$765 réis, em fevereiro de 1807; e 72\$000 réis, em 1811⁴¹⁶.

A esmola era colocada numa caixinha. Em março de 1820, o convento de Câmara de Lobos gastou 1\$800 réis «por 3 varas de fita para a caixinha do sepulcro»⁴¹⁷. Parte destas esmolas destinar-se-ia, provavelmente, a custear a cera gasta no «sepulcro da Semana Santa», que em abril de 1793 ascendeu a 16\$450 réis e em abril de 1800 a 34\$850 réis⁴¹⁸. Para o sepulcro era comum o aluguer de quatro tocheiras⁴¹⁹.

No hospício da Ribeira Brava, o peditório da cera rendeu 4\$450 réis em 1737 e 6\$200 réis em 1739⁴²⁰. O capitão Miguel da Câmara Leme tinha uma pensão anual em dar duas libras de cera (1737)⁴²¹ ao hospício. Mais tarde, em 1802, o hospício recebia uma pensão idêntica à conta da pensão de António Vitorino de (Noronha?)⁴²², podendo corresponder à continuidade da mesma pensão.

A cera era um produto bastante usado pelos franciscanos, como em todo o mundo cristão, nas cerimónias religiosas. Os gastos além dos atos quotidianos de culto, como missas e enterros, aumentavam nas festividades, sobretudo do Natal, N.^a Sr.^a da Conceição, Semana Santa, S. Francisco, Santíssimo Sacramento e dos oragos das capelas e igrejas. A título de exemplo, no convento de Câmara de Lobos gastaram 47\$925 réis em cera, em 1802, na «Semana Santa, festa de S. Bernardino e Natal e S. Francisco»⁴²³; 30\$100 réis, em 1811, na novena e festa de S. Francisco⁴²⁴ e 16\$475 réis, em 1818, na festa do Natal⁴²⁵. No hospício da Ribeira Brava é referida a iluminação

⁴¹⁴ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 11, 34v.º, 36v.º, 56-56v.º, 58, 78v.º, 97v.º, 119; l.º 2, fls. 15v.º, 33v.º, 49, 63, 79, 93, 109v.º, 128, 142v.º, 143, 170, 180v.º; l.º 3, fls. 5, 39v.º, 55v.º, 84, 100v.º; l.º 4, fls. 12, 31, 47, 47v.º, 63, 79, 92v.º, 112v.º, 113.

⁴¹⁵ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 128. Vejamos outro exemplo, exemplificativo das localidades e valores arrecadados neste peditório, em 1800: 20\$850 réis «na cidade»; 2\$600 réis na freguesia de S. Martinho; 4\$200 réis no Campanário, 1\$000 réis na Caldeira; 7\$400 réis na Porta; 3\$500 réis no Estreito de Câmara de Lobos (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 33v.º).

⁴¹⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 34v.º, 78, 119; l.º 2, fl. 142v.º; l.º 3, fl. 5.

⁴¹⁷ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 47v.º.

⁴¹⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 12v.º; l.º 2, fl. 35v.º.

⁴¹⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 128v.º, 130.

⁴²⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 8v.º, 25v.º.

⁴²¹ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 12v.º.

⁴²² ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 16v.º.

⁴²³ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 75.

⁴²⁴ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 13v.º.

⁴²⁵ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 28.

nas missas do parto, em 1796 e 1797, tendo sido gastos, respetivamente, \$500 réis e \$600 réis «Por luzes nas missas do parto»⁴²⁶.

Na cera distinguiam a bruta, a lavrada, a bruta para bicos e a branca que era oposta à amarela, parda e preta⁴²⁷.

As velas de sebo eram comuns nos vários conventos, utilizadas para «luminárias» na «igreja e refeitório e dormitório»⁴²⁸. As velas de sebo eram mais económicas que as de cera, custando, à libra, \$100 réis entre 1740 e finais do século XVIII, e \$250 réis em 1811⁴²⁹, enquanto a cera bruta era adquirida à libra a \$350 réis ou \$400 réis em finais do século XVIII e inícios do XIX⁴³⁰. Já a cera lavrada era adquirida entre \$650 e \$900 réis à libra⁴³¹. Por vezes, os conventos de maiores dimensões, como os do Funchal e de Câmara de Lobos, compravam um caixão de velas com 248 unidades, por 12\$400 réis⁴³².

O convento do Funchal, a partir de 1831, compra velas de espermacete⁴³³ ao preço de \$400 e \$500 réis à libra, pelas alturas das épocas festivas, especificando numa compra de dezembro de 1832 que eram para as placas da igreja nas matinas da Conceição e Natal⁴³⁴.

Dos cerieiros que forneciam os vários conventos estão referenciados, no da Calheta, Lúcio Ferreira (1760-1771)⁴³⁵; no do Funchal, João Carlos de Nóbrega⁴³⁶ (1809) e Manuel de Freitas (1831)⁴³⁷; no de Câmara de Lobos, o «cerieiro de Santa Clara» (1792), João Carlos (1793, cera alugada – cerieiro?), Miguel Francisco de Abreu (1794, 1796), Domingos Tomás (1805)⁴³⁸ e, no hospício da Ribeira Brava, João da Mata

⁴²⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 31, 42.

⁴²⁷ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 5; ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 64, 68v.º; l.º 3, fls. 26, 52v.º, 78v.º.

⁴²⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 76v.º (outubro de 1819), 92v.º (outubro de 1820); ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 13.

⁴²⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 31; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 79; l.º 3, fl. 13. Em 1823, no convento do Funchal compraram 180 velas de sebo a \$015 réis cada uma e no de Câmara de Lobos, dez velas a \$050 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 139v.º).

⁴³⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 4v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 12v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31v.º.

⁴³¹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 13; l.º 6, fls. 57v.º, 178v.º.

⁴³² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 12v.º (1810); ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 80 (1822).

⁴³³ Do italiano *spermaceti*, do latim medieval *sperma ceti*, sémen de baleia, é uma substância gorda de cor esbranquiçada, extraída do cérebro de alguns cetáceos, especialmente do cachalote, e usada na produção de velas e de cosméticos, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/espermacete>, consultado em 2019.12.17.

⁴³⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 230, 234v.º, 238v.º, 241.

⁴³⁵ ANTT, *CSSC*, l.º 4, fls. 19, 27; l.º 2, fl. 32v.º.

⁴³⁶ O cerieiro João Carlos de Nóbrega faleceu em novembro de 1816 (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 26v.º).

⁴³⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 5v.º; l.º 6, fl. 229.

⁴³⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 2, 25, 37, 83v.º, 89; l.º 2, fl. 113.

(1801)⁴³⁹. Aos cerieiros cabia a função de fornecer ou alugar velas e tocheiras, reformar cera usada, fabricar velas, círios, rolos, bugias e fiados.

O azeite doce, mais caro que os outros azeites, além de ser empregue na alimentação, daí a expressão «azeite de prato», era obrigatório nos lampadários, «a alumiar o Santíssimo Sacramento», símbolo da presença de Jesus Cristo⁴⁴⁰. O azeite doce era obtido através de compra, legados, pensões e esmolas⁴⁴¹, como ocorreu no convento da Calheta em que D. Guiomar pagava uma pensão de 1\$000 réis mensais para o «azeite da capela mor»⁴⁴². O azeite doce era empregue na iluminação dos candeeiros⁴⁴³ e da torre, nas novenas e dias das festas de N.^a Sr.^a da Conceição ou de S. Francisco⁴⁴⁴, embora fosse raro, pois o azeite de peixe, também denominado de azeite quelme ou raramente de «azeite de luz»⁴⁴⁵, era mais habitual nas iluminações.

O azeite quelme era mais acessível, variando o preço desde a década de 1730 até à de 1830, desde os \$200 réis até os \$500 réis. Era empregue na(s) candeia(s) / «candeia(s) da cozinha» e «candeeiros» dos refeitórios, dormitórios, escadas, portaria e coro⁴⁴⁶, na iluminação da torre, também chamadas de «luminárias» ou «luminárias da torre» realizadas, consoante os conventos, durante as novenas das festas do Santíssimo Sacramento, N.^a Sr.^a da Conceição, Santo António, dia de Jesus, S. Francisco e no Natal⁴⁴⁷.

Nas ditas festas, por vezes usavam alcatrão na iluminação da torre⁴⁴⁸. Além das festas religiosas, também aconteceu noutra ocasião no convento do Funchal, em abril de 1811, com o uso de «alcatrão para iluminar a torre pela retirada dos franceses em Portugal \$800, tigelas para a torre \$400» e em maio deste ano em «alcatrão para a torre nos 3 dias nas funções que se fizeram na Sé na saída dos franceses»⁴⁴⁹. Na festividade de S. Bernardino, no convento de Câmara de Lobos, em 1796, adquiriram 60 tigelas de alcatrão a \$005 réis cada uma⁴⁵⁰. Neste convento, no dia de Santo António, de 1797,

⁴³⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 1.

⁴⁴⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 7; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 159v.º, 160, 172v.º.

⁴⁴¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 67v.º.

⁴⁴² ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 49.

⁴⁴³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 143v.º.

⁴⁴⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 72; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 82v.º; l.º 2, fl. 185.

⁴⁴⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 167v.º.

⁴⁴⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 47, 77v.º; l.º 3, fls. 45v.º, 61v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 1v.º, 4v.º, 8v.º, 10v.º, 14, 65, 67, 70v.º, 74, 76; l.º 2, fls. 22v.º, 56v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 57v.º.

⁴⁴⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 60v.º, 186; l.º 6, fls. 54v.º, 166v.º, 173v.º, 182, 183, 186, 192v.º, 193v.º; ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 7; l.º 3, fls. 11, 91v.º, 109v.º; l.º 4, fl. 70v.º.

⁴⁴⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 218; l.º 6, fl. 2.

⁴⁴⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 35v.º, 37v.º.

⁴⁵⁰ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 83.

gastaram \$200 réis numa canada de alcatrão para a torre e nas festas do Santíssimo Sacramento e de S. Francisco, de 1800 e 1804, adquiriram, respetivamente, sete canadas (1\$400 réis) e seis canadas e meia (1\$300 réis) de alcatrão⁴⁵¹. Nas festas de S. Francisco, de 1816, gastaram 3\$200 réis em azeite e alcatrão para a torre⁴⁵² e na de 1818, aquando da compra de alcatrão (1\$200 réis), adquiriram estopa (\$300 réis) o que deverá corresponder ao embeber do alcatrão em estopa e colocá-lo em tigelas.

Excetuando o convento do Funchal, os vários conventos esporadicamente adquiriam azeite de louro (à canada, a \$150 réis entre 1736 e 1776 e a \$300 e \$400 réis em inícios do século XIX)⁴⁵³ sendo guardado em paroleiras e potes, e que tradicionalmente era utilizado para fins medicinais e para iluminação.

Limpeza

Na limpeza dos espaços eram usadas vassouras de palma (\$050 réis em 1776 e 1799), de palha (\$075 réis em 1800) e de piaçá (\$050 réis em 1793 e 1797, \$060 réis em 1799, \$100 réis em 1800 e em 1804-1806)⁴⁵⁴ ou «uma escova de lavar casas com seu cabo» (\$500 réis em 1798)⁴⁵⁵.

O convento do Funchal, pela altura da festa de S. Francisco, pagava entre 1\$000 e 2\$000 réis a quem espanava a igreja, ou seja, limpava a igreja. Em junho de 1830, pagaram \$600 réis a «quem espanou o teto da igreja» e em agosto de 1831, \$650 réis a «um servente de alimpar o adro da igreja»⁴⁵⁶. No convento de Câmara de Lobos, em junho de 1805, dois homens que limparam o adro receberam \$300 réis⁴⁵⁷.

Nos conventos, sobretudo nos espaços religiosos, eram colocados capachos no chão. O convento de Câmara de Lobos, em novembro de 1799, comprou sete capachos por 2\$800 réis, «4 para o coro e 3 para debaixo dos candeeiros», e o convento do Funchal, em abril de 1810, comprou três capachos por 2\$400 réis⁴⁵⁸.

O sabão é comum nos conventos para a lavagem da «roupa da igreja», «roupa da sacristia», «roupa da comunidade» e «para as barbas», sendo o mesmo tipo utilizado

⁴⁵¹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 102v.º; l.º 2, fl. 118v.º.

⁴⁵² ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 91v.º.

⁴⁵³ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31v.º; ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 24, 27, 31v.º, 34v.º; ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 137v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 5; l.º 3, fl. 68.

⁴⁵⁴ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 58, 86; l.º 3, fls. 38, 39, 65v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 23v.º, 108; l.º 2, fls. folha de guarda, 6, 20v.º, 43v.º, 120.

⁴⁵⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 2.

⁴⁵⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 189; l.º 6, fls. 6v.º, 40v.º, 59, 76v.º, 140v.º, 149v.º, 165, 215v.º, 228.

⁴⁵⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 114v.º.

⁴⁵⁸ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 27; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 17v.º.

nas várias funções, como constatamos nas despesas «8 libras de sabão para as barbas e roupa da igreja a 200 rs» e «10 libras de sabão inglês para a roupa da comunidade e barbas a 200 rs»⁴⁵⁹. Muitas das vezes é apenas mencionado «sabão», no entanto noutras são destringidas as variedades como o sabão inglês (a partir de 1795) e o sabão de Castela (1776)⁴⁶⁰. Para a «roupa da igreja» e para a «roupa da comunidade», quer dizer, para os paramentos religiosos e a vestimenta, eram adquiridos anil para a lavagem e goma para engomar⁴⁶¹.

Calçado, Vestuário e Tecidos

Correspondendo aos ideais e valores franciscanos, como a pobreza e a simplicidade, as vestimentas dos franciscanos eram simples e com adereços contidos.

Nos Capítulos custodiais, realizados no convento do Funchal, ordenavam as diretrizes do vestuário e calçado, sinal de que eram excedidos por alguns frades. No Capítulo custodial, de 7 de outubro de 1753, ordenavam

«que nenhum Religioso mande coser nas túnicas barras, que excedam a largura de dois dedos, e os que atualmente as tem as ponham como ordenamos, nem tragam colarinhos postiscos [postigos] nas mesmas túnicas, nem se cinjam com cordões, que não sejam de lã branca sem género algum de curiosidade e que os sapatos daqui por diante sejam por forma que apareçam ao menos as pontas dos 3 dedos cuja lei se não entenderá com os enfermos habituais, e o que for defeituoso em qualquer destas coisas proibidas, o Prelado o mandará levar ao pescoço ao refeitório a insígnia em que se achar delinquentes, castigando com 24 golpes de varas, e se for reincidentes fiquem ao arbítrio do Prelado Superior; pois é sem duvida que os religiosos, que deixam o mundo a buscarem a religião devem só agradar a Deus com as perfeições da Alma, e consciência e não ao mundo, com tam escandalosas vaidades»⁴⁶².

[E] «consumados todos os chapéus finos, que por ora se acharem em uso, fique inevitavelmente proibido a todos os religiosos de então por diante o uso deles»⁴⁶³.

Os frades vestiam vestimenta preta, composta de «hábito e túnica»⁴⁶⁴, sendo constantes as compras de linhas pretas para coser os hábitos, como para as mortalhas

⁴⁵⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 106, 207v.º, 210; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 37v.º, 74, 106; l.º 2, fls. 3v.º, 34, 38v.º; l.º 4, fl. 49; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 29v.º, l.º 2, fls. 24v.º, 81v.º; l.º 3, fl. 23v.º.

⁴⁶⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 36; l.º 2, fls. 4, 86; l.º 3, fls. 26v.º, 64v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 3v.º. O sabão de Castela era mais caro que o restante, sabão/sabão inglês, sendo adquirido à libra a \$300 réis para o convento de Santa Cruz, enquanto o restante custava a \$200 réis.

⁴⁶¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 41v.º; l.º 2, fls. 4v.º, 19, 34, 61, 78, 118v.º.

⁴⁶² ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 2v.º.

⁴⁶³ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 4.

⁴⁶⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 42v.º; l.º 2, fl. 15.

dos defuntos. Nos tecidos da «vestiaria» é comum a compra de «pano preto» (a 1\$000 réis ao côvado, em março de 1801 e dezembro de 1815, 1\$500 réis em novembro de 1806 e \$900 réis em junho de 1822⁴⁶⁵) e era dada a preferência ao tecido de saial. No hospício da Ribeira Brava, em 1799, «por não haver saial» optaram por 30 côvados de «pano para vestiaria de 3 religiosos [...] 21 a 1\$rs, 21\$ e 9 a 700 rs – 6\$300 que tudo soma 27\$300»⁴⁶⁶. Raramente, procediam à compra de uma «túnica de serafina preta 2\$000»⁴⁶⁷.

O padre guardião do convento era responsável em fornecer a vestiaria, bragas⁴⁶⁸ ou «panos menores»⁴⁶⁹ (roupa interior) e calçaria aos religiosos, incluindo o corista, o irmão donato⁴⁷⁰ e os servos ou moços que serviam nos conventos. O Capítulo custodial, de 7 de outubro de 1753, determinava ao síndico do convento do Funchal em «remunerar o trabalho do P[adre]. Vig[ári]o do coro dandolhe em cada anno húa túnica, ou manto de q[ue] tiver mais necessidade, quatro arateis de tabaco e quatro lensos; dous pello Natal e dois pello Sam Joam, e no mesmo anno hum par de sandalhas [sandálias], as quais não desoubrigam ao R[everendo]. P[adre]. G[uardi]am de lhe dar as que tem de obrigação anual»⁴⁷¹.

Um «mulato» servia no hospício da Ribeira Brava, sendo conhecida a sua presença desde 1736 até janeiro de 1741. Embora não se conheçam atividades específicas, deveria desempenhar as tarefas quotidianas realizadas noutros conventos por moços. Deste «mulato» apenas sabemos os gastos feitos pelo convento em calçado (botas e sapatos)⁴⁷² e no vestuário. O «mulato» usava uma camisa (\$450 réis)⁴⁷³,

⁴⁶⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 91v.º (março de 1801); ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 49 (março de 1801), 139 (novembro de 1806), 153v.º (dezembro de 1807); ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 10v.º, 118, 141.

⁴⁶⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 58.

⁴⁶⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28v.º (dezembro de 1793); 30v.º (janeiro de 1794).

⁴⁶⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 9, 25v.º, 33v.º, 44v.º, 46v.º, 54, 75; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 5v.º, 9. Segundo Rafael Bluteau, o termo bragas deriva de «Braca, que queria dizer calçoens [...] Hoje he uma espécie de ceroulas» (BLUETAU, 1712, *Vocabulario* [...], vol. B-CZA, p. 179).

⁴⁶⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 201; l.º 6, fls. 34v.º, 85v.º, 143v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 99v.º; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 35, 54v.º.

⁴⁷⁰ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 9, 45v.º, 54v.º.

⁴⁷¹ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 1.

⁴⁷² ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 5, 6, 7, 10, 14, 15, 16, 24v.º, 26v.º, 28v.º, 32, 33, 37v.º, 40v.º, 42v.º.

⁴⁷³ Em setembro de 1737, o convento comprou três varas de pano para uma camisa, a \$150 réis à vara (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 14); em fevereiro de 1738 mais três varas de pano para uma «camisa do mulato \$450» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 18v.º); em setembro de 1738 outras três varas ao mesmo preço para «uma camisa do mulato» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 21); e em setembro de 1740 outras três varas ao mesmo preço para «uma camisa para o mulato» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 39). No espaço de dois anos foram confeccionadas quatro camisas para o mulato, sendo a peça de vestuário com maior desgaste, fruto dos trabalhos realizados pelo mesmo.

um «jobão» (gibão) (1\$700 réis)⁴⁷⁴, um barrete (\$200 réis)⁴⁷⁵, uma carapuça (\$100 réis e \$200 réis)⁴⁷⁶ e um calção (\$600 réis)⁴⁷⁷. Entre abril de 1741 e setembro de 1742, consta o nome do moço Eusébio, em vez do «mulato». O moço Eusébio calçava sapatos ou botas⁴⁷⁸ e vestia uma camisa⁴⁷⁹ e calções⁴⁸⁰.

Quanto aos tecidos eram usados uma grande diversidade. Muito do tecido era apenas designado de pano, desconhecendo-se a variedade, devendo reportar-se ao pano mais usual, com base nos fios do linho, pois servia para fazer guardanapos, empanadas, enxergas, amitos, toalhas, aventais, bragas, camisas, penteadores, lençóis..., sendo comprado, entre finais do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX, desde os \$150 réis até aos \$400 réis. O pano era diferenciado de «pano de linho», «pano da terra», «pano fino», «pano de linho fino» e «pano grosso» ou «panos de barbas»⁴⁸¹. O «pano fino» era mais caro que o restante sendo comprado a \$500 e usado na confecção de alvas⁴⁸², quando o outro pano custava a \$400 réis.

De pano, eram feitos os alforjes, usuais nos vários conventos⁴⁸³. O convento da Calheta inventariou, no refeitório, dois a três exemplares⁴⁸⁴.

O brim⁴⁸⁵ era empregue nos aventais, panos, sacas e calças. As sacas de brim, cada uma a \$150 réis, usadas no transporte de trigo, serviam para refazerem colchões e confeccionar enxergas, panos de cozinha e calças dos serventes⁴⁸⁶. No convento de S. Bernardino, em novembro de 1796, gastaram \$400 réis em duas varas de brim para as «calças do preto João»⁴⁸⁷. As sacas eram também de lona⁴⁸⁸.

⁴⁷⁴ Em outubro de 1737, o convento adquiriu três varas e meia de tecido para um «jobão do mulato a \$400 réis e forras para o mesmo» num total de 1\$700 réis (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 15). Segundo Raphael Bluteau um jubam, ou gibão ou jubão é a «parte da vestidura, que cobre o corpo do pescoço até quasi a cintura» (BLUTEAU, 1713, *Vocabulario* [...], vol. F-IZO, pp. 69, 211). Atualmente faz parte da indumentária tradicional da Madeira, utilizada pelos grupos folclóricos e etnográficos.

⁴⁷⁵ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 25v.º (março de 1739).

⁴⁷⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 26v.º (maio de 1739), 42v.º (janeiro de 1741).

⁴⁷⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 41v.º (dezembro de 1740).

⁴⁷⁸ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 46v.º, 51, 53v.º, 57, 58.

⁴⁷⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 47, 54v.º, 65.

⁴⁸⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 52.

⁴⁸¹ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 25v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 20v.º, 99v.º, 118, 120v.º; l.º 2, fls. 17, 21v.º, 115v.º, 131; l.º 3, fls. 11v.º, 29v.º, 57; ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 20v.º, 25v.º, 42v.º, 48v.º, 52v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 182, 201; l.º 6, fls. 16v.º, 85v.º, 133v.º, 143v.º, 201v.º.

⁴⁸² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 182.

⁴⁸³ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 17v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 48; ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 20.

⁴⁸⁴ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 17v.º, 23, 32, 42v.º, 52v.º.

⁴⁸⁵ Brim é uma «Lençaria de muitas espécies ou variedades» de tecido (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 141).

⁴⁸⁶ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 14; ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 18, 20v.º.

⁴⁸⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 92 (novembro de 1792).

⁴⁸⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 18, 47v.º.

A lã, adquirida a \$150 réis à libra, era empregue no feitorio (enchimento) de travesseiros ou chumaços, colchões e a \$200 réis à vara (década de 1740) para a confeção de cobertas⁴⁸⁹. No enchimento das enxergas era usada a palha⁴⁹⁰. A lã e palha empregues nas camas eram de pouca higiene, como se relata no convento da Calheta, em 1767, aquando da doença de um frade:

«deixou o P[adr].^e Frei Francisco da Encarnação, por tal forma podre e misturado a lã do colchão e travesseiro com a palha da enxerga que pela muita inmundice se mandou lançar fora assim como se queimou da dita cela uma barra de cama, uma enxerga colchão, travesseiro, cobertas, e cobertor por nas ditas cousas morrer o irmão leigo Frei Francisco de Santa Ana tisico e se mandar reformar a dita cela, de xispado, e rebocado, colchão tirado aemcho»⁴⁹¹.

O padre guardião do convento acrescenta que «o mesmo se fez na cela do Irmão Fr. de Jerusalém, com diferença que com a enxerga e colchão travesseiro cobertor e cobertas se deu pelo amor de Deus por escrúpulo de serto[s] achaques que padeceu o dito religioso»⁴⁹². A lã era empregue nas mortalhas para os enterros, na confeção de tecidos de burel, picote, seriguilha e saial.

O damasco⁴⁹³, além de ser muito utilizado nos espaços cultuais, nos frontais dos altares, pálios e cortinados⁴⁹⁴ e nalguns paramentos e ornamentos, era empregue no uso quotidiano, principalmente nas cortinas, guardanapos e toalhas para as mesas dos refeitórios e cozinhas. Os inventários do convento da Calheta mostram a existência de guardanapos e de toalhas em «pano da terra» (linho) e damascadas. Especificam--se alguns guardanapos «damascados em perca» (percal?) e uma toalha «de mesa travessa damascada»⁴⁹⁵. Em 1739, uma toalha damascada importou em \$300

⁴⁸⁹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 6v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 89v.º; l.º 4, fl. 74; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 43, 47, 52v.º, 56. A lã e a seriguilha, além do uso na confeção de hábitos, eram usadas na confeção de cobertas. No convento da Calheta é registada a despesa de «12 varas de seriguilha para cobertas 2\$400» (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 15). Neste convento, em 1750, 24 cobertas custaram 28\$800 réis (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 6v.º). No hospício da Ribeira Brava, em 1740, um par de cobertas custou 2\$400 réis (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 38v.º). No convento do Funchal, em 1827, uma coberta «para a amassaria» custou 1\$100 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 179). No convento de Câmara de Lobos, em 1818, uma coberta custou 1\$500 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 11).

⁴⁹⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 19 (junho de 1816).

⁴⁹¹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 22v.º (1767).

⁴⁹² ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 22v.º (1767).

⁴⁹³ Damasco é um «tecido de seda com desenhos acetinados em fundo não brilhante», «Tipo de tecido, que pela sua composição de efeito de fundo e efeito de desenho, constituído pela face teia e pela face trama de um mesmo ponto, tem a particularidade de ser reversível, apresentando numa das faces o fundo opaco e os motivos brilhantes e na outra o fundo brilhante e os motivos opacos.» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 144).

⁴⁹⁴ O convento do Funchal, em 1811, comprou seis cortinas de damasco encarnado a Vicente António, por 12\$600 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 41).

⁴⁹⁵ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 23, 26v.º, 42v.º, 52v.º.

réis e, em 1744, um guardanapo em \$150 réis⁴⁹⁶. É diferenciado o «damasco da terra» do «damasco inglês», custando do primeiro \$200 réis por um guardanapo e \$350 réis à vara (em 1798 e 1799) e do segundo, uma toalha de mesa 1\$800 réis (1822)⁴⁹⁷. Em 1813, o convento de Câmara de Lobos adquiriu duas toalhas inglesas para as mesas, uma grande e uma pequena, por 14\$000 réis⁴⁹⁸ e, em 1818, o convento do Funchal adquiriu sete toalhas inglesas (uma por 8\$000 réis, uma por 7\$000 réis, uma por 4\$000 réis, duas a 5\$000 réis e duas a 3\$600 réis)⁴⁹⁹. As toalhas eram ainda feitas de algodão ou de «inrolado» (enrolado)⁵⁰⁰. O enrolado, adquirido a \$300 réis e a \$550 réis à vara, era empregue nos penteadores, lenços, toalhas das mãos e dos altares, nos manistérgios e para forrar celas⁵⁰¹. Os lenços eram constantemente adquiridos para os religiosos ou para oferta aos colaboradores, tendo várias funções como a de embrulhar os livros das contas aquando de transportes⁵⁰² ou para «assoar»⁵⁰³.

Os guardanapos eram um acessório abundante nos refeitórios, existindo um ou mais (de reserva) por cada franciscano ou para os visitantes, especificando-se no convento da Calheta, no inventário de 1755, «24 guardanapos 10 que já não servem»⁵⁰⁴. Nos diversos inventários deste convento constam entre sete e 39 guardanapos. Iam-se degradando até escassearem, como aconteceu, em 1821, no convento de Câmara de Lobos quando fizeram «8 guardanapos para o refeitório, por não haver um»⁵⁰⁵. Os guardanapos tinham vários tamanhos, custando respetivamente a preços diferentes. Em 1744, custavam a \$150 réis à unidade e, em 1798, a \$250 réis⁵⁰⁶.

A maioria dos tecidos era em linho, muito dele proveniente dos peditórios realizados na Madeira. Os conventos encomendavam a tecedeiras a confeção de teias, como constatamos no convento da Calheta, em 1777, quando pagaram a uma tecedeira 2\$400 réis «de uma teia de linho e outra de estopa para a comunidade» e 1\$850 réis «da teia de guardanapos da comunidade» e \$600 réis pelo «teçume de 18 varas de cerguilha [seriguilha] para cobertas»⁵⁰⁷. No convento de Câmara de Lobos

⁴⁹⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 23v.º, 72.

⁴⁹⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 2, 17; l.º 4, fl. 82v.º.

⁴⁹⁸ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 45v.º.

⁴⁹⁹ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 51v.º.

⁵⁰⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 218. O convento do Funchal, em 1811, comprou «2 peças de rulado a 4500 cada peça», devendo tratar-se de enrolado (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 46).

⁵⁰¹ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 51v.º, 65v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 218; l.º 6, fl. 51v.º; ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 162.

⁵⁰² ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 69v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 10v.º; l.º 6, fls. 20, 125,

⁵⁰³ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 138v.º; l.º 3, fl. 69v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 10v.º; l.º 6, fl. 20.

⁵⁰⁴ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 17v.º.

⁵⁰⁵ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 68.

⁵⁰⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 72; l.º 2, fl. 47.

⁵⁰⁷ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 48.

constata-se «o gasto que se fez com duas teias de pano de linho que se mandou botar para uso da comunidade 11\$500»⁵⁰⁸ e em maio de 1806 pagou 13\$060 réis por «4 peças de pano de linho com 10 varas cada peça a \$329»⁵⁰⁹.

Fig. 09 – *Costume of Madeira*; Londres, 1811; desenhador: Richard Westall (1765-1836); gravador: Charles Heath (1785-1848); gravura (técnica não identificada)



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 230;4.

O linho era muito empregue nos paramentos religiosos e nos profanos. Além dos já mencionados, era usado no vestuário, nos «panos menores»⁵¹⁰, nos penteadores para as barbas e para as mãos⁵¹¹, nos lençóis, nos guardanapos e nas toalhas⁵¹². O linho era empregue nos «pavios dos bicos das missas»⁵¹³, na iluminação. O esguião, tecido fino de linho ou algodão, era usado nos paramentos religiosos, como os sobrepelizes, sanguinhos, amitos para as alvas ricas e corporais⁵¹⁴.

⁵⁰⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 21v.º.

⁵⁰⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 131.

⁵¹⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 201; l.º 6, fls. 34v.º, 85v.º, 143v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 99v.º.

⁵¹¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 56; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 131. Os penteadores eram um pano, geralmente de linho, «que se poem ao redor do pescoço, & com que se cobrem os hombros, por não sujar o vestido com cabellos, ou carepa da cabeça, quando alguém se patea» (BLUTEAU, 1720, *Vocabulario* [...], vol. O-PYT, p. 402) ou ainda quando faziam as barbas.

⁵¹² ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 115v.º.

⁵¹³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 78v.º.

⁵¹⁴ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 16v.º, 25v.º, 28; ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 15.

A linhagem, um tecido grosseiro de linho, a \$150 e \$250 réis à vara, era empregue na confeção de sacos, enxergas e lençóis para os moços, toalhas e tendais para a cozinha, frestas de janelas e empanadas das celas⁵¹⁵.

Pouco comum era o «riscadilho»⁵¹⁶, os sacos de liteiro ou uma «manta de orellos». O convento de Câmara de Lobos, em outubro de 1793, comprou uma manta de ourelo, para o tabuleiro de amassar, por \$800 réis e, em janeiro de 1794, comprou um saco de liteiro por \$400 réis⁵¹⁷.

A estopa, linho grosseiro de menor qualidade, é habitual ser recolhida nos peditórios do convento de Santa Cruz, avaliada a \$050 réis à libra enquanto o linho sedado valia \$150 réis à libra (1772-1776)⁵¹⁸. Em 1800, o linho custava \$200 réis à libra⁵¹⁹, e, em 1812, \$400 réis à vara⁵²⁰.

O algodão é esporadicamente adquirido nos conventos, com a finalidade de ser utilizado nos candeeiros⁵²¹, e no convento do Funchal, embora raramente, aparece sob a forma de peças de pano, de algodão ou algodão fino (a \$250 réis à vara ou a 5\$000 réis à peça) para a confeção de sobrepelizes e toalhas para o refeitório⁵²².

Nos conventos estavam presentes o riscado⁵²³, a \$250 e \$300 réis ao côvado, no feitio de travesseiros, colchões⁵²⁴ e aventais da cozinha⁵²⁵; o cadarço⁵²⁶ empregue

⁵¹⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 15, 67v.º; l.º 2, fl. 39; l.º 3, fl. 78v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 220v.º; l.º 6, fls. 75v.º, 162v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 115v.º, 125v.º; l.º 4, fls. 4v.º, 32v.º, 53v.º, 68.

⁵¹⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 74. Esta aquisição consistiu em «retrós[,] riscadilho e feitio do hábito de Fr. Luís do Rosário 1\$200», podendo o retrós (fio torcido) e o riscadilho serem um componente para o dito hábito ou não. Riscadilho é também chamado de chita listrado, com uma combinação de riscas.

⁵¹⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 25v.º, 30v.º. Liteiro «Panno grosso de tomentos torcidos, com que a gente rustica faz saccos» (BLUTEAU, 1716, *Vocabulario* [...], vol. K-NYS, p. 157). Ourela «Diz-se da seda, & ourelo do panno. He a extremidade do panno de seda, ou de lã, que serve como de limite à largura por huma, & outra parte» (BLUTEAU, 1720, *Vocabulario* [...], vol. O-PYT, p. 145).

⁵¹⁸ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 13v.º, 20, 27, 43.

⁵¹⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 85v.º.

⁵²⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fls. 29v.º, 57.

⁵²¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 4 (fevereiro de 1795); l.º 3, fl. 3v.º (agosto de 1801).

⁵²² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 197v.º; l.º 6, fl. 61.

⁵²³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 89. Riscado é um «Tecido de algodão caracterizado por riscas de cor alternando com brancas. Predominância das riscas de cor sobre as brancas.» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 156).

⁵²⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 108; l.º 2, fl. 11; l.º 4, fls. 74, 88; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 49. Apresentamos alguns preços de colchões: «2 colchões e 2 colchas» (8\$000 réis, 1740); um colchão (3\$000 réis, 1744) (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 37, 73); «um colchão para hóspedes» (4\$000 réis, 1815) (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 8v.º); «15 covados de riscado para um colchão a 250» (3\$750 réis, 1796) (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 89); «25 côvados de riscado para 2 colchões novos, que se mandaram fazer para a comunidade a 250 c[ôvad].º» (6\$250, 1822) (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 88).

⁵²⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 15v.º.

⁵²⁶ O cadarço é «Tecido de anafaia. / Fita estreita de pano, fitilho, barbilho, nastro ou cordão de anafaia. / Um género de seda que se faz do barbilho dos casulos e da seda mais grossa a embaraçada. / Galão, espécie de fita estreita de linho, lã ou seda.» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 141).

nos colchões, nas empanadas⁵²⁷, nas «missas e breviários do coro»⁵²⁸; o merlim, um «tecido ralo e engomado como a tarlatana»⁵²⁹, adquirido em dezembro de 1813, pelo convento do Funchal, nomeadamente três varas e meia para os folhos de alvas (2\$800 réis)⁵³⁰; o morim para roquetes⁵³¹; e o murim (morim ou merlim?) para os folhos⁵³²; as «varas do Brasil a 300 rs»⁵³³; cassa, também denominada de «pano fino» para alvas⁵³⁴.

Os conventos compravam o calçado para a comunidade conventual, irmãos donatos e moços. A cada residente adquiriam um ou dois pares por ano, para a denominada «calçaria» e um outro par aos frades e moços que realizavam os peditórios.

A quantidade de aquisições variava, em cada convento, consoante o número de «religiosos», de moços residentes e de moços participantes nos peditórios. No hospício da Ribeira Brava, em dezembro de 1737, forneceram «5 pares de sapatos a 3 religiosos, 3 de calçaria e 2 pares a 2 que tiraram o peditório a 600 rs cada par»⁵³⁵ e no convento de Câmara de Lobos, em janeiro de 1794, forneceram «16 pares de sapatos para a calçaria dos religiosos desta comunidade a saber 5 d[it].^{os} a 2 pares os quais fizeram os peditórios e 6 d[it].^{os} a 1 par a 900 cada par» e, em novembro de 1795, «11 pares de sapatos para 8 religiosos a saber para 3 religiosos que fizeram peditório a 2 pares, e para 5 que o não fizeram a um par a 900 rs»⁵³⁶. Neste convento é comum a aquisição, de cada vez, entre sete e 11 pares de sapatos. No convento do Funchal é comum a compra entre 30 e 49 pares de sapatos, entre 1809 e 1824⁵³⁷, correspondendo os números, aproximadamente, à quantidade de residentes no convento.

⁵²⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 74; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 10, 67v.º.

⁵²⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 22.

⁵²⁹ COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 151.

⁵³⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 194v.º.

⁵³¹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 214.

⁵³² ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 99v.º. O morim é um «Pano branco e fino, de algodão» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 152).

⁵³³ Em princípio trata-se de um tecido, mas poderá ser varas de madeira. O convento do Funchal comprou em junho de 1819 «10 dúzias de varas do Brasil a 300 rs 36\$000» e, em dezembro de 1821, «12 varas do Brasil a 300 rs 3\$600» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 70v.º).

⁵³⁴ O convento do Funchal adquiriu, em maio de 1818, «3 varas de cásca para umas alvas» por 1\$500 réis e, em junho de 1813, «42 varas de pano fino para alvas a 500 21\$000» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 50v.º). Cassa é um tecido muito fino e transparente de algodão ou linho (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 142).

⁵³⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 16.

⁵³⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 71.

⁵³⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 9, 50; l.º 6, fls. 10v.º, 28v.º, 42v.º, 80v.º, 94v.º, 138, 151v.º.

Como podemos constatar na receita e despesa do hospício da Ribeira Brava, usavam sapatos e botas, variando o preço entre os \$300 réis e os 1\$400 réis, entre meados do século XVIII e inícios do XIX.

Diferenciavam-se o tipo de sapatos, consoante o estatuto. As botas eram usadas pelos moços, «mulato» ou rapaz (moço/ajudante). Um moço usava sapatos geralmente ao custo de \$300 réis⁵³⁸ enquanto os religiosos e irmão donato a \$600 réis⁵³⁹, entre 1736 e 1744. Em 1744, surgem sapatos para os religiosos a \$700 réis⁵⁴⁰; em 1795, custavam \$900 réis⁵⁴¹; entre 1797 e 1805, 1\$000 réis⁵⁴²; entre 1798 e 1805, 1\$200 réis⁵⁴³; entre 1805 e 1807, 1\$400 réis⁵⁴⁴; em 1814, 1\$600 réis; em 1817, 1\$500 réis; e em 1824, 1\$100 réis⁵⁴⁵. Os «sapatos ingleses» eram mais baratos, tendo custado um exemplar \$800 réis em setembro de 1805⁵⁴⁶. No convento de Câmara de Lobos eram adquiridas botas para os moços, entre 1796 e 1803, entre 1\$200 e 2\$200 réis⁵⁴⁷, e no do Funchal, um par de botas para um moço custou 3\$500 réis⁵⁴⁸.

Uma despesa de novembro de 1798, no convento de Câmara de Lobos, mostra os materiais utilizados e os gastos na confeção do calçado: «por 2 peles de cordovão [couro de cabra] para a calçaria 3\$800 / por um meio da sola do Brasil para a dita 2\$800 / por mais 4 rostoz[?], solas e palmilhas 1\$200 / Por pagamento a um oficial 13 dias para fazer a calçaria a 250 rs por dia 3\$250»⁵⁴⁹.

Sobretudo nas botas e sapatos dos moços eram realizados consertos, como o colocar solas novas, que custavam entre \$150 e \$300 réis. São registados consertos custando entre \$150 e \$400 réis⁵⁵⁰. A irmandade da Ordem Terceira, do convento da Calheta, em 1768-1769, adquiriu por \$400 réis uma pele de alparcas⁵⁵¹.

⁵³⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 4v.º, 5, 6, 7, 15, 16, 28v.º, 33, 40, 42v.º, 46v.º, 51. Em março de 1742, foi adquirido um par de sapatos por \$250 réis (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 53v.º).

⁵³⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 5, 7, 16, 22, 49.

⁵⁴⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 81, 83.

⁵⁴¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 15.

⁵⁴² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 41, 88v.º; l.º 3, fl. 52v.º.

⁵⁴³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 53, 70v.º; l.º 3, fls. 33v.º, 52v.º, 54v.º.

⁵⁴⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fls. 51v.º, 65v.º, 73.

⁵⁴⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 194v.º, 213; l.º 6, fls. 42v.º, 151v.º.

⁵⁴⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 118v.º.

⁵⁴⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 80v.º; l.º 2, fls. 19, 88v.º.

⁵⁴⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 9.

⁵⁴⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 11-11v.º.

⁵⁵⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 21, 37v.º, 57, 58; l.º 2, fl. 53; l.º 3, fls. 30, 33v.º.

⁵⁵¹ ANTT, *CSSC*, l.º 4, fl. 34. Alparca é uma «sola de sapato com tiras de couro, ou de esparto, em lugar de pala, de que usam os Religiosos de São Francisco» (BLUTEAU, 1712, *Vocabulario* [...], vol. A, p. 279).

Transportes

A deslocação dos frades fazia-se a pé, de rede, besta ou de barco, consoante a distância e a condição física.

Quanto ao transporte de mercadorias, os conventos recorriam aos serviços de moços ou transportadores que acarretavam as cargas às costas, boieiros, bestas e barcos, dependendo da distância, da quantidade a transportar, das condições dos caminhos e das condições atmosféricas. O convento de N.^a Sr.^a da Piedade, em Santa Cruz, em 1776, pagou \$700 réis «por frete de algumas coisas que vieram da cidade [do Funchal], umas por mar, outras por terra»⁵⁵².

A esmola do trigo vinda da zona oeste da Madeira para o convento de Câmara de Lobos envolvia vários meios de transporte. Em setembro de 1793, este convento pagou 3\$700 réis pelo «carreto [às costas] do trigo do peditório da Ponta do Pargo até o calhau do Paul», 1\$550 réis «por frete [de barco] do dito trigo», 1\$550 réis «por carreto do dito calhau [de Câmara de Lobos] para este convento» e 3\$800 réis «por pagamento ao moço do dito peditório». No mês seguinte pelo «carreto [às costas] de oito sacos de trigo desde a Ribeira da Vaca até o Calhau da Ponta do Pargo [pagou] a 200 rs cada saco» e por «ditos desde o Salão da dita freguesia até o Calhau a 100 2\$500 [réis]»; pelo frete de barco destes 33 sacos de trigo pagou 1\$650 réis (\$050 réis cada saco) e pela condução (carro de bois?) de 30 sacos deste trigo, desde o calhau de Câmara de Lobos até ao convento pagou 1\$500 réis (\$050 réis cada saco)⁵⁵³. Geralmente, o transporte das mercadorias da zona oeste para este convento era feito através do calhau do Paul do Mar, como ocorreu em 1794, 1802, 1803 e 1810⁵⁵⁴. O peditório de cereais do Campanário era transportado via calhau do Campanário. Em setembro de 1796, o transporte de dez sacos de trigo, cevada e centeio do Campanário, desde o carreto até ao calhau, frete até ao porto de Câmara de Lobos e carreto do calhau até ao convento (a \$050 réis unidade) importou em 2\$400 réis. Nesta data, o frete de um saco desde o calhau do Paul do Mar ou Ponta do Pargo importou em \$100 réis, o carreto de um saco desde a Ponta do Sol ou dos

⁵⁵² ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31v.º.

⁵⁵³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 14v.º.

⁵⁵⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 45; l.º 2, fls. 70, 85v.º; l.º 3, fl. 1. Em agosto de 1794, o moço do peditório do trigo, da Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo recebeu 3\$000 réis pelo seu salário, pagaram 3\$300 réis em «carretos até o Paul do Mar», 1\$350 réis de «frete até Câmara de Lobos», \$200 réis «aos companheiros do barco, que trouxe o sobredito trigo de o ajudarem a pôr no armazém», e 1\$350 réis pelo «carreto do sobredito trigo de Câmara de Lobos para o convento» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 45). Em setembro de 1808, o transporte de 25 sacos de trigo da Ponta do Pargo e Fajã da Ovelha até ao calhau importou em 7\$900 réis, o frete do barco até Câmara de Lobos 2\$500 réis, o transporte até ao convento 2\$500 réis e o aluguer dos sacos 10\$000 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 164).

Canhas importava em \$050 réis, o frete de barco da vila da Ponta do Sol até Câmara de Lobos, também em \$050 réis à unidade⁵⁵⁵. Em outubro de 1802, especificavam que a condução de oito sacos de trigo para o calhau do Campanário importou em 1\$200 réis⁵⁵⁶.

No transporte do trigo era incluída a despesa com os sacos, comprados ou alugados. Quando implicava maiores quantidades, como nos peditórios, o convento de S. Bernardino optava pelo aluguer de sacos/sacas. Em 1808, o aluguer da «sacadura» importou em 10\$000 réis⁵⁵⁷. Em dezembro de 1802, o aluguer de 34 sacas, a Manuel António, para o peditório da Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo, importou num valor mais elevado, 16\$990 réis, «por causa do Inverno se demoraram»⁵⁵⁸. Em fevereiro de 1804, referiam o aluguer de 15 sacas, a \$020 réis por dia cada uma correspondente a sete dias de aluguer, totalizando 2\$100 réis⁵⁵⁹. Em outubro de 1807, pagaram 5\$400 réis pelo aluguer de 30 sacos a Manuel Joaquim Larica «para vir o trigo do peditório da Ponta do Pargo e se demoraram 9 dias por ser preciso a 20 réis cada saco por dia» e em setembro de 1811 e janeiro de 1812 a «sacadura» foi alugada a Joaquim Rufino, da rua dos Mercadores⁵⁶⁰. Para o uso quotidiano ou «serviço da comunidade» a opção recaía na compra de sacos. Em janeiro de 1793, a compra de quatro sacos importou em 1\$200 réis (\$300 réis à unidade) e, em janeiro de 1798, 13 sacos de linho da terra custaram 6\$500 réis (\$500 réis à unidade). Em setembro de 1811, dois sacos «para o serviço da comunidade 2\$000» e, em setembro de 1819, 15 sacos para a comunidade custaram 4\$500 réis. Em 1821, o valor de 15 sacas importou em 4\$500 réis (\$300 réis à unidade) e em agosto de 1824, 30 sacos a \$200 réis custaram 6\$000 réis⁵⁶¹.

Para curtas distâncias ou para levar pequenas encomendas era usual a deslocação a pé, tanto para os frades como para os moços ou portadores. Para o convento de S. Bernardino, o trigo do Campanário, dada a sua relativa proximidade, às vezes era transportado por via terrestre. Em setembro de 1822, a condução de sete «sacos de pam», de esmola, importou em 1\$400 réis, e no ano seguinte, em agosto, a condução de um saco de trigo importou em \$150 réis⁵⁶². Trazer às costas outros produtos do

⁵⁵⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 87v.º.

⁵⁵⁶ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 71v.º.

⁵⁵⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 164.

⁵⁵⁸ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 75.

⁵⁵⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 93v.º. Em agosto é referido o aluguer de «10 sacos, 5 dias a 20 rs por dia» (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 99v.º).

⁵⁶⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 151; l.º 3, fls. 11, 36v.º.

⁵⁶¹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 9, 115v.º; l.º 3, fl. 11; l.º 4, fls. 40, 62, 117.

⁵⁶² ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 85, 101. Neste ano foi registada a esmola de trigo recolhida na «Quinta das

Campanário custava entre \$100 e \$150 réis, consoante o peso: um cesto de cebolinho importou em \$100 réis (março de 1794); uma arroba e meia de lã, \$150 réis (outubro de 1796); um saco de castanhas, \$200 réis (dezembro de 1797); e sete homens a transportar 14 almudes de vinho, 3\$500 réis (outubro de 1811)⁵⁶³. Em dezembro de 1806, gastaram 6\$700 réis em «pam que se deu a 20 homens que trouxeram o vinho do Campanário e seu carreto»⁵⁶⁴.

Fig. 10 – *View in the Mountains, between Funchal and Fyal*; Londres, 1811; desenhador: Richard Westall (1765-1836); gravador: George Cooke (1781-1834); gravura (técnica não identificada)



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 232;4.

Freiras».

⁵⁶³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 35, 89v.º, 113v.º; l.º 3, fl. 13v.º.

⁵⁶⁴ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 123v.º.

Fig. 11 – *View in the Mountains, between Funchal and Fyal*; pormenor; Londres, 1811; desenhador: Richard Westall (1765-1836); gravador: George Cooke (1781-1834); gravura (técnica não identificada)



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 232/4.

Para outras localidades também eram usados os serviços de portadores. Um serviço da Ponta do Sol ou da Ribeira Brava até ao convento de Câmara de Lobos importava em \$200 réis. Assim foi registado no transporte de hábitos ou na leva do dinheiro resultante da esmola dos mesmos (fevereiro de 1793 e abril e maio de 1798) ou em «ir em serviço da comunidade»⁵⁶⁵.

A madeira, para construção, corredores ou para queima na cozinha era bastante usada nos conventos. A lenha era muitas das vezes acarretada por boieiros ou às costas. Para o convento de S. Bernardino, em abril de 1793, quatro molhos de «lenha de costas» importaram em \$600 réis e cinco em \$500 réis⁵⁶⁶. Para este convento, a madeira era cortada geralmente no Estreito de Câmara de Lobos. Em novembro de 1797, seis homens cortaram um castanheiro no Estreito (quatro a \$500 réis e dois a \$400 réis) custando os carretos «a boieiros e de costas» 4\$000 réis⁵⁶⁷. Parte da lenha provinha da Ribeira dos Socorridos (1802)⁵⁶⁸, provavelmente vinda nas águas. Em junho de 1800, importou em 22\$650 réis a «lenha comprada de costas e comprada na Ribeira» e em \$400 réis para vinho para os homens que a acarretaram da Ribeira e 1\$450 réis pelo carreto da mesma⁵⁶⁹. A lenha da ribeira, esporadicamente, é referida como vinda em «cangalhas», uma armação para sustentar a carga dos animais dos

⁵⁶⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 10 e 120v.º; l.º 2, fl. folha de guarda.

⁵⁶⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 12v.º.

⁵⁶⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 111v.º.

⁵⁶⁸ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 67.

⁵⁶⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 37v.º.

dois lados, pagos entre \$100 e \$200 réis cada uma. Exemplificando, vieram 100 cangalhas de lenha em julho de 1795, 50 em junho de 1797, 209 em maio de 1798 e 116 em junho de 1799⁵⁷⁰.

Doze homens a transportar da serra «12 molhos de mato para a horta», em maio de 1793, importaram em 1\$200 réis⁵⁷¹. Do Estreito, trazer um saco de castanhas importava em \$100 réis⁵⁷². Para o transporte do trigo e farinha do moinho, usados pela comunidade franciscana de Câmara de Lobos, rondava os \$100 réis ao saco, pois em fevereiro de 1800 pagaram \$400 réis a «um homem que levou e trouxe 4 sacos de trigo do moinho» e em junho de 1814 pagaram \$600 réis em «portadores ao moinho»⁵⁷³.

No convento de Câmara de Lobos são habituais as compras de «lenha e queima»⁵⁷⁴, de «lenha e chama»⁵⁷⁵, e de «lenha e giesta»⁵⁷⁶, pelo que a lenha era distinta de queima, de chama e de giesta, sendo estas sinónimas e correspondiam a um tipo de lenha mais fina, sobretudo de giesta e as três muito usadas «para o forno»⁵⁷⁷ na confeção de pão e doçaria, sendo enviada para o convento de Santa Clara para a confeção da doçaria⁵⁷⁸. A lenha correspondia aos troncos mais grossos como se deduz do gasto de \$200 réis, de 1823, pagos a «quem fendeu um pau para lenha»⁵⁷⁹. No convento de Câmara de Lobos, em 1794, a lenha foi comprada ao feixe a \$140 réis enquanto a outra a \$130 réis⁵⁸⁰. Geralmente vinha das zonas vizinhas, no entanto, em 1794, adquiriram 40 pesos de lenha da Ponta do Sol (12\$000 réis)⁵⁸¹. Em março de 1831, uma barcada de lenha e carreto para este convento importou em 22\$100 réis⁵⁸², e os feixes ou molhos de giesta eram comprados a \$150 réis (entre 1792 e 1794) e a \$200 réis (a partir de 1795), sendo habituais as compras mensais entre

⁵⁷⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 63v.º, 102v.º; l.º 2, fls. 2, 19.

⁵⁷¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 14v.º.

⁵⁷² ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 74v.º (dezembro de 1802).

⁵⁷³ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 33; l.º 3, fl. 59.

⁵⁷⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 111v.º, 113v.º, 116v.º; l.º 2, fls. 57, 149, 151; l.º 3, fls. 13v.º, 86v.º.

⁵⁷⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 165, 166, 180v.º, 181; l.º 4, fls. 23v.º, 25v.º. Os termos giesta e queima são transversais aos vários anos, sendo mais habitual o de giesta, e chama é mais usual a partir de 1808. No recolhimento do Bom Jesus, do Funchal é habitual chamar «ramalhos» a esta lenha de giesta e queima (ABM, *RBJ*, l.º 21, fl. 34).

⁵⁷⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 44v.º, 92, 115; l.º 4, fls. 109v.º, 116, 121v.º.

⁵⁷⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 67, 68v.º, 74, 86v.º; l.º 2, fls. 7, 8v.º, 15, 169; l.º 4, fls. 46, 94v.º.

⁵⁷⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 48.

⁵⁷⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 94v.º.

⁵⁸⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 43v.º.

⁵⁸¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 43v.º.

⁵⁸² ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 223v.º.

três e 27 molhos de giesta⁵⁸³. No convento do Funchal, uma carga de giesta custava entre \$200 e \$400 réis, em finais da década de 1820 e na de 1830, e uma carrada de lenha entre \$900 e 1\$350 réis⁵⁸⁴.

Fig. 12 – *Woman with bundle of Bough Xes Friar*; Madeira, c. 1800-1830; autor desconhecido; desenho à pena e aguarela sobre papel



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 169;5.

No convento do Funchal são correntes os gastos com os carros de «lenha», em cargas ou molhos, para uso na cozinha e no forno, sendo distinta da queima ou «xama» para forno e da giesta⁵⁸⁵, esta última proveniente de Santa Cruz e da Camacha, em maio e junho de 1832⁵⁸⁶. Nos vários conventos, excetuando o do Funchal, é usada a expressão «pesos de lenha»⁵⁸⁷ para quantificar a mesma, sendo equivalente às expressões anteriores.

No convento do Funchal era utilizada, embora pouco referenciada, lenha de urze, como ocorreu, em outubro de 1819, com a compra de «giesta e lenha de urze 2\$900»; em outubro de 1821, com «queima e lenha de urze 10\$900»; em junho de

⁵⁸³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 6v.º, 14v.º, 31, 46v.º, 67, 72v.º, 83.

⁵⁸⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 228, 237, 240v.º.

⁵⁸⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 2, 220, 223v.º; l.º 6, fls. 90, 96, 99, 198v.º, 203, 203v.º, 208v.º, 238v.º, 239v.º.

⁵⁸⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 235, 235v.º.

⁵⁸⁷ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 8v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 20v.º, 43v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 4v.º, 20; l.º 2, fl. 17v.º; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 38.

1832, com a compra de «4 molhos de urze de Santa Cruz», e em agosto de 1832, com a compra de «15 cargas de urze para o forno, da freguesia de Santa Cruz 2\$100»⁵⁸⁸. Os gastos com a lenha de urze ocorrem pela época das festas do verão, sobretudo em honra de S. Francisco.

Como se constata, a lenha provinha, por vezes, de localidades longínquas demonstrando as dificuldades em obtê-la no Funchal e em Câmara de Lobos devido à sua escassez.

No hospício da Ribeira Brava era habitual a compra de «lenha» sendo especificada a «lenha de costas para a cozinha» e a «lenha de costas»⁵⁸⁹. No convento de Santa Cruz, em 1776, é referido «4 feixes de lenha de costas para amassar fora»⁵⁹⁰. Este tipo de lenha deve corresponder à lenha de queima, chama e giesta atrás descrita.

De outras localidades, mais distantes, moços e portadores acarretavam produtos para o convento de Câmara de Lobos. Um moço que levou a patente do convento de Santa Cruz até Câmara de Lobos recebeu \$200 réis (novembro de 1793); um portador que trouxe parreiras, vindas de Ponta Delgada recebeu \$500 réis (janeiro de 1799); um portador que levou a S. Vicente uma carta recebeu \$800 réis (outubro de 1811). Levar uma patente à Calheta importava em \$600 réis (maio de 1808); uma patente a Santa Cruz, \$300 réis (novembro de 1805); trazer (de barco?) sete galinhas da Ponta do Pargo, \$200 réis (abril de 1800); e trazer um barril de vinho, de esmola, da casa de Jorge Correia, em Câmara de Lobos(?), custou \$200 réis (outubro de 1803)⁵⁹¹.

No convento de Câmara de Lobos, a maioria dos transportes por terra, a pé, ocorria entre o Funchal e Câmara de Lobos, para levar ou trazer determinados objetos ou produtos como a Tábua Capitular (\$200 réis em junho de 1793 e \$600 réis em dezembro de 1824), cartas para a visita (\$200 réis em junho de 1793 e \$600 réis em dezembro de 1824), o baú da armação para a festa de S. Francisco (\$100 réis em outubro de 1793) ou a armação (1\$400 réis em outubro de 1796), os bolos da Festa (\$100 réis em fevereiro de 1795), a cera do Natal (\$200 réis em dezembro de 1802), «a propina do Natal» vinda de Santa Clara (\$500 réis em dezembro de 1802) e os bolos (\$800 réis em dezembro de 1823)⁵⁹².

⁵⁸⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 76v.º, 92v.º, 236, 237.

⁵⁸⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 87v.º; l.º 3, fls. 9v.º, 14, 23, 42, 48, 50.

⁵⁹⁰ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31.

⁵⁹¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 26v.º; l.º 2, fls. 14, 35v.º, 87v.º, 122, 160; l.º 3, fl. 13v.º.

⁵⁹² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 16, 25, 55, 89; l.º 2, fls. 75, 123v.º; l.º 4, fls. 108v.º, 122.

No convento de N.^a Sr.^a da Piedade, os portadores que «vieram dos nortes» com alguns donativos e outras coisas compradas receberam \$800 réis em «agradecimento»⁵⁹³. Para transportar da Camacha um cesto de pêros ou um feixe de vimes importava em \$100 réis⁵⁹⁴ e carne da freguesia do Caniço em \$100, \$200 ou \$300 réis, consoante a quantidade.

No hospício da Ribeira Brava, trazer algo do Funchal por terra rondava os \$200 réis, no século XVIII, como pagaram em dezembro de 1739 «a quem trouxe por terra» três arrobas de bacalhau e em finais do século XVIII a um moço por trazer a «Patente da Visita», a «Convocatória do Capítulo» ou a «tábua dos Moradores»⁵⁹⁵. Já nos inícios do século XIX rondava os \$400 réis⁵⁹⁶. De S. Vicente, transportar um saco de feijões importava em \$500 réis (outubro de 1795) e \$700 réis (outubro de 1806)⁵⁹⁷.

Para o convento do Funchal, nas duas primeiras décadas do século XIX, a título de exemplo, trazer da Camacha dois perus importava em \$400 réis (agosto de 1810), um saco de batatas em \$500 réis (dezembro de 1819) e um portador em trazer do Curral das Freiras «ameixas para doce» custava \$400 réis (julho de 1824)⁵⁹⁸.

Quanto ao transporte em rede, mais confortável que os demais, estava reservado aos religiosos. Ocorria principalmente aquando de doença, quando estavam debilitados ou impossibilitados de andar sendo transportados de outros conventos para o de S. Francisco, no Funchal. Em abril de 1830, dois homens conduziram em rede Fr. Francisco de Sales, do hospício da Ribeira Brava à enfermaria por 2\$400 réis⁵⁹⁹.

A deslocação, em rede, do convento de S. Francisco até Câmara de Lobos, em dezembro de 1825, com dois homens custou 1\$400 réis e aquando de uma visita do padre secretário a Santa Cruz, em julho de 1815, gastaram «duas canadas e meia de vinho para os homens da rede 1\$250 réis»⁶⁰⁰.

No convento de S. Bernardino são registados por várias vezes o transporte em rede até à enfermaria do convento do Funchal, de religiosos doentes, sendo pago o serviço a dois homens, os que levavam a rede, e raramente a um homem e ao moço

⁵⁹³ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31v.º (outubro de 1776).

⁵⁹⁴ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 32, 35 (novembro de 1775 e fevereiro de 1776).

⁵⁹⁵ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 30 (dezembro de 1739); l.º 2, fls. 10v.º (agosto de 1795), 27v.º (setembro de 1796), 30v.º (novembro de 1796).

⁵⁹⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 75v.º.

⁵⁹⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 13v.º; l.º 3, fl. 65v.º.

⁵⁹⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 23; l.º 6, fls. 80v.º, 147.

⁵⁹⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 23.

⁶⁰⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 2, 154.

do convento, que já auferiam de um ordenado e logo não recebiam pelo serviço. Em finais do século XVIII (1794 e 1796) um transporte em rede entre os conventos de Câmara de Lobos e do Funchal custava \$600 réis, passando para os 1\$000 réis (entre 1808 e 1821) e atingindo os 1\$200 réis (1821). Neste período foram transportados, em rede, os religiosos doentes: Fr. Manuel de Santa Maria (fevereiro de 1794), P.^e Fr. António Venâncio (maio de 1796), P.^e Fr. Joaquim (abril de 1808), P.^e Fr. Miguel (julho de 1817) e o padre guardião Fr. António da Apresentação (novembro de 1818 e fevereiro, março e junho de 1821)⁶⁰¹.

Alguns religiosos, aquando de determinados serviços em prol da comunidade, eram transportados em rede. Desde o convento de S. Bernardino até à Ribeira Brava custou \$700 réis levar o padre secretário. Nas duas primeiras décadas do século XIX, os valores do transporte variavam por cada transporte, por ida ou volta, entre os 1\$000 réis e os 1\$500 réis. A condução do padre custódio para pregar no convento de S. Bernardino custou 1\$400 réis (julho de 1812); a condução do P.^e Teles/Félix (?)⁶⁰², ida e volta, custou 3\$000 réis (setembro de 1816); a condução do padre vigário do coro, ida e volta, para «vir escrever as contas» custou 2\$000 réis; a condução do padre visitador à cidade custou 1\$000 réis (dezembro de 1824); e a condução do custódio provincial na visita, ida e volta, custou 6\$400 réis, sendo acompanhado por bestas (3\$200 réis) dando-se de beber aos homens na estrada (1\$600 réis) (abril de 1818)⁶⁰³. As variações de preço tinham a ver com o estatuto de quem era transportado ou em função da qualidade da rede.

O transporte em rede era também reservado a pessoas de elevada condição social, como podemos constatar aquando da festividade em honra de S. Francisco, no convento de S. Bernardino, em setembro de 1814, o aluguer de bestas para condução, ida e volta, dos músicos da novena importou em 14\$000 réis e pagaram 2\$400 réis aos homens que trouxeram João Ricardo [Padre? Pregador?] na rede para a novena e festa⁶⁰⁴. Em outubro de 1822 vieram e regressaram ao Funchal o padre pregador transportado em rede (1\$200 réis) e os músicos transportados em cinco bestas alugadas (6\$300 réis)⁶⁰⁵.

⁶⁰¹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 33, 80v.º; l.º 2, fl. 158v.º; l.º 3, fl. 106v.º; l.º 4, fls. 25v.º, 61v.º, 62 e 65v.º.

⁶⁰² A escrita não é muito legível. Parece tratar-se de Teles ou Félix.

⁶⁰³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 19; l.º 3, fl. 19; l.º 4, fls. 14v.º, 90v.º, 110v.º, 122.

⁶⁰⁴ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 63v.º.

⁶⁰⁵ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 86v.º.

Para o norte da ilha da Madeira, o convento de S. Francisco recorria ao serviço de transporte em bestas. Excepcionalmente encontramos uma deslocação em rede desde Ponta Delgada até ao convento de S. Francisco, em dezembro de 1824, importando em 4\$000 réis. Em causa estava a deslocação do P.^o Fr. Leandro, que poderia não estar em condições de vir numa besta. Aquando desta deslocação, o P.^o Fr. José veio de Boaventura numa besta, o que importou apenas em 2\$000 réis⁶⁰⁶.

Fig. 13 – *A Franciscan Father on a Journey*; Londres, 1821; autores desconhecidos; água-tinta colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 5;4. Publicado em COMBE, William, 1821, *A History of Madeira with a series of twenty-seven coloured engravings, illustrative of the costumes, manners, and occupations of the inhabitants of the islands*, Londres, R. Ackermann.

Os serviços de transporte em bestas eram frequentemente requisitados pelo convento de S. Bernardino, sobretudo para a deslocação de músicos e cantores, no mês de outubro, na festa de S. Francisco, e muito provavelmente desde o Funchal. Vejamos alguns exemplos: «uma besta de trazer e levar o menino do coro Félix,

⁶⁰⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 154v.º.

que assistiu na novena de N[osso]. P[adre]. S. Francisco 1\$000» (1794); «condução de 3 cantores [...] em bestas a 1\$200 vinda e volta» (1796); «duas bestas que trouxeram o organista e um músico bento [...] 3\$600» (1801); «uma besta que trouxe o organista para a novena e festa [...] 2\$000» (1803); trazer e levar o P.^e Libório para a novena 1\$600 (1805); «aluguer de 9 bestas que conduziram os músicos para a função [de S. Francisco] 18\$000» (1811); e «frete das bestas que conduziram os músicos 12\$000» (1813)⁶⁰⁷. Nas bestas vinham armadores com os apetrechos para armar/ornamentar a festa⁶⁰⁸. Em 1798, regista-se o «aluguer das bestas que conduziram os músicos, armador e cozinheiro para a cidade [do Funchal] 3\$800»⁶⁰⁹. O serviço de bestas era usado na vinda de pregadores para outras festividades como na da Conceição⁶¹⁰ e na realização de inquirições⁶¹¹.

Os padres também se deslocavam em besta aquando dos enterros e da realização de ofícios. Do convento de S. Francisco, os frades deslocavam-se até ao Estreito de Câmara de Lobos, custando a deslocação 1\$500 réis, em cada sentido, na década de 10 do século XIX⁶¹².

O convento do Funchal recorria ao serviço do aluguer de bestas para levar os padres ao peditório «para o norte», nomeadamente para Boaventura e Ponta Delgada. Dos dados disponíveis para o século XIX, entre 1824 e 1828, a deslocação até estas localidades custava 2\$000 réis, apenas num sentido, sendo comum o convento enviar até lá um padre e raramente dois⁶¹³. Deste convento uma deslocação até Santa Cruz importava em 1\$800 réis e até à Ribeira Brava 3\$000 réis⁶¹⁴.

⁶⁰⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 47v.º, 89; l.º 2, fls. 56v.º, 87, 118v.º, 120v.º; l.º 3, fls. 13v.º, 31, 49; l.º 4, fls. 96v.º, 105.

⁶⁰⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 7v.º, 9.

⁶⁰⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 9.

⁶¹⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 44v.º.

⁶¹¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 46.

⁶¹² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 202; l.º 6, fl. 42.

⁶¹³ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 154v.º, 162v.º, 165, 173, 176v.º, 181v.º, 184, 192. Entre 1815 e 1822 registam-se outros valores na deslocação em besta entre estes pontos: aluguer da besta «que levou e trouxe o P[adr].^e Fr. António», 10\$000 réis em 1815; «aluguer das bestas para os religiosos que foram a Ponta Delgada e Boaventura 15\$000» réis em 1818; «aluguer das bestas para Ponta Delgada e Boaventura», 10\$500 réis em 1819; «aluguer das bestas que levaram e trouxeram 2 religiosos a Ponta Delgada e Boaventura 12\$000», 12\$000 réis em 1821; «aluguer da besta que conduziu o P[adr].^e Fr. Vicente que foi ao peditório de Ponte Delgada», 6\$000 réis em 1821; «aluguer das bestas que conduziram os p[adr].^{es} para o peditório de Ponta Delgada e Boaventura» 7\$500 réis em 1822 (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 6v.º, 59v.º, 77, 93, 110v.º, 122v.º).

⁶¹⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 26; l.º 6, fl. 2.

Quanto aos homens que conduziam as bestas eram denominados de burriqueiros⁶¹⁵.

Para o transporte de cargas mais pesadas, como a madeira, a pedra ou as pipas, os conventos recorriam ao serviço dos boieiros.

No hospício da Ribeira Brava, a deslocação de pipas de vinho desde o hospício até ao calhau, na primeira metade do século XVIII importava em \$200 réis⁶¹⁶. Em 1743, foram falquejados, serrados e transportados por boieiros três tirantes para a «igreja» do hospício, importando o serviço em 1\$200 réis; em 1739, foram transportadas, com recurso a duas juntas de gado, várias madeiras em chaprão e travetas e um boieiro carreteou pedra de alvenaria durante quatro dias, a \$200 réis ao dia⁶¹⁷. O local onde se carregavam os carros de bois era chamado de «carregadoiro»⁶¹⁸.

O convento de S. Bernardino recorria ao Estreito de Câmara de Lobos e ao Covão para o fornecimento de madeira de castanheiro para os corredores e encaçamento da horta e lenha para a cozinha. O custo de um transporte, de boieiro, entre o Estreito e o convento, em finais do século XVIII, era de \$400-\$450 réis e no início do século seguinte de \$500 réis⁶¹⁹. Aos serventes e boieiros, que trouxeram lenha, em março de 1806, foram-lhes dados, como alimentação, bacalhau e milho⁶²⁰. Quanto à lenha, a título de exemplo, em novembro de 1805 vieram cinco juntas de bois com lenha do Covão e em março de 1806, três juntas com lenha do Estreito⁶²¹.

No convento de S. Francisco constam os transportes com boieiros, de valor baixo, derivado da proximidade das deslocações realizadas. Nas duas primeiras décadas do século XIX, o transporte mais comum era o do vinho para ser transformado em aguardente na caldeira ou fortalecido na estufa, importando em \$100 réis o transporte de uma pipa⁶²². Outras mercadorias eram transportadas por boieiros

⁶¹⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 106v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 26.

⁶¹⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 8, 23v.º, 75.

⁶¹⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 24v.º, 30v.º, 65.

⁶¹⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 30.

⁶¹⁹ Vejamos alguns exemplos: em fevereiro de 1797, pagaram 1\$200 réis a três boieiros (\$400 réis a cada um) que conduziram um castanheiro do Estreito de Câmara de Lobos para o convento; em fevereiro de 1798, três boieiros conduziram um castanheiro para madeira para a horta, 1\$200 réis; em março de 1799, quatro juntas de bois conduziram madeira do Estreito para a horta; e em janeiro de 1822, quatro pesos de madeira serrada (10\$500 réis) para corredores e encana, vieram do Estreito em quatro deslocações (2\$000 réis) (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 96v.º, 116v.º; l.º 2, fl. 16; l.º 4, fl. 76v.º).

⁶²⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 9.

⁶²¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 122, 128v.º.

⁶²² ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 119v.º, 122v.º, 136v.º.

como o estrume para a horta⁶²³, madres (vigas de madeira) para o pátio do sol⁶²⁴, ou entulho, como ocorreu em agosto de 1809, quando pagaram 12\$000 réis por 120 caminhos «de deitar o entulho da loja nova»⁶²⁵.

O convento de Santa Cruz tinha os seus bois e moço boieiro que, na década de 70 do século XVIII, recebia o salário anual de 8\$000 réis⁶²⁶ para os transportes de mercadorias. Aquando das enfermidades do boieiro, os frades do convento tratavam-no na doença e adquiriam as mercadorias que não conseguiam transportar para o convento, como constatamos em maio de 1776, quando adquiriram «3 pesos de lenha por estar o boieiro enfermo \$600 réis»⁶²⁷. Quando os bois ficavam incapacitados eram vendidos. Em fevereiro de 1774, a venda de dois bois «incapazes» renderam cerca de 50\$000 réis⁶²⁸. O convento tratava da aquisição dos acessórios e alimentação para os bois. Em julho de 1776, um tamoeiro para o boi custou \$300 réis⁶²⁹. Deveriam ser alimentados com plantas da cerca que, por vezes, eram adquiridas, provavelmente em épocas de escassez de alimento, pois em setembro e outubro de 1776 compraram «16 sacos de palha para comedoria dos bois e seus carretos 2\$400 réis» e «folha de cana que se comprou para comida dos bois \$800 réis»⁶³⁰.

Para as deslocações de pessoas e mercadorias entre grandes distâncias era corrente o recurso aos barcos, face à maior capacidade de carga, à rapidez, ao custo inferior em relação aos outros meios de transporte e ao declive inclinado da Madeira, embora o mar nem sempre o permitisse e os portos de acostagem não fossem os melhores. Em novembro de 1803, provavelmente na sequência da aluvião de outubro, o hospício da Ribeira Brava teve de recorrer ao serviço de três portadores, dois ao Funchal e um a Câmara de Lobos, para «buscar carga para esta comunidade por causa dos muitos invernos e não correr barcos»⁶³¹. O transporte marítimo era vital na comunicação entre os vários conventos dispersos na ilha da Madeira, na deslocação de frades aquando da celebração de festas e principalmente no transporte dos produtos advindos dos peditórios ou por compra.

⁶²³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 104v.º.

⁶²⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 19.

⁶²⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 7.

⁶²⁶ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 28 (julho de 1776).

⁶²⁷ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 38. Para o «boieiro enfermo», em maio e outubro de 1776, o convento comprou, respetivamente dois (\$350 réis) e quatro frangos (\$200 réis) (ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 31v.º, 38).

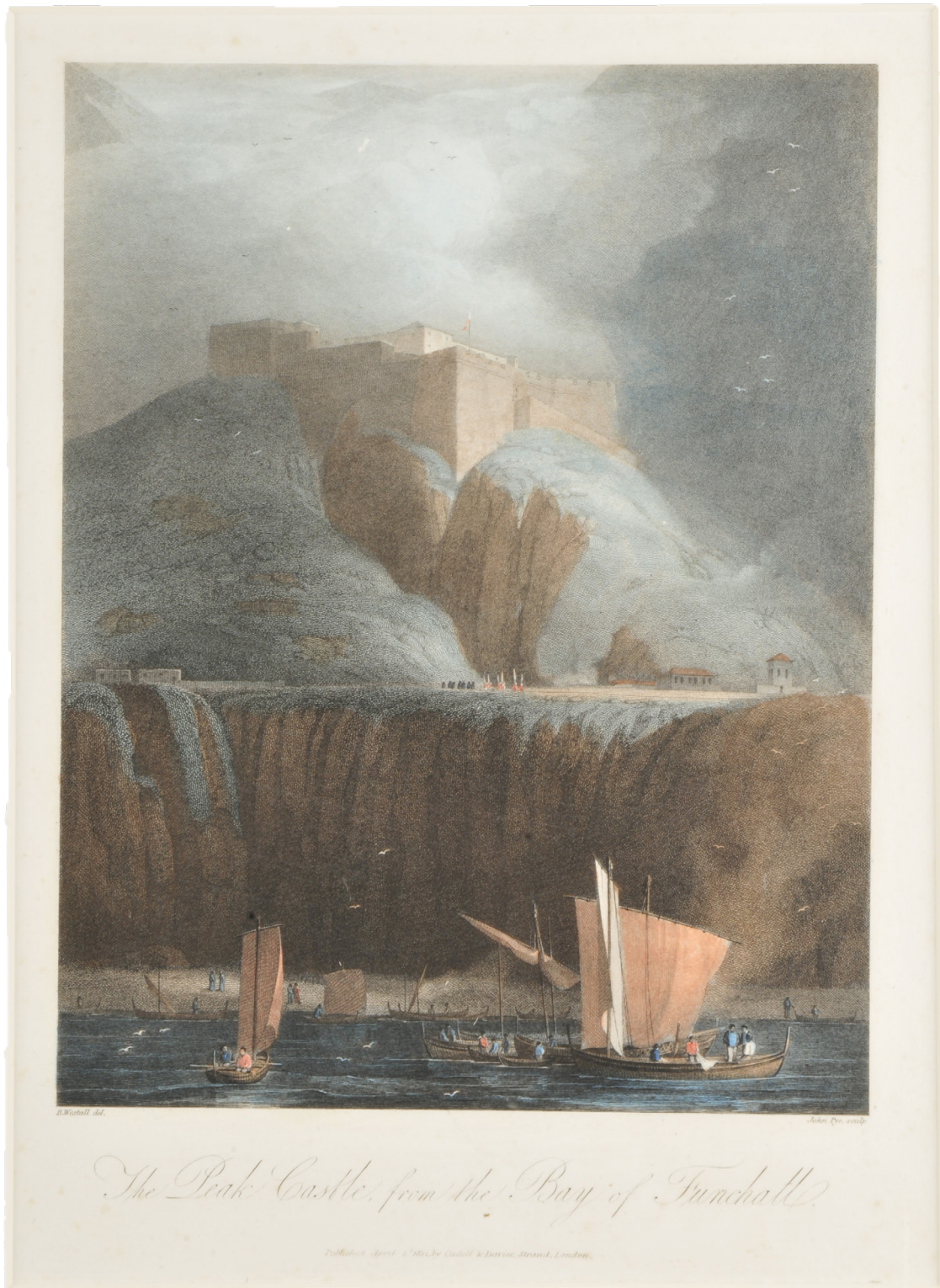
⁶²⁸ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 13.

⁶²⁹ Tamoeiro é um pedaço de couro que prende a canga ao carro (BLUTEAU, 1721, *Vocabulario* [...], vol. T-Z, p. 35).

⁶³⁰ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 30, 31v.º.

⁶³¹ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 29.

Fig. 14 – *The Peak Castle, from Bay of Funchall*; Londres, 1812; desenhador: Richard Westall (1765-1836); gravador: John Pye (1782-1874); gravura a água forte, colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 229;4.

O convento de N.^a Sr.^a da Piedade, em janeiro de 1776, fretou, por \$300 réis, o transporte desde o Funchal até Santa Cruz, de quatro pipas e um quarto vazias, que tinham levado aguardente e, em julho do mesmo ano, por \$200 réis, enviou para a freguesia de S. Jorge uma pipa vazia «em recompensa de outra que de lá veio de empréstimo com aguardente»⁶³².

A deslocação desde o Funchal de frades do convento de S. Francisco para os outros conventos ocorre, principalmente, por altura das visitas. Nas duas primeiras décadas do século XIX, importava o frete de um barco, por pessoa, até Câmara de Lobos em 1\$000 réis (1825) e 1\$500 réis (1823 e 1827) e até à Calheta em 2\$500 réis (1826)⁶³³. É comum serem pagos outros valores «por frete do barco da visita», incluindo estas localidades, Ribeira Brava e Santa Cruz, variando entre os 6\$000 e os 9\$000 réis⁶³⁴, correspondendo ao transporte de mais de uma pessoa ou em conjunto com algumas mercadorias. Em 1831, a condução de um religioso, por barco, «areeiro», do Funchal até Ponta Delgada, ida e volta, importava em 4\$000 réis⁶³⁵.

O transporte dos produtos dos peditórios era bastante requisitado por via marítima. A título de exemplo, em agosto e outubro de 1828, vemos alguns valores pagos no transporte de pipas vazias para determinadas localidades e que regressavam cheias: oito pipas para Ponta Delgada, 2\$400 réis, seis idas cheias para o Funchal, 7\$400 réis; um quarto e duas pipas vazias para Santa Cruz, \$550 réis, e idas cheias, 1\$400 réis; duas pipas vazias para o Estreito da Calheta, \$400 réis, e idas cheias, 1\$800 réis; um quarto e uma pipa para o Arco da Calheta, 300 réis, e idas cheias, 1\$100 réis; um quarto vazio para a Madalena do Mar, \$100 réis, e ido cheio para o Funchal, \$400 réis; três pipas vazias para a Ponta do Sol, \$600 réis, idas cheias para o Funchal, 2\$200 réis. Por analogia, o carroto de 11 barris de vinho do Curral das Freiras, que não podia vir por via marítima, custou 4\$400 réis⁶³⁶.

De Câmara de Lobos até à Ribeira Brava e ao Funchal, por frete de uma pessoa, num sentido, entre finais do século XVIII e inícios do XIX, pagavam entre \$450 réis e \$700 réis. Assim aconteceu com a viagem do contador Manuel António de Sousa,

⁶³² ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 28, 34.

⁶³³ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 134, 154, 174v.º, 180v.º. Uma viagem de barco entre a Ribeira Brava e o Funchal, em 1800, importava em 1\$000 réis, e entre a Ribeira Brava e a Calheta, em 1\$550 réis (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 76v.º, 77v.º).

⁶³⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 19, 37v.º, 40, 49, 60v.º, 72v.º, 89, 103.

⁶³⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 237.

⁶³⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 192, 194v.º.

que veio da Ribeira Brava fazer as contas do convento⁶³⁷; a viagem até ao Funchal do padre definidor, Fr. Manuel do Espírito Santo, «doente por acidente», do P.^e Fr. António de Santa Ana, «doente»⁶³⁸, e do padre presidente que foi a Câmara de Lobos ajudar a confessar⁶³⁹. Na visita, provavelmente englobando várias pessoas, existem viagens entre 7\$500 réis e 10\$500 réis como a que ocorreu para a Calheta⁶⁴⁰. Já uma condução do padre custódio importou em 1\$800 e 3\$600 réis até ao Funchal, 5\$400 réis até à Calheta e 8\$400 réis até Santa Cruz⁶⁴¹. No convento de Câmara de Lobos, como já vimos, além do transporte por via terrestre, eram transportados em barco os músicos e as armações das festas⁶⁴², o vinho do Campanário⁶⁴³, a lenha vinda da Tabua⁶⁴⁴, os produtos dos peditórios e os religiosos para os enterros e ofícios⁶⁴⁵ e pregações⁶⁴⁶.

Aquando das visitas aos conventos além do pagamento do serviço do frete, é habitual o fornecimento da alimentação aos barqueiros. Aquando das visitas, o hospício da Ribeira Brava gastou, em 1797 e 1798, respetivamente, \$700 réis em pão e 1\$600 réis num almude de vinho e \$800 réis em vinho «para os barqueiros do barco da Visita»⁶⁴⁷. No mesmo serviço, o convento de S. Bernardino deu aos barqueiros, em 1792, «carneiro para os homens do barco»; em 1798, um cabrito de 26 libras, no valor de 1\$300 réis; e em 1801, uma «cabra assada», no valor de 1\$900 réis, e vinho, no valor de 1\$800 réis⁶⁴⁸.

Ainda relacionado com os transportes marítimos, registre-se dois casos particulares. Um navio, que ia em direção a Lisboa, e se afundou em junho ou julho de 1816 (registado na despesa de julho de 1816), perdendo o convento de S. Francisco 16\$000 réis destinados à compra de especiarias. O outro caso reporta-

⁶³⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 10v.º (fevereiro de 1793).

⁶³⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 12v.º, 14 (abril e maio de 1793).

⁶³⁹ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 116v.º (julho de 1824).

⁶⁴⁰ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 18 (junho de 1818).

⁶⁴¹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 139, 160; l.º 4, fl. 83v.º.

⁶⁴² ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 71v.º (outubro de 1802).

⁶⁴³ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 44v.º (dezembro de 1800).

⁶⁴⁴ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 168v.º (janeiro de 1809). Nesta data vieram 16 pesos de lenha, importando a lenha e o transporte em 18\$900 réis.

⁶⁴⁵ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 132v.º.

⁶⁴⁶ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 13 (março de 1818).

⁶⁴⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 38, 51.

⁶⁴⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 1v.º; l.º 2, fls. 6, 55.

-se ao pagamento de 1\$400 réis a um barco «que conduziu o P[adr].^e Fr. António de Santa Rosa para a terra, quando fugiu»⁶⁴⁹.

Produtos de Peditórios, Esmolas e Pensões

Os religiosos, além do espiritual, tratavam das partes material e corporal, das tarefas quotidianas, entre as quais a realização de peditórios sendo os produtos recolhidos, armazenados e vendidos ou para consumo próprio. Os religiosos dos conventos obtinham produtos através de esmolas, pensões, compra e do cultivo nas hortas dos conventos. Além dos produtos comestíveis, faziam o peditório da cera, do bolo, do linho, dos arcos ou de produtos para a horta como os vimes e as canas vieiras.

Uma pequena parte dos géneros obtidos pelos franciscanos provinha de pensões ou legados. Em março de 1776, o P.^e João de Gouveia, da freguesia de S. Vicente, como administrador da capela de Melchior Francisco, pagou 1\$950 réis, ao convento de Santa Cruz, provenientes de uma pensão de três alqueires e uma quarta de trigo⁶⁵⁰. O morgado Fernando José Correia pagava, ao convento de Câmara de Lobos, uma pensão anual de 12 velas de libra cada uma, equivalentes 12\$000 réis anuais (1811-1817)⁶⁵¹. O hospício da Ribeira Brava, a partir de 1740 e durante 30 anos, recebia uma pensão de seis barris de vinho, proveniente de Pedro Afonso, da Tabua⁶⁵².

O convento da Calheta arrecadava, pelo menos entre 1755 e 1782, uma verba sobre as «faúlhas»⁶⁵³ dos «moinhos desta vila [da Calheta], e seu termo», nomeadamente, dos moinhos do Norte (8\$000 réis anuais, vencidos a 31 de dezembro), dos moinhos da Azenha (1\$800 réis anuais) e do moinho do Pico de Rala (2\$000 réis anuais, vencidos a 13 de junho). Em 1781, são mencionadas as faúlhas do moinho pagas pelo moleiro da Lombada, no valor de \$500 réis. Relativamente aos do Norte

⁶⁴⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 20 e 44v.º.

⁶⁵⁰ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 26v.º.

⁶⁵¹ ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 5, 107v.º.

⁶⁵² ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 41, 49v.º, 60v.º.

⁶⁵³ A faúlha é um pó muito ténue que se eleva no ar, quando se peneira ou se mói a farinha in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, (<https://dicionario.priberam.org/faúlha>; acedido a 2022.02.21).

e da Azenha, em 1781, eram pagos pelo moleiro do moinho da Azenha, Manuel Gonçalves Ferreira⁶⁵⁴.

As esmolas dadas aos conventos eram geralmente em géneros sendo as esmolas pecuniárias pouco habituais. Ao hospício da Ribeira Brava, em 1736, foi dada uma «esmola particular» de \$600 réis e, em 1742, o bispo do Funchal deu uma esmola de 6\$400 réis. Ao convento de Santa Cruz foram dados, em dezembro de 1774, 50\$000 réis, e pelo «Dr. Juiz de Fora», em janeiro de 1775, 90\$000 réis e, em fevereiro de 1775, 4\$800 réis. Ao convento de Câmara de Lobos, D. Luísa Jerves deu uma esmola de 10\$000 réis, em agosto de 1805⁶⁵⁵.

Ao convento do Funchal, o rei, no ano de 1822, deu uma esmola anual, em vinho e trigo, nomeadamente, duas pipas de vinho e a partir deste ano duplicou a esmola, sendo metade deste valor aplicado, nos anos de 1823 a 1825, no pagamento do novo órgão da igreja. Também dava uma esmola de trigo, em 1822, de um moio⁶⁵⁶ e a partir deste ano de quatro moios. Esta esmola correspondeu, monetariamente, em dezembro de 1823, ao recebimento da Junta da Fazenda Real de 90\$000 réis provenientes do valor de três moios pagos a \$500 réis ao alqueire⁶⁵⁷. Em abril de 1824, os quatro moios corresponderam a uma receita de 162\$000 réis, provenientes de 120 alqueires a \$600 réis/alqueire, 60 alqueires a \$700 réis/alqueire, 60 alqueires a \$800 réis/alqueire⁶⁵⁸. Em dezembro de 1828, a esmola foi paga, com um moio em espécie e os outros três, dois a \$400 réis ao alqueire (48\$000 réis) e um a \$450 réis (27\$000 réis)⁶⁵⁹. Quanto ao vinho, em dezembro de 1822, as duas pipas, cada uma com 12 barris, pagas pela Junta da Fazenda, renderam 91\$200 réis (3\$800 réis/barril)⁶⁶⁰. Por vezes, o vinho era arrecadado em género, em mosto ou fermentado, nas freguesias do Monte e Santa Luzia, ficando os encargos com o transporte a cargo do convento⁶⁶¹. Em setembro de 1825, janeiro de 1827 e setembro de 1827 arrecadaram em cada mês duas pipas (cada uma com 12 barris), correspondendo a 30\$000 réis de receita cada pipa⁶⁶².

⁶⁵⁴ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 21, 49, 50, 58. Em 1755, a comunidade do convento da Calheta alcançou uma sentença a seu favor sobre as faúlhas destes moinhos, ficando os moleiros notificados de pagarem as faúlhas, sob pena de ficarem penhorados.

⁶⁵⁵ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 6, 58v.º; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 18v.º-19v.º; ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 117.

⁶⁵⁶ Um moio corresponde a 60 alqueires.

⁶⁵⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 124v.º.

⁶⁵⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 143v.º.

⁶⁵⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 184v.º.

⁶⁶⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 125.

⁶⁶¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 163.

⁶⁶² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 163, 177, 181v.º.

Fig. 15 – *Costume of Madeira*; Londres, 1825; desenhador: Sarah Bowdich (1791-1856); litógrafo desconhecido; litografia colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 28;4. Publicado em BOWDICH, Thomas Edward, 1825, *Excursions in Madeira and Porto Santo, during the autumn of 1823, while on his third voyage to Africa*, Londres, George B. Whittaker.

Os peditórios eram realizados pelos religiosos, benfeitores, irmãos terceiros e moços, recebendo os moços um pagamento pela tarefa como acontecia com outros serviços esporádicos, como levar encomendas, transportar produtos ou os trabalhos nas hortas. No convento do Funchal, convento de maiores dimensões e com maior número de frades, logo com maior movimentação, é visível o pagamento de avultadas quantias pelos serviços dos peditórios, depois compensadas nas avultadas receitas daí provenientes, sobretudo da venda de vinho. Em outubro de 1809, o convento de S. Francisco pagou 118\$900 réis «aos moços do peditório; a saber Santo António 20[\$]000 [réis], São Martinho 20[\$]000 [réis]; Santa Luzia e [M]onte 20[\$]000 [réis], São Roque 10[\$]000 [réis], São Gonçalo 17[\$]500 [réis], Estreito da Calheta 8[\$]000 [réis], Arco 6[\$]800 [réis], Madalena e Anjos 5[\$]000 [réis], Canhas 3[\$]300 [réis], carretos do vinho vindo dos Canhas para a Ponta do Sol 1[\$]000 [réis], moço da Lombada 4[\$]000 [réis], dito da Ponta do Sol 3[\$]300 [réis]»⁶⁶³, e em setembro de 1818, 176\$950 réis aos moços dos peditórios⁶⁶⁴.

⁶⁶³ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 6.

⁶⁶⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 59v.º

Os peditórios realizavam-se durante todo o ano, aquando das colheitas, com maior incidência na época da colheita do trigo e das uvas, oferecendo a população «a proporção cada um com [o] que pode»⁶⁶⁵. Os produtos eram, geralmente, transportados para os conventos por homens a pé e quando se tratava de volumes avultados ou de localidades mais distantes, através de carros de bois ou de barco. As sobras dos conventos ou os produtos não utilizados no consumo eram comutados por outros ou por dinheiro, às vezes antes de entrarem no convento, sendo o valor arrecadado nestas vendas, principalmente o vinho, a maior fonte de receita do convento, além dos proveitos dos serviços religiosos.

Até 1780, cada convento realizava a maioria dos peditórios em zonas mais ou menos próximas às do convento, mas alguns produtos mais raros e existentes numa zona específica eram pedidos por vários conventos, o que originava algumas desordens. Para evitar as mesmas «que por vezes repetidas, e em diversos tempos se tem originado», a 2 de junho deste ano o custódio provincial da custódia da Madeira atribuiu as áreas dos peditórios e respetivos produtos para cada convento⁶⁶⁶, embora na prática pedissem outros produtos além dos estabelecidos.

Fig. 16 – *A Franciscan Friar collecting Donation for his Convent*; Londres, 1821; autores desconhecidos; água-tinta colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 12;4. Publicado em COMBE, William, 1821, *A History of Madeira with a series of twenty-seven coloured engravings, illustrative of the costumes, manners, and occupations of the inhabitants of the islands*, Londres, R. Ackermann.

⁶⁶⁵ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 45.

⁶⁶⁶ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 38v.º-39v.º.

A Determinação de 1780 balizava o convento do Funchal a realizar o peditório de vinho em S. Gonçalo, N.^a Sr.^a do Calhau, Monte, Santa Luzia, S. Roque, Santo António, S. Martinho, S. Pedro, Estreito da Calheta, Arco da Calheta, Madalena do Mar, Canhas, Ponta do Sol e Lombada da Ponta do Sol; o trigo, «pam da festa, e esmola do sepulcro» nas freguesias de S. Pedro, Santo António, S. Martinho, S. Roque, Santa Luzia, Monte e S. Gonçalo; e os pêros e castanhas na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos⁶⁶⁷.

Quanto ao vinho, pelos registos existentes entre 1809 e 1833, provinha de: Santo António (geralmente entre oito e 15 barris, em 1813 atingiu 23 barris e meio almude); de S. Martinho (geralmente entre sete e 13 barris); de S. Roque (geralmente entre quatro e oito barris); de Santa Luzia e Monte (geralmente entre dois e oito barris); de S. Gonçalo (geralmente entre três e sete barris); do Caniço (apenas em 1810 e 1812, respetivamente um casco e cinco barris); do Arco da Calheta (geralmente entre dez barris e dois pipas e por vezes três a quatro barris de malvasia); do Estreito da Calheta (geralmente entre sete barris e duas pipas); do Curral das Freiras (geralmente entre três e 12 barris); da Ponta do Sol e Canhas (geralmente entre quatro barris e cinco cascos); da Lombada (geralmente entre seis barris e dois cascos); da Madalena do Mar e Anjos (geralmente entre quatro barris e um casco, juntando-se ocasionalmente dois a três barris de malvasia como ocorreu em 1809 e 1833), e da Ponta Delgada e de Boaventura (de 1815 a 1833, geralmente entre cinco e 17 cascos)⁶⁶⁸. Em setembro de 1832, as freiras do convento da Encarnação deram 14 barris de vinho «à conta da sua dívida»⁶⁶⁹.

O vinho, em mosto, era transportado por homens às costas ou por boieiros ou, ainda, de barco, consoante as distâncias, as quantidades ou as condições dos caminhos. Para os peditórios, entre outras despesas, no mês de outubro, compravam borrachos ou odres, feitos de pele de cabra, que serviam para recolher o mosto nos lagares e transportá-lo até às pipas. Entre 1809 e 1815, compraram entre 11 e 14 borrachos, um para cada localidade onde se realizavam os peditórios, custando cerca de 2\$000 réis à unidade⁶⁷⁰. A partir de 1817, são registados a compra de odres «para

⁶⁶⁷ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 38v.º-39.

⁶⁶⁸ ANTT, CSFF, l.ºs 5 e 6.

⁶⁶⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 238.

⁶⁷⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 6, 48, 190v.º, 211v.º; l.º 6, fl. 6v.º. Alguns dados da compra de borrachos: 14 em 1809 (31\$600 réis), 14 em 1811 (33\$050 réis), 13 em 1813 (33\$900 réis), 14 em 1814 (30\$500 réis), 11 em 1815 (25\$500 réis).

os peditórios», em vez de borrachos, ao preço unitário aproximado de 2\$000 réis, até 1821, sendo adquiridos anualmente entre 12 e 15 odres. A partir de 1824, o preço de cada odre baixou para metade, custando cerca de \$1000 réis⁶⁷¹.

A maioria do vinho era transportado e guardado nas lojas do convento⁶⁷², para ser posteriormente vendido, sendo este o produto mais rentável.

Raramente algum vinho era vendido, ou «comutado» por dinheiro como então escreviam, antes de entrar no convento. Este procedimento era realizado, por vezes, no Curral das Freiras e na Ponta Delgada, face à distância do Funchal, ao custo do transporte e à qualidade inferior dos vinhos. O preço dos vinhos destas localidades, e de outras do norte da ilha, era inferior aos da costa sul, sendo comum referir a proveniência/diferenciação do vinho destas localidades. Em dezembro de 1814, foram vendidas quatro pipas de vinho de Ponta Delgada a 80\$000 réis à pipa, enquanto, no mesmo mês, o «vinho do sul» foi vendido a 120\$000 réis. No local de origem, em Ponta Delgada, em janeiro de 1813, arrecadaram 452\$000 réis da venda de vinho e, em novembro de 1815, venderam 13 barris, um almude e meio pote de vinho por 138\$500 réis⁶⁷³. Quanto ao vinho do Curral das Freiras era vendido ao barril entre 1\$500 réis e 1\$800 réis em mosto, e entre os 3\$000 réis e 5\$500 réis depois de fermentado⁶⁷⁴.

O vinho de qualidade inferior era colocado à venda nas tabernas como aconteceu, em novembro de 1809, com a venda de três barris de vinho da horta do convento que «por ser muito inferior se pôs à taberna a 300 réis à canada» (18\$000 réis)⁶⁷⁵.

⁶⁷¹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 43, 59v.º, 93, 110, 154v.º, 166v.º, 192, 194v.º, 228, 237. Aquisições de odres, entre 1817 e 1821: 12 em 1817 (25\$800 réis), 13 em 1818 (26\$800 réis), 14 em 1820 (26\$700 réis), 15 em 1821 (25\$900 réis), 15 em 1824 (14\$300 réis), 16 em 1826 (18\$800 réis), oito em 1828 (7\$000 réis); seis em 1828 (5\$700 réis), 11 em 1831 (8\$750 réis) e 12 em 1832 (11\$500 réis).

⁶⁷² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 6v.º.

⁶⁷³ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 196; l.º 6, fl. 8. Em junho de 1821 foi vendida uma pipa de «vinho do Norte do ano de 1819» por 50\$000 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 103).

⁶⁷⁴ Vejamos alguns valores do vinho do Curral das Freiras: em novembro de 1809 comutaram quatro barris a 5\$500 réis e três a 5\$000 réis; em junho de 1820 comutaram quatro barris a 3\$500 réis e quatro a 3\$000 réis; em novembro de 1821 comutaram um barril em mosto por 1\$800 réis e dois barris a 2\$000 réis; em novembro de 1823 venderam 14 barris a 1\$800 réis e em novembro do ano seguinte, seis barris e meio a 1\$500 réis ao barril (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 8v.º; l.º 6, fls. 88, 137v.º, 151v.º).

⁶⁷⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 8v.º.

Fig. 17 – *Manner of bringing Wine to Town when clear*; Londres, 1821; autores desconhecidos; água-tinta colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 24;4. Publicado em COMBE, William, 1821, *A History of Madeira with a series of twenty-seven coloured engravings, illustrative of the costumes, manners, and occupations of the inhabitants of the islands*, Londres, R. Ackermann.

O vinho recolhido no convento do Funchal era tratado para posterior comercialização. É constante ao longo do ano, nos meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro, março e abril, o pagamento a serventes a trasfegá-lo, normalmente, dois, três ou quatro homens em cada serviço recebendo cada um entre \$300 e \$600 réis diários⁶⁷⁶. Os vinhos, como era comum na época, eram fortificados ou «consertados» com aguardente, primeiramente, até 1822, com aguardente importada de França ao preço de 1\$200-3\$600 réis ao galão, sendo o mais comum a 1\$800-2\$000 réis⁶⁷⁷. As duas maiores aquisições registaram-se em dezembro de 1817 com 124 galões (240\$000 réis), em dezembro de 1818 com 140 galões (280\$000 réis) e em março de 1820 com 142 galões (170\$400 réis)⁶⁷⁸. A partir de 1814, e com maior intensidade

⁶⁷⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 8v.º; l.º 6, fls. 25, 63, 64, 68, 78v.º, 84, 94, 100v.º. Em janeiro de 1819 o serviço na trasfega de cinco pipas importou em \$600 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 64).

⁶⁷⁷ Apresentamos algumas quantidades da aquisição, em galões, e respetivos anos, de aguardente de França: 111,5, 1809; 30, 1811; 38, 1813; 44, 1814; 64, 1815; 144, 1817; 144, 1818; 189, 1819; 142, 1820; 89, 1821; 65, 1822 (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 9, 11, 39, 50, 76, 194v.º, 213, 215; l.º 6, fls. 6, 8, 44v.º, 48, 49, 63, 65, 66v.º, 84, 112, 113, 117, 125).

⁶⁷⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 44v.º, 63, 84.

a partir de 1821, recorrem ao fabrico de aguardente local, a partir das borras ou de vinhos, de menor qualidade. Para a destilação das borras e vinhos e transformação em aguardente o convento pagava o transporte da borra, vinho e aguardente, o «gasto da lenha», o «aluguer da caldeira» ou lambique e o «ferver», «cozer» ou a quem fazia a aguardente, comumente chamado de aguardenteiro ou caldeireiro. Ao longo da década de 20 do século XIX, o convento de S. Francisco destilava uma média anual aproximada de cinco pipas de borras e vinhos⁶⁷⁹.

A aguardente era aplicada nos vinhos das missas. Em julho de 1818, adquiriram dois galões de aguardente para o vinho das missas (4\$000 réis)⁶⁸⁰. Durante a importação de aguardente de França, a aguardente «da terra», talvez por ser de qualidade inferior, era vendida a 7\$200 réis ao almude ou \$500 réis à canada⁶⁸¹. Em novembro de 1828, venderam 19 galões de aguardente «da terra» a \$500 réis ao galão «por serem das borras com fleuma»⁶⁸².

No «conserto de alguns vinhos»⁶⁸³ era empregue açúcar nos «vinhos inferiores»⁶⁸⁴ ou aquando da ida de vinho para a estufa⁶⁸⁵. Quanto ao tipo de açúcar, quando especificado, consta o mascavado⁶⁸⁶.

⁶⁷⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 217.

ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 61, 109, 110, 112, 113, 119v.º, 121v.º, 122v.º, 130, 136v.º, 138, 141v.º, 150v.º, 154, 156, 154, 158, 164, 169v.º, 173v.º, 175, 178v.º, 182v.º, 184v.º, 195, 208v.º, 223v.º, 233v.º, 239v.º. Em novembro de 1818, dois cozimentos na caldeira e carroto custaram 3\$400 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 61). O valor de destilar uma pipa de borras ou vinho foi baixando ao longo das décadas de dez e 20 do século XIX. Em outubro de 1821, 3\$000 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 109); em novembro de 1821 e dezembro de 1822, 3\$000 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 110, 112); em março de 1825, 2\$160 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 158); em março de 1827, 1\$880 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 178v.º); em outubro de 1828, 1\$400 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 195). Uma pipa de borras de vinho, em março de 1832, rendeu 10\$000 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 233v.º).

⁶⁸⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 54v.º.

⁶⁸¹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 196, 214v.º; l.º 6, fl. 44. Em janeiro de 1814 venderam, respetivamente, três e quatro almudes e em dezembro de 1817, 32 canadas.

⁶⁸² ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 196.

⁶⁸³ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 27 (novembro de 1816).

⁶⁸⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 25 (outubro de 1816).

⁶⁸⁵ Em julho de 1820 gastaram 12\$600 réis em «açúcar para os vinhos d'estufa»; em maio de 1821, quatro arrobas de «açúcar mascavado a 100 l[ibr].ª para 6 pipas de vinho que foram para a estufa 12\$000» e em dezembro de 1832, dois arrobas e 20 libras de «açúcar a 90 réis/libra, para o vinho que foi para a estufa 6\$200[réis]» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 89, 102, 241).

⁶⁸⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 66v.º, 102 (março de 1819 e maio de 1821). O açúcar mascavado custava \$100-\$140 réis à libra. Quando é mencionado apenas «açúcar» tem o valor de \$140, \$100, \$080 ou \$060 réis à libra. Relativamente a quantidades são aclaradas 60 libras em outubro de 1816 (8\$000 réis); 60 libras em novembro de 1816 (8\$400 réis); seis arrobas de mascavado em março de 1819 (25\$200 réis); quatro arrobas em dezembro de 1829 (9\$600 réis); quatro arrobas em agosto de 1830 (12\$000 réis); dois arrobas e meia em agosto de 1831 (4\$500 réis); e uma arroba em janeiro de 1832 (1\$800). O convento adquiria outro açúcar, ao longo dos anos, para fins culinários e algum não é especificando o fim, podendo algum dele ser destinado à fortificação dos vinhos.

O vinho era colocado em estufas para acelerar o processo de envelhecimento através do calor, método documentado, na Madeira, pela primeira vez na década de 1730⁶⁸⁷. Os frades chamavam de «cozimento de vinho na estufa», custando entre 3\$000 réis e 3\$800 réis o processo para uma pipa, sendo pago o aluguer de pipas⁶⁸⁸. Após este processo o vinho estava apto a ser vendido. Os preços do vinho dependiam de vários fatores, principalmente da sua qualidade, oscilando entre os 24\$000 réis e os 180\$000 réis à pipa. Em novembro de 1815, George Welsh adquiriu cinco pipas e meio barril de «vinho cozido» a 180\$000 réis à pipa (total de 907\$500 réis) e em janeiro de 1828 venderam 14 pipas de vinho, de 23 almudes, por 336\$000 réis (24\$000 réis à pipa)⁶⁸⁹. O «vinho do sul», de melhor qualidade, foi vendido a 120\$000 réis à pipa, em dezembro de 1814, nomeadamente, sete pipas e sete almudes, por 636\$519 réis, a Joaquim Rufino⁶⁹⁰. Em junho de 1821, uma pipa de «vinho do Norte», do ano de 1819, foi vendida por 50\$000 réis, e outras seis pipas a 65\$000 réis⁶⁹¹. Em dezembro de 1817, uma pipa e 14 almudes de «tinta» foram vendidos a 170\$000 réis à pipa (total de 273\$474 réis)⁶⁹². De vinho malvasia, em junho de 1820, foram vendidas duas pipas e 19 almudes e meio a 120\$000 réis à pipa (total de 341\$731 réis); em julho de 1821, uma pipa e 19 almudes a 85\$000 réis à pipa (total de 155\$205 réis)⁶⁹³; e em janeiro de 1823, uma pipa de 23 almudes por 75\$000 réis⁶⁹⁴. De vinho velho, em maio de 1820, venderam 28 almudes e meio por 148\$695 réis (120\$000 réis à pipa) e em agosto de 1825, oito pipas por 608\$000 réis (76\$000 réis à pipa)⁶⁹⁵. O «vinho de estufa» foi vendido em agosto de 1820 e em junho de 1821, respetivamente, a 70\$000 (quatro pipas e um almude) e 65\$000 réis (58 barris) à pipa⁶⁹⁶.

⁶⁸⁷ VIEIRA, 2017, *Estufas*.

⁶⁸⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 90v.º, 102, 232v.º, 241. Foram levadas para a estufa, por exemplo, quatro pipas em agosto de 1820, seis pipas em maio de 1821, quatro pipas em janeiro de 1832.

⁶⁸⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 8, 185.

⁶⁹⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 214v.º.

⁶⁹¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 103.

⁶⁹² ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 44.

⁶⁹³ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 88, 104.

⁶⁹⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 124v.º.

⁶⁹⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 86v.º, 162v.º.

⁶⁹⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 90, 103.

O vinho recolhido nos peditórios, comprado e vendido, era quantificado, geralmente, à pipa, ao barril ou ao almude. Uma pipa continha, geralmente, 23 almudes, equivalente a 11 barris e meio⁶⁹⁷, e um almude continha 12 canadas⁶⁹⁸.

Os principais compradores eram comerciantes locais e estrangeiros (ingleses e americanos). Entre os principais, e que são aclarados na documentação do convento de S. Francisco, além dos já mencionados George Welsh e João Rufino apontamos a venda de: sete pipas de vinho a «Blaque Borden» (Black Burn?), em novembro de 1809⁶⁹⁹; 20 almudes de vinho a Francisco Pestana, em janeiro de 1814, por 90\$000 réis⁷⁰⁰; oito pipas e dez almudes de vinho a Jacinto d'Ornelas, a 60\$000 réis à pipa (total de 506\$080 réis), em janeiro de 1822⁷⁰¹; uma pipa de 23 almudes de vinho malvasia a Tomás Eduardo, por 75\$000 réis⁷⁰²; oito pipas e 12 almudes de vinho, novamente a George Welsh, a 55\$000 réis à pipa (total de 468\$696 réis), em junho de 1823⁷⁰³; quatro pipas de vinho de Santa Cruz e duas do Monte, vendidas em mosto a Gregório Caetano Jardim por 144\$000 réis, em outubro de 1829⁷⁰⁴; e oito pipas e quatro barris

⁶⁹⁷ Em janeiro de 1813 venderam nove pipas de vinho, de 23 almudes, a 100\$000 réis à pipa; em janeiro de 1817 venderam dez pipas e quatro almudes «pipa de 23 almudes» a 12\$500 réis à pipa (total de 1 271\$736 réis); em agosto de 1819 venderam 16 pipas e 22 almudes e meio de vinho a 140\$000 réis «por pipa de 23 almudes» totalizando 2 376\$957 réis; em maio de 1820, uma pipa de 23 almudes (78\$000 réis); em janeiro de 1828, 14 pipas de vinho a 24\$000 réis «pipa de 23 almudes 336\$000» (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 76; l.º 6, fls. 30, 74, 86v.º, 185). As receitas de «58 barris de vinho de estufa a 65\$000 pipa de 23 almudes 327\$826» e «8 pipas e 4 barris de vinho a 70\$000 a pipa, vendido a Fortunato Figueira 584\$350» demonstram que cada pipa equivalia a 11 barris e meio (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 76; l.º 6, fls. 103, 236 (junho de 1821 e julho de 1832)). Em janeiro de 1801 no convento de S. Bernardino é registado «22,5 barris de vinho que são 45 almudes [...] e 22 barris que são 44 almudes vinho [...] o qual todo este soma 3 pipas e 11 almudes» (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 46v.º). Algumas pipas continham 26 almudes. Em fevereiro e setembro de 1832, o convento comprou «para gastos da casa [convento]», em cada mês, uma pipa com 26 almudes de vinho, a primeira em Machico e a segunda em Ponta Delgada (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 233, 238) e em agosto deste ano vendeu «4 pipas de vinho em mosto, 26 almudes cada uma a 2600 réis» (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 237). Em outubro de 1824, um barril e meio pote de vinho do Estreito da Calheta foram vendidos a 2\$000 réis ao barril (total de 2\$200 réis) (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 150). Em Câmara de Lobos, em setembro de 1806, é referida a venda de cinco pipas de vinho a 6\$250 réis ao barril (total de 375\$000 réis), o que equivale a pipas de 12 barris (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 137). Em abril de 1795, no convento de S. Bernardino venderam «8 barris de vinho que se comutaram a razão de 100 rs canada – 14\$800» (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 58). Em dezembro de 1800 o convento de S. Bernardino adquiriu dois almudes de aguardente de França para concerto dos vinhos a \$ 650 réis à canada, total de 15\$600 réis (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 44v.º). Na documentação de receita e despesa dos conventos da Madeira são referidos os recipientes/medidas de vasilha, casco, tonel e pote.

⁶⁹⁸ No convento de Câmara de Lobos, em dezembro de 1800, adquiriram dois almudes de aguardente a \$650 réis ao almude, totalizando 15\$600 réis e, em janeiro de 1801, um almude totalizando 7\$800 réis (ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 44v.º, 46v.º).

⁶⁹⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 8v.º.

⁷⁰⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 196.

⁷⁰¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 112v.º.

⁷⁰² ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 124v.º.

⁷⁰³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 132v.º.

⁷⁰⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 207.

de vinho a Fortunato Figueira, a 70\$000 réis à pipa (total de 584\$350 réis), em julho de 1832⁷⁰⁵.

Embora o convento do Funchal tivesse vinhos obtidos através dos peditórios, adquiria outros para o «gasto da casa», provavelmente, para não mexer nas pipas que tinha armazenado ou por conveniência de preço, ou pela sua qualidade. Por exemplo, adquiriu: em fevereiro de 1815, uma pipa e um almude de vinho por 140\$348 réis (134\$500 réis à pipa)⁷⁰⁶; em fevereiro de 1819, seis pipas e 16 almudes de vinho «para a comunidade» por 602\$608 réis (90\$000 réis à pipa)⁷⁰⁷; em fevereiro de 1828, uma pipa de vinho por 30\$000 réis⁷⁰⁸; em fevereiro e setembro de 1832, respetivamente, uma pipa de vinho (de 26 almudes), em Machico, por 29\$000 réis, e uma pipa de vinho com 26 almudes, comprada a Dinis Francisco, da freguesia de Ponta Delgada, por 28\$000 réis⁷⁰⁹. Nas aquisições era comum «Vinho para a comunidade e missas»⁷¹⁰.

Para as missas e nos dias festivos, como no dia do Capítulo, dia da visita, aquando da feitura das contas⁷¹¹, Entrudo⁷¹², dia de S. Francisco ou Dia de Todos os Santos⁷¹³, adquiriam vinho, um vinho fora do comum, designado «vinho velho», um «vinho fino» ou um «vinho do Porto». Adquiriram, em fevereiro de 1810, seis canadas de «vinho velho» para o dia do Capítulo (4\$200 réis)⁷¹⁴ e, em outubro de 1815, «um barril de vinho fino» por 20\$000 réis⁷¹⁵. Na festa de S. Francisco, compravam «vinho do Porto», como ocorreu em 1815 com uma dúzia de garrafas por 6\$000 réis, e, em 1816, com 12 garrafas por 7\$200 réis (\$600 à garrafa)⁷¹⁶. Nesta festividade, em outubro de 1820,

⁷⁰⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 236. Além destas vendas até aqui mencionadas é registado ainda: dez pipas e 13 almudes de vinho a 120\$000 réis à pipa (total de 1 267\$821 réis, em dezembro de 1817); 18 pipas e 18 almudes de vinho a 78\$000 réis à pipa (total de 1465\$043 réis, em junho de 1820); seis pipas e 16 almudes a 65\$000 réis à pipa (total de 435\$216 réis, em junho de 1821); seis pipas de vinho a 35\$000 réis à pipa (total de 210\$000 réis, em agosto de 1826); e 89 barris de vinho, a 38\$000 réis à pipa (total de 294\$085 réis, em julho de 1827) (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 44, 88, 103, 173, 180v.º).

⁷⁰⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 220.

⁷⁰⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 65.

⁷⁰⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 187.

⁷⁰⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 233, 238.

⁷¹⁰ Adquiriram: em 1816, um barril de vinho por 15\$000 réis; em 1821, um almude de vinho por 2\$500 réis e em 1821, outro almude de vinho por 2\$500 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 22, 106, 107).

⁷¹¹ Para as contas adquiriram, por exemplo, em junho de 1816, um almude por 9\$600 réis e, em junho de 1821, dois barris a 4\$800 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 20, 104v.º).

⁷¹² Em outubro de 1816 adquiriram um almude de vinho por 9\$600 réis, (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 25).

⁷¹³ Em outubro de 1822 adquiriram um almude de vinho por 2\$400 réis, (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 121v.º).

⁷¹⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 10v.º.

⁷¹⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 6v.º.

⁷¹⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6v.º, 25.

adquiriram dois barris de vinho para «as merendas dos músicos e gentes de servir» (9\$600 réis)⁷¹⁷.

Voltando aos peditórios do convento do Funchal, os cereais e as leguminosas eram outros produtos abundantes nos peditórios. De Santo António, entre 1815 e 1833, recolheram anualmente, geralmente entre três e sete alqueires e pontualmente entre um e dois alqueires de misturas (centeio e cevada). De S. Martinho, abundava a recolha de trigo e feijão, respetivamente entre os 17 alqueires e meio e 60 alqueires e entre os dois e meio e os 11 alqueires e dois alqueires de favas, em 1813. De Santa Luzia e Monte recolhiam o trigo, entre os cinco e 18 alqueires, e as misturas entre um e meio e sete alqueires. De S. Gonçalo, o trigo, entre cinco e meio e 20 alqueires e as misturas entre um e cinco alqueires e meio. Da Ponta Delgada recolheram quatro alqueires de trigo em 1815, e geralmente entre sete e 21 alqueires de feijão, entre 1815 e 1833.

Do Caniço, através de peditório, em junho e julho, provinham cebolas, sendo comum os gastos anuais aproximados de 3\$000 réis, entre 1809 e 1832, com o frete de barco, carreto e o moço no peditório, por vezes acompanhado por um irmão leigo⁷¹⁸. No Estreito de Câmara de Lobos um moço pedia castanhas, sendo conhecidos os peditórios nos meses de novembro ou dezembro, entre 1813 e 1824, tendo sido recolhidos, em dezembro de 1824, cinco alqueires e meio⁷¹⁹.

O convento do Funchal pedia outros materiais essenciais ao uso quotidiano, para a horta como as canas vieiras e vimes, para o culto como a cera, para as pipas como os arcos, ou o linho para ser vendido e gerar receita.

No convento do Funchal, o linho era pedido (ou ofertado) na freguesia de Ponta Delgada, muito esporadicamente, muito provavelmente aquando do peditório do vinho⁷²⁰. Em dezembro, realizavam um peditório pela época do Natal, denominado «pam da festa»⁷²¹, estando consignado ao convento de S. Bernardino⁷²² e ao convento do Funchal, sendo registado neste, nos livros de receita e despesa, de «peditório do

⁷¹⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 92v.º.

⁷¹⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 2, 22, 40v.º, 63v.º; l.º 6, fls. 72v.º, 89, 172v.º, 180v.º, 204v.º, 226v.º, 236v.º.

⁷¹⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 139v.º. Nos anos de 1813, 1817, 1818, 1819, 1820, 1824, 1827 e 1830 são conhecidas as despesas de \$600 réis a 6\$500 réis no peditório das castanhas (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 72; l.º 6, fls. 42v.º, 61, 80v.º, 94, 139v.º, 183, 220).

⁷²⁰ É registada a arrecadação das módicas quantias de oito libras vendido em Ponta Delgada a \$400 réis/libra (3\$200 réis) e seis libras a \$300 réis (1\$800 réis) em janeiro de 1814 e a arrecadação de 1\$450 réis, em dezembro de 1814, provenientes do «peditório do linho líquido da Ponta Delgada» (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 196, 214v.º).

⁷²¹ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 38v.º.

⁷²² ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 39.

bolo da festa» ou «esmola do bolo», variando a receita, em cada ano, entre os 5\$750 réis e os 22\$000 réis⁷²³.

Para o convento de Santa Cruz estava consignado o peditório de trigo e vinho no Caniço, Gaula, Santa Cruz, Água de Pena, Machico, Porto da Cruz, Faial, Santa Ana, S. Jorge, Arco de S. Jorge, Ponta Delgada e ilha do Porto Santo. Anteriormente à Determinação de 1780, por exemplo, em 1772, recolheram: no Porto Santo, quatro moios de cevada comutados por dois moios de trigo e 22 alqueires de trigo; no Caniço, dois cascos de vinho «em cozimento»⁷²⁴ e dois almudes de vinho inferior, 24 alqueires de trigo e dois alqueires de misturas⁷²⁵; em Gaula, dois cascos de vinho «em cozimento» e 15 alqueires de trigo; na Porta, cinco cascos de vinho «em cozimento» e 51 alqueires de trigo; em Machico, quatro cascos de vinho e 19 alqueires de trigo; no Porto da Cruz, oito cascos de vinho «em cozimento», oito alqueires de trigo comutados por 4\$800 réis e oito arráteis de linho sedado e 20 em rama comutados, respetivamente, por 1\$200 réis e 2\$000 réis; no Faial, oito cascos de vinho «em cozimento», dez alqueires de trigo e três arráteis de linho sedado e dez em rama; em Santana, uma pipa de aguardente, quatro almudes de vinho inferior da localidade da Rocha, dez alqueires de trigo e 15 arráteis de linho sedado (2\$250 réis); em S. Jorge, aguardente, um casco de vinho «em cozimento», trigo comutado por 6\$600 réis e 15 libras de linho sedado (2\$250 réis); no Arco de S. Jorge, dois cascos de vinho «em cozimento», três alqueires de trigo e cinco arráteis de linho sedado; e em Ponta Delgada, duas pipas e um quarto com cinco barris de aguardente, nove alqueires de trigo e 13 libras de linho sedado⁷²⁶. No convento de Santa Cruz é utilizada a expressão de «vinho báxo», isto é, de «vinho baixo», para designar o vinho de qualidade inferior. Este tipo de vinho foi comutado, pelo irmão síndico, em setembro de 1774, a 40\$000 réis à pipa e em agosto de 1775 a 22\$350 réis à pipa⁷²⁷.

A aguardente, além dos peditórios e da comprada (de França), era fabricada a partir dos vinhos mais fracos/«vinho danado»⁷²⁸ e das borras dos vinhos, sendo utilizada para fortificar os vinhos e para gastos da comunidade. Em fevereiro de 1776, no convento de Santa Cruz, das borras do vinho da comunidade guardaram-se três

⁷²³ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 28v.º, 44, 111v.º, 139v.º, 153, 166, 176, 201, 209v.º, 221, 231v.º. Estas esmolos situam-se entre os anos de 1816 e 1831.

⁷²⁴ Em fermentação/mosto.

⁷²⁵ Mistura de cevada com centeio.

⁷²⁶ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 41. Em setembro de 1775, duas pipas e meia de aguardente, dos peditórios de Santana e Ponta Delgada foram comutadas por 150\$000 réis (ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 23v.º).

⁷²⁷ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fls. 17, 23.

⁷²⁸ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 26v.º.

almudes «em casa para gastos» e com outros três almudes atestaram-se quatro pipas e meia de vinho. A aguardente era fabricada por um aguardenteiro⁷²⁹.

No convento de Santa Cruz era comum arrecadar nos peditórios outros produtos: em Machico, recolheram vimes, canas vieiras⁷³⁰ (em maio de 1773, 11 feixes de canas renderam 1\$100 réis) e favas (em julho de 1775, 14 alqueires comutados por dinheiro e trigo); na Camacha, vinho, vimes, cestos de pêros e castanhas (em novembro de 1775, pagaram \$400 réis ao esmoler por «alguns dias que andou nesta freguesia às castanhas»); e no Estreito de Câmara de Lobos, castanhas (em dezembro de 1773, três alqueires de castanhas verdes comutadas a \$400 réis cada um e sete alqueires idos para o convento; em dezembro de 1775, \$100 réis pelo frete de dois sacos e \$800 réis ao esmoler em realizar o peditório durante quatro dias, a seco). Existem referências a peditórios na freguesia do Caniço, e nos meses de março e abril o peditório do linho, como em 1774, estopa (14 arráteis a \$50 réis) e linho em rama (nove arráteis a \$100 réis) e linho sedado (39 libras a \$150); em 1775, 39 libras de sedado a \$150 réis e 20 libras de estopa a \$050 réis e em 1776, 20 libras de linho sedado e cinco de estopa. Neste convento refira-se a esmola do morgado de S. João, de um cesto de fruta, em novembro de 1776⁷³¹.

As Determinações de 1780 limitavam o convento de Câmara de Lobos a realizar o peditório do vinho nas freguesias do Campanário, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Santo António, S. Martinho e S. Roque, e do «trigo e pam da festa e sepulcro» nas freguesias do Campanário, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Canhas, Ponta do Pargo e Fajã da Ovelha⁷³². Nestas localidades eram pedidos outros produtos. Vejamos algumas quantidades médias anuais, entre 1792 e 1824⁷³³.

Da Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo provinha: trigo, entre 115 e 212 alqueires (média anual de 156 alqueires); centeio, apenas um alqueire e uma quarta, em 1792; feijão, dois alqueires, em 1821; linho (transportado em sacos) em rama entre 32 e 90

⁷²⁹ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 26v.º (março de 1776), 33v.º (dezembro de 1776).

⁷³⁰ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 8, 13, 19v.º, 35.

⁷³¹ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 13v.º, 20, 27, 32v.º.

⁷³² ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 39.

⁷³³ No ano de 1820 não existiu registo do peditório. As esmolas em linho em rama eram sempre superiores ao linho sedado. Por vezes, o linho em rama era registado em conjunto com o linho sedado, sendo designado apenas por linho. Em alguns anos a cevada e o centeio, eram recolhidos em conjunto, designados de misturas.

libras (média anual de 56 libras) e linho sedado entre dez e 100 libras (média anual de 36 libras), sendo a esmola em rama sempre superior ao do sedado e a maioria comutado, respetivamente, a \$100 réis e a \$150 réis à libra.

Dos Canhas, Ponta do Sol e Madalena do Mar advinha: trigo, entre 30 e 165 alqueires (uma média anual de 91 alqueires); centeio, de modo pontual, entre os dois e 18 alqueires; cevada, pontualmente, entre cinco e nove alqueires e meio; em alguns anos recolhidos o centeio e a cevada em conjunto, sendo designadas de misturas; feijão, muito assiduamente, entre um e quatro alqueires; abóboras, registadas entre 1797 e 1816, sendo recolhidas anualmente entre 13 e 72 unidades (total de 642)⁷³⁴; linho em rama, com uma média anual de 19 libras; linho sedado, com uma média anual de 14 libras, sendo esporadicamente registado em conjunto os dois tipos de linho.

Do Campanário recolhiam: vinho, entre três e 40 barris, com uma média aproximada de 20 barris; trigo, entre os 13 e os 40 alqueires (média anual de 18 alqueires); centeio, entre um e 38 alqueires (média de 14 alqueires); cevada, entre dois e meio e 18 alqueires (média de seis alqueires), sendo registado em alguns anos em conjunto, como misturas; e castanhas, um saco em 1796 e oito alqueires em 1812⁷³⁵. O peditório da Quinta Grande parece ser incluído no do Campanário, no entanto, também era registado em separado, como em novembro de 1806⁷³⁶. Em novembro de 1807, a esmola do vinho da Quinta Grande foi conduzida para «o lugar onde se incubia o vinho no Campanário»⁷³⁷.

As castanhas eram recolhidas assiduamente, através de peditórios, no Estreito de Câmara de Lobos, incluindo castanhas secas, recebendo os moços dos peditórios a recompensa pela tarefa entre os meses de dezembro e de março, o que revela a época tardia, sendo, por isso, algumas delas «secas». Em fevereiro de 1800, oito alqueires de castanhas secas foram comutadas por 8\$000 réis. No Estreito eram pedidos pêros

⁷³⁴ Geralmente, comutadas a \$040 réis (novembro de 1793), a \$050 réis (abril de 1808) e depois a \$100 réis à unidade (fevereiro de 1811, dezembro de 1814, outubro de 1823).

⁷³⁵ Em dezembro de 1796 pagaram \$200 réis pelo carreto de um saco de castanhas do Campanário para o convento de Câmara de Lobos (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 93v.º, dezembro de 1796), em dezembro de 1799, 1\$300 réis a quem tirou o peditório e pela condução das mesmas (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 12v.º, dezembro de 1799) e em janeiro de 1806, \$600 réis ao moço que tirou o peditório (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 125, janeiro de 1806).

⁷³⁶ Em novembro de 1806 registam quatro barris vendidos a 5\$500 réis ao barril (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 138v.º).

⁷³⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 152v.º.

e abóboras, sendo ocasionalmente, entre 1811 e 1817, no mês de outubro, os pêros adquiridos por compra. Em 1811, um milheiro de pêros custou 9\$000 réis e em 1812, 500 pêros importaram em 5\$000 réis⁷³⁸.

Da Porta e Caldeira, por vezes registado em separado, recolhiam: vinho, numa média anual aproximada de três a cinco pipas; trigo, entre três e 68 alqueires (média anual de 41 alqueires); centeio (média anual de 4,6 alqueires); cevada (média anual de 0,3 alqueires); e castanhas, nomeadamente, 12 alqueires em 1812.

Das freguesias de S. Martinho, Santo António e S. Roque recolhiam apenas vinho, variando a quantidade consoante o ano, como em 1808 recolheram, respetivamente, 11 barris e meio pote, 18 barris e sete barris. Os peditórios de vinho são registados, às vezes, em separado, nos sítios do Garachico⁷³⁹ e na Quinta de Cama de Bispo⁷⁴⁰. O vinho era proveniente da horta do convento, como já descrito.

A partir de finais do século XVIII, constam as batatas nos peditórios. Em janeiro de 1797, pagaram \$200 réis a um moço «que tirou o peditório das sementes» e, em fevereiro de 1807, \$800 réis a «quem tirou a esmola dos vimes, canas e sementes». Em outubro de 1823, a comutação de «sabolos [cebolas] da terça» rendeu 1\$650 réis⁷⁴¹.

⁷³⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fls. 13v.º, 31. Sobre os peditórios de castanhas, pêros e abóboras, no Estreito de Câmara de Lobos vejamos alguns pagamentos: em dezembro de 1793, 1\$400 réis «moço do peditório das castanhas e peros do Estreito 14 dias» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 28v.º); em novembro de 1797 pagaram 1\$400 réis «a quem tirou os peros e abóboras no Estreito» e \$300 réis pelo «carreto dos peros do peditório 6 cestos» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 112); em novembro de 1798, 1\$400 réis a «a quem tirou os peros no Estreito» e \$400 réis pelo «carreto dos ditos» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 11); em novembro de 1799, 1\$800 réis a «quem tirou o peditório e peros e abóboras no Estreito» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 27v.º); em janeiro de 1801, 1\$800 réis ao «moço que tirou o peditório do Estreito de castanhas e abóboras» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 46v.º), em novembro de 1801, \$600 réis ao «moço do peditório que tirou peros e abóboras no Estreito \$600» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 57). No Estreito era habitual o peditório de vimes e canas. A título de exemplo, em maio de 1801, pagaram \$600 réis «ao moço do peditório do estreito vimes e canas» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 51v.º); em março de 1802 pagaram \$800 réis ao moço «do peditório do Estreito por tirar vimes e castanhas» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 62), em fevereiro de 1803, \$800 réis «moço do peditório 4 dias nas canas e vimes»; em março de 1805, 1\$700 réis ao moço «do peditório das castanhas e vimes no Estreito 7 dias» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 110); em dezembro de 1812, 3\$200 réis «ao moço que tirou o peditório das castanhas, abóboras, canas e vimes 16 dias» (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 34); e em janeiro de 1819, 12\$600 réis «aos moços do peditório das castanhas, canas, vimes e conduções» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 28).

⁷³⁹ Em fevereiro de 1795 pagaram \$500 réis pelo carreto de dez barris de vinho da esmola (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 55).

⁷⁴⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 1 (novembro de 1810).

⁷⁴¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 95; l.º 2, fl. 143; l.º 4, fl. 104v.º.

A quem recolhia os peditórios era hábito pagar em géneros ou com uma esmola pelo serviço, como referiam o «que se costuma dar aos religiosos que os tirão» ou de «caridade que teve com os religiosos que o tiraram»⁷⁴². Em outubro de 1792, foi pago a António de Aguiar um «salário» por tirar o «pam» e vinho da Porta. Em abril de 1822, pagaram 2\$400 réis para sapatos a quem tirou a esmola do sepulcro «na cidade» e 2\$100 réis ao convento de S. Francisco do Funchal «do comer que deu ao Irmão Donato». Em abril de 1824, deram 2\$000 réis ao padre que tirou a esmola «na cidade» e 2\$700 réis ao «Irmão pupilo de bragas, tabaco e a esmola que se costuma dar para tirar o peditório do Sepulcro»⁷⁴³.

Aos moços dos peditórios era pago o salário pelo serviço, comedoria, compra de um borracho para a recolha do vinho e tabaco para oferecerem aos doadores. Em novembro de 1810, o convento de S. Bernardino gastou nos peditórios das freguesias do Funchal 4\$800 réis de salário e comedoria ao moço de S. Roque, 1\$200 réis em tabaco e 2\$000 réis para um borracho; 14\$400 réis de salário e comedoria ao moço de S. Martinho, 1\$800 réis em tabaco e 3\$000 réis para um borracho; e 14\$600 réis em salário e comedoria ao moço de Santo António, 2\$400 réis em tabaco e 3\$200 réis para um borracho⁷⁴⁴.

Algumas pessoas de elevada condição social davam as suas esmolas em vinho. Em dezembro de 1793, 12 homens «conduziram» para o convento de Câmara de Lobos 23 almudes de vinho que deu, de esmola, Fernando Correia Henriques de Noronha Brandão⁷⁴⁵. O morgado Jorge Correia, em outubro de 1798 e de 1803 deu, em cada ano, um barril de vinho⁷⁴⁶. Em setembro de 1811, «o Saraiva» deu um barril de vinho de promessa⁷⁴⁷.

Como era comum, o vinho arrecadado nos peditórios era a maior fonte de receita, em géneros, do convento de S. Bernardino. Excepcionalmente em abril de 1798, por ordem do custódio provincial, da custódia da Madeira, a esmola do vinho tirada em Santo António, 42\$125 réis, foi dada para as obras do convento do Funchal⁷⁴⁸. O vinho do convento era vendido em mosto/«à bica», nos meses de setembro e

⁷⁴² ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 15v.º, 143.

⁷⁴³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 3, 25v.º; l.º 4, fls. 79, 113.

⁷⁴⁴ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 1.

⁷⁴⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 28v.º.

⁷⁴⁶ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 9, 87.

⁷⁴⁷ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 11v.º.

⁷⁴⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 119v.º.

outubro, ou depois de fermentado/«limpo», ao longo do ano (principalmente entre janeiro e maio) e por vezes tratado⁷⁴⁹.

O vinho na última década do século XVIII era vendido, à pipa, entre 50\$000 réis e 80\$000 réis, e no século XIX, na primeira década, entre 75\$000 réis e 102\$000 réis, na segunda década entre os 100\$000 réis e os 162\$000 réis e na terceira década entre 55\$000 réis e 70\$000 réis, atingindo o valor mínimo de 40\$000 réis, em dezembro

⁷⁴⁹ Apresentamos grande parte das vendas do vinho entre a última década do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX: em abril de 1793, sete pipas e 17 almudes (512\$800 réis) e em novembro e dezembro de 1793, quatro barris e meio e meio pote (22\$400 réis); em fevereiro de 1794, cinco pipas e almudes de vinho almudado (376\$230 réis); em março de 1794, meio barril e meio pote de vinho malvasia (3\$300 réis) e quatro almudes de vinho (10\$432 réis); em novembro de 1795, três pipas e 14 barris e meio (195\$312 réis) e três pipas e três barris de vinho almudado (175\$312,5 réis); em março de 1796, quatro pipas (uma a 80\$000 réis, duas a 78\$000 réis e outra e os 14 almudes a 77\$000 réis num total de 354\$461 réis); em maio de 1797, um quarto e meio de vinho (60\$000 réis), 12 barris (58\$500 réis) e um almude e meio e sete quartilhos (4\$875 réis) e em junho de 1797, 15 barris (80\$000 réis); em abril de 1798, seis pipas (540\$000 réis), uma pipa (75\$600 réis), três barris (17\$500 réis) e mais vinho (42\$125 réis); em outubro de 1798, 32 barris (214\$200 réis); em abril de 1799, quatro pipas e dez almudes (350\$760 réis) e em outubro de 1799, uma pipa (75\$600 réis); em janeiro de 1800, três pipas de vinho almudado (234\$000 réis); em janeiro de 1801, três pipas e 11 almudes (342\$300 réis); em novembro de 1803, cinco barris «no tempo do aluvião» (5\$000 réis); outubro de 1804, dez barris «em mosto, no ano de 1803 quando ouve o aluvião» (50\$000 réis) e 24 barris «em mosto, no dito tempo» (da aluvião) (96\$000 réis); em dezembro de 1805, 34 barris (204\$000 réis); em janeiro de 1806, três pipas (de 23 almudes) e um almude de «vinho em limpo» (228\$260 réis); em outubro de 1806, cinco pipas de «vinho em mosto» (375\$000 réis); em outubro de 1807, 24 barris (175\$200 réis); em abril de 1808, quatro pipas de «vinho almudado» (380\$000 réis); em maio de 1808, 11 barris e meio almude (86\$700 réis); em setembro de 1808, uma pipa «para gastos dos peditórios» (84\$000 réis) e um barril de malvasia (9\$000 réis); em outubro de 1808, três pipas (270\$000 réis); em março de 1810, duas pipas e dois barris (238\$000 réis); em janeiro de 1811, uma pipa e oito barris (a 108\$000 réis à pipa, 180\$000 réis); em novembro de 1811, 20 barris (220\$000 réis); em janeiro de 1812, uma pipa e meia (210\$000 réis); em outubro de 1812, 40 barris (480\$000 réis); em setembro de 1813, 12 barris (132\$000 réis) e oito barris (80\$000 réis); em abril de 1814, quatro pipas (488\$000); em outubro de 1814, 26 barris (312\$000 réis); em janeiro de 1815, uma pipa de 26 almudes (155\$000 réis); em outubro de 1815, três pipas e meia (567\$000 réis); em outubro de 1816, uma pipa com 12 barris «vendidos à bica» (cinco barris e meio a 12\$600 réis e seis barris e meio a 11\$200 réis, total de 142\$100 réis); em fevereiro de 1817, uma pipa e meia (198\$000 réis) e de mais vinho (52\$000 réis); em março de 1817, oito barris (62\$000 réis) e mais vinho (30\$000 réis); em abril de 1817, em vinho (30\$000 réis); em maio de 1817, em vinho (30\$000 réis); em junho de 1817, em vinho (30\$000 réis); em julho de 1817, em vinho (50\$000 réis); em setembro de 1817, uma pipa e outros 25 barris e meio (378\$000 réis); em dezembro de 1817, em vinho (190\$000 réis) e em malvasia da Fajã (8\$200 réis); em janeiro de 1818, em vinho (127\$100 réis); em abril de 1819, três pipas e meia (525\$000 réis); em outubro de 1819, em vinho (885\$600 réis); em novembro de 1820, 22 barris (132\$200 réis) e outras quatro pipas (152\$000 réis); em março de 1822, cinco pipas (de 26 almudes) e um quarto (367\$500 réis); em setembro de 1822, seis barris (33\$000 réis); em janeiro de 1823, quatro pipas e meia (315\$000 réis), em outubro de 1823, quatro pipas (uma da horta e três do peditório) (216\$000 réis); em outubro de 1823, três barris (13\$500 réis); em setembro de 1824, 23 barris e três meios potes de vinho da horta (128\$150 réis) e um barril e um almude e meio de «vinho de escolha» da horta (7\$200 réis); em novembro de 1824, duas pipas (120\$000 réis); em dezembro de 1824, três pipas (120\$000 réis) (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 12v.º, 26v.º, 28, 32v.º, 34, 70, 77, 100v.º, 102, 119v.º; l.º 2, fls. 8v.º, 16v.º, 30, 46v.º, 88, 101v.º, 123, 124v.º, 137, 150v.º, 158, 159, 159v.º, 164, 165; l.º 3, fls. 3, 14v.º, 17v.º, 30v.º, 48, 56v.º, 63, 69, 79v.º, 92v.º, 99v.º, 101, 102v.º, 104, 105, 106, 109, 111; l.º 4, fls. 6v.º, 8v.º, 31v.º, 39v.º, 58, 78, 84v.º, 90, 103v.º, 104, 107, 118, 120v.º, 121v.º).

de 1824, na venda de três pipas «pela grande necessidade em que esta comunidade se achava»⁷⁵⁰. O vinho inferior, chamado «vinho danado», era vendido a um preço inferior. Em junho de 1797, foi vendido para a taberna, nomeadamente, 46 canadas a \$200 réis à unidade⁷⁵¹.

De entre os compradores do vinho do convento de S. Bernardino encontram-se identificados alguns comerciantes, capitães, tenentes, mestres e padres. Francisco Gonçalves de Andrade adquiriu, em março de 1794, quatro almudes de vinho (10\$432 réis), meio barril e meio pote de vinho malvasia, do Campanário (3\$300 réis). O irmão síndico, José Rodrigues Pereira adquiriu, em novembro de 1795, três pipas e 14 barris e meio de vinho (195\$312 réis). José Rodrigues Saraiva, em outubro de 1799, adquiriu três pipas em mosto (235\$800 réis). Joaquim dos Santos Saraiva, em outubro de 1799, adquiriu uma pipa de vinho em mosto (75\$600 réis). Vicente Vitorino de Sousa, em outubro de 1807, adquiriu 24 barris de vinho em mosto (175\$200 réis); em outubro de 1823 adquiriu quatro pipas por 216\$000 réis. Paulo Malheiro, em outubro de 1812, adquiriu 40 barris de vinho em mosto (480\$000 réis). João Francisco Gonçalves, em abril de 1814, adquiriu quatro pipas de vinho «em limpo» (488\$000 réis). Luís José Barbosa, em outubro de 1814, adquiriu 26 barris em mosto (312\$000 réis). O ajudante José Figueira, ao longo do ano de 1817, fez várias aquisições de vinho, nomeadamente: em fevereiro, uma pipa e meia de vinho (198\$000 réis); em março, 42\$000 réis correspondentes a compras do ano anterior e 30\$000 réis deste mês; em abril, 30\$000 réis; em maio, 30\$000 réis; em junho, 30\$000 réis; em julho, 50\$000 réis; em setembro, nove barris e meio (108\$000 réis); em dezembro, 120\$000 réis. No ano de 1817 (fevereiro) António Joaquim e Francisco de Freitas Capelo adquiriram, respetivamente, o vinho dos peditórios de S. Martinho e Santo António. No ano seguinte, em janeiro adquiriram, respetivamente, 36\$000 réis e 90\$500 réis em vinho dessas localidades. João da Silva, em março de 1817, adquiriu 30\$000 réis em vinho. O capitão Manuel Teixeira, em setembro de 1817, adquiriu uma pipa (110\$000 réis). O tenente Francisco Joaquim, em dezembro de 1817, adquiriu 70\$000 réis em vinho. O tenente Sebastião Gonçalves, em dezembro de 1817, 8\$200 réis em vinho malvasia. O mestre Nicolau Francisco Gomes, em março de 1822, adquiriu cinco pipas e um quarto de vinho por 367\$500 réis. O vigário do Estreito de Câmara de Lobos adquiriu, em outubro de 1823, dois barris por 9\$000 réis, data em que o padre

⁷⁵⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 121v.º.

⁷⁵¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 102. O principal factor para a qualidade inferior de alguns vinhos era a qualidade fraca das uvas. Outras vezes, poderia estar relacionada com a qualidade das vasilhas. Em 1811, o convento de Câmara de Lobos vendeu uma pipa vazia por 4\$000 por «estar cheia de mofo» (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 8v.º).

João Capastrano comprou um barril por 4\$500 réis. Manuel Martins da Torre adquiriu vinho, em outubro de 1823. José de Oliveira adquiriu, em dezembro de 1824, três pipas (120\$000 réis)⁷⁵².

Para o «conserto dos vinhos», principalmente do «vinho duvidoso»⁷⁵³, era aplicada aguardente de França⁷⁵⁴, adquirida na Madeira, entre 1793 e 1802, ao preço de entre \$600 e \$700 réis à canada e, entre 1802 e 1814, entre 1\$400 réis e 3\$000 réis ao galão⁷⁵⁵. A partir de 1815 continuam as aquisições de aguardente, sem referências à de França, sendo muito provavelmente, a predominante, a do mercado regional⁷⁵⁶. Já anteriormente alguns dos registos não mencionam a proveniência da aguardente. Das várias compras de aguardente apenas encontram-se identificados os vendedores João de Canha, Francisco Alexandre e Blaque Borden⁷⁵⁷.

A borra do vinho do convento era utilizada na caldeira para fabricar aguardente, sendo pago o transporte da mesma, o cozimento e o aluguer da caldeira, como se constata nos anos de 1794, 1796, 1802, 1823 e 1824, entre os meses de novembro e maio⁷⁵⁸.

Na clarificação dos vinhos eram aplicados goma, ovos⁷⁵⁹ e gesso, como foi registado em 1797 e 1798, nomeadamente, no mês de setembro, com a compra, em cada ano, de duas arrobas de «gesso para o vinho» a \$600 réis à arroba⁷⁶⁰, como se regista

⁷⁵² ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 34, 70; l.º 2, fls. 24, 150v.º, 158; l.º 3, fls. 30v.º, 56v.º, 63, 99v.º, 102v.º, 105, 106, 109, 111; l.º 4, fls. 6v.º, 8v.º, 78, 13v.º, 104, 107, 121v.º.

⁷⁵³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 8.

⁷⁵⁴ Aguardente de França: em janeiro de 1793, seis canadas, a \$600 réis, para conserto de dois cascos; em dezembro de 1796, sete canadas, a \$650 réis; em fevereiro de 1797, quatro canadas, a \$650 réis; em novembro de 1797, 38,25 canadas, a \$650 réis; em novembro de 1799, 14 canadas e meia, a \$750 réis; em dezembro de 1800, dois almudes, a \$650 réis (total de 15\$600 réis); em janeiro de 1801, um almude, a \$650 réis; em outubro de 1802, seis canadas, a \$700 réis; em janeiro de 1803, seis canadas; em novembro de 1812, seis galões a 3\$000 réis; em dezembro de 1814, dez galões, a 1\$500 réis (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 8v.º, 93v.º, 96v.º, 111v.º; l.º 2, fls. 5v.º, 27, 44v.º, 46v.º, 71v.º; 76v.º, l.º 3, fls. 32v.º, 67).

⁷⁵⁵ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 67.

⁷⁵⁶ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 85, l.º 4, fls. 7, 12v.º, 19, 28v.º, 42v.º, 74, 88, 94, 107, 108v.º, 113, 119.

⁷⁵⁷ Em abril de 1795 adquiriram 13 canadas de aguardente a João de Canha (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 58); em fevereiro de 1800 adquiriram 28 galões a Francisco Alexandre a 14\$200 réis ao galão (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 156); em dezembro de 1811, compraram 12 galões a Blaque Borden (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 15v.º).

⁷⁵⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 31, 80v.º; l.º 2, fl. 74v.º; l.º 4, fls. 94v.º, 120v.º, 122.

⁷⁵⁹ Em goma gastaram \$400 réis em janeiro de 1825, \$200 réis em janeiro de 1826, \$200 réis em dezembro de 1827 e \$800 réis em agosto de 1831; em ovos, 1\$200 réis em dezembro de 1830; e em «goma e ovos para clarificações», \$450 réis, em março de 1825 (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 156, 158, 167v.º, 184v.º, 210, 227v.º).

⁷⁶⁰ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 108; l.º 2, fl. 7v.º.

no hospício da Ribeira Brava com 15 libras de «gesso para o vinho» (\$400 réis, em setembro de 1804)⁷⁶¹. No tratamento das pipas utilizavam as «meixas» ou «mexas»⁷⁶².

Contrariamente ao convento de S. Francisco, não é identificado no convento de S. Bernardino qualquer compra de açúcar para o vinho. No convento de S. Bernardino são raros os registos do vinho colocado na estufa, o que não quer dizer que não fosse realizado. Apenas ficou registado em 1804, em maio, a compra de dois galões de aguardente «para o vinho que se meteu na estufa», o carro do vinho para a estufa 1\$100 réis, e em setembro o pagamento de 1\$000 réis a «quem trouxe o vinho da estufa da Torre»⁷⁶³.

O tratamento do vinho da comunidade do convento de S. Bernardino era realizado por homens recebendo um pagamento pela tarefa. Em novembro de 1810, pagaram 13\$000 réis «a quem tratou do vinho estes três anos»⁷⁶⁴. Em novembro de 1822, dois homens trasfegaram o vinho da comunidade (\$600 réis) e, em outubro de 1824, um homem recebeu \$300 réis pelo mesmo serviço⁷⁶⁵. Em setembro de 1821, «uns homens que conduziram umas vasilhas e incubar o vinho» receberam \$400 réis⁷⁶⁶.

Para o armazenamento do vinho, o convento de S. Bernardino recorria a pipas vindas da Funchal, como aconteceu em setembro de 1823 com o frete e conduções de dez pipas do Funchal, por 2\$400 réis, «para encascar o vinho em casa de Vicente Vitorino», um dos compradores do vinho do convento⁷⁶⁷.

Para a recolha do vinho das esmolos ou peditórios pelas diversas localidades eram adquiridos borrachos e odres parecendo tratar-se do mesmo utensílio, pois ambos nunca constam em simultâneo numa aquisição e ambos tinham o mesmo valor monetário, variando os borrachos entre 1\$200 réis e os 3\$000 réis e os odres entre os \$550 réis e os 2\$300 réis⁷⁶⁸. Geralmente eram comprados borrachos ou odres novos, um por cada localidade, como se constata na recolha de setembro de 1799 quando compraram «7 odres para os peditórios de vinho de todas as freguesias a

⁷⁶¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 37.

⁷⁶² ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 55v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 75, 108, 177v.º.

⁷⁶³ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 96v.º, 101.

⁷⁶⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 1.

⁷⁶⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 88, 119.

⁷⁶⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 71.

⁷⁶⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 102v.º.

⁷⁶⁸ Compra de borrachos: em dezembro de 1792: três borrachos, um por 1\$400 réis e dois por 1\$200 réis; em novembro de 1810: um por 2\$000 réis, outro por 3\$000 réis e outro por 3\$200 réis; em outubro de 1816, cinco por 14\$100 réis; e em julho de 1824, dois borrachos por 1\$800 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 6v.º; l.º 3, fls. 1, 93; l.º 4, fl. 116).

saber para o Campanário um, por 1700: para a Caldeira 1 por 2300: para a porta 2: um por 2200 e outro por 1800: para S. Martinho hum por 2000: para S. António um por 2200: e para S. Roque outro por 2000: 14\$200»⁷⁶⁹. Um borracho velho, em outubro de 1805, importou em \$900 réis⁷⁷⁰.

Como acontecia com o convento de S. Francisco, o convento de S. Bernardino comprava vinho: em maio de 1796, uma pipa vinda do norte, no valor de 24\$400 réis, «para suprir a comunidade»; em junho de 1805, 12 almudes de vinho do norte por 18\$260 réis; e em maio de 1808, uma pipa de vinho com 26 almudes por 56\$000 réis, comprada «ao capitão mor para gastos da comunidade»⁷⁷¹. A maior quantidade do vinho comprado era utilizada no dia a dia da comunidade, como então se registava em finais do século XVIII e nas três primeiras décadas do XIX: para o «gasto da comunidade», «suprir a comunidade», «vinho de gastos», para «algumas necessidades» ou «para a comunidade beber nos meses do verão – dez barris – 47\$000 réis»⁷⁷². Estas aquisições eram geralmente de um a dois almudes ou de um a dois barris.

O vinho era empregue com os «religiosos nos dias de trabalho»⁷⁷³ e quando traziam homens a trabalhar na horta. O vinho para as missas era frequentemente adquirido⁷⁷⁴.

Para ocasiões pontuais de relevada importância, era comprado algum vinho, como o malvasia⁷⁷⁵, «vinho bom»⁷⁷⁶ ou «vinho velho»⁷⁷⁷, aquando da vinda de confesores em festas e almoços de benfeitores⁷⁷⁸, na visita⁷⁷⁹, nos dias de S. João

⁷⁶⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 23. Compra de outros odres: Em outubro de 1792, três odres para os peditórios, dois deles utilizados nas freguesias de Santo António e S. Martinho; em dezembro de 1792, seis odres «para conduzir o vinho das esmoladas» (5\$800 réis); em agosto de 1793, um odre para a esmola do Campanário (1\$000 réis); em novembro de 1793, dois odres, um para o peditório da freguesia de S. Roque (1\$200 réis) e outro para S. Martinho (1\$000 réis); em dezembro de 1793, um odre para o peditório de Santo António (1\$300 réis); em setembro de 1794, um odre para o peditório da Caldeira (\$900 réis); em novembro de 1794, dois odres a \$550 réis cada um; em outubro de 1795, quatro odres a 1\$200 réis (4\$800 réis); em agosto de 1811, um odre para a freguesia do Campanário (2\$200 réis) (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 3, 6v.º, 22, 26v.º, 28v.º, 46v.º, 49v.º, 68v.º; l.º 3, fl. 10).

⁷⁷⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 120.

⁷⁷¹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 80v.º; l.º 2, fls. 114, 160.

⁷⁷² ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 9, 63v.º; l.º 2, fl. 165; l.º 3, fls. 11v.º, 55; l.º 4, fl. 53v.º.

⁷⁷³ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 68.

⁷⁷⁴ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 20v.º, 23v.º; l.º 3, fls. 10, 11v.º; l.º 4, fls. 11, 63v.º, 68.

⁷⁷⁵ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 9.

⁷⁷⁶ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 150, 165; l.º 4, fl. 53v.º.

⁷⁷⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 120; l.º 3, fls. 10, 11v.º, 13.

⁷⁷⁸ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 68.

⁷⁷⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 116v.º; l.º 4, fl. 65.

e de S. Pedro⁷⁸⁰, jubileu da Porciúncula⁷⁸¹, festa do Santíssimo⁷⁸² e principalmente na novena e festa de S. Francisco⁷⁸³. O vinho tinta⁷⁸⁴ era raramente utilizado. Em setembro de 1811, adquiriram seis garrafas de tinta, a \$500 réis à unidade «para obsequiar o morgado Fernando que veio com seus filhos a este convento» e em outubro do mesmo ano, adquiriram outras seis garrafas de vinho tinta ao mesmo preço⁷⁸⁵.

Entre os vendedores de vinho à comunidade conventual de S. Bernardino encontram-se: o capitão Francisco João de Caires, da Torre (abril de 1792); o feitor D. José de Barreto (setembro de 1799); o mestre Estêvão José Moniz (setembro de 1799); o capitão Francisco Gonçalves, do Campanário (outubro de 1799, setembro e outubro de 1801); Francisco Nunes, do Lugar (agosto de 1800, agosto e outubro de 1807); o capitão-mor (maio de 1808); João Teixeira (fevereiro de 1820); e Vitorino Teixeira (outubro de 1824)⁷⁸⁶.

O convento da Calheta tinha consignado o peditório do vinho no Porto Moniz, Seixal, Prazeres, Fajã da Ovelha, Jardim do Mar, Paul do Mar, Ponta do Pargo e na Calheta, nos Lombos do Salão, Brasil, Estrela e da Atouguia, e do trigo na ribeira da Madalena do Mar, Arco da Calheta, Calheta, Estreito da Calheta, Paul do Mar, Jardim do Mar, Porto do Moniz e Seixal⁷⁸⁷.

Embora não chegassem à atualidade registos sobre as quantidades arrecadadas, confirma-se o peditório do vinho, trigo, cevada, centeio e ervilhas. Na disposição do convento, no inventário de outubro de 1753, é mencionada a existência de «tres alqueires de ervilhas brancas, dois a \$400 reis e hum de esmola \$800» e «hum casco de vinho e hum coarto, e outro, em que se vai botando; e ficace tirando os peditórios dos Nortes, e os mais»⁷⁸⁸. No inventário de outubro de 1767 são referidos a existência de «3 quartos grandes e 5 pequenos, um com feijão, e os outros com as misturas que se tiraram dos peditórios» e um tonel e seis pipas com o vinho tirado nos peditórios e uma pipa com dois barris «poco mais de vinho velho»⁷⁸⁹. Alguns produtos eram

⁷⁸⁰ Em junho de 1823, gastaram para estes dias meio almude de vinho (1\$400 réis) (ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 98).

⁷⁸¹ Para este evento adquiriram três almudes de vinho a 7\$950 réis (ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 99v.º).

⁷⁸² ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 42.

⁷⁸³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 9; l.º 2, fls. 42, 102, 165; l.º 4, fls. 70v.º, 72v.º, 119v.º.

⁷⁸⁴ É um vinho muito tinto, segundo Raphael Bluteau (BLUTEAU, 1721, *Vocabulário* [...], vol. T-Z, p. 169).

⁷⁸⁵ ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 11v.º, 13.

⁷⁸⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 9, 23; l.º 2, fls. 25, 40, 55, 56v.º, 149, 150, 160; l.º 4, fls. 46, 119v.º.

⁷⁸⁷ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 39.

⁷⁸⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 14.

⁷⁸⁹ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 23v.º.

guardados em casas particulares nas localidades mais distantes onde se realizavam os peditórios. O convento da Calheta tinha vinho guardado: no Porto Moniz, nas casas do síndico, com o sargento-mor Francisco Ferreira Ferro (1755), com Leandro João Perestrelo (1777), com o alferes Jacome de Sousa Barreto (1781) e com Tomé de Sousa (1781); no Seixal; no Lombo do Atouguia; na Fajã da Ovelha; e nos Prazeres em casa de Domingos de Agrela (1781). No Porto Moniz, em casa de Miguel Esteves (1755), tinha um arcaz de til, com capacidade de 47 alqueires, para colocar o trigo recolhido no verão⁷⁹⁰.

Os vinhos mais fracos ou estragados, como habitualmente, eram destilados. Em 1781, em casa de Tomé de Sousa, da freguesia do Porto Moniz estavam quatro barris de vinho da Ribeira da Janela «que por estarem azedos foram destilados em aguardente»⁷⁹¹.

O peditório de trigo e vinho do hospício da Ribeira Brava estava confinado às freguesias da Serra de Água e da Ribeira Brava⁷⁹², estendendo-se na prática até à Tabua. Em 7 de outubro de 1753, por ordem do Capítulo custodial, os peditórios e a venda de hábitos para defuntos na freguesia de S. Vicente, no norte da Madeira, passaram da alçada do convento de Santa Cruz para o oratório da Ribeira Brava, em face «da penúria, e manifesta necessidade, que experimentam [este oratório] e para que melhor possam subsistir»⁷⁹³, pois este hospício tinha sido criado apenas a pouco mais de 20 anos.

Da freguesia da Serra de Água, entre 1737 e 1808, eram doados uma média anual de cinco barris e meio de vinho; 2,6 alqueires de trigo; oito alqueires e meio de centeio e 0,3 alqueires de cevada. Da Serra de Água provinham nozes e castanhas⁷⁹⁴.

⁷⁹⁰ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 18v.º, 44, 53, 54. O convento da Calheta tinha ainda vinho guardado nas casas do alferes Manuel Gonçalves de Canha (1777), António Francisco de França (1781) e de Pedro Jorge Monteiro (1781) (ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 44, 53-53v.º).

⁷⁹¹ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 53v.º.

⁷⁹² ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 39-39v.º.

⁷⁹³ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 4.

⁷⁹⁴ Em novembro de 1741, pagaram meio tostão pelo carro de um saco de nozes e castanhas; em novembro de 1743, pagaram \$200 réis ao moço que andou no peditório das nozes; em novembro de 1795, \$400 réis ao moço que tirou o peditório das nozes e castanhas e condução da Serra de Água, tendo neste ano, em dezembro, vendido um alqueire e meio de castanhas (\$750 réis) e um alqueire de nozes (\$600 réis); em novembro de 1799, pagaram \$800 réis, ao moço, pelo peditório e carro de mesmas. Entre 1800 e 1806 arrecadaram 11 alqueires de nozes e a mesma quantidade de castanhas (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 51, 70v.º; l.º 2, fls. 15, 15v.º). Em 1797, foram cortadas nogueiras na Serra de Água, tendo sido a lenha dada ao hospício (ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 33). A lenha de noqueira, é por vezes especificada em separado das outras lenhas, como ocorreu no convento de Câmara de Lobos, em abril de 1794, com quatro pesos de lenha de noqueira por 2\$500 réis e, em maio de 1806 com «lenha de noqueira comprada no Estreito» por 3\$000 réis (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 37, 131).

Quanto às freguesias da Ribeira Brava e Tabua, entre 1737 e 1744, doaram uma média anual de seis pipas de vinho, 36 alqueires de trigo, 37,5 alqueires de centeio e 18,5 alqueires de cevada. Realce-se a maior produção de centeio em relação aos outros cereais e seis barris do vinho da Tabua eram provenientes de uma pensão de Pedro Afonso principiada em 1740 e com a duração de 30 anos⁷⁹⁵.

A partir de 1796, nos registos respeitantes à Ribeira Brava e Tabua são especificados os locais dos peditórios: Banda de Além, Banda da Cova, Ribeira/Lugar e Tabua. A partir de 1802, são recolhidas castanhas na Ribeira da Cova (entre dois e três alqueires e meio por ano) e nozes na Tabua (entre dois e três alqueires por ano). Refira-se a recolha de vinho malvasia na Banda de Além e na Ribeira/Lugar, rondando um barril e meio por ano.

Ao hospício, através de peditórios ou compras, chegavam abóboras⁷⁹⁶, e através de peditórios, os vimes e as liaças vindas da Serra de Água⁷⁹⁷. Da freguesia de S. Vicente provinha feijão⁷⁹⁸.

O pagamento de dívidas ao hospício, ocasionalmente eram satisfeitas com o dinheiro obtido pela venda de produtos, como aconteceu, em outubro de 1799, com 10\$350 réis, em inhame; 20\$000 réis, em nozes; e 35\$700 réis, em 7,25 alqueires de castanhas secas; entregues, respetivamente, por António Pereira, da Serra de Água (pagamento do capitão-mor D. Sancho Gaspar Herédia), Joaquim dos Santos e Luís Gonçalves⁷⁹⁹.

Como acontecia com os outros espaços conventuais da Madeira, no hospício da Ribeira Brava, o vinho passava pelos mesmos procedimentos. Parte do vinho era para consumo, sendo armazenado na adega do hospício. Outra parte era vendida ou comutada por dinheiro, como anotado nos livros de contas, por ordem do irmão síndico do convento. Entre as vendas são referidas aquelas feitas a: Manuel Francisco, da Tabua, de seis almudes e meio de vinho da horta a 2\$600 réis ao barril num total de 6\$770 réis (setembro de 1797), de cinco barris, um almude e meio e uma canada de vinho da Tabua por 33\$771 réis (setembro de 1801), e de quatro barris por 16\$000

⁷⁹⁵ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 41, 49v.º, 60v.º.

⁷⁹⁶ Em outubro de 1743 compraram duas dúzias de abóboras (1\$000 réis); em outubro de 1795 comutaram uma dúzia de abóboras (\$800 réis) e em outubro de 1800 comutaram uma dúzia por 1\$800 réis e meia dúzia por \$800 réis (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 69; l.º 2, fls. 13, 85v.º).

⁷⁹⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 12v.º; l.º 2, fl. 90.

⁷⁹⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 79; l.º 3, fls. 39, 53, 65v.º, 81v.º.

⁷⁹⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 67.

réis (setembro de 1803); a João da Silva, criado de Jorge Correia, de 46 almudes a 65\$000 réis à pipa, num total de 130\$000 réis (janeiro de 1798); a Manuel Joaquim Ferreira, do Funchal, filho de Manuel João Ferreira Larica, de duas pipas de 23 almudes num total de 120\$000 réis (maio de 1799); a Manuel José Pestana, cura, de três pipas num total de 192\$000 réis (dezembro de 1799); a Manuel Ferreira Saraiva, capitão, por duas pipas 140\$000 réis (março de 1801); a Manuel de Jesus, das Heras, de um barril e um almude e meio de vinho inferior da Tabua no valor de 4\$800 réis (setembro de 1801); Manuel da Silva Ribeiro, de dois barris de mosto do peditório da Banda de Além por 12\$000 réis (setembro de 1801); a José Figueira da Silva, de um barril e três meios potes de mosto «bacho» do peditório da Banda de Além por 6\$500 réis, e meio barril de vinho «inferior» a 1\$500 réis (setembro de 1801); a Manuel Ferreira Pestana, capitão, de uma quantidade de vinho por 36\$521 réis (dezembro de 1802), uma pipa e um almude a 60\$000 réis, num total de 80\$869 réis (abril de 1804); Francisco João de Cairos, por três pipas a 171\$000 réis (maio de 1806)⁸⁰⁰. Outras vendas avultadas de vinho ficaram no anonimato⁸⁰¹. Neste hospício os vinhos de qualidade inferior eram denominados «por estar ágro» (1795) ou por estarem em «perigo de se danarem»⁸⁰².

No hospício da Ribeira Brava tanto compravam pequenas quantidades de aguardente por ocasião das festas e outras quantidades maiores para o «conserto» dos vinhos, como vendiam aguardente produzida das borras dos vinhos e dos vinhos de qualidade inferior.

Era habitual mandarem fazer aguardente, desde 1745. Pagaram neste ano \$600 réis a um «homem que fez a aguardente e caldeira»; em 1795, \$100 réis a quem «fez dois cozimentos de aguardente»⁸⁰³; em dezembro de 1797, gastaram \$300 réis no «frete da caldeira e pagamento a quem fez um cozimento de aguardente»⁸⁰⁴; em novembro de 1798, \$800 réis a «quem fabricou a aguardente de 5 barris de v[inh]o

⁸⁰⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 39, 42v.º, 62, 70, 91v.º; l.º 3, fls. 4v.º, 18v.º, 26v.º, 59.

⁸⁰¹ Algumas comutações: 18 almudes por 18\$000 réis (setembro de 1741); quatro pipas por 120\$000 réis (abril de 1743); duas pipas por 46\$000 réis (janeiro de 1745); duas pipas e dois almudes por 104\$347 réis (março de 1795); um quarto de vinho a 55\$000 réis à pipa num total de 27\$500 réis (dezembro de 1795); oito almudes por 23\$648 réis (fevereiro de 1797); meio barril de vinho inferior da Serra de Água por 1\$000 réis (dezembro de 1799); 23 almudes por 65\$000 réis (janeiro de 1807); dois barris de mosto por 12\$000 réis (outubro de 1807); oito barris de «vinho bom» do peditório da Tabua por 44\$000 réis (dezembro de 1809) (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 48, 63v.º, 84; l.º 2, fls. 5, 16, 32v.º, 70; l.º 3, fls. 68, 72v.º).

⁸⁰² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 6; l.º 3, fl. 3.

⁸⁰³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 84.; l.º 2, fl. 4.

⁸⁰⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 41v.º.

que se danou» e \$400 réis pelo «mesmo pelo trabalho de fazer a aguardente da borra do vinho e servente»⁸⁰⁵; em novembro de 1803, \$500 réis pelo «aluguer da caldeira e merecido de quem fez 2 cozimentos de aguardente»⁸⁰⁶. A partir de 1795, surgem aquisições de aguardente de França, a \$700 e \$800 réis à canada⁸⁰⁷.

As liaças⁸⁰⁸, obtidas a partir do corte de vimes em várias partes, no sentido longitudinal, e os vimes eram obtidos por compra ou através de peditórios, sendo usados pelos conventos na encana dos corredores das hortas⁸⁰⁹ e para os arcos das pipas.

Os arcos que envolvem as pipas eram em ferro, vimes ou liaças. No final do século XVII e no século XVIII, nos Açores, em S. Miguel, são referidos que «os arcos eram de vimes, podendo ser de liaça ou de louro, sendo a liaça o material mais valorizado»; na Horta, «os arcos são igualmente de liaça, sendo obrigatório cada arco possuir cinquenta vimes ou cento e cinquenta liaças»; e em Angra, em finais do século XVIII, são mencionados os «arcos da terra e arcos de ferro»⁸¹⁰.

Na documentação conventual da Madeira, no hospício da Ribeira Brava, em 1737, são referidos barris «com seus arcos de ferro»⁸¹¹, sendo uma expressão usada nos restantes conventos ao longo dos séculos XVIII e XIX não só para as pipas, como para as selhas e outros objetos de tanoaria. No convento da Calheta, nos inventários da segunda metade do século XVIII, são inventariadas as pipas com «arcos de ferro», «rodas de arcos ingleses» ou «rodas de arcos»⁸¹².

Por outro lado, são habituais as referências aos vimes e liaças para os arcos das pipas, por vezes designados de «arcos da terra» ou «arcos de pau». Em 1743, o hospício da Ribeira Brava comprou um «molho de arcos da terra», por \$300 réis, para consertar as vasilhas, e em 1831, o convento do Funchal pagou 1\$140 réis a «quem fez os arcos de pau»⁸¹³.

⁸⁰⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 54v.º.

⁸⁰⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 29.

⁸⁰⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 3; l.º 3, fls. 14, 17, 19.

⁸⁰⁸ Segundo Raphael Bluteau, Liaça é um «molho. Liaça de vimes» (BLUTEAU, 1716, *Vocabulario* [...], vol. K-NYS, p. 105).

⁸⁰⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 78v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 53v.º.

⁸¹⁰ GASPAR, 1993, «Projecto de Musealização [...]», p. 60.

⁸¹¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 13v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 34; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 39, 66v.º, 75, 103v.º, 146, 191v.º. Apresentamos alguns preços dos arcos de ferro, relativos ao convento do Funchal: «12 arcos de ferro para um tonel 2\$400» (1817); «dois molhos d'arcos de ferro 8\$000» (1821); «dois arcos de ferro para um balde grande \$100».

⁸¹² ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 24v.º, 31, 31v.º, 46v.º, 47v.º, 53, 53v.º.

⁸¹³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 68; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 226v.º.

Na freguesia de Santo António, no Funchal, os conventos do Funchal e de Câmara de Lobos realizavam o «peditório dos arcos»⁸¹⁴, isto é, das liaças e vimes para a confeção de arcos para as pipas. Os vimes ou liaças eram «dobradas», ou melhor moldadas, para formar os arcos, sendo pago, pelo convento de Câmara de Lobos, em 1793, \$020 réis por cada uma, com um total de «35 rodas de arcos em Santo António»⁸¹⁵. No peditório de 1808, o convento de Câmara de Lobos pagou 1\$200 réis ao moço que «tirou os arcos» e 1\$100 réis «a quem os fez»⁸¹⁶. Estas rodas de arcos eram comutadas por dinheiro ou enviadas para os conventos, em molhos, cargas ou feixes.

O hospício da Ribeira Brava fazia o peditório ou comprava os vimes e as liaças na Serra de Água⁸¹⁷, com o objetivo de serem usadas nas mesmas funções dos corretores e das vasilhas⁸¹⁸, como ocorria no convento da Calheta, verificada na aquisição, em 1755, de «4 leaças que se compraram para as pipas \$200»⁸¹⁹.

Um molho de liaças tinha um valor de \$030 réis em 1737; \$100 réis em 1797; \$120 réis em 1798; \$150 réis em 1803; \$450 réis em 1815; \$300 réis em 1817; \$230 réis em 1818; \$200 réis em 1819, 1826, 1828; e \$300 réis em 1830.

Relacionado com tarefas que permitiam arrecadar dinheiro, no período em estudo, existiram alguns frades que se dedicaram ao ofício de pintor. Em 1752, Fr. Miguel de St.º Thomaz y Morales confirma ter recebido 20\$000 réis por obra de pintura que executou para a capela de N.ª Sr.ª da Piedade, conhecida de «Igreijinha»,

⁸¹⁴ Foram gastos: em maio de 1817, 3\$300 réis «com o peditório dos arcos»; em abril de 1828, \$900 réis na «despesa dos arcos de Santo António»; e em junho de 1828, \$200 réis no «carreto de 2 cargas de arcos de Santo António» (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 35v.º; l.º 6, fls. 188v.º, 190v.º). O convento de Câmara de Lobos arrecadou através deste peditório, em fevereiro de 1793, «20 rodas e meia de arcos da esmola de Santo António»; em abril de 1793, pagou a um moço de dobrou os arcos; em maio de 1793, «35 rodas de arcos»; e em julho de 1803, «15 rodas de arcos» (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 9v.º, 12v.º, 14, 83; l.º 2, fls. 3v.º, 35v.º, 71, 83, 159v.º, 160; l.º 3, fls. 23v.º, 44; l.º 4, fls. 100v.º). O convento do Funchal, além dos arcos do peditório, obtinha as «rodas de liaça» e as liaças, também, através de compra, entre remessas de três a nove liaças, provavelmente por serem insuficientes as do peditório e necessitar de outras para a horta. Em julho de 1832, é mencionada a compra de «5 molhos de arcos e ferragem e 3 leaças para conserto das pipas, tudo 5\$200» e, em agosto de 1832, a compra de «uma roda de leaças» (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 2; l.º 6, fls. 38, 56, 72v.º, 75, 119v.º, 172, 191v.º, 204v.º, 216v.º, 228, 234, 236v.º, 237).

⁸¹⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 14.

⁸¹⁶ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 159v.º.

⁸¹⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 12v.º, 32v.º; l.º 2, fl. 90.

⁸¹⁸ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 12, 39, 48; l.º 3, fl. 35.

⁸¹⁹ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 20v.º.

no Funchal⁸²⁰. Conforme inscrição no verso da tela da pintura de N.^a Sr.^a do Bom Despacho, da capela homónima situada na freguesia do Campanário, «Frei António Fez e ofereceu este quadro a Nossa Senhora do Bom Despacho, em 1762», ano em que a capela foi reconstruída pelo P.^e Francisco Nicolau de Brito, irmão do proprietário da capela. Já no final do século, ao mesmo Fr. António ou a outro frade de nome Fr. António de Jesus, em 1795, a confraria de S. Pedro, ereta na capela de S. Pedro, em Santa Cruz, pagou 4\$500 réis «de incarnar, e pintar S. Pedro»⁸²¹, correspondente a uma escultura. Em 1799, a confraria das Almas, da igreja de S. Salvador, em Santa Cruz, pagou 26\$000 réis «a Frei Antonio de Jesus de pintar o quadro das Almas» e, em 1801, mais 4\$000 réis, relativos ao «resto de pintar o quadro»⁸²². Em 1799, Fr. Francisco de Sales recebeu 8\$000 réis, «por reforma e carne de huma Imagem de Senhor Corcificado», pagos pela confraria do Senhor Jesus e Almas, da igreja de S. Brás, no Campanário⁸²³.

Alimentação

Quotidiano, Manjares e Festividades⁸²⁴

O espiritual estava presente na hora das refeições, através de orações de agradecimento e da leitura de textos, como se constata na «refeição espiritual» existente no refeitório do convento da Calheta⁸²⁵.

Antes da entrada para a refeição existia um momento de meditação na casa De Profundis ou o «quarto da oração». Segundo Fr. João de Santa Ana, do convento de Mafra, a casa De Profundis tem este nome porque nela é hábito «juntar-se a comu-

⁸²⁰ RODRIGUES, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira [...]*, tomo I, p. 488.

⁸²¹ ABM, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1057, fls. 2v.º, 4v.º, 6v.º. Em 1793, foi adquirido um altar, para a capela de S. Pedro, ao doutor Jorge Moniz por 20\$900 réis (incluindo o frete), vindo para essa capela, em 1790, da freguesia do Faial, um quadro de S. Pedro.

⁸²² ABM, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1049, fls. 2v.º, 3, 5. Em 1801, Fr. António de Jesus recebeu mais 4\$000 réis do «resto de pintar o quadro».

⁸²³ ABM, *JRPC/CON*, cx. 11, proc. 897, fl. 11.

⁸²⁴ Esta temática foi abordada em LADEIRA, 2021, «Alguns aspetos alimentares [...]», pp. 33-50.

⁸²⁵ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 8v.º, 13, 43, 53.

nidade e rezar o Salmo que principia De profundis clamavi com a sua competente oração pelas Almas, antes de entrar para o Refeitório»⁸²⁶. A «casa De Profundis»⁸²⁷ do convento da Calheta foi calcetada com «pedra miúda», na década de 60 do século XVIII e continha um candeeiro⁸²⁸ ou lanterna «que se acende para os religiosos à noite quando entram a ceiar»⁸²⁹. Neste convento, em 1777 e 1781, existia no refeitório uma crónica da Ordem e um livro da Regra e Testamento⁸³⁰, e na cozinha, em 1750, «um sino De Profundis»⁸³¹, provavelmente com a função de reunir a comunidade, e uma pia de pedra lavrada «que estava para se fazer o lavatório na casa do perfundes»⁸³².

Quanto ao horário das refeições, segundo Francisco da Fonseca Henriques, no período em estudo, «a mayor parte dos homens come ao jantar, e à cea [ceia]; e he o que basta para conservação da natureza, e nutrição do corpo. Outros também almoço, e merendão. A hora do jantar deve ser das onze até o meyo dia; e a da cea das nove até às dez da noyte. E no Estio sempre he conveniente jantar mais cedo principalmente em regioens quentes»⁸³³.

As extravagâncias, contrárias aos ideais franciscanos, incluindo as alimentares, eram regularmente abordadas nos Capítulos, como ocorreu no de 7 de outubro de 1753, no qual alertavam

«que no jantar da festa de S. Francisco não hajam mais que três pratos da cozinha fora do comum: não se proíbe nesta lei as sobremesas, as quais sempre serão moderadas sem excesso; isto mesmo se observará nas mais festas, em que há costume exceder aos pratos mencionados nesta lei, e nas visitas assim de Custódios, como de visitantes, em que a santa pobreza se obscurece nos demasiados gastos; mandamos, que na mesa fora de razão comum se lhe presente dois pratos, um de assado, e outro de guisado, não se proibindo aqui alguma moderada sobremesa»⁸³⁴.

No Capítulo de 22 de junho de 1772 abordaram as muitas saídas dos religiosos dos conventos, derivadas do facto de dizerem missas fora e «pedirem licença para

⁸²⁶ GANDRA, s.d., «Refeitório e Dependências Anexas».

⁸²⁷ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 8v.º, 23v.º, 31, 56v.º-57v.º.

⁸²⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 56v.º.

⁸²⁹ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 31 (1771).

⁸³⁰ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 43, 53.

⁸³¹ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 3.

⁸³² ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 23v.º.

⁸³³ HENRIQUES, 1731, *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, p. 56. No período em estudo, a hora do jantar corresponde à do atual almoço e a da ceia à do atual jantar.

⁸³⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 2.

jantarem em casa de seus parentes, e amigos». Em resposta, encurtaram o número de capelas, obrigaram à deslocação com um companheiro para evitar as «vaguiações, que fazem os Religiosos» pelo Funchal, ao regresso «a horas competentes decoro» e a proibição de «jantarem fora do convento sem que levem companheiros que jantem com eles na mesma casa, por ser proibido pelos estatutos Romanos, como diz Samaniego⁸³⁵ estes jantares, e principalmente os banquetes públicos». Neste Capítulo insistiram nos exageros do jantar da festa de S. Francisco, sinal de que os três pratos eram superados, ordenando «que o jantar [deste dia] seja moderado, e condeciente ao nosso estado, e pobreza para o que se darão no dito dia três pratos de cozinha além do comum doce de colher que corra a mesa, e fruta para que deste modo se evite grande despesa, que se faz com bandejas maçãs e outras seprofluidades que só se dirigem a sustentar grandezas». Passados nove anos, no Capítulo de 4 de dezembro de 1781, com o intuito de diminuir as dívidas dos conventos, ordenavam que daí em diante não fosse dado aos religiosos «mais do que meio quartilho de vinho para o jantar, e outro a ce[i]a enquanto senão pagarem as dividas». Em patente de 31 de julho de 1784, com o mesmo fim, ordenavam evitar «toda a superfluidade, assim na mesa, como no lugar, onde residimos» proibindo o chá, o queijo, o doce «e tudo aquilo que exceder ao tratamento da Mesa». Mantinham o hábito de «no dia da entrada da Visita a favor das comunidades, conservado o antigo costume de dois pratilhos de assado, e picado e arroz, neste e nos dois dias imediatos»⁸³⁶.

Relacionado com a bebida, no Capítulo custodial de 8 de novembro de 1753, realizado no convento do Funchal, era ordenado ao religioso «que se inebria dentro, ou fora dos conventos» que seria «privado do copo, e não se emendando, seja suspenso do exercício de suas Ordens como indigníssimo Ministro deles, e o Guardião, que assim não executar seja suspenso do seu ofício por 2 meses»⁸³⁷.

Os franciscanos obtinham os alimentos através de compra, peditórios, legados e cultivo das hortas dos conventos.

Os artigos comestíveis, recolhidos nos peditórios, eram sobretudo vinho e trigo, e ainda centeio, cevada, feijão, castanhas, nozes, favas, abóboras e pêros. Recorrendo a trabalhadores externos, nas hortas, os conventos produziam vinho,

⁸³⁵ José Ximenes Samaniego, Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores da Observância, de 1676 a 1682.

⁸³⁶ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 28v.º, 29, 40, 40v.º, 49, 49v.º.

⁸³⁷ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3.

couves murcianas, batatas, cebolas, favas, abóboras, feijão, grãos, cevada e trigo⁸³⁸ e criavam gado suíno e bovino e galináceos. Nos conventos de Santa Cruz e do Funchal é habitual a criação de bovinos, que se alimentavam nas cercas e quando mingava a alimentação, como ocorreu em Santa Cruz, compravam palha e folha de cana⁸³⁹. Nos do Funchal e de Câmara de Lobos adquiriam, esporadicamente, um a quatro carneiros «para a horta» ou «alimpar a folha da horta». A maioria dos conventos criava um porco num chiqueiro, com milho e produtos da horta, cujo fim era o «engordar para a comunidade». A matança ocorria, geralmente, entre outubro e dezembro, entre as festas de S. Francisco e do Natal, sendo parte do porco conservado em sal⁸⁴⁰.

A base do quotidiano alimentar dos franciscanos era o pão, confeccionado, nos conventos por amassadeiros, com farinha oriunda do trigo (anafil, da terra e inglês) dos peditórios ou comprada. Poucas vezes utilizavam o centeio e a cevada ou a mistura destes dois, sendo conhecida por «misturas». Raramente, compravam rolão e os farelos e «farelos de misturas» eram vendidos a \$150 réis ao alqueire⁸⁴¹.

A carne, principalmente de vaca, era assiduamente adquirida sendo o produto que acarretava o maior encargo alimentar, aumentado nas festividades e nas propinas⁸⁴². No século XIX, a carne de vaca fresca custava entre \$120 e \$165 réis à libra, enquanto a salgada cerca de \$100 réis. O convento de Santa Cruz adquiria-a frequentemente no Caniço. No hospício da Ribeira Brava, em agosto e dezembro de 1741, a carne de vaca é mencionada para «picado e assado», o que revela, em parte, como era cozinhada⁸⁴³.

Ao longo do ano, a carne de porco era pouco consumida. Era conservada salgada⁸⁴⁴ e em vinho e alhos, referida na época por «vinho de alhos» ou «vinha

⁸³⁸ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 30, 38; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 31v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 34v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 35; l.º 3, fl. 19v.º; l.º 4, fl. 5; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 62; l.º 6, fls. 13, 27, 82.

⁸³⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 225; l.º 6, fls. 68, 83, 86v.º, 222; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 13, 28v.º, 30. No convento do Funchal, em 1820, um «carrasco que matou um bezerro» recebeu \$200 réis.

⁸⁴⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 19, 30; l.º 4, fls. 50, 64v.º, 88; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 29; *CNSPRB*, l.º 3, fl. 19; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 7, 17v.º, 22, 69v.º, 150v.º.

⁸⁴¹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 201v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 12v.º, 41.

⁸⁴² As propinas eram entregues aos franciscanos pelos guardiões dos conventos em algumas festas, como nas de S. Francisco ou do Natal. As propinas equivaliam a um donativo, associado a uma merenda ou a um brinde (BLUTEAU, 1720, *Vocabulario* [...], vol. Q-SYS, p. 781). As propinas eram dadas aos frades em géneros, como calçado, vestuário, tabaco, carne, bolos e doces e muito raramente em dinheiro e estendiam-se aos colaboradores assíduos como as lavadeiras, barbeiros, marchantes, moleiros, etc., que as recebiam além do pagamento pelos serviços prestados.

⁸⁴³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 47v.º, 52; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 1v.º, 2. Em julho de 1809, o convento do Funchal gastou 117\$170 réis em carne de vaca fresca e 21\$000 réis em carne de vaca salgada.

⁸⁴⁴ Em maio de 1822, o convento de Câmara de Lobos comprou um barril de carne de porco salgada, incluindo o frete, por 16\$800 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 80).

dalhos»⁸⁴⁵. O consumo da carne de porco aumentava nas festas, principalmente no Natal. O convento de Câmara de Lobos, em dezembro de 1796, adquiriu «metade de um porco com 70 libras 9\$800 rs» e em 1793 e 1800, respetivamente, «55 libras de carne de porco para o natal 5\$500 rs» e «41 libras de carne de porco para o Natal 7\$380 rs»⁸⁴⁶; e o do Funchal, em dezembro de 1825 e de 1826, pagou \$200 réis a quem matou o porco, como aconteceu, em outubro de 1824, pela festa de S. Francisco. Sobretudo no convento do Funchal e no hospício da Ribeira Brava, e por vezes nos de Santa Cruz e de Câmara de Lobos, é habitual nas visitas e na festa de S. Francisco o consumo de leitão/leitoeira, entre uma e quatro unidades por festa⁸⁴⁷.

Segundo os registos de contas, a carne de galinha, quase sempre referida como «aves», é apenas consumida pelos franciscanos e músicos nas festividades, na doença e, excepcionalmente, em algumas saídas dos frades a enterros. Nas festas, sobretudo no Natal, é comum a aquisição de uma galinha por cada religioso, cabendo um capão ou uma franga a cada irmão donato, que custava a metade de uma galinha⁸⁴⁸. No convento do Funchal, em 1817, adquiriram 40 galinhas (23\$000 réis) para o Natal e primeira oitava⁸⁴⁹. Em julho de 1805, no hospício da Ribeira, para um frade doente, compraram galinhas, capões e um pombo⁸⁵⁰. Na festa de S. Francisco e, esporadicamente, nos Capítulos, festa de N.^a Sr.^a da Porciúncula e visitas consumiam patos, geralmente entre dois e oito unidades, consoante a dimensão do convento. No do Funchal, em outubro de 1816, adquiriram 19 patos (10\$200 réis), e em outubro de 1819 «um casal de gansos»⁸⁵¹. Nas mesmas festas, nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, consumiam, habitualmente, entre um e três perus, comprados

⁸⁴⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 241; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 18, 24v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 28v.º; l.º 2, fl. 58v.º.

⁸⁴⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 58v.º.

⁸⁴⁷ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 5, 20, 25v.º, 59, 76v.º, 92v.º, 107, 125, 132v.º, 150v.º, 166v.º, 176v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 119v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 45v.º, 81; l.º 2, fls. 10v.º, 40, 88v.º. Nas décadas de 1810 e 1820 um leitão custava entre \$800 e 1\$800 réis. No hospício da Ribeira Brava e no convento do Funchal predomina o termo leitoeira aquando da compra para o consumo nas festas e do termo leitão quando para criação no chiqueiro. Esta diferenciação pode estar relacionada com o facto de os machos serem para criação por terem um crescimento maior relativamente às fêmeas.

⁸⁴⁸ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 33; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 16; l.º 2, fl. 70v.º; l.º 3, fls. 7v.º, 29v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28v.º, 52v.º, 72v.º; l.º 2, fls. 28v.º, 44v.º, 58v.º, 123v.º; l.º 4, fl. 89v.º.

⁸⁴⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 28v.º, 44v.º. Para o convento do Funchal, em março de 1810, compraram, nos Canhas, 23 galinhas, no valor de 16\$600 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 17).

⁸⁵⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 48.

⁸⁵¹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 211; l.º 6, fls. 25, 57v.º, 76v.º, 92v.º, 109, 125, 150v.º, 164, 174, 229v.º, 238.

entre 1\$100 e 4\$000 réis cada um⁸⁵². Os ovos eram muito utilizados pelos franciscanos, tanto nas refeições, nos «pratilhos», como na doçaria⁸⁵³.

Na festa de S. Francisco e visitas e, às vezes, pela Páscoa, Dia de Todos os Santos, Domingo do Senhor, S. João e Porciúncula compram carne de carneiro, «para picado», e de cordeiro⁸⁵⁴. O hospício da Ribeira Brava e o convento de S. Bernardino, nas visitas, davam aos barqueiros pão, vinho e carne de carneiro ou cabrito assado. A carne de cabrito é vulgar no hospício da Ribeira Brava na primeira metade do século XVIII⁸⁵⁵.

A carne de coelho é rara, constando no convento de Câmara de Lobos, numa visita, em julho de 1820, e no hospício da Ribeira Brava, numa festa de S. Francisco, numa visita e numa Semana Santa, respetivamente, em 1739, 1740 e 1742⁸⁵⁶.

Nas miudezas dos animais há o gosto pelo consumo, nas festas de S. Francisco, do Senhor e visitas, de línguas de vaca, fígado e de «casais», igualmente chamados de «mãos de boi, pés e beiços» (patas e focinho)⁸⁵⁷. Em 1800, é mencionado que as «mãos de boi [eram] para guisar»⁸⁵⁸.

Nos registos de contas consta assiduamente o peixe ou peixe fresco «para todo o mês», «o peixe salgado» e o bacalhau (a 1\$500 réis à arroba), denominado de «peixe seco»⁸⁵⁹. Nas despesas do convento de S. Bernardino arrolam que o «peixe fresco [é] para as ceias de todo o mês»⁸⁶⁰. O peixe era consumido nos vários conventos na Quarta-feira de Cinzas, Quaresma e Semana Santa e no convento de S. Bernardino é comum ser adquirido para os jantares das festas de N.^a Sr.^a da Conceição, N.^a Sr.^a da Porciúncula, S. Francisco e visitas⁸⁶¹. Na festa de S. Francisco

⁸⁵² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 4, 23, 68, 190, 211; l.º 6, fls. 6v.º, 25, 56, 57v.º, 109, 124, 125, 164, 174v.º, 182v.º, 238; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 137v.º, 151; l.º 3, fls. 22v.º, 31; l.º 4, fls. 23v.º, 119v.º.

⁸⁵³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 16; l.º 2, fl. 70v.º; l.º 3, fls. 7v.º, 48; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28v.º, 72v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 25, 44v.º, 76v.º.

⁸⁵⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 57v.º, 59; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 6; ANTT, *CSSC*, l.º 4, fl. 40.

⁸⁵⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 59; l.º 2, fls. 38, 51; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 1v.º; l.º 2, fls. 6, 55; ANTT, *CSSC*, l.º 4, fl. 40. A carne de carneiro custava entre \$060 e \$100 réis à libra, em finais do século XVIII.

⁸⁵⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 53v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 29, 33v.º, 58.

⁸⁵⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 193; l.º 6, fl. 174v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 86v.º, 118v.º, 163v.º, 175; l.º 3, fl. 63v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31. Em abril de 1816, o convento do Funchal adquiriu um barril de línguas de porco por 4\$500 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 16v.º).

⁸⁵⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 42.

⁸⁵⁹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 45 (1777).

⁸⁶⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 165, 175.

⁸⁶¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 10, 44v.º, 47v.º, 54v.º, 77, 118, 120; l.º 2, fls. 120, 143, 167; l.º 3, fls. 40v.º, 101v.º; l.º 4, fls. 86, 111v.º.

é registado, ocasionalmente, «peixe bom»⁸⁶². O convento de Santa Cruz recorria frequentemente à compra de peixe em Machico⁸⁶³.

Fig. 18 – *Funchal paa Madeira*; pormenor; autor: Henrik Gottfred Beenfeldt (1769-1829); aguarela



Fonte: Coleção Royal Danish Library, disponível em <http://www5.kb.dk/images/billed/2010/okt/billeder/object488357/da/>. Nota: Neste pormenor observa-se uma tenda de venda de peixe.

Na identificação das espécies, os arenques⁸⁶⁴ eram fornecidos com pão e vinho⁸⁶⁵ aos trabalhadores nas hortas ou no exterior, aos portadores, aos hóspedes, aos músicos nas festas e aos moços e religiosos dos peditórios⁸⁶⁶. Era habitual comerem bacalhau nas merendas dos peditórios e nos conventos às refeições⁸⁶⁷. Para os moços dos peditórios, o hospício da Ribeira, em agosto de 1805, gastou 3\$000 réis em «peixe fresco e salgado»⁸⁶⁸. Relativamente à alimentação dos trabalhadores, no convento de Câmara de Lobos, quando especificados os alimentos, predominam o milho, o peixe e o bacalhau⁸⁶⁹. No convento do Funchal, raramente, adquiriam «pó de milho»⁸⁷⁰.

⁸⁶² ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 64v.º

⁸⁶³ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 32v.º, 35, 36.

⁸⁶⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 8v.º (janeiro de 1793), 11v.º (março de 1793), 92 (novembro de 1796); ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 70v.º (dezembro de 1799), 72v.º (janeiro de 1800), 76v.º (fevereiro de 1800), 77v.º (março de 1800); ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 30, 32v.º, 36.

⁸⁶⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 30 (dezembro de 1739); l.º 3, fl. 28v.º (novembro de 1803).

⁸⁶⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 12v.º; l.º 2, fls. 2, 5v.º, 37v.º; l.º 4, fls. 72, 78, 118 (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 70v.º, 72v.º, 76v.º, 77, 77v.º, 79; l.º 3, fl. 2v.º).

⁸⁶⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 63v.º, 68v.º; l.º 3, fls. 11, 48.

⁸⁶⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 49.

⁸⁶⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 24; l.º 4, fls. 9, 43v.º, 78, 118.

⁸⁷⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 199v.º, 201.

O bacalhau é corrente nas compras mensais dos conventos, sendo adquirido a \$025 réis à libra em 1739, subindo o preço para \$050 réis e depois até aos \$100 réis nas primeiras décadas do século XIX.

O atum fresco e salgado é comum nos conventos da Calheta, Santa Cruz e, sobretudo, no de Câmara de Lobos⁸⁷¹, sendo comprado fresco e depois salgado nos conventos. No convento de Câmara de Lobos são registadas várias compras de atum, custando à unidade entre 2\$700 réis e 3\$500 réis ou 4\$000 réis por «9 arrobas de atum para quem salgou e para sal 4\$000 [réis]». O atum era preparado neste convento em escabeche na festa de S. Francisco⁸⁷². Igualmente salgadas eram as cavalas e as sardinhas, espécies pouco comuns na mesa dos franciscanos⁸⁷³. Nos conventos de S. Bernardino e de S. Francisco, pela altura da Páscoa, Quarta-Feira de Cinzas, festa de S. Francisco e Natal, ocorre, raramente, a compra de salmão⁸⁷⁴. Em abril e dezembro de 1810, o convento do Funchal adquiriu respetivamente, \$400 e \$300 réis de lapas⁸⁷⁵.

O «pexelim» é mencionado em três compras do convento do Funchal, sendo apontado na última, em fevereiro de 1824, «para peixe 7\$950, bacalhau 8 arrobas a 100 rs à libra 24\$000, pexelim 4 arrobas a 50 rs 6\$000», o que o coloca como distinto do peixe comum e do bacalhau, custando metade do preço do bacalhau. Poderá tratar-se do peixe-gata, conhecido por peixelim, com o nome científico *Dalatias licha* e que é tradicionalmente, em Câmara de Lobos, preparado em salga e seco ao sol, ainda hoje⁸⁷⁶.

As gorduras do azeite doce e da manteiga são bastante utilizadas. À libra, o azeite doce custava entre \$300 réis em 1730 e \$800 réis em 1830. Raramente surge a expressão de um «azeite fino para molhos»⁸⁷⁷. Muita da manteiga, conhecida por manteiga ordinária, oposta à manteiga «fina»/«boa», é utilizada na doçaria e temperos. Raramente consta a «manteiga de porco» (banha). A manteiga custava entre \$100 réis

⁸⁷¹ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 36; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 79; l.º 2, fl. 103; l.º 3, fl. 12; l.º 4, fls. 98, 99v.º; *CSSC*, l.º 2, fl. 24.

⁸⁷² ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 12.

⁸⁷³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 29v.º (novembro de 1739); ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 31v.º (1771); ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 39 (fevereiro de 1813).

⁸⁷⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 12v.º (março de 1793); l.º 2, fls. 120 (outubro de 1805), 128v.º (março de 1806), 180v.º (março de 1810); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 4 (setembro de 1809), 5v.º (outubro de 1809), 8v.º (novembro de 1809), 14 (fevereiro de 1810), 15v.º (fevereiro de 1810), 29v.º (dezembro de 1810), 51v.º (dezembro de 1812), 223v.º (março de 1815).

⁸⁷⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 17v.º, 29v.º.

⁸⁷⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 132v.º (1823), 133 (1823), 141v.º (1824). PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, pp. 67, 83; CARNEIRO *et al.*, 2019, *Ictiofauna de Portugal*, pp. 29-30.

⁸⁷⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 223v.º. Em 1831, o azeite fino custava a \$500 réis à canada.

e \$300 réis, ao longo do século XVIII e das primeiras décadas do XIX. A manteiga «boa» custava \$400 e \$500 réis em 1812. A de porco custava \$200 réis à libra em 1824⁸⁷⁸.

A charcutaria era variada nas festas. Consoante a dimensão do convento, adquiriam diversas quantidades de presunto, toucinho, paio e chouriço e chouriça.

O presunto era adquirido à libra ou por inteiro. O peso dos inteiros oscilava entre sete e meia⁸⁷⁹ e 38 libras⁸⁸⁰, custando à libra \$100 réis, na primeira metade do século XVIII, e \$300/\$400 réis, nos inícios do século XIX.

O toucinho era comprado em lotes de duas a oito libras consoante o convento e a festa, sendo o custo à libra de \$080 réis (finais da primeira metade do século XVIII), \$100 réis (segunda metade do século XVIII), \$150 réis (final do século XVIII) e \$200 /\$250 réis (século XIX)⁸⁸¹.

O paio, ao custo de \$300-\$350 réis, em finais do século XVIII e de \$400 réis no século XIX, era adquirido entre uma e duas unidades pelo hospício da Ribeira Brava, uma a três pelo convento de Câmara de Lobos e de duas a dez pelo convento do Funchal⁸⁸².

No hospício da Ribeira Brava e nos conventos de Santa Cruz e de Câmara de Lobos, acompanhando os produtos de charcutaria atrás designados é comum a compra de duas a oito chouriças, ao custo unitário de \$050 réis até o início do terceiro quartel do século XVIII no convento de Santa Cruz e a partir de finais do século XVIII custavam \$150-\$200 réis nos vários conventos⁸⁸³. No hospício da Ribeira Brava, entre 1737 e 1744 registam a compra de chouriço ao custo de \$100-\$120 réis⁸⁸⁴. No convento do Funchal não se encontra registado nos livros consultados a compra de chouriço(a). No convento de Câmara de Lobos, em setembro de 1817, para a festa de S. Francisco, foi adquirido um «xalxipse 1\$000 réis» (salsicha?)⁸⁸⁵.

O queijo estava presente à mesa das festas. É comum, na documentação a partir do terceiro quartel do século XVIII, a diferenciação do queijo flamengo, igualmente chamado de queijo «para a cozinha», do queijo inglês, também referido

⁸⁷⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fls. 25, 86v.º, 119v.º; l.º 4, fls. 31v.º, 53v.º, 122; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 41v.º.

⁸⁷⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 15v.º (setembro de 1802).

⁸⁸⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 137 (outubro de 1806).

⁸⁸¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 9v.º (maio de 1737); ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776); ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 8v.º (outubro de 1798); ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 92v.º (outubro de 1820).

⁸⁸² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 50 (agosto de 1798); l.º 3, fl. 16v.º (outubro de 1802); ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 3 (outubro de 1792); l.º 2, fl. 9 (outubro de 1798); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 26 (outubro de 1810); l.º 6, fl. 61 (novembro de 1818).

⁸⁸³ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776); ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 6 (agosto de 1798).

⁸⁸⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 9v.º (maio de 1737); l.º 3, fl. 81 (outubro de 1744).

⁸⁸⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 109v.º.

de «queijo para a mesa», «fino» ou de «pinha», sendo mais caro e de tamanho maior que o flamengo⁸⁸⁶. O queijo flamengo, entre outras utilizações, servia para ralar, «para sopa», fazendo parte das merendas dadas aos músicos nas festas, aos estudantes e servido nos almoços dos frades quando iam aos peditórios, sermões ou enterros⁸⁸⁷. O convento do Funchal, sobretudo pela festa de S. Francisco, adquiria um a dois requeijões ou «hua qualhada», ao valor de 1\$500 a 1\$800 cada um, sendo conservados em açúcar. Em 1816, o requeijão proveio de Santa Cruz e os adquiridos em 1820 mediam 18 canadas cada um⁸⁸⁸.

No quotidiano alimentar, o sal era indispensável no tempero e conservação, sendo constantes as aquisições de vários alqueires⁸⁸⁹. Um alqueire de sal custava entre \$140 e \$600 réis no século XVIII e inícios do século XIX, variando o preço, provavelmente consoante quantidade disponível no mercado⁸⁹⁰ e era guardado em jarras e em selhas⁸⁹¹.

Além das hortaliças produzidas nas hortas dos conventos, os religiosos compravam outras como repolhos e couves murcianas. Nas visitas e festa de S. Francisco, pontualmente, registam a confeção de pastelões, que continham «couves e repolhos», nabos, tomates e fruta⁸⁹².

A compra de batatas («semilhas») está identificada desde 1792, com duas arrobas de batatas inglesas pelo convento de Câmara de Lobos. A compra de sacos e pipas de batatas para consumo e para plantar na horta é comum a partir desta data, nomeadamente no convento de Câmara de Lobos, de uma a cinco arrobas, e

⁸⁸⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 15 (1737); ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 69, 106; l.º 2, fl. 9; l.º 3, fls. 86v.º, 109v.º; l.º 4, fls. 23v.º, 29v.º, 35v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 6v.º, 23v.º, 120v.º, 194v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31. Relativamente aos preços, em outubro de 1795, um queijo inglês custou 2\$500 réis e dois flamengos, 1\$200 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 69 (outubro de 1795). Em outubro de 1815, dois queijos flamengos custaram 1\$700 réis e um inglês 4\$400 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 6v.º). O queijo inglês, em 1776, era comprado a \$150 réis à libra (ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31); em 1797-1798, a \$200 e \$300 réis à libra (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 106); e nas primeiras décadas do século XIX, a \$400 réis, enquanto o flamengo a \$300 réis. Em 1798, um queijo inglês com 13 libras, custou 2\$600 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 9) (outubro de 1798). Quanto ao tamanho, em setembro de 1816, três queijos flamengos com 13 libras, a \$200 réis à libra, custaram 2\$600 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 23v.º). Em outubro de 1824, um queijo de pinha com quatro libras e meia, a \$350 réis à libra, custou 1\$575 réis, enquanto dois queijos flamengos custaram 1\$200 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 119v.º).

⁸⁸⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 46, 189; l.º 6, fls. 40, 63, 108; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 3; l.º 2, fls. 7v.º, 156.

⁸⁸⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 25, 76v.º, 88, 136v.º, 150v.º, 161.

⁸⁸⁹ Em outubro de 1793, o convento de Câmara de Lobos comprou sal a Manuel Teixeira (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 25).

⁸⁹⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 8v.º, 29v.º, 194v.º, 228v.º; l.º 6, fls. 16v.º, 25, 188v.º, 203, 222; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 8v.º, 19, 26v.º, 104v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 4v.º, 14; l.º 2, fl. 34; l.º 3, fl. 88v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 33, 38.

⁸⁹¹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 44, 53v.º.

⁸⁹² ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 76v.º, 92v.º.

no do Funchal, de duas a sete arrobas, parte delas para plantar na horta e outras para consumo. O convento do Funchal, em dezembro de 1820, adquiriu um saco de sementes providas da Camacha e em novembro de 1831, uma pipa cheia de batatas da freguesia de São Vicente⁸⁹³. Frequentemente, em conjunto com as sementes e couves, compravam nabos para as festas de Quarta-Feira de Cinzas, S. Francisco e Natal, incluindo a festa de N.^a Sr.^a da Conceição. Numa compra de junho de 1813 adquiriram «2 arrobas de semente para misturar com o pam», em princípio, para comer às refeições acompanhando o pão ou, então, na mistura com farinha para confeitaria de pão⁸⁹⁴.

As sementes, além do trigo, cevada e centeio, faziam parte da dieta alimentar quotidiana. Francisco da Fonseca Henriques, em 1731, refere as várias «sementes cereaes de que se não faz pão, ainda que se faça farinha [...]: as favas, as ervilhas, os grãos, as lentilhas, os feijões, os chícharos, os tremoços, o arroz, e o gergelim»⁸⁹⁵. Na Madeira, destas sementes / leguminosas, o arroz e o feijão eram os mais habituais. O arroz era adquirido à libra, a \$030, \$040 e a \$050 réis ao longo do século XVIII e a \$050 e a \$060 réis à libra nas primeiras décadas do século XIX. O feijão era adquirido, ao alqueire, no mesmo período a \$300-\$350 réis e por fim a 1\$200-1\$600 réis. Muito do feijão do convento de Câmara de Lobos provinha dos peditórios e esmolas da Ponta do Sol e Canhas, o do hospício da Ribeira Brava provinha de esmolas de São Vicente e o do Funchal, de Ponta Delgada e São Martinho. De São Vicente provinha feijão, por aquisição, para estes conventos, e do porto do Paul do Mar e dos Açores para o convento do Funchal. Das variedades de feijão consumidas estão identificadas o fradinho, o pardo e o branco⁸⁹⁶. O convento do Funchal comprava «fajonico», entre \$400 e \$700 réis ao alqueire, como cinco alqueires em setembro de 1820, três alqueires em abril de 1821 e um alqueire em novembro de 1824⁸⁹⁷.

Relativamente aos «grãos», conhecidos na atualidade por grão-de-bico, Francisco Henriques refere que «huns são brancos, outros negros» e Raphael Bluteau, em 1713, escreve que há três castas, acrescentando os vermelhos aos anteriores⁸⁹⁸.

⁸⁹³ ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 6, 28v.º, 44, 113v.º, 169v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 80v.º.

⁸⁹⁴ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 44 (junho de 1813).

⁸⁹⁵ HENRIQUES, 1731, *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, p. 254.

⁸⁹⁶ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 44v.º (1777); ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 31v.º (outubro de 1739), 68 (setembro de 1743); ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 11v.º (março de 1793), 14 (maio de 1793).

⁸⁹⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 91, 100, 152.

⁸⁹⁸ HENRIQUES, 1731, *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, p. 258; BLUTEAU, 1713, *Vocabulario [...]*, vol. F-IZO, p. 125.

Nos conventos da Madeira era habitual o consumo de «grãos», «grãos pardos»⁸⁹⁹ e de «grãos brancos»⁹⁰⁰. O preço dos grãos, ao alqueire, variava entre os \$300 réis e os 1\$200 réis⁹⁰¹. As ervilhas adquiridas ao preço de \$400 réis, na década de 1730, evoluíram até aos \$900 réis e 1\$200 réis nos finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

Menos comuns que os anteriores são as favas e as lentilhas. As favas provinham dos peditórios, do cultivo na horta ou através da compra. Eram compradas a \$200 e a \$250 réis ao alqueire na década de 1730 e a \$500 réis em finais do dito século⁹⁰². Quanto às lentilhas no mesmo período eram, geralmente, adquiridas a \$400-\$450 réis e depois a \$800-1\$200 réis. Da sua proveniência, sabemos que o convento do Funchal, em junho de 1830, adquiriu sete alqueires do Porto Santo⁹⁰³.

Ao longo do ano os frades obtinham a fruta e os frutos secos através de peditórios, ofertas, compra ou cultivo nas hortas. A fruta, normalmente não especificada, era comida ao natural ou empregue na doçaria. O registo de uma compra com quatro variedades é único, como ocorreu no convento de S. Francisco com «pêssego, damasco, ameixa e pera»⁹⁰⁴.

Os pêros, transportados em cestos, eram comuns nos conventos, provenientes da Camacha para o convento de Santa Cruz e do Estreito de Câmara de Lobos para o de S. Bernardino⁹⁰⁵. Neste último convento, em novembro de 1797, recolheram seis cestos de pêros e em outubro de 1811 adquiriram um milheiro de pêros por 9\$000 réis⁹⁰⁶.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, registam uma maior variedade de fruta, o que não invalida que não fossem consumidos nos outros conventos, pois, poderiam ser ofertadas ou cultivadas nas cercas, como os citrinos. No hospício da Ribeira Brava existiam

⁸⁹⁹ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 18v.º (1755), 31v.º (1771), 54 (1781); ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 80 (setembro de 1744); ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 21v.º (agosto de 1799).

⁹⁰⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 33 (março de 1740), 36v.º (maio de 1740), 77v.º (junho de 1744), 80 (setembro de 1744); ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 29v.º (dezembro de 1810), 203v.º (maio de 1814), 215 (dezembro de 1814); ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 83 (junho de 1796), 96v.º (fevereiro de 1797); l.º 4, fl. 94v.º (março de 1823).

⁹⁰¹ Em maio de 1814 atingiu os 1\$600 réis ao alqueire (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 203v.º).

⁹⁰² ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 23v.º (janeiro de 1739); ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 43v.º (julho de 1794); ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 94 (novembro de 1820); ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 31v.º (1771), 53v.º (1781). O convento de Santa Cruz pedia as favas em Machico (ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 22v.º (julho de 1775), 28 (julho de 1776).

⁹⁰³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 215v.º (junho de 1830).

⁹⁰⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 238.

⁹⁰⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 28v.º, 112; l.º 2, fls. 11, 27v.º, 42v.º, 57, 120v.º; l.º 3, fls. 13v.º, 31; l.º 4, fl. 3; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 32, 32v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 121v.º.

⁹⁰⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 112; l.º 3, fl. 13v.º.

dois limoeiros aquando da sua extinção em 1834⁹⁰⁷. Nos conventos do Funchal e Câmara de Lobos é registado nas duas primeiras décadas do século XIX a aquisição de: bananas, esporadicamente, para a festa de S. Francisco, Páscoa ou visitas, com compras de um a dois cachos custando cada um entre \$600 e 1\$300 réis, variando o preço, provavelmente, consoante o tamanho⁹⁰⁸; laranjas (entre março e maio, entre \$600 a 1\$400 réis em cada compra)⁹⁰⁹; limões (em fevereiro, março e outubro, entre \$050e \$600 réis)⁹¹⁰; morangos (entre maio e julho)⁹¹¹; e melancias (em outubro, com compras no valor de \$500 a 1\$200 réis)⁹¹². Pela festa e fogueira de S. João eram obrigatórias as cerejas, acompanhadas de tremoços no convento de Câmara de Lobos, sendo substituídas por damascos aquando da inexistência de cerejas⁹¹³.

As azeitonas estavam sempre presentes nas festas. São registadas compras habituais entre \$200 e \$600 réis. Numa compra de maio de 1740, o hospício da Ribeira Brava pagou \$600 réis por duas botijas de azeitonas⁹¹⁴; em outubro de 1817, o convento de Câmara de Lobos gastou \$800 réis em «azeitonas e vasilha para as ditas»; e em outubro de 1812, o convento do Funchal gastou 1\$000 réis em «azeitonas em frascos»⁹¹⁵.

Também as abóboras chegavam aos conventos através dos peditórios, compra ou cultivo nas hortas. Eram provenientes do Estreito de Câmara de Lobos, Canhas, Ponta do Sol, Madalena do Mar, Arco da Calheta e Ribeira Brava. São conhecidas a abóbora-doce e abóbora para «xilla» (doce de chila). Grande parte das abóboras eram cozidas com verduras conforme apontavam nas contas do convento do Funchal: «verdura para a panela» ou «couves, nabos, sementes e abóbora para a panela»⁹¹⁶.

⁹⁰⁷ GUERRA e VERÍSSIMO, 1996, «O Hospício Franciscano [...]», p. 88, citando ABM, Adm. do Concelho da Ponta do Sol, l.º 12, fls. 59-62.

⁹⁰⁸ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 7; l.º 4, fls. 2v.º, 13, 14v.º, 16, 35v.º, 77v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 48v.º, 223v.º; l.º 6, fls. 6v.º, 25, 76v.º.

⁹⁰⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 222v.º (março de 1815).

⁹¹⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 199v.º (março de 1814), 220 (fevereiro de 1815); l.º 6, fls. 25v.º (outubro de 1816), 109 (outubro de 1821), 136v.º (outubro de 1823), 150v.º (outubro de 1824). Em 1814, o convento do Funchal comprou \$800 réis em limões e alfices para os presos da cadeia (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 199v.º).

⁹¹¹ ANTT, CSBCL, l.º 5, fls. 7 (maio de 1811), 103 (junho de 1821), 104v.º (julho de 1821).

⁹¹² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 121v.º (outubro de 1822), 174v.º (outubro de 1826), 182v.º (outubro de 1827).

⁹¹³ ANTT, CSFF, fl. 228v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 42v.º, 61v.º. Em junho de 1799, as cerejas do convento de Câmara de Lobos provieram da Ribeira Brava.

⁹¹⁴ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 34.

⁹¹⁵ Ver por exemplo: ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 15 (outubro de 1737); ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776); ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 3 (outubro de 1817); ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 68v.º (outubro de 1812).

⁹¹⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 28v.º; l.º 2, fls. 11, 57; ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 37v.º, 57; ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 4v.º, 108, 221; l.º 6, fl. 197v.º. Parte das abóboras dos peditórios eram comutadas em dinheiro, entre \$040 e \$100 réis à unidade, entre finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

No convento do Funchal, em conjunto com estes produtos adquiriam, por vezes, tomates e cebolas⁹¹⁷. Os tomates eram comprados de fevereiro a abril e de setembro a dezembro com compras, entre \$100 e \$700 réis⁹¹⁸. As cebolas provinham habitualmente do Caniço, através de peditório, em junho/julho, sendo comum os gastos anuais aproximados de 3\$000 réis, entre 1809 e 1832, com o frete de barco, carreto e o moço no peditório, às vezes acompanhado por um irmão leigo⁹¹⁹. No convento do Funchal, em 1813 e 1815, compraram alcaparras para a festa de S. Francisco⁹²⁰.

A compra de «restas» ou «résteas», quer dizer, réstias ou cordas entrançadas de alhos, era habitual nos conventos. Uma réstia de alhos custava: \$125 réis em 1737; \$050 e \$075 réis nas décadas de 1750 a 1770 no convento da Calheta; \$050 réis no convento de Câmara de Lobos; \$150 réis em julho de 1776, no convento de Santa Cruz; e \$200 e \$150 réis no convento do Funchal, respetivamente, em 1817 e 1818⁹²¹.

Nos frutos secos prevalecem as nozes e as castanhas verdes e secas, recolhidas nos peditórios, especialmente na Serra de Água, Campanário, Camacha e no Estreito de Câmara de Lobos⁹²². As nozes eram recolhidas desde a altura do Dia de Todos os Santos à Quaresma para os bolos e consoadas/colações⁹²³. Além dos peditórios, o convento do Funchal, adquiria no Estreito de Câmara de Lobos e na Serra de Água as nozes para as colações, bolos e consoadas, variando cada aquisição entre dois e 16 alqueires, sendo mais comum entre sete e 12 alqueires, variando o preço à unidade,

⁹¹⁷ Em setembro de 1818, o convento do Funchal pagava as cebolas a \$250 réis ao molho, tendo adquirido 32 molhos (8\$000 réis) (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 57v.º). O convento da Calheta quantificava as cebolas aos cabos, possuindo, em 1771, 45 cabos de cebolas (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 26v.º).

⁹¹⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 5v.º (outubro de 1809), 8v.º (novembro de 1809); l.º 6, fls. 59 (outubro de 1818), 76v.º (outubro de 1819), 85v.º (abril de 1820), 101 (abril de 1821), 108 (setembro de 1821), 109 (outubro de 1821), 144 (abril de 1824), 150v.º (outubro de 1824), 157 (fevereiro de 1825), 169v.º (março de 1826), 174v.º (outubro de 1826), 176v.º (dezembro de 1826), 179 (abril de 1827), 194v.º (outubro de 1828), 234 (março de 1832), 234v.º (abril de 1832), 238 (setembro de 1832), 241 (dezembro de 1832).

⁹¹⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 2, 22, 40v.º, 63v.º; l.º 6, fls. 72v.º, 89, 172v.º, 180v.º, 204v.º, 226v.º, 236v.º.

⁹²⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 2, 5v.º, 8v.º, 63v.º, 190; l.º 6, fls. 6v.º, 59, 89, 150v.º, 179, 236v.º, 241.

⁹²¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 12v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 28; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 8v.º, 31v.º, 34v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 38v.º, 49v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 37, 57v.º.

⁹²² ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 5v.º, 33v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 72; l.º 6, fls. 61, 94; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 51; l.º 2, fls. 15, 30, 69; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 31. Em 1773, as castanhas verdes foram comutadas a \$400 réis ao alqueire. Em finais do século XVIII e inícios do XIX, as castanhas eram adquiridas a \$800 e 1\$200 réis ao alqueire. No convento de Câmara de Lobos eram habituais as compras de dois a sete alqueires de castanhas. O preço das nozes variava entre os \$400 e os 1\$600 réis entre as décadas de 1790 e de 1820. No convento de Câmara de Lobos, as maiores compras destes frutos secos registaram-se em 1811 e 1813 com a compra em cada ano de 16 alqueires.

⁹²³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 25v.º; l.º 2, fl. 80v.º; l.º 4, fl. 108v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 8v.º, 213; l.º 6, fl. 27; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 33, 36; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 8v.º. Segundo Rafael Bluteau, colação é sinónimo de consoada: «a quantidade, & qualidade, com que se póde fazer Colação, he meyo arrátel de pão, ou de ervas, fruta, ou conserva» (BLUTEAU, 1712, *Vocabulario* [...], vol. B-CZA, p. 367).

entre \$500 a 1\$600 réis nas duas primeiras décadas do século XIX⁹²⁴. As nozes para o convento de Santa Cruz provinham de uma localidade afastada, pois pagavam um frete (barco) pelo seu transporte e eram adquiridas a \$400 réis ao alqueire (1775-1776)⁹²⁵. No convento da Calheta é comum registar nos inventários a existência de um a um alqueire e meio de nozes⁹²⁶.

Os figos, para refeições dos franciscanos, provinham maioritariamente do Algarve, em seiras, sendo adquiridos à seira ou à libra. Uma seira continha aproximadamente 30 libras e custava entre \$900 e 1\$800 réis, enquanto à libra variava entre \$050 e \$100 réis. Era comum a compra pelos conventos de algumas libras de figos até uma seira, chegando o convento do Funchal, a comprar oito seiras⁹²⁷. Provenientes da Madeira existe a compra pelo convento de Santa Cruz, de quatro alqueires de bêberas passadas, a \$550 réis ao alqueire, provindas do Paul do Mar, custando o frete \$100 réis⁹²⁸. Nos aposentos do convento da Calheta também existiam «bebras»⁹²⁹.

Os conventos faziam aquisições de \$200 a \$600 réis de passas para as refeições e «para a mesa e cozinha»⁹³⁰ sobretudo para a festa de S. Francisco e raramente em fevereiro e março, pela época do Entrudo e Páscoa⁹³¹. Em 1742, três libras de passas custaram \$100 réis, e em 1815, duas libras custaram \$600 réis⁹³².

As épocas festivas como as da Páscoa, Entrudos da Quaresma e do Advento, S. João, N.ª Sr.ª da Porciúncula, Santíssimo, S. Francisco de Assis, Dia de Todos os Santos,

⁹²⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 8v.º (novembro de 1809), 11 (dezembro de 1809), 50 (novembro de 1811), 70v.º (novembro de 1812), 193 (novembro de 1813), 213 (novembro de 1814); ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 27 (novembro de 1816), 42v.º (novembro de 1817), 59v.º (outubro de 1818), 78v.º (novembro de 1819), 94 (novembro de 1820), 110 (novembro de 1821), 152 (novembro de 1824), 165 (novembro de 1825), 174v.º (outubro de 1826), 175 (novembro de 1826), 197v.º (novembro de 1828), 230v.º (novembro de 1831). Em novembro e dezembro de 1809 adquiriram em cada mês duas sacas de nozes ao custo de 3\$000 réis cada saca. Registe-se a aquisição de três alqueires nestas duas compras. As maiores compras apontadas são de 16 alqueires, em novembro de 1811 com quatro do Estreito de Câmara de Lobos (\$900 réis ao alqueire) e 12 da Serra de Água (1\$300 réis ao alqueire) e em novembro de 1813 com a compra de 16 alqueires de nozes (1\$200 réis ao alqueire).

⁹²⁵ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 33 (dezembro de 1775), 36 (março de 1776).

⁹²⁶ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 8v.º (1751), 18v.º (1755) 31v.º (1771), 34v.º (1772).

⁹²⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 44 (abril de 1805); ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 11 (novembro de 1798), 62 (março de 1802); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 15v.º (fevereiro de 1810), 193 (novembro de 1813); l.º 6, fls. 139v.º (dezembro de 1823), 142v.º (março de 1824).

⁹²⁸ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 33 (dezembro de 1776).

⁹²⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 44v.º (1777), 53v.º (1781).

⁹³⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º, fl. 77v.º (fevereiro de 1822).

⁹³¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 60 (outubro de 1742); ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 31 (outubro de 1812); l.º 4, fls. 3 (outubro de 1817), 23v.º (outubro de 1818), 77v.º (fevereiro de 1822); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 17v.º (março de 1810); l.º 6, fls. 6v.º (outubro de 1815), 76v.º (outubro de 1819), 109 (outubro de 1821), 121v.º (outubro de 1822), 229v.º (outubro de 1831), 234v.º (abril de 1832), 238 (setembro de 1832).

⁹³² ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 60 (outubro de 1742); ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 6v.º.

Natal (Imaculada Conceição, dia de Natal, primeira oitava), Capítulos, visitas/contas, dia de Jesus, eram propícias a extravagâncias alimentares, sendo, principalmente, nas visitas e na festa de S. Francisco, requisitado o serviço de cozinheiros, ajudantes/criados e copeiros para ajudarem na cozinha e no serviço da mesa⁹³³.

A festa de S. Francisco continha a maior diversidade de produtos incomuns ao quotidiano e acarretava grande despesa, seguindo-se as visitas e o Natal. A título de exemplo, na festa de S. Francisco, no convento de S. Bernardino, em 1798, consumiram: aves (galinhas) (ao jantar), cinco patos, quatro libras de aletria, massa, sete libras de presunto, 20 libras de carne salgada (metade de porco e a outra de vaca) e outras dez libras de carne salgada, dois queijos flamengos, especiarias, carne de carneiro, «beijos, pés e mãos de 2 rezes» (focinho/cara e patas de bovino), sete libras de fígado, sete libras de toucinho, dois vidros de escabeche, um almude e meio de vinho velho de malvasia, um presunto inteiro «para a mesa» com 15 libras, três paios, seis chouriças, um queijo inglês com 13 libras, nabos e azeitonas, uma canada de aguardente de França (\$800 réis) e uma de Genebra (\$450 réis), dois «garrafinhas» de licor «para a Mesa» (as duas por 1\$200 réis) e açúcar para temperos⁹³⁴. Para a mesma festa, no convento de Santa Cruz, em outubro de 1776, adquiriram: quatro libras de toucinho, oito chouriças, um presunto com 14 libras, um queijo com dez libras, um queijo flamengo, azeitonas, açúcar mascavado para temperos, 15 libras de manteiga, uma arroba de arroz, cinco leitões, aves, ovos, seis arrobas de carne de vaca, mão, fígado e beijos⁹³⁵.

Para as festas compravam massas, principalmente aletria e macarrão e, numa única vez assentaram, no convento do Funchal, talharim e estrelas⁹³⁶. Uma pequena compra de cuscuz (\$200 réis) foi realizada pelo convento do Funchal em dezembro de 1821 e a partir de 1825 são assíduas as compras de uma a duas arrobas e meia custando cada uma entre 2\$400 e 5\$600 réis⁹³⁷.

No convento de Câmara de Lobos e, sobretudo, no do Funchal consta a compra de cevadinha, entre duas libras e três arrobas e meia custando cerca de \$600 réis à arroba na década de 1830⁹³⁸.

Nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, para a festa de S. Francisco, os vidros com escabeche ou «escabeche inglês» (pickles) são adquiridos a \$600 e a

⁹³³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 69; l.º 4, fl. 72; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 211; l.º 6, fl. 19.

⁹³⁴ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 8v.º-9.

⁹³⁵ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 31-31v.º.

⁹³⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 182v.º, 194v.º.

⁹³⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 96, 157, 158, 160, 161, 165, 166v.º, 167v.º, 168v.º, 172, 173v.º.

⁹³⁸ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 104v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 41v.º, 235, 237, 238v.º, 241.

\$700 réis à unidade⁹³⁹. Em outubro de 1823, pela festa de S. Francisco, o convento do Funchal gastou \$050 réis em «cebolas para escabeche»⁹⁴⁰, o que face ao valor diminuto deve corresponder a cebolinhas pequenas em escabeche.

Os produtos ingleses são constantemente referidos em finais do século XVIII e no século XIX, fruto do comércio das firmas e dos cidadãos ingleses que se encontravam estabelecidos na Madeira.

Doçaria

Os franciscanos consumiam uma doçaria diversificada à mesa das festividades e em propinas recebidas em determinadas ocasiões festivas, como nas de S. Francisco ou do Natal. A alguns benfeitores e colaboradores pontuais, como o médico, o boticário, o síndico, o bispo, os pregadores, os músicos e os ajudantes nas festas⁹⁴¹, eram ofertadas, habitualmente, bandejas (equivalente a um cabaz), com diferentes tamanhos, variando consoante o destinatário, contendo taças⁹⁴² de doce, biscoitos e «o mais do costume», ou seja, outros produtos, conforme o «costume»/o «estilo» ou as «mais obrigações do ano»⁹⁴³. Em outubro de 1822 esta propina, em doce, não foi dada aos religiosos e «mais pessoas de obrigação» «por não haverem meios de se fazer doce» recebendo os religiosos dinheiro, uns \$600 réis e outros \$300 réis⁹⁴⁴.

O pregador, no dia de S. Francisco, no convento de Câmara de Lobos, em 1805, recebeu um queijo, um presunto e dois pães de açúcar, tudo no valor de 10\$200 réis⁹⁴⁵, o que poderá corresponder ao equivalente a uma bandeja. No convento de Câmara de Lobos, numa «bandijinha» para o P.^o João António de Barros que havia cantado na novena e festas de S. Francisco e do Santíssimo Sacramento gastaram 3\$550 réis⁹⁴⁶, no doce para a bandeja do pregador «que fez mercê vir pregar» à festa de S. Francisco gastaram 9\$000 réis⁹⁴⁷, enquanto uma bandeja para os padres custódio, secretário e

⁹³⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 8v.º, 137; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 5v.º; l.º 6, fls. 59, 239.

⁹⁴⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 136v.º.

⁹⁴¹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 5v.º, 29v.º, 191, 211, 211v.º; l.º 6, fls. 59v.º, 139v.º, 231v.º, 238, 240v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 24v.º, 128v.º; l.º 3, fls. 21, 57; l.º 4, fls. 3, 23v.º, 28v.º.

⁹⁴² O doce também era servido em pires, por exemplo, em setembro de 1825 o convento do Funchal comprou cinco dúzias de pires para doce (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 163v.º).

⁹⁴³ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 190; l.º 6, fls. 59v.º, 136v.º, 204v.º, 216v.º, 218v.º, 231v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 24v.º; l.º 3, fl. 66v.º; l.º 4, fl. 72v.º.

⁹⁴⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 86 (outubro de 1822).

⁹⁴⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 128v.º (março de 1806).

⁹⁴⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 24v.º (outubro de 1799).

⁹⁴⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 102 (outubro de 1804).

companheiro custou 26\$400 réis⁹⁴⁸. Neste convento de Câmara de Lobos, a «quem veio ajudar aos ofícios divinos», em abril de 1808, ofertaram 4\$900 réis «em biscoitos para a Semana Santa e mais doce»⁹⁴⁹ e, em outubro de 1827, o convento do Funchal gastou 54\$120 réis «com os doces para as bandejas e comunidade [franciscana]»⁹⁵⁰.

Na doçaria, na maioria dos registos, são mencionados apenas «bolos», «doces» ou «doce» desconhecendo-se as variedades⁹⁵¹. Pontualmente são aclarados o nome do bolo e do doce e alguns dos ingredientes apontados permitem clarificar a doçaria.

Nos doces referem o «doce de sortes»⁹⁵²/«doces de várias sortes»⁹⁵³ (sortidos?), «doce de fartes»⁹⁵⁴, «doce de colher»⁹⁵⁵, «doce para as bandejas»⁹⁵⁶, «doce para a mesa»⁹⁵⁷ e «doce para a mesa e bandejas»⁹⁵⁸. No doce para a mesa deveria estar incluído o «doce de colher»⁹⁵⁹. Algum do «doce da mesa e bandejas», decorado com papel, «enfeites» e flores⁹⁶⁰, é o preparado com a cozedura de fruta com açúcar, sendo habitual nas despesas dos conventos a compra de açúcar para fazer doce. Neste tipo de doce para as bandejas, em agosto de 1829, o convento do Funchal gastou 26\$000 réis em «açúcar de meter fruta em doce para as bandejas do

⁹⁴⁸ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 53v.º (julho de 1820).

⁹⁴⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 158 (abril de 1808).

⁹⁵⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 182v.º.

⁹⁵¹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 109v.º; l.º 2, fl. 56v.º.

⁹⁵² ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 53v.º (outubro de 1798), 67v.º (outubro de 1799). O «doce de sortes» era consumido no convento de Câmara de Lobos, no jantar da Conceição (cinco libras em 1811, 1\$750 réis) (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 16), na Semana Santa (seis libras, em 1812, 2\$100 réis e seis libras para os «que vieram ajudar a Semana Santa» em 1813, 1\$800 réis) (ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 21, 41v.º) e no jubileu da Porciúncula (4\$200 réis, em agosto de 1817) (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 108).

⁹⁵³ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 101v.º.

⁹⁵⁴ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 7 (maio de 1811). Nesta data, seis libras deste doce custaram 2\$400 réis.

⁹⁵⁵ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 86v.º (outubro de 1800); ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776); ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 24 (setembro de 1793). No «doce de colher» era empregue açúcar (ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776)); ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 24 (setembro de 1793)).

⁹⁵⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 194v.º (outubro de 1828).

⁹⁵⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 24v.º (outubro de 1799).

⁹⁵⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 211v.º (outubro de 1814); ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6 (outubro de 1815), 59v.º (outubro de 1818), 109 (outubro de 1821), 121v.º (outubro de 1822), 136v.º (outubro de 1823), 150v.º (outubro de 1824), 154 (dezembro de 1824), 164 (outubro de 1825), 174v.º (outubro de 1826).

⁹⁵⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 53v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 24; l.º 3, fls. 7, 16; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 24, 31; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 59v.º. A documentação do convento feminino de N.ª Sr.ª da Encarnação, no Funchal aclara, por exemplo, entre 1811 e 1814, diversos doces de colher, servidos em pratinhos ou taças, como a «tacinha de coalhada», «pratinho de batatada», «pratinho de gilla», «pratinho de marmelada», arroz-doce, (ANTT, CNSEF, l.º 12, fls. 11, 13v.º, 26, 45v.º). Era habitual o «Desfeito», que entre outros ingredientes constavam: carne de vaca e cuscuz e, eram consumidos no domingo do Espírito Santo, dia de N.ª Sr.ª do Monte, dia da matriarca e pela festa da Conceição (ANTT, CNSEF, l.º 12, fls. 12, 14, 24, 28v.º, 47).

⁹⁶⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 159, 238.

costume»⁹⁶¹. Uma taça de doce custava entre os \$400 e os 1\$200 réis⁹⁶², variando o preço consoante a variedade da fruta e o tamanho da taça.

Segundo os registos de contas, na fruta para o doce, prevalece a ameixa vinda do Curral das Freiras para o convento do Funchal, e o pêssego, o damasco, as cabaças, a chila, a cidra e a pêra de diversas localidades para este convento e para o de Câmara de Lobos⁹⁶³. Os doces eram feitos, servidos e ofertados, com grande predominância, nas festas de S. Francisco e do Natal (desde o dia de N.^a Sr.^a da Conceição até ao dia de Reis)⁹⁶⁴. O «doce» era consumido noutras festividades ao longo do ano, como «na mesa de 4.^a feira de cinza», Semana Santa/Ascensão do Senhor, festa de Santo António, Dia de Todos os Santos, Entrudo do Advento e visitas⁹⁶⁵ e, no convento de Câmara de Lobos, nos jantares do juiz do Resíduo Secular aquando da sua hospedagem no mesmo ou quando «saiu a Arca do Servo de Deus»⁹⁶⁶ (Fr. Pedro da Guarda). Algum deste «doce» poderá reportar-se a outro tipo de doce diferente do da cozedura de fruta com açúcar. Ainda relacionado com fruta mencionam que o açúcar servia para fazer «doce em calda» e conserva de fruta⁹⁶⁷. O convento de Santa Cruz, em abril de 1776, adquiriu «uma taça de casca e de calda e [outra?] de limão»⁹⁶⁸.

Os doces «para a mesa e bandeja» são distintos dos bolos, conforme despesa «feita com os bolos e mais doces para as bandejas», do arroz-doce segundo «gasto com os doces na Visita e arroz-doce no dia da Porciúncula 11\$210» e dos biscoitos como atestam os gastos «dos biscoitos da Semana Santa e alguns doces», «biscoitos e mais doces da Semana Santa» e «biscoitos, doces e almoços dos religiosos na Semana Santa». Nas festas de S. Francisco e do Senhor, do convento de S. Bernardino, referem

⁹⁶¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 162v.º, 204v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 88v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 46v.º, 85, 88v.º; l.º 2, fls. 165, 180; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 88v.º. No convento do Funchal é mencionado «açúcar para amexa» (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 172v.º, julho de 1826) e «açúcar para doce», tendo sido gasto também «21 varas de linhagem para tendas para fazer os doces da comunidade 3\$400» (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 162v.º, agosto de 1825).

⁹⁶² Em dezembro de 1824 custou \$600 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 154v.º). No convento de S. Bernardino, uma taça de doce de ameixa custou \$750 réis (julho de 1795) (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 63v.º).

⁹⁶³ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 56, 147, 162, 163, 171, 181v.º, 184v.º, 228; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 63v.º, 106. Na terminologia são referidos: «ameixas para doce \$400», «uma taça de doce de ameixa»; «abóbora para xilla», «por 2 centos de sidra para doce», «por pêra para doce 1\$800».

⁹⁶⁴ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 52; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 184v.º.

⁹⁶⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 129, 188; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 63v.º, 85; l.º 2, fls. 52v.º, 139, 143, 157, 169v.º; l.º 3, fls. 40v.º, 45v.º, 65; l.º 4, fls. 15, 88.

⁹⁶⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 63v.º; l.º 2, fl. 13v.º.

⁹⁶⁷ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 11v.º; l.º 4, fls. 3, 23v.º.

⁹⁶⁸ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 37v.º (abril de 1776).

«os doces da Mesa» e nas festas ao longo do ano do convento do Funchal, os «bolos e fartes e doces para a mesa»⁹⁶⁹.

Os conventos de Câmara de Lobos e do Funchal recorriam ao convento feminino de Santa Clara, no Funchal, para a confeção da doçaria (bolos, biscoitos, doces, doce, arroz-doce, sonhos, fartes, etc.). Uma das freiras ficava incumbida de fazer a doçaria, cabendo a confeção às moças/criadas/servas⁹⁷⁰. O convento de S. Bernardino recorreu, pontualmente, entre dezembro de 1792 e fevereiro de 1793, ao convento da Encarnação⁹⁷¹, no Funchal, para a confeção do arroz-doce para a festa de N.^a Sr.^a da Conceição, propinas para a festa de S. Francisco, Natal e sonhos do Entrudo⁹⁷².

O convento de S. Bernardino pagava às freiras, com dinheiro ou oferta de galinhas, a lenha usada no forno⁹⁷³, o transporte dos ingredientes e dos produtos cozinhados e o trabalho do fabrico, «em agradecimento»/«de mimo»⁹⁷⁴. Outras vezes, os frades pagavam o total das despesas, conforme um rol das freiras, por exemplo, 22\$450 réis em dezembro de 1812⁹⁷⁵. No convento do Funchal, a despesa com a doçaria ascendia a valores consideráveis, como ocorreu na festa de S. Francisco, em 1818, na qual gastaram 63\$700 réis em doce para os músicos da novena, mesa e bandejas, e 38\$300 réis com os bolos e fartes. Neste ano, no Natal e doce para a mesa na última oitava gastaram 84\$260 réis⁹⁷⁶.

⁹⁶⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 6, 9; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 211v.º; l.º 6, fls. 32v.º, 48, 68, 77, 92v.º, 241.

⁹⁷⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 42, 48, 71, 85v.º, 101; l.º 3, fls. 14, 67, 72v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 5v.º, 213; l.º 6, fls. 136v.º, 150v.º, 164, 188.

⁹⁷¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 6v.º (dezembro de 1792).

⁹⁷² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 6, 9, 10.

⁹⁷³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 48 (outubro de 1794).

⁹⁷⁴ Relacionados com as despesas da confeção de doçaria no Natal, o convento de Câmara de Lobos gastou com a confeção dos bolos no convento de Santa Clara, por exemplo, em portadores: transporte de sonhos (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 62) «3 portadores que foram a Santa Clara a \$200» (ANTT, *CSBCL*, fl. 104, dezembro de 1804), «a 3 homens que conduziram os bolos do Natal 1\$500 réis» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 167, dezembro de 1808) e «para portadores que trouxeram os bolos \$800 rs» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 108v.º, dezembro de 1823). Quanto a pagamento às freiras vejamos alguns valores ou géneros: «Para quem fez os doces em Santa Clara com que se agradeceu o seu trabalho 6 g.[alinh]^{as} a 300 r[éi]s, e 2 fr[an]g.^{as} a 200» réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 69, outubro de 1795); «6 aves de mimo» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 95, janeiro de 1797); «4 aves para quem fez as propinas do Natal e S. Francisco 2\$000 rs» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 44v.º, dezembro de 1800); «por 4 galinhas a 500 rs para quem fez o doce 2\$000» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 167, dezembro de 1808); «por agradecimento a quem fez o doce da propina 4\$200» (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fls. 16, 16v.º, dezembro de 1811); «por agradecimento a quem fez os bolos 8\$000 réis» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 28, janeiro de 1819); «Por agradecimento a quem fez a propina de doce para o Natal 2\$400, portadores a cidade 400 rs, tudo 2\$800» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 90v.º, janeiro de 1823). Em junho de 1793 o convento de Câmara de Lobos enviou, em agradecimento, seis aves à «benfeitora do convento da Encarnação que serviu a esta comunidade» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 16v.º). Em 1811, para o convento de Câmara de Lobos, o trabalho da feitura de doce em todas as funções custou 12\$000 réis conforme a despesa do mês de outubro.

⁹⁷⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 109v.º (outubro de 1797); l.º 3, fls. 16 (dezembro de 1811), 34 (dezembro de 1812).

⁹⁷⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 53, 59v.º.

Como era habitual, nos «doces» empregavam ovos, um dos ingredientes bastante usado na doçaria nesta época, como se pode comprovar, no convento do Funchal, em outubro de 1829 e em setembro de 1832, quando adquiriram, respetivamente, 100 e 111 dúzias de ovos (5\$900 réis)⁹⁷⁷.

No convento do Funchal, em 1831, registam a despesa «por canelas para os doces do[s] ovos», quer dizer, canela para doce de ovos. Juntamente com esta despesa gastaram: «13 libras de amêndoa 2\$600; 14 arrobas e 13 libras de açúcar 33\$540; 6 canadas de mel a 300 rs canada para os bolos 1\$800; especiarias para os ditos 1\$000; especiarias para as argolinhas \$350; meio alqueire de farinha fina \$400; 2 livrinhos de ouro \$200; papel \$800; 24 libras de manteiga a 200 rs libra 4\$800». Noutra despesa registam: «6 canadas de mel para os bolos, e especiarias para os ditos e argolinhas 3\$100; 17 libras de amêndoa e 17 libras de manteiga a 250 rs libra 6\$750; 6 libras de açúcar de pedra a 300 rs [ibr].^a 1\$800»⁹⁷⁸. A amêndoa, o açúcar e as especiarias, pontualmente, registadas conjuntamente com a manteiga, são ingredientes base para a confeção de alguns bolos, argolinhas e dos fartes, estes últimos comuns aos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, nas festas de S. Francisco e do Natal e, ocasionalmente, na Páscoa⁹⁷⁹.

Os bolos, fartes, broas e doces eram doçarias distintas. Em outubro de 1802, no convento de Câmara de Lobos assentavam a despesa dos «bolos e o mais»⁹⁸⁰, assim dizendo, incluía-se outra doçaria. O «rol da Freira», em outubro de 1795, dizia respeito a 16\$100 réis «em «bolos, fartes e broas»⁹⁸¹ e o de outubro de 1809, no valor de 29\$600 réis, era respeitante à «propina dos bolos, fartes e boroas [broas]» além do gasto de 6\$800 réis «a quem os fez»⁹⁸². Os registos de setembro de 1817 e de dezembro de 1823, do convento de Câmara de Lobos, refere «os bolos de mel, fartes e doce»⁹⁸³ e «bolos, broas e fartes»⁹⁸⁴ e os de dezembro de 1817, outubro de 1819 e dezembro de 1823, do convento do Funchal, relativos aos gastos, respetivamente de

⁹⁷⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 12; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 230, 238.

⁹⁷⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 229, 238.

⁹⁷⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 150v.º, 206; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 185; l.º 3, fl. 7. Dezoito libras de amêndoa custaram 3\$600 réis. No convento de N.ª Sr.ª da Encarnação era habitual a confeção e consumo de «talhada de amêndoa» nos dias da Encarnação, Conceição e Quarta-feira de Cinzas (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 8v.º, 10v.º, 24, 26).

⁹⁸⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 71 (outubro de 1802).

⁹⁸¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 69 (outubro de 1795).

⁹⁸² ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 177 (outubro de 1809).

⁹⁸³ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 109v.º.

⁹⁸⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 108v.º.

51\$200 réis em «bolos, fartes e broas», de 133\$800 réis em «bolos e fartes e doces para a mesa, merenda dos músicos e festas do ano», e de 29\$600 réis «com os bolos, fartes e broas para as propinas»⁹⁸⁵, distinguem claramente estes tipos de doce. Ainda relativamente aos doces, o hospício da Ribeira Brava, na festa de S. Francisco, em outubro de 1800, adquiriu «dois papeliços de doces 1\$200, um bolo com uma fita \$700 rs»⁹⁸⁶.

Nos bolos, estão identificados os «bolos do Natal» e os de mel⁹⁸⁷. Nas contas constam várias aquisições de mel para os bolos a \$300 réis à canada e «melado», por vezes, comprado a par das especiarias, o que se deduz que era para confeção de bolos de mel de cana, embora o mel de abelhas, comprado e produzido nas colmeias das cercas de alguns conventos, fosse empregue nos bolos⁹⁸⁸. O mel de abelhas era comercializado, à garrafa, a \$400 a \$500 réis⁹⁸⁹. No convento de S. Bernardino constam várias despesas com mel e especiarias. Em dezembro de 1793, juntamente com a aquisição de quatro canadas de mel, a \$200 réis, adquiriram nove libras de manteiga para os bolos do Natal, oito libras de açúcar branco a \$160 réis, 24 libras de açúcar mascavado a \$100 réis, erva-doce \$300 réis, cravo \$300 réis e pimenta \$250 réis⁹⁹⁰. Em outubro de 1794, para a festa em honra de S. Francisco, o convento de S. Bernardino, para os bolos das propinas, enviou para Santa Clara uma arroba e cinco libras de açúcar preto, 20 libras de açúcar branco, cinco canadas de mel, farinha e diversas especiarias nomeadamente cravo maranhão (\$400 réis), erva-doce (\$400 réis), pimenta preta (\$200 réis), canela (\$200 réis) e «papel para os papelitinhos das propinas \$800 rs», provavelmente para embrulhar os bolos. Para os «bolos da festa»

⁹⁸⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 44v.º, 77, 124.

⁹⁸⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 86v.º. Papeliço é um pequeno embrulho de papel.

⁹⁸⁷ Nos registos dos conventos femininos do Funchal são identificados diversos bolos, que deveriam chegar aos conventos masculinos. No convento de N.ª Sr.ª da Encarnação, entre 1811 e 1814, estão identificados, além do bolo de mel, também os bolos: de açúcar, no domingo do Espírito Santo; de centeio, em novembro; de manteiga, na Sexta-feira Santa e dia 2 de novembro; morgado; doce, na festa de S. Francisco, Conceição e domingo do Senhor; a boleima, no ofício de pais e mães; o pão de leite, pelo S. João, para os feitores; e o pão de ló (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 5v.º, 6v.º, 8v.º, 11, 12, 13v.º, 14, 22, 24, 39v.º, 43).

⁹⁸⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 52, 215; l.º 6, fl. 10v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 23v.º, 38, 48; l.º 4, fl. 5; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 24; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 66v.º. Os conventos de Câmara de Lobos e da Calheta tinham colmeias. O mel de abelhas era comercializado a \$400 e a \$500 réis à garrafa. «Por 6 canadas de mel a 300 rs canada para os Bolos 1\$800» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 229 (1831); «por uma canada de melado vendida pelo feitor da Terça 4\$750» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 129v.º (1806))

⁹⁸⁹ Quatro garrafas (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 66v.º, setembro de 1812); uma garrafa (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 154v.º, dezembro de 1824; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 23v.º, setembro de 1793; l.º 4, fl. 5, novembro de 1817).

⁹⁹⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28v.º, 29.

(do Natal) de 1817 adquiriram 3\$000 réis em nozes em conjunto com uma garrafa de mel de abelhas (\$500 réis). Em novembro de 1825, o convento do Funchal comprou sete alqueires de nozes para os bolos por 4\$900 réis. No convento de S. Francisco os bolos de mel eram consumidos na festa de S. Francisco e no Natal⁹⁹¹.

São assiduamente compradas especiarias, normalmente designadas de «especiarias diversas»⁹⁹². Entre as aclaradas constam mostarda⁹⁹³, cominhos⁹⁹⁴, açafão⁹⁹⁵, «asafoa» (açafroa)⁹⁹⁶, noz-moscada⁹⁹⁷, erva doce⁹⁹⁸, cravo-do-maranhão⁹⁹⁹, pimenta e canela¹⁰⁰⁰, parte destas últimas utilizadas na confeção de bolos e broas. Nas pimentas, elucidam a pimenta-da-Índia¹⁰⁰¹, pimenta-de-fora¹⁰⁰² e a pimenta-preta¹⁰⁰³.

Na Semana Santa consumiam biscoitos¹⁰⁰⁴ e pão-de-ló¹⁰⁰⁵, sendo este último, em conjunto com as rosquilhas (biscoito) consumidos, pontualmente, nas visitas. Na confeção dos biscoitos, em Santa Clara¹⁰⁰⁶, entre outros ingredientes, constavam farinha, ovos e manteiga¹⁰⁰⁷.

No dia de Jesus (1 de janeiro) e na fogueira da noite de S. João (24 de junho) e, raramente, no dia de S. Pedro (29 de junho), eram obrigatórias as cavacas,

⁹⁹¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 5v.º, 48; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 109, 165. Em dezembro de 1821 os bolos de mel, no Natal, importaram em 30\$000 réis.

⁹⁹² ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 3; l.º 3, fl. 3v.º

⁹⁹³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 64v.º; 65v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 3. Um vidro de mostarda custava entre \$200 réis e \$500 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 160; l.º 3, fl. 19v.º; l.º 4, fls. 40, 119) e um vidro de mostarda grande \$800 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 42).

⁹⁹⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 26, 27, 29, 60; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 18v.º, 31v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 33.

⁹⁹⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 51, 62; «3 libras de asafoa a 450 réis» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 4v.º).

⁹⁹⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 40 («duas libras de asafoa \$600»), 47 («uma libra \$250 rs»), 69; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 5, 14, 18v.º, 31v.º, 34v.º, 45; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 65; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 53v.º.

⁹⁹⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 3. Uma noz-moscada, em outubro de 1824, custava \$050 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 119).

⁹⁹⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28v.º, 48; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 127v.º.

⁹⁹⁹ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 31, 37; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 20v.º, 33.

¹⁰⁰⁰ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 19, 32; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 20v.º, 33, 48; l.º 2, fl. 25; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 144, 220v.º, 223v.º.

¹⁰⁰¹ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 31, 37.

¹⁰⁰² ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 19.

¹⁰⁰³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 16, 48.

¹⁰⁰⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 17, 36, 180v.º; l.º 6, fls. 16, 32v.º, 68, 169v.º, 188, 234v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 12v.º; l.º 2, fls. 16, 34, 50v.º, 144, 158. Também eram consumidos, pontualmente, aquando de uma visita ou pelo Natal (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 154; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 139), na novena de S. Francisco, pelos cantores (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 108) e na festa da Porciúncula (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 134v.º).

¹⁰⁰⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 234v.º (abril de 1832).

¹⁰⁰⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 50v.º (abril de 1801). No convento da Encarnação eram confeccionados os «biscoitos das argolinhas», no Natal; rosquilhas, no dia de S. José; cavacas e broas, pela Semana Santa (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 9, 9v.º, 11, 24).

¹⁰⁰⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 179; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 37.

acompanhadas de cerejas e tremoços¹⁰⁰⁸. Nos ingredientes, além da farinha, juntavam ovos, manteiga e açúcar¹⁰⁰⁹, sendo confeccionadas no convento de Santa Clara¹⁰¹⁰. Em junho de 1797, no convento de S. Bernardino, as cavacas foram substituídas por biscoitos¹⁰¹¹.

Nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal consumiam nas visitas, na festa de S. Francisco e no Entrudo da Quaresma os «pastéis» / «pastéis de 4.^a feira de cinza» e pastéis-de-nata¹⁰¹².

Nos Entrudos, igualmente chamados de «intrudo»¹⁰¹³, associados aos «muytos abusos, que no tempo do Intrudo se introduzira»¹⁰¹⁴, prevalecia a abundância. Eram celebrados antes da Quaresma, durante três dias, de segunda a Quarta-Feira de Cinzas, sendo os dois primeiros chamados das 40 horas, e ainda antes do Natal, no Entrudo do Advento¹⁰¹⁵. Nos Entrudos e na ceia do Dia de Todos os Santos consumiam os sonhos¹⁰¹⁶, feitos pelos conventos femininos do Funchal, com farinha de trigo, manteiga, ovos e açúcar e o azeite na fritura. Os sonhos eram envolvidos com «açúcar na calda»¹⁰¹⁷.

No Entrudo do Advento, esporadicamente, consumiam «queijadia» e «cajadas» (queijadas)¹⁰¹⁸. Em 1772-1773, no convento da Calheta assentam os «doces para os anjinhos» presentes nas cerimónias das 40 horas. Os «doces», vindos numa vasilha, ou «confeites», para os anjinhos, são comuns neste convento durante as solenidades das 40 horas¹⁰¹⁹.

¹⁰⁰⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 19, 42v.º, 61v.º, 102v.º; l.º 2, fl. 173; l.º 3, fl. 7v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 2, 20v.º, 62, 184; l.º 6, fls. 19, 37, 70v.º, 88, 103, 118, 132v.º, 146, 161, 172, 180, 190v.º, 203v.º, 215v.º, 225v.º, 235v.º. Em junho de 1799, as cerejas consumidas no convento de Câmara de Lobos eram provenientes da Ribeira Brava (ANTT, *CSBCL*, fl. 19v.º).

¹⁰⁰⁹ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 34; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 184, 203v.º, 210, 215v.º, 221, 225v.º; ANTT, *CSBCL*, fl. 115v.º.

¹⁰¹⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 48, 76v.º, 142, 147v.º, 154v.º; l.º 3, fl. 7v.º; l.º 4, fl. 17v.º.

¹⁰¹¹ ANTT, *CBSCL*, l.º 1, fl. 102v.º.

¹⁰¹² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 66; l.º 2, fl. 137; l.º 3, fl. 31; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 19, 220v.º. A documentação dos conventos femininos, como o da Encarnação, entre 1811 e 1814, aclara que existiam os «pastéis de grãos» (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fl. 11); os «pastéis doce» (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fl. 28) e o pastel, que continha ingredientes como a carne de vaca e/ou toucinho e eram consumidos nos dias de Jesus, da matriarca e do Corpo de Deus (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 5, 9v.º, 11, 21, 23, 23v.º, 44, 46v.º)

¹⁰¹³ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 213; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 10; l.º 2, fl. 42v.º.

¹⁰¹⁴ BLUTEAU, 1713, *Vocabulario* [...], vol. F-IZO, letra I, p. 179.

¹⁰¹⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 60; l.º 3, fl. 55; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 193.

¹⁰¹⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 193; l.º 6, fls. 6, 13, 240; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 4v.º, 10.

¹⁰¹⁷ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 35; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 220; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 10; l.º 2, fl. 27.

¹⁰¹⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 213; l.º 6, fl. 25. No convento feminino de N.^a Sr.^a da Encarnação estavam presentes as tacinhas de coalhada, em dias de S. João e de S. Pedro (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 13v.º, 45v.º).

¹⁰¹⁹ ANTT, *CSSC*, l.º 4, fls. 27, 29, 34, 35v.º, 37, 42v.º, 44v.º, 52v.º.

A batatada, um doce confeccionado com açúcar e batata-doce, era servido em pratinhos¹⁰²⁰ e consumido no convento de Câmara de Lobos, pois na festa de S. Francisco, de 1792, gastaram «12 libras de açúcar para a batatada». Em 1794 deu entrada neste convento um cesto de batatas-doces¹⁰²¹. As batatas-doces eram transportadas em cestos para não machucar, contrariamente às batatas (“semilhas”), que eram menos sensíveis, e eram transportadas em sacos ou barris.

Pelas festas de S. Francisco e do Natal e nas propinas consumiam broas¹⁰²². Nas festas da Porciúncula e da Conceição e na Semana Santa consumiam arroz-doce, constando nos ingredientes: ovos, canela, açúcar, manteiga e arroz¹⁰²³.

Nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, nas festas de S. Francisco e do Natal e nas visitas eram consumidas bolachas¹⁰²⁴. Entre as designações da bolacha constam a «bolacha inglesa» e a «bolacha fina», variando as aquisições entre uma libra (\$160 réis) e um barril (1\$600 réis)¹⁰²⁵.

No convento do Funchal, entre 1818 e 1832, constam também pudins, entrando açúcar, leite, ovos e alcatira na sua confeção¹⁰²⁶. No convento de Câmara de Lobos, entre 1795 e 1811, consta em três ocasiões a compra de «bolas inglesas»/«boulas inglesas», parecendo tratar-se de uma iguaria e não de um queijo, pois nos meses destas aquisições também compraram queijo inglês¹⁰²⁷.

No convento do Funchal compraram, por duas vezes, pastilhas, nomeadamente em julho de 1815, «canela e pastilhas para o doce da visita \$400», e em outubro de 1824, para a festa de S. Francisco, «pastilhas e papel 1\$900»¹⁰²⁸. Alberto Sarmiento, sem mencionar a fonte, refere que os frades de S. Francisco preparavam «as pastilhas de funcho para a tosse e os diagargantes, à maneira da India, com gengibre, canela, limão, etc.»¹⁰²⁹.

¹⁰²⁰ ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 5v.º, 22, 39.

¹⁰²¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 3, 52v.º.

¹⁰²² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 69; l.º 4, fl. 108v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 10v.º, 165.

¹⁰²³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 10, 28, 37; l.º 2, fls. 21v.º, 63v.º.

¹⁰²⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 175 (agosto de 1809); l.º 3, fl. 12 (setembro de 1811); l.º 4, fls. 3 (outubro de 1817), 83v.º (agosto de 1822); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 26 (outubro de 1810).

¹⁰²⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 26; l.º 6, fl. 19; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 139; l.º 3, fl. 12.

¹⁰²⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 72, 238. A alcatira ou tragacanto é uma planta da qual é extraída uma goma para fins cosméticos e de confeitaria. É comum no Médio Oriente (BLUTEAU, 1712, *Vocabulario* [...], vol. A, p. 284.

¹⁰²⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 65v.º; l.º 4, fls. 4v.º, 7. Um quarto de boula inglesa custou \$800 réis.

¹⁰²⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 2, 150v.º (julho de 1815 e outubro de 1824).

¹⁰²⁹ NUNES, 2002, *O açúcar de cana na ilha da Madeira* [...], p. 155, citando SARMENTO, 1941, *As pequenas indústrias da Madeira*, Funchal.

Existiam vários tipos de açúcar, adquirido em Lisboa e na Madeira¹⁰³⁰, utilizados no conserto dos vinhos armazenados nas pipas e nos colocados na estufa, nos temperos e na confeção de doçaria. O açúcar mais barato, chamado de comum, ordinário, «de caixa», «para a cozinha», «açúcar para temperos» ou «açúcar do Brasil», como o nome indica era utilizado maioritariamente nos temperos, sendo comprado entre \$140 e \$200 réis à libra¹⁰³¹. O açúcar fino, refinado, areado ou apurado, raramente chamado de açúcar de pedra, era adquirido entre \$160 e \$300 réis à libra¹⁰³².

O açúcar branco de qualidade semelhante ao açúcar fino, embora inferior, diferiam entre si como constatamos na despesa «10 libras de açúcar branco a 180 [= 1\$800 réis] e 4 ditas de dito fino a 200 [= \$800 réis]». O açúcar branco era utilizado nos temperos da cozinha, no doce, no doce de colher e nos bolos, sendo adquirido, na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX, entre \$100 e \$300 réis à libra¹⁰³³.

O açúcar mascavo, mascavado ou preto, era considerado de qualidade inferior, logo mais barato e adquirido entre \$100 e \$160 réis à libra. Era utilizado em temperos, no conserto dos vinhos e nos bolos¹⁰³⁴.

Entre 1809 e 1819, pelas festas, sobretudo de S. Francisco, constam várias aquisições de formas de açúcar, pão de açúcar ou açúcar em pão. Este açúcar custava, geralmente, \$300 réis à libra, existindo aquisições de formas inteiras por 1\$200 réis, 1\$600 réis, 2\$900 réis e uma com seis libras por 2\$400 réis¹⁰³⁵.

Bebidas

No dia a dia, as bebidas mais usadas eram o vinho e a água. A água era armazenada num tanque, como no convento da Calheta, que tinha um tanque

¹⁰³⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 57v.º (setembro de 1818).

¹⁰³¹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 120; l.º 3, fl. 78v.º; l.º 4, fls. 3v.º, 122; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 6v.º.

¹⁰³² ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 133v.º, 136; l.º 3, fls. 120, 138v.º; l.º 4, fls. 3v.º, 119, 122; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6v.º, 25v.º, 229v.º, 238; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 24v.º. NUNES, 2002, *O açúcar de cana na ilha da Madeira* [...], p. 295.

¹⁰³³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 59; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 29; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 69.

¹⁰³⁴ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 29, 47v.º, 110; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 56, 66v.º, 102.

¹⁰³⁵ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 165, 175; l.º 3, fl. 7; l.º 4, fl. 3; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6v.º, 41v.º, 59, 76v.º. Além dos doces, bolos e doçaria descritos, os conventos femininos do Funchal, entre eles o de N.ª Sr.ª da Encarnação, entre 1811-1814, por exemplo, confeccionavam outros doces, e que provavelmente também chegariam às festividades dos conventos masculinos: alféloa, no dia da Conceição; caramelo; rapadura; «manjar preto»; e «miolo do manjar» (ANTT, CNSEF, l.º 12, fls. 5v.º, 8v.º, 22, 26, 28v.º, 41v.º).

pequeno «para asseio da casa»¹⁰³⁶. Os vários conventos possuíam, na cozinha, um barril para armazenar e/ou servir água¹⁰³⁷, sendo servida na mesa em copos ou num copo grande¹⁰³⁸. O convento de Câmara de Lobos possuía uma pia, colocada numa caixa, para purificar a água e uma «bolsa para água»¹⁰³⁹, esta em princípio para transportá-la.

Embora os franciscanos tivessem vinho nas suas lojas e adegas, arrecadado nos peditórios ou produzidos nas hortas, nas épocas festivas ou ocasiões pontuais, de relevada importância, como na receção de confesores em festas, almoços de benfeitores e visitas, adquiriam um vinho de qualidade superior, como malvasia, «vinho bom», «vinho fino», «vinho velho» ou «vinho tinta»¹⁰⁴⁰. O «vinho do Porto» fazia parte, pontualmente, da festa de S. Francisco no convento homónimo¹⁰⁴¹, como em outubro de 1815 adquiriram 12 garrafas por 12\$000 réis. Aos trabalhadores na horta ou fora do convento, portadores, «homens da rede», barqueiros, e nas «merendas dos músicos e gentes de servir» também ofereciam vinho¹⁰⁴².

Ao longo do século XVIII e no século XIX, aos trabalhadores e «para gastos», empregavam água-pé. No convento de Câmara de Lobos provinha do Porto da Cruz e da Terça de Câmara de Lobos¹⁰⁴³. A água-pé era utilizada na confeção de vinagre, no entanto, a maioria do vinagre era de vinho¹⁰⁴⁴.

A cerveja é referida na documentação conventual a partir de 1794¹⁰⁴⁵, nos jantares das festas, das contas, das visitas, das 40 horas (Entrudo), do Dia de Todos os Santos, e sobretudo de S. Francisco. À garrafa custava \$100 réis até 1795, \$150 réis até 1807 e \$200 réis a partir desta data, sendo habitual a compra de 12 a 24 unidades, alcançando as 36 garrafas nos conventos do Funchal e Câmara de Lobos, e entre quatro e 12 no hospício da Ribeira Brava¹⁰⁴⁶.

¹⁰³⁶ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 28v.º.

¹⁰³⁷ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 43v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 13v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 64, 152; ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 95v.º.

¹⁰³⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 3 (1750).

¹⁰³⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 14, 73, 157. VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino [...]*, p. 73, citando ANTT, AHMF, *Conventos extintos, Convento de S. Bernardino, Madeira*, cx. 2267, n.º 489.

¹⁰⁴⁰ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 9; l.º 2, fls. 9, 165; l.º 3, fl. 10; l.º 4, fls. 65, 72; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 10v.º; l.º 6, fl. 6v.º.

¹⁰⁴¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6v.º, 25.

¹⁰⁴² ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 2; ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 6, 55; l.º 4, fl. 9; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 38, 51.

¹⁰⁴³ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 21v.º, 48v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 59v.º; ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 10.

¹⁰⁴⁴ Em 1743, um barril de vinagre importou em 1\$000 réis para o hospício da Ribeira Brava (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 68).

¹⁰⁴⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 46v.º.

¹⁰⁴⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 2, 5v.º, 8v.º, 26, 42, 190, 211; l.º 6, fls. 19, 41v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 10v.º; l.º 3, fls. 17, 88v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 46v.º, 85; l.º 2, fl. 137; l.º 4, fl. 119.

Nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, pela festa de S. Francisco, para a Mesa e, de vez em quando, na Quarta-feira de Cinzas, adquiriam garrafas de licor, custando uma garrafa entre \$300 e \$800 réis, oscilando cada aquisição entre \$800 e 3\$600 réis. Das variedades apenas é referida, numa só vez, o licor de «carouso» (caroço)¹⁰⁴⁷.

A aguardente de França e «da terra», ou melhor, de fabrico local, era bastante usada nos conventos para fortificação dos vinhos. Pontualmente e em pequenas quantidades, adquirem aguardente para as festas¹⁰⁴⁸ e genebra/«ginebar» em canadas ou em frascos, ao custo unitário de \$450-\$500 réis, para a festa de S. Francisco e, por vezes, nas visitas e na festa do orago do hospício da Ribeira Brava¹⁰⁴⁹.

Na festa de S. Francisco, visitas, almoços da Semana Santa, acompanhamentos aos enterros e às cerimónias festivas de capelas, era comum beber chá/«chá fino», café e leite, acompanhado com manteiga, açúcar, queijo e provavelmente com pão. Estes lanches, prevalecendo o chá, eram dados nas festas aos hóspedes, aos ajudantes na cozinha, aos músicos, aos confessores e aos benfeitores¹⁰⁵⁰. Além destas refeições, o leite era adquirido para os pudins e para os religiosos doentes, às vezes dado em papas¹⁰⁵¹.

O «xicolate» ou «xocolate», ou seja, o chocolate bebido quente era apreciado no convento de Câmara de Lobos na Semana Santa e nas visitas. Este convento e o hospício da Ribeira Brava possuíam uma chocolateira que servia para a confeção desta bebida¹⁰⁵².

Tabaco

O tabaco¹⁰⁵³ era um produto bastante estimado pelos franciscanos para ser ofertado, sobretudo em agradecimento. O tabaco era ofertado em propina/colação à comunidade religiosa franciscana, donatos, irmão síndico, benfeitores, colabo-

¹⁰⁴⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6v.º, 25v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 3; l.º 2, fl. 9; l.º 4, fl. 3.

¹⁰⁴⁸ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 8v.º-9; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 14, 17.

¹⁰⁴⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 9; l.º 4, fls. 3, 14v.º, 23v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 2, 19, 76v.º, 121v.º, 136v.º, 150v.º, 164, 182v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 49.

¹⁰⁵⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 14, 24v.º, 49, 53v.º, 85v.º, 119v.º, 133v.º; l.º 3, fls. 11v.º, 29v.º, 61, 62v.º; l.º 4, fls. 7, 86, 93; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 214, 223v.º, 228, 232v.º, 233. Num registo, o chá é especificado de «chá fino».

¹⁰⁵¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 234v.º, 238; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 23v.º, 37; l.º 2, fl. 60.

¹⁰⁵² ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 16v.º; l.º 2, fl. 158v.º; l.º 4, fl. 13; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 2. VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino* [...], p. 73, citando ANTT, AHMF, Conventos extintos, CSBCL, Madeira, cx. 2267, n.º 489.

¹⁰⁵³ Em 1821, é comprado, pelo convento de Câmara de Lobos, no estanque (ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 70v.º).

radores, pregadores das festas e aos que davam esmolas. Era transportado em bocetas¹⁰⁵⁴, isto é, numa pequena caixa.

A quantidade de tabaco ofertada variava, consoante o cargo dos religiosos ou o contributo dado ao convento. No hospício da Ribeira Brava, em março de 1799, os religiosos receberam, cada um, uma quarta de libra, enquanto o donato e moço receberam meia quarta¹⁰⁵⁵. Em abril de 1801, os religiosos receberam uma libra e três quartas, o irmão síndico, uma quarta, e o irmão donato, amassadeira, lavadeira, moleiro, barbeiro e moço, meia quarta¹⁰⁵⁶. Nos recebedores entravam os pregadores em festas, o médico e sangrador¹⁰⁵⁷.

Nas variedades o mais comum é o tabaco de simonte, adquirido entre \$600 e 1\$200 réis à libra¹⁰⁵⁸. Existia o tabaco do Brasil, a 1\$000 réis ao arrátel, em janeiro de 1813; o tabaco «escorcez» (escocês?), a \$400 réis à libra em 1809 e a \$700 réis em 1810; e o tabaco português, ofertado aos feitores. Todas estas variedades eram ofertadas nos peditórios¹⁰⁵⁹.

Em junho de 1824, o convento do Funchal gastou 24\$000 réis em três arrobas e seis libras de tabaco de rolo e 1\$000 réis a quem moeu o dito tabaco¹⁰⁶⁰.

Esporadicamente, compravam rapé, a 1\$000 réis à libra em finais do século XVIII e a 1\$500 réis no século XIX, para ofertar nas visitas ao visitador e secretário, constando no convento de Câmara de Lobos ao pregador na festa de S. Francisco¹⁰⁶¹. O rapé era distinto do tabaco, pois em três aquisições constam os dois produtos em simultâneo¹⁰⁶².

A comunidade franciscana, masculina, ativa na Madeira, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, em cinco espaços conventuais, além das atividades de

¹⁰⁵⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 39. Existiam bocetas para outras funções: o convento do Funchal comprou, em 1824, uma «boceta para as barbas» por \$400 réis, e o convento da Calheta possuía dois bocetas de hóstias, uma de «papelam dourado para a sacristia» e outra de «folha grande» e uma boceta «com um Menino Jesus duas camisinhas e um coração de ouro» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 154; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 26, 48v.º).

¹⁰⁵⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 59v.º (março de 1799).

¹⁰⁵⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 92 (abril de 1801).

¹⁰⁵⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 231v.º, 234v.º, 241.

¹⁰⁵⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 16, 52, 56, 59, 61.

¹⁰⁵⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 4v.º, 26; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 42v.º; l.º 3, fls. 36v.º, 47, 62v.º. Em janeiro de 1813, no convento de Câmara de Lobos, depois da despesa de 15\$000 réis de tabaco do Brasil, são registadas as despesas de «Por mais duas libras de Esturilho para os feitores do Campanário 3\$200; por mais 3 libras de meia torra 3\$600», correspondendo, provavelmente a especificidades do tabaco (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 36v.º).

¹⁰⁶⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 146.

¹⁰⁶¹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 20, 154; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 106; l.º 2, fls. 6, 24v.º, 138v.º, 174; l.º 3, fls. 65v.º, 122; ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 65v.º.

¹⁰⁶² ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 183; ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 67v.º, 56.

cariz religioso, principal foco do quotidiano, necessitava de tratar das tarefas materiais, da manutenção dos espaços conventuais não cultuais e do trato do corpo.

Uma das principais fontes de receita dos franciscanos eram os rendimentos obtidos através dos peditórios e esmolos, além dos serviços religiosos.

As tarefas profanas do quotidiano, internas e externas ao convento, eram realizadas por moços, cozinheiros, padeiros, barbeiros, hortelãos, lavadeiras, transportadores, pedreiros, carpinteiros, etc., a quem os franciscanos pagavam um valor fixo ou variável, consoante os dias de trabalho e a atividade desempenhada. A doçaria para as épocas festivas provinha, através de pagamento, dos conventos femininos do Funchal.

O estudo sobre o quotidiano da comunidade franciscana, masculina, ativa na Madeira, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, possibilitou um maior conhecimento não só desta comunidade, mas da população em geral, mantendo-se ainda presentes na sociedade atual alguns destes aspetos do quotidiano religioso e secular.

Fontes Consultadas

Fontes Manuscritas

ABM, CON, I.º 25, Confraria do SS., igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe, Porto da Cruz, Receita e Despesa e autos de aprovação das contas pela mesa, 1817-1887.

ABM, CON, I.º 76, Confraria do SS., igreja de S. Bento, Ribeira Brava, Tombo dos títulos dos bens e da receita e despesa, 1696-1816.

ABM, CON, I.º 77, Confraria do SS., igreja de N.ª Sr.ª da Luz, Ponta do Sol, Receita e Despesa, termos de eleições, quitações de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1705-1748.

ABM, GC, I.º 227, Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte, igreja de S. Pedro, Funchal, Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1764-1845.

ABM, GC, I.º 734, Passageiros (saída e entradas de), 1820-1822.

ABM, GC, I.º 1084, Ofícios da Prefeitura à Provedoria do Concelho do Funchal, 1834-1836.

ABM, *Index Geral do registo da antiga Provedoria da Real Fazenda, acrescentado com algumas notícias, e succpsos da Ilha da Madeira, desde o anno de 1419 do seu descobrimento, ate o de 1775 da extinção da mesma Provedoria.*

- ABM, Instrumento Descritivo n.º 31, Família Bettencourt Mimoso.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 323, Confraria do SS., igreja de N.ª Sr.ª do Monte, Monte, Funchal, 1815.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1068, Confraria de Santa Quitéria, igreja de Santa Quitéria, Boaventura, 1805-1807.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 3, proc. 208, Confraria do SS., igreja de S. Sebastião, Câmara de Lobos, 1790-1796.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 497, Confrarias diversas, igreja de Santo António, Santo António, Funchal.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 514, Confraria do SS., igreja de Santo António, Santo António, Funchal.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 701, Confraria do SS., igreja de Santa Ana, Santana, 1815-1816.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 10, proc. 726, Confraria de N.ª Sr.ª da Conceição, igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, Porto Moniz, 1800-1805.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 11, proc. 897, Confraria do Senhor Jesus e Almas, igreja de S. Brás, Campanário, 1798-1802.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1049, Confraria das Almas, igreja de S. Salvador, Santa Cruz, 1811.305
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1057, Confraria de S. Pedro, capela de S. Pedro, Santa Cruz, 1790-1799.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1104, Devoção de Santo António, igreja do Senhor Bom Jesus, Ponta Delgada, 1806-1809.
- ABM, *RBJ*, l.º 21, Receita e Despesa, 1743-1775.
- ABM, *RBJ*, l.º 22, Receita e Despesa, 1745-1766.
- ABM, *RBJ*, l.º 23, Receita e Despesa, 1777-1799.
- ABM, *RBJ*, l.º 24, Receita e Despesa, 1817-1822.
- ABM, *RBJ*, l.º 25, Receita e Despesa, 1819-1841.
- ABM, *RP*, Arco da Calheta, Óbitos, l.º 3 (1727-1743).
- ABM, *RP*, Câmara de Lobos, Casamentos, l.os 4 (1751-1797) e 6 (1823-1839).
- ABM, *RP*, Estreito de Câmara de Lobos, Casamentos, l.º 6 (1807-1822).
- ABM, *RP*, Ponta do Sol, Casamentos, l.º 6 (1763-1791).
- ABM, *RP*, Ponta do Sol, Óbitos, l.os 2 (1665-1703), 4 (1703-1730) e 6 (1744-1761).
- ABM, *RP*, Ribeira Brava, Óbitos, l.os 3 (1623-1651), 4 (1679-1712), 5 (1712-1730), 6 (1730-1755), 7 (1755-1795) e 9 (1799-1806).

- ABM, *RP*, S. Pedro, Casamentos, l.os 7 (1760-1789), 9 (1793-1798) e 12 (1809-1819).
- ABM, *RP*, S. Pedro, Óbitos, l.os 15 (1814-1819), 16 (1819-1825) e 17 (1825-1833).
- ABM, *RP*, Santo António, Casamentos, l.os 4 (1769-1804) e 5 (1804-1823).
- ABM, *RP*, Sé, Casamentos, l.os 7 (1584-1601), 12 (1732-1748), 14 (1758-1764), 15 (1764-1773), 16 (1773-1791), 17 (1791-1807), 18 (1807-1822) e 19 (1822-1838).
- ANGELUS, Michael, 1650, *Chronologia Historico-Legalís Seraphici Ordinis Fratrum Minorum Sancti Patris Francisci*, Tomo 1, Napolis, Typographia Camilli Cavalli, disponível em <https://purl.pt/16754/1/index.html#/1/html>, acedido a 2020.06.16.
- ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 314.
- ANTT, *Provedoria da Junta da Real Fazenda do Funchal*, l.º 973.
- ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, Receita e despesa, 1736-1745.
- ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, Receita e despesa, 1794-1801.
- ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, Receita e despesa, 1801-1809.
- ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, Receita e despesa, 1772-1776.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 1, Receita e despesa, 1792-1798.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 2, Receita e despesa, 1798-1810.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 3, Receita e despesa, 1810-1817.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 4, Receita e despesa, 1817-1825.
- ANTT, *CSCF*, l.º 27, Actas e eleições do convento, 1733-1886.
- ANTT, *CSCF*, l.º 61, Receita e Despesa, 1814-1817.306
- ANTT, *CSCF*, l.º 66, Receita e Despesa, 1808-1811.
- ANTT, *CSFF*, l.º 1, Registo de patentes, 1732-1780.
- ANTT, *CSFF*, l.º 5, Receita e despesa, 1809-1815.
- ANTT, *CSFF*, l.º 6, Receita e despesa, 1815-1832.
- ANTT, *CSSC*, l.º 1, Registo de Patentes, 1753-1811.
- ANTT, *CSSC*, l.º 2, Inventários, 1750-1782.
- ANTT, *CSSC*, l.º 4, Receita e despesa da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, 1741-1811.
- Arquivo Histórico Militar, *Divisões*, Governo de D. Miguel (1828-1834), cx. 065, 08 – Ofício do coronel José da Rosa e Sousa, do Regimento de Caçadores da Beira Alta, para o marquês de Tancos remetendo mapa da força do Regimento no dia em que embarcou a bordo da charrua *Princesa Real*, com destino à Ilha da Madeira, disponível em <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=196810&detailsType=Description>, acedido a 2022.02.18.

Fontes Impressas

- An Historical Account of the discovery of the Island of Madeira, abridged from the Portuguese original. To which is added, An Account of the present State of the Island in a letter to a friend*, 1750, Londres, Printed for J. Payne and J. Bouquet, in Pater Noster Row.
- AZURARA, Gomes Eannes de, 1841 [1453], *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, Paris, J. P. Aillaud.
- BLUTEAU, D. Raphael, 1712-1728, *Vocabulario Portuguez e Latino*, 8 vols. (1712, vol. A; 1712, vol. B-CZA; 1713, vol. D-EYC; 1713, vol. F-IZO; 1716, vol. K-NYS; 1720, vol. O-PYT; 1720, vol. Q-SYS; 1721, vol. T-Z;) e 2 suplementos (1722, 1.^a parte, vol. A-LYS; 1728, 2.^a parte, vol. M-Z), Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- ESPERANÇA, Manuel da, 1656, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal: primeira parte, que contem seu principio e augmentos no seu estado primeiro de custodia*, Lisboa, Officina Craesbeeekiana.
- ESPERANÇA, Manuel da, 1666, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal: segunda parte*, Lisboa, Officina de António Craesbeeck de Mello.³⁰⁷
- FRANCO, José Eduardo (coord.), 2011, *Arquivo Secreto do Vaticano – Expansão Portuguesa – Documentação, Tomo I: Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas*, Lisboa, Esfera do Caos Editores.
- FRANÇA, Isabella de, 1970 [1853-1854], *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- FREITAS, António Jacinto de, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. 3.º, Funchal, Tipografia Nacional.
- FRUTUOSO, Gaspar, 2007 [c. 1590], *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Manuscrito do Século XVI, Funchal, Funchal 500 Anos.
- HENRIQUES, Francisco da Fonseca, 1731, *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, Lisboa Occidental, Officina de Miguel Rodrigues.
- LEITE, Jerónimo Dias, 1989 [c. 1579], *Descobrimento da Ilha da Madeira*, Lisboa, Lisboa, Publicações Alfa.
- LEITE, Jerónimo Dias, 2016 [c. 1579], *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha. Tratado feito por Jerónimo Dias Leite, Cónego da Sé do Funchal*, Funchal, Imprensa Académica.

- MARTYRES, Verissimo dos, 1780, *Director funebre reformado para se officiar, e administrar com perfeição o sacrosanto viatico, extrema-unção aos enfermos, enterro, officio de defuntos, procissão das almas, e outras funções pertencentes aos mortos*, Lisboa, Regia Officina Typografica.
- MENESES, Servulo Drumond de, 1850, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. 2.º, Funchal, Tipografia Nacional.
- NORONHA, Henrique Henriques de, 1996 [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SOLEDADE, Fernando da, 1709, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, tomo 4, Lisboa, Oficina de Domingos Gonçalves.
- SOLEDADE, Fernando da, 1721, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, tomo 5, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram.
- SOUSA, Dom David de, 1960, *Decreto sobre a Actualização das Paróquias*, Funchal, Tipografia do «Jornal da Madeira».308

Periódicos

- BEIRA, João da, 1920.03.07, «No Funchal Antigo – A procissão do Senhor dos Passos – Um punhado de lembranças», in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.
- CÂMARA, Jaime, 1931.03.08, «Crónica de Março – A Procissão dos Passos», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- «Cheias», 1896.10.22, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 2.
- «Imagens», 1894.02.28, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.
- M., 1927.06.28, «Um livro curioso sobre a Madeira», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- M., 1927.07.02, «Um livro curioso sobre a Madeira (Continuação)», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- NÓBREGA, Marinho de, 1907.03.03, «A procissão dos Passos no Funchal», in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.
- NÓBREGA, Marinho de, 1921.02.27, «“In illo tempore”... A procissão dos Passos no Funchal – Um punhado de lembranças», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- «Procissão», 1892.03.27, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 2.
- «Secção Rural», 1895.10.09, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 2.

Bibliografia Consultada

- ALMEIDA, Fortunato de, 1967, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora.
- CARITA, Rui, 1989, *História da Madeira (1420-1566) – Povoamento e Produção Açucareira*, vol. I, Funchal, Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego.
- CARITA, Rui, 1992, *História da Madeira (1600-1700) – As Dinastias Habsburgo e Bragança*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego.
- CARITA, Rui, 2015, *A Sé do Funchal: 1514-2014*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura/Direção Regional da Cultura.
- CARNEIRO, Miguel, et al., 2019, *Ictiofauna de Portugal: Diversidade taxonómica, nomes comuns e nomes científicos dos peixes marinhos*, vol. I, Lisboa, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., pp. 29-30, disponível em <https://www.ipma.pt/resources/www/docs/publicacoes/site/Ictiofauna-de-Portugal-VOL1.pdf>, acedido a 2020.09.15.
- CASTRO, José de, 1944, *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, União Gráfica.
- CLODE, Luiza; PEREIRA, Fernando António Baptista, 1997, *Museu de Arte Sacra do Funchal – Arte Flamengo*, Lisboa, Edicarte.
- CORRÊA, Jacome, 1927, *Ilha da Madeira – Impressões e notas arqueológicas, ruraes, artísticas e sociaes*, Coimbra, Imprensa da Universidade.309
- COSTA, Bruno Abreu da, 2013, *O Estado Eclesiástico na Madeira: o provimento de benefícios (séculos XV-XVIII)*, Coimbra, Tese de Mestrado em História, Coimbra, Universidade de Coimbra, disponível em <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/35996/1/O%20Estado%20Eclesiastico%20na%20Madeira.pdf>, acedido a 2020.09.15.09.
- COSTA, José Pereira, 1987, «Dominicanos bispos do Funchal e de Angra (na esteira de Frei Luís de Sousa)», in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, vol. III/3, Arquivo Histórico Dominicano Português, Braga.
- COSTA, Manuela Pinto da, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», in *Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. III, Porto, pp. 137-161.
- FERREIRA, Juvenal Pita, 1955, «Notas para a História da Freguesia de Santa Cruz», in *Das Artes e da História da Madeira*, n.os 19 e 20, pp. 46-57.
- FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, 1959, *O Arquipélago da Madeira – Terra do Senhor Infante*, Funchal, Tipografia da Casa Figueira.
- FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, 1963, *A Sé do Funchal*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

- FONTOURA, Otília, 2000, *As Clarissas na Madeira. Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2006, «As capelas da freguesia de Câmara de Lobos: do seu registo no Livro do Tombo de 1729 ao seu estado na atualidade», in *Girão*, vol. II, n.º 3, pp. 5-20.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2007, «Contributo para uma transcrição integral do Livro do Tombo da Igreja de Câmara de Lobos (1729)», in *Girão*, vol. II, n.º 4, pp. 29-39.
- GAMA, Manuel da Encarnação Nóbrega da, 2014, *Dicionário das festas, romarias e devoções da Madeira: para compreender a piedade popular madeirense*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura/Direção Regional da Cultura.
- GARCIA, José Manuel, 2020, «A Madeira e os Seiscentos Anos do Início dos Descobrimientos Portugueses», Lisboa, Academia de Marinha, pp. 281-291.
- GASPAR, José Pedro, 1993, «Projecto de Musealização de uma Tanoaria da Vila de Lagoa», in *Arquipélago. Ciências Sociais*, n.ºs 7-8, pp. 55-80.
- GOMES, Eduarda Maria de Sousa, 1995, *O Convento da Encarnação do Funchal. Subsídios para a sua História: 1660-1777*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- GOMES, Filipa Catarina Gouveia, 2008, *Convento de Nossa Senhora da Piedade, Vestígios do Passado*, dissertação de Mestrado em Arte e Património, Funchal, Universidade da Madeira.
- GUERRA, Jorge Valdemar, 1997, «O Convento de N.ª S.ª da Piedade de Santa Cruz. Subsídios para a sua história», in *Islenha*, n.º 20, pp. 125-156.
- GUERRA, Jorge Valdemar (texto e legendas), 2019, *Imagens e Memória do Concelho da Calheta*, Funchal, Direção Regional da Cultura, ABM – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- GUERRA, Jorge Valdemar; VERÍSSIMO, Nelson, 1996, «O Hospício Franciscano e a Capela de S. José da Ribeira Brava», in *Islenha* n.º 19, pp. 61-94.
- JARDIM, Maria Dina dos Ramos, 1997, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal – Século XVIII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- LADEIRA, Paulo Jesus, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- LADEIRA, Paulo Jesus, 2019, *Arco da Calheta – Património Religioso e Alguns Aspetos do Quotidiano*, Calheta, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Educação, Cultura e Social.

- LADEIRA, Paulo, 2021, «Alguns aspetos alimentares na comunidade franciscana, masculina, na Madeira, nos séculos XVIII e XIX», in CHAVES, Duarte Nuno (coord.), *Viagens à volta da Mesa nas Ilhas da Macaronésia – Itinerários Turísticos do Património Gastronómico e Vinícola*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, pp. 33-49.
- LADEIRA, Paulo, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte I – Administração e Aspetos Religiosos», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 187-314.
- MACHADO, Dinarte; DODERER, Gerhard, 2009, *Órgãos das Igrejas da Madeira*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- MATOS, Danilo; CARITA, Rui (coord.), 2004, *Roteiro histórico-turístico da cidade*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- MENESES, Carlos Azevedo de; SILVA, Fernando Augusto da, 1998, *Elucidário Madeirense. Fac-Símile da Edição de 1946*, 3 vols., Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- MOREIRA, António Montes, 2000, «Franciscanos», in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), 2000, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 273-280.
- NUNES, Naidea, 2002, *O açúcar de cana na ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico – Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira*, Tese de Doutoramento em Linguística Românica, Funchal, Universidade da Madeira.
- PAIVA, José Pedro, «Os bispos do Funchal na Época Moderna (1514-1820)», in FRANCO, José Eduardo; COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), 2015, *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global – História, Cultura e Espiritualidades*, vol. I, Lisboa, Esfera do Caos, pp. 347-358.
- PEREIRA, Eduardo Nunes, 1989, *Ilhas de Zargo*, 2 vols., 4.ª edição, Funchal, Câmara Municipal do Funchal
- PEREIRA, Fernando Jasmins, 1991, *Estudos sobre a História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PERES, Damião, 1969, «Ceuta cercada: um problema cronológico», in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XII, Homenagem ao Doutor Paulo Merêa, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, vol. I, pp. 293-299.
- PERNETA, Paulo, 2021, «A Capela de Clara Esteves», in *Islenha*, n.º 68, pp. 5-36.

- PONTES, Padre [Fernando Augusto de], 1891, *Excursões na Madeira*, Funchal, Tipografia da Verdade.
- RIBEIRO, João Adriano, 1993, *Ponta do Sol – Subsídios para a História do Concelho*, Ponta do Sol, Câmara Municipal da Ponta do Sol.
- RODRIGUES, Rita, 2006, «A Capela de Nossa Senhora da Boa Hora em Câmara de Lobos», in *Girão*, vol. II, n.º 3, pp. 21-52.
- RODRIGUES, Rita, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira entre 1646 e 1750. A Eficácia da Imagem*, 2 tomos, Tese de Doutoramento em Letras – Especialidade em Estudos Interculturais, Funchal, Universidade da Madeira.
- RODRIGUES, Rita, 2018, *Capela de Nossa Senhora do Faial*, desdobrável do projeto «Capelas ao Luar», Funchal, Direção Regional da Cultura – Direção de Serviços de Património Cultural.
- RODRIGUES, Rita, 2020, «Entre “asuquar p.a o Rois doce” e “2 @ de vaca p.a o picado da Cea da pr.a 8.ª de Pascua”: a propósito de alguns géneros alimentícios no Convento de Santa Clara do Funchal», in CHAVES, Duarte Nuno (coord.), *Viagens à volta da Mesa nas Ilhas da Macaronésia – Itinerários Turísticos do Património Gastronómico e Vinícola*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, pp. 51-68.
- RODRIGUES, Rita; SOUSA, Francisco Clode de, 2019, *Roteiro: Arquipélago da Madeira – Séculos XV e XVI – A Arte na Rota do Ouro Branco*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura/Direção Regional da Cultura.
- ROWER, Frei Basílio, 1947, *Dicionário Litúrgico para uso do Revmo. Clero e dos Fiéis*, 3.ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Vozes Limitada.
- SANTOS, Filipe dos, 2020, «O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal – Documentos e Notas para a sua História (Séculos XVII e XVIII)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, pp. 251-398.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1929, *Paroquia de Santo Antonio da Ilha da Madeira – Alguns subsidios para a sua historia*, Funchal, edição do autor.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, Funchal, Tipografia «O Jornal».312
- SOUSA, Francisco Clode de (com.), 2014, *Madeira, do Atlântico aos confins da terra – Exposição comemorativa dos 500 Anos da Diocese do Funchal (1514-2014)*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal.

- SOUSA, Francisco Clode de; PINTO, Graça Mendes (coord.), 2009, *Obras de referência dos Museus da Madeira – 500 Anos de História de um Arquipélago*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação – Ministério da Cultura, Madeira, Direcção de Serviços de Museus, Direcção Regional dos Assuntos Culturais e Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- TEIXEIRA, Maria Anita, 2008, *A Família e a Casa de João Gonçalves Zarco*, Funchal, Funchal 500 Anos.
- TRINDADE, Ana Cristina, 2011, *O Episcopado de D. Frei Manuel Coutinho, 1725-1741*, Tese de Doutoramento em Letras – Área de especialização: História Moderna, Funchal, Universidade da Madeira.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2002, *O Convento de São Bernardino: elementos para a sua história*, Câmara de Lobos, Centro Social e Paroquial de Santa Cecília.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2016, «Descobrimento e povoamento do arquipélago da Madeira», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. antezero, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 18-22.
- VIEIRA, Alberto, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira – Séculos XV – XX*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VIEIRA, Alberto, 2015, «O (Re)descobrimento/ (Re)conhecimento da Madeira. Em torno da História, de alguns conceitos e imprecisões», in *Cadernos de Divulgação do CEHA*, n.º 6, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Webgrafia Consultada

- CARITA, Rui, 2000, *Convento de São Bernardino / Igreja Paroquial de Santa Cecília*, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8046, acedido a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2016, *convento de nossa senhora da piedade*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/convento-de-nossa-senhora-da-piedade>, acedido a 2019.09.23.

- CARITA, Rui, 2016, *convento de são sebastião da calheta*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/convento-de-sao-sebastiao-da-calheta/>, acessido a 2019.09.23.313
- CARITA, Rui, 2016, *conventos*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/conventos/>, acessido a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2017, *hospício da porciúncula da ribeira brava*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/hospicio-da-porciuncula-da-ribeira-brava>, acessido a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2017, *convento de são bernardino*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/convento-de-sao-bernardino>, acessido a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2017, *convento de são francisco do funchal*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/convento-de-sao-francisco-do-funchal>, acessido a 2019.09.23.
- FRANCO, José Eduardo, 2016, *ordens e congregações religiosas*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/ordens-e-congregacoes-religiosas>, acessido a 2019.09.23.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «CAIROS REGO, Capitão António Francisco de», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Jesus Maria José», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Nossa Senhora da Encarnação», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Nossa Senhora da Nazaré», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Santo António no Estreito de Câmara de Lobos», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.

- GANDRA, Manuel J. (ed.), s.d., «Refeitório e Dependências Anexas» in *Monumento de Maфра Virtual*, disponível em <http://cesdies.net/monumento-de-maфра-virtual/refeitorios-e-dependencias-anexas>, acessado 2020.08.04.
- JARDIM, Luís; SANTOS, Sofia, 2003, *Capela de São João, na Levada de São João*, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8396, acessado a 2019.09.23
- VIEIRA, Alberto, 2017, *Estufas*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/estufas>, acessado a 2023.09.08.
- S.A., 2015.02.11, «O que são flores de talco?», in *ABC de Córdoba*, disponível em <https://sevilla.abc.es/andalucia/cordoba/semanasanta/20150211/sevi-flores-talco-origen-201502102013.html>, acessado a 2021.09.15.
- S.A., 2016.08.12, «Flores de talco para Soledad de Maria», in *Irmandade Vera+Cruz (Moguer)*, disponível em <https://veracruzmoguer.jimdofree.com/2016/08/12/flores-de-talco-para-la-soledad-de-mar%C3%ADa/>, acessado a 2021.09.15.
- S.A., *Lista dos ministros gerais franciscanos*, disponível em https://pt.frwiki.wiki/wiki/liste_des_ministres_g%C3%A9n%C3%A9raux_des_franciscains, acessado a 2020.09.15.